

André Gattaz

BRAÇOS DA  
RESISTÊNCIA

uma história oral da  
imigração espanhola

EDITORA  
pontocom



André Gattaz

Braços da Resistência  
uma história oral da  
imigração espanhola

Prefácio de José Carlos Sebe Bom Meihy

2ª edição

Salvador  
Editora Pontocom  
2014

Copyright © 2014 André Gattaz

Projeto gráfico, preparação dos originais  
e editoração eletrônica: Editora Pontocom

## Editora Pontocom

### *Conselho Editorial*

José Carlos Sebe Bom Meihy (USP)

Muniz Ferreira (UFRRJ)

Pablo Iglesias Magalhães (UFBA)

Zeila de Brito Fabri Demartini (USP)

Zilda Márcia Gricoli Iokoi (USP)

### *Coordenação Editorial*

André Gattaz

## CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

G262b Gattaz, André

Braços da resistência: uma história oral da  
imigração espanhola / André Gattaz. – 2ª ed.

Salvador: Editora Pontocom, 2014. – (Série  
Acadêmica, 8)

354 p. : ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-66048-40-7

‘Modo de Acesso: World Wide Web:

<<http://www.editorapontocom.com.br/1/27>>

1. História oral. 2. Espanhóis - Brasil - História. 3.  
Espanha - Emigração e imigração - História. I. Título.

CDD: B981.06

CDU: 94(81)

## Editora Pontocom Coleção NEHO-USP

*O NÚCLEO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA ORAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEHO-USP) foi fundado em 1991 e tem entre suas atribuições fomentar pesquisas sobre diversas manifestações das oralidades. Trabalhando também com entrevistas, um dos compromissos básicos do NEHO consiste na devolução dos resultados. Como parte de uma proposta em que os entrevistados são assumidos como colaboradores, o retorno do produto transparente na passagem das gravações para o texto escrito é tido como parte essencial dos projetos. Fala-se, contudo, de maneiras plurais de devolução: aos próprios colaboradores que propiciaram a gravação, às comunidades que os abrigam e às formas de disponibilidade pública das peças. Há níveis de comprometimento, é importante ressaltar. Pactos são formulados, sempre supondo duas esferas de atenção: pessoal – diretamente vinculado ao entrevistado, que deve ter voz nas soluções de divulgação, e à comunidade – que abriga a experiência na qual se inscreve o propósito do projeto em História Oral.*

*A abertura de uma coleção de publicações de trabalhos gerados ou de inspiração nos procedimentos do NEHO-USP deve ser vista como desdobramento natural do sentido proposto pelos oralistas que professam as indicações do Núcleo. Isto implica pensar que a percepção desenvolvida por esse grupo de pesquisas demanda consequências que vão além do acúmulo de*

*gravações ou de seus usos particulares – acadêmicos ou de mera curiosidade. Porque se percebe que a formulação de conhecimentos gerada pelos contatos entre entrevistados e entrevistadores é fruto de uma situação social, a publicação dos resultados é parte inerente à ética que ambienta o processo de gravações como um todo. O cerne deste tipo de devolução contém implicações que extrapolam os limites estreitos da satisfação mútua dos relacionamentos entre quem dá a entrevista e quem a colhe. Entendendo por ética o compromisso social mediado pelo acordo entre as partes, é para o geral, para a sociedade, que se dimensionam os fundamentos da História Oral praticada pelo NEHO.*

*Munidos destes compromissos, o **NEHO-USP** e a **Editora Pontocom** inauguram essa coleção de livros eletrônicos. São dissertações, teses, artigos e outras peças de interesse que compõem a mostra. A disponibilidade destes textos visa superar a intimidade acadêmica e assim inscrever o trabalho do grupo em uma missão maior que qualifica a História Oral como braço de uma proposta que busca compreender para explicar e explicar para transformar.*

*Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy  
Núcleo de Estudos de História Oral - USP*

## Editora Pontocom Coleção NEHO-USP

1. André Gattaz • *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. 2ª edição. (2013)
2. Vanessa Paola Rojas Fernandez • *História oral de chilenos em campinas: dilemas da construção de identidade imigrante* (2013)
3. Lourival dos Santos • *O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004)* (2013)
4. Marta Rovai • *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino* (2013)
5. Gustavo Esteves Lopes • *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas* (2014)
6. André Gattaz • *Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola*. 2ª edição. (2014)
7. Vanessa Paola Rojas Fernandez • *Entre memórias, emoções e afetos: histórias de vida de moradores do Lar dos Velinhos de Campinas* (2014)

Todos os livros disponíveis para download gratuito no site  
[www.editorapontocom.com.br](http://www.editorapontocom.com.br)

## Agradecimentos

---

A Antonio e Carmem Moreno, Enrique García, Pablo Briones Revilla, Julián Ángel García (*in memoriam*), Antonio Vañó, Juana Naranjo Gallart, Florentina Canto, Progreso Vañó, Pascual Peiró Babiera e Paula Alonso Jimenez, coautores deste trabalho, que me receberam atenciosamente em todas as etapas da pesquisa, colaborando de modo fundamental para a vivacidade e o colorido desta narrativa.

A José Carlos Sebe Bom Meihy, aberto e rigoroso orientador, que através do debate e do exemplo tornou-me um historiador.

Aos meus pais, Dalka e Daher, críticos e estimulantes nas horas certas, e com participação importante nas etapas de revisão desse texto.

À minha companheira Vanessa Vila Flor, que com carinho e muito cuidado levou-me a retomar um caminho outrora abandonado.

Esta pesquisa recebeu o apoio financeiro do CNPq.

ESTE LIVRO É DEDICADO AOS MEUS PAIS,  
DALKA E DAHER.

## Sumário

---

Prefácio à segunda edição	11
Prefácio de um sonho/texto	15
Introdução	19
HISTÓRIA COLETIVA	28
República espanhola	29
Espanha Histórica	30
Segunda República espanhola	35
Anjos de Gesso	42
Guerra Civil Espanhola	45
Anos Franquistas	51
Órfãos da Guerra	52
Anos Magros	57
A Era de Franco	62
Imigração ou exílio?	66
Chegando ao Brasil	76
Visão do Paraíso	77
São Paulo do Trabalho	82
Anos de luta	86
Origens do Centro Democrático Espanhol	87
O Contato com o “Democrático”	91
Recreação, cultura e política: o lado oficial	94
Os Clandestinos	107
O Fim do Centro Democrático Espanhol	123

Repensando a História	132
A não-reemigração	133
Trajetórias e histórias de vida	139
<b>HISTÓRIAS PESSOAIS</b>	<b>153</b>
Julián Ángel García	154
Antonio Vañó	179
Progreso Vañó	199
Pablo Briones Revilla	218
Juana Naranjo Gallart	239
Florentina Canto	249
Enrique García	262
Paula Alonso Jimenez	287
<b>METAHISTÓRIA</b>	<b>297</b>
Pensando a História Oral	298
A Pré-História Oral	299
A moderna História Oral	304
Tendências atuais: teoria	307
Tendências atuais: prática	315
Multidisciplinaridade e História Oral	323
Fazendo História Oral	332
Igualdade e diferença: a entrevista em História Oral	333
Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral	336
Bibliografia	347

## Prefácio à segunda edição

---

INSTADO A UMA SEGUNDA EDIÇÃO de *Braços da Resistência*, não posso me furtar a explicações preliminares. Afinal, já se vão duas décadas desde a pesquisa que lhe deu origem, e pode-se perguntar que interesse tal obra ainda poderia ter. Há no entanto alguns motivos que justificam essa segunda edição – pelo menos sob o ponto de vista do historiador orgulhoso de seu primeiro “filho”, que chega neste ano à sua “maioridade”.

Visto à distância, vejo que dois aspectos sobressaíram, tanto nas avaliações feitas do livro, quanto em suas *aplicações*. Pois embora se trate sobretudo de um texto narrativo, pode-se dizer que há algumas lições a serem apreendidas – não apenas nos capítulos finais, dedicados à metodologia da História Oral, mas ao longo das duas primeiras partes, em que apresento, respectivamente, minha narrativa dos eventos históricos e o testemunho dos participantes/narradores destes eventos.

Quanto aos capítulos metodológicos, *Metahistória*, a avaliação que faço após vinte anos é altamente positiva, pois vejo-os tornando-se espécie de manual seguido por praticantes da história oral no Brasil, no México e na Argentina. Há de se lembrar que na década de 1990 ainda lutávamos pela afirmação da História Oral na academia, o que me levou a elaborar capítulos que descrevessem não apenas como se davam os processos de entrevista e textualização, mas os aspectos teóricos e éticos que estavam por trás da adoção de depoimentos orais como fonte histórica. Um debate especialmente “quente” dava-se quanto aos procedimentos de versão da narrativa

oral ao texto escrito. As propostas abundavam, mas na falta de alguma que me satisfizesse plenamente, acabei por sistematizar procedimentos que denominei de “textualização” – opondo-me à definição do processo como “transcrição livre”, “edição” ou “transcrição” (embora estes conceitos façam parte do procedimento da textualização como um todo). Hoje vejo com orgulho que o capítulo que resultou deste debate, *Lapidando a fala bruta*, é bastante utilizado por pesquisadores de diversas áreas como fundamento teórico de seus trabalhos de investigação em história oral. E aos proponentes de uma história pública, como me considero desde os tempos do Mestrado, não há nada que satisfaça mais do que ter o livro não apenas lido e apreciado, mas suas páginas grifadas, dobradas, rasgadas.

Além da descrição dos procedimentos metodológicos, alguns leitores generosos consideraram que há também algum mérito na parte propriamente narrativa do livro, *História Coletiva*, em que costuro com meu texto os depoimentos e a bibliografia, assim como na seção “documental”, *Histórias Pessoais*, composta pelas entrevistas textualizadas (que é muito mais do que simples apêndice documental, tratando-se da parte fundamental da obra). Tais méritos, se realmente existentes, devem-se justamente ao rigor na adoção dos procedimentos metodológicos, assim como pela preocupação não apenas com o conteúdo do trabalho, mas também com sua forma – isto é: a escrita.

À época desta pesquisa, outro debate que grassava na historiografia era sobre a consideração da linguagem como parte fundamental e indissociável de nosso ofício. Na esteira das inovações propostas pela *Nouvelle histoire* francesa, alguns historiadores passaram a dar maior atenção ao texto, visando atingir um público mais amplo do que o acadêmico. Isso levou tanto ao surgimento de uma extirpe de escritores de *best-sellers* históricos (em muitos casos, infelizmente, em detrimento da pesquisa original), como a uma maior preocupação, por parte de historiadores sérios, em ter seu texto acessado e compreendido por uma parcela maior do público – especialmente aqueles

pesquisadores que conduziram suas pesquisas dentro dos muros da universidade pública, com recursos de agências de fomento estatais, que portanto devem estar comprometidos com a *devolução pública* dos resultados.

A tentativa de “escrever melhor” levou-me a um atraso de mais de um ano na defesa do Mestrado, pois o rigoroso orientador, decepcionado com a primeira versão da dissertação, instruiu-me a passar seis meses lendo boa literatura para só então *reescrever* o texto. Leon Tolstói, Machado de Assis, José Saramago, Margueritte Yourcenar, Gore Vidal, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Eça de Queiroz e até J.R. Tolkien frequentaram minha casa e minha imaginação por seis meses, antes que eu empreendesse a reescrita do texto que se apresenta adiante. O que me faz crer que atingi meus objetivos foi receber comentários elogiosos não apenas de um ou outro acadêmico, mas sobretudo das “pessoas comuns” que o leram.

Para esta nova edição, fugi à tentação de “corrigir”, “atualizar” ou “estender” o texto da primeira edição, considerando que as novas contribuições sobre o tema central da pesquisa não alteram significativamente seus resultados. Procedeu-se assim somente a uma nova revisão tipográfica e a adequação à ortografia ora vigente. A exceção deu-se no último capítulo do livro (*Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral*), que foi substituído por uma versão mais nova, apresentada no Congresso Internacional de História Oral em Buenos Aires, em 2012, em que inclui algumas importantes contribuições sobre o assunto publicadas nos últimos anos.

Uma última e sutil alteração guarda importante significado: tirou-se a numeração das partes e capítulos do livro, sugerindo-se que se trata de uma *obra aberta*, podendo ser lida em qualquer ordem. A leitura na sequência proposta dá a voz inicialmente ao historiador, que após apresentar a sua narrativa dos fatos em *História Coletiva*, delega a voz aos narradores, atores e espectadores dos fatos passados em *Histórias Pessoais*. A descrição dos procedimentos metodológicos, *Metahistória*, fica como um *anexo* a ser lido apenas por interessados. Uma outra possibilidade de leitura, a qual pessoalmente

encorajo, é iniciar-se com os depoimentos das *Histórias Pessoais*, de maneira ter um contato inicial com os próprios *personagens-testemunhas* da história narrada, para só então ler a “costura” feita pelo historiador em *História Coletiva*.

Boa leitura!

Abrantes-BA, julho de 2014.

## Prefácio de um sonho/texto

---

José Carlos Sabe Bom Meihy\*

DE QUANTOS SONHOS é feito um livro?

“De muitos” seria, sempre, uma resposta imediata, fácil e cômoda, ainda que imperfeita. Fico então imaginando o significado deste texto (ou sonho), que um dia foi bem sucedida dissertação de mestrado, defendida com distinção e louvor em 1995, ante banca composta pelas professoras Maria Luiza Marcilio e Valéria De Marco.

Germino, para sua gênese, explicações que se iniciaram no horizonte de um passado pouco mais remoto, solto no espaço de aulas do curso do Departamento de História da USP na virada dos anos 1980. Historiando a origem deste trabalho, exercito o dimensionamento de uma experiência acadêmica singular, porque diretamente ligada à progressão educacional desdobrada dos cursos de graduação. Educação continuada poder-se-ia dizer. Porém, não qualquer uma.

Diria, então, que para alguns professores, à época, havia duas sementes a serem lançadas no solo sempre fértil dos estudantes sérios: aquela que buscava alternativas para a elaboração de pesquisas mais úteis que divertidas e outra que animava a necessidade de promover historiadores nascentes à condição de cidadãos preparados para a

---

\* Professor aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral-USP.

atuação coerente com os desafios intelectuais do “tempo presente”. André Gattaz foi uma das melhores materializações do sonho docente/discente que então nutrimos juntos.

Sabendo medir a pretensão com o possível, íamos calibrando inovações com um projeto, modesto mas valente, de remodelação das faces da historiografia que então eram praticadas intramuros acadêmicos. Como se fora uma proposta alternativa, visávamos abater barreiras que muitas vezes dispensavam sutilezas às nossas investidas. Era para possibilitar uma História mais ventilada, que não dialogasse apenas com os “pares”, que pensávamos em retomar o código de abordagem e propor um novo inventário temático. A terra revolvida dos procedimentos tradicionais implicava completa retomada dos fundamentos do saber. Em primeiro lugar, precisávamos enfrentar questões do tipo: quem é sujeito; quem é objeto em História. A perspectiva do fim do século rondava nossa crítica, que insistia em perguntas como: Para que serve nosso trabalho? Para quem deve se dirigir nosso esforço analítico? Como deve ser feita a nossa pesquisa? Enfim, buscava-se responder afirmativamente que o sentido primeiro da História é ser útil. Tudo isso era emoldurado pelo contexto de uma contracultura histórica que apregoava exotismos, irrelevâncias e prazeres na busca de explicações julgadas impossíveis para a sociedade. Os primeiros frutos do neoliberalismo chegavam aos cursos de História vestidos de pós-história e, o que é pior, de superação da chamada “história projeto”.

Além de um senso pragmático – que tem se constituído como uma “causa intelectual” que funde certos docentes aos alunos atentos ao sentido de uma história militante –, outras matérias compuseram o presente sonho/texto, escrito com lucidez e atrevimento medido. Não seria equivocado dizer que a “vontade de ser” foi o primeiro ingrediente motivador desta aventura. O então quase menino André Gattaz frequentou meu curso de História da Guerra Civil Espanhola e depois de História Oral. Leitor voraz e atento ao funcionamento da montagem dos argumentos dos textos propostos, aprendeu a reconhecer nessa “tarefa” os traços que lhe delinearão questões importantes

para a formulação de perguntas pertinentes ao entendimento da nossa sociedade. A História Contemporânea se lhe impôs sem caminho de volta. A inquietação também. História Contemporânea e inquietação metodológica e temática: estavam dadas as direções para a projeção deste trabalho.

Não lhe foi afastado o vínculo com o que o cercava como descendente de imigrantes. Habitando um mundo multicultural, transportou suas indignações para o campo de pesquisa e instruiu análises visando responder por que a historiografia brasileira – paradoxalmente – não se debruça com o cuidado devido sobre a participação dos imigrantes na sociedade nacional.

Da “vontade de ser”, outras foram fermentadas. O apoio de parentes e amigos atentos foi dando forma ao sonho. O instrumento, contudo, foi a História Oral. Dadas as condições peculiares da nossa historiografia – atrasada, em termos do diálogo internacional, pelo contexto da ditadura militar, que afugentava gravações e impunha a censura como critério repressivo – os oralistas brasileiros viram prolongadas as noites em que adormeciam as entrevistas como fonte atualizada. Na realidade, o que acontecia era a confusão de velhas práticas de uso de gravadores misturada à pretensão de novos termos e conceitos que promoviam técnicas novas à História Oral. Gattaz teve que trabalhar também com isto. Foi urna aventura completa, diga-se.

Os resultados aqui estão: uma história nova tecida no cruzamento de histórias de vida com o tema da imigração. Não faltou o debate político que, no caso, mescla a questão do franquismo exposto a um novo cenário com o papel do indivíduo como agente histórico.

Algumas questões que até então eram encaradas como históricas apresentaram-se como desafios e clamaram por resoluções que foram elaboradas com bom senso. Um exemplo eloquente disto é a alternativa apresentada em face do problema da linguagem.

Como se sabe, entrevistas com imigrantes implicam o problema da transcrição da fala que no caso se consubstancia em um exemplo “clássico” de dificuldade posto que o “portunhol” se coloca de

maneira a perturbar o entendimento do discurso falado quando ver-tido para o escrito. Por outro lado, a transcrição pura e simples pouco ou nada acrescentada à narrativa. Pelo contrário, perturbaria a leitura de textos que deveriam se comprometer mais com o entendimento do leitor que com questões pertinentes a debates efetuados com linguistas e pessoas atentas a um consumo da História Oral voltado à fidelidade da fala e não à lógica da narrativa – que não se satisfaz na transcrição quase positivista do “exatamente como foi dito”.

Foram longos os debates sobre como proceder. Por evidente não faltaram opiniões que advogavam o “exato” como padrão. Fugindo da simplificação Gattaz pretendeu, e fez, uma combinação que, afinal, revela que o trabalho do oralista remete mais ao entendimento da mensagem que propriamente às imperfeições da fala. É lógico que este debate é complexo e não faltam argumentos. O mérito deste texto é que além de assumir uma posição clara, mostra os mecanismos de transformação.

Sobretudo, diria, este texto/sonho marca um limite. Limite que sugere o caminho de uma nova geração de historiadores e de oralistas brasileiros.

## Introdução

---

Este livro originou-se de uma dissertação de Mestrado cuja pesquisa durou três anos, nos quais além de localizar e estudar as “fontes primárias” e a bibliografia pertinentes ao tema, entrevistei onze pessoas segundo os critérios da História Oral de Vida, gerando uma documentação até então inexistente. A dissertação resultante, apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP em maio de 1995, procurou abranger o processo de investigação, empreender uma interpretação historiográfica e tornar público o material criado, apresentando-se em três partes: *teoria*, *análise* e *documentação*. Para esta edição, visando alcançar um público mais amplo, alterou-se a ordem de apresentação das três partes da obra, ficando para o final os capítulos teórico-metodológicos, agora significativamente resumidos, e sendo reduzidas as entrevistas textualizadas para oito (dentre as onze originalmente apresentadas). Os demais capítulos não foram editados, mantendo-se a forma original da Dissertação.

Em *História Coletiva*, narra-se a história dos imigrantes espanhóis que participaram do Centro Democrático Espanhol, com base em suas próprias palavras. Mesmo não descartando uma importante bibliografia complementar, o tom desta narrativa foi dado pelas histórias de vida, ainda que fragmentadas e intercaladas à análise crítica. É uma história *interna*, explicada a partir dos próprios protagonistas. Não se fez juízo de valor dos depoimentos, considerando que sua articulação como *comunidade de destino* basta para dar coerência e significado a cada verdade individual e à verdade coletiva da colônia de entrevistados.

Como consequência da multiplicidade de vozes apresentadas nesta parte, emerge uma *história coletiva*, que não é a história de nenhum dos participantes e é a de todos. Espera-se que o leitor absorva o sentido geral do movimento estudado a partir das individualidades, que, mesmo quando discordantes, complementam-se. É necessário destacar, porém, que nesta parte do livro trabalha-se mais com igualdades e semelhanças – ou diferenças em nível grupal, como aquelas definidas por idade, sexo ou origem dos depoentes; as diferenças pessoais reforçam-se na continuação do trabalho.

Da parte seguinte, *Histórias Pessoais*, constam oito entrevistas com ex-participantes do Centro Democrático Espanhol, *textualizadas* e *legitimadas* pelos autores. Considera-se que um dos mais importantes papéis do oralista é a possibilidade de criar uma nova documentação, às vezes complementando, porém, na maior parte das vezes preenchendo a ausência de informações sobre determinado tema. Este *corpus* documental recém-criado deve tornar-se público e acessível a outros pesquisadores, que certamente farão uma leitura diferente daquela apresentada na parte precedente do trabalho. Além disso, um compromisso implícito assumido por mim junto aos entrevistados obriga-me a tornar pública suas histórias de vida, como forma de retribuir sua colaboração.

A forma de condução das entrevistas, somada ao processo de *textualização*, que é a trabalhosa versão da palavra oral para a escrita, resulta nas *histórias de vida*, narrativas carregadas de sentido histórico e humano. O critério adotado para a ordem de apresentação destes testemunhos é o etário, começando por aqueles que narram a época da Segunda República Espanhola e da Guerra Civil. Duas exceções foram abertas de modo a manter unidas as narrativas de cônjuges e irmãos.

As *histórias pessoais*, no meu entender, constituem a parte mais importante do trabalho, servindo de base à narrativa e interpretação historiográfica empreendidas na seção precedente. Mais do que isso, são narrativas envolventes, com uma característica literária que as aproxima do romance histórico e as distancia da historiografia. Nesta

parte da obra, a soma das particularidades atingirá, mais plenamente, um todo coerente – um todo humano, social, heterogêneo por natureza.

A última parte do livro, *Metahistória*, é dedicada à teoria e à metodologia da História Oral. Inicialmente, apresenta-se uma análise bibliográfica sobre a teoria e a prática da História Oral e disciplinas correlatas, onde se buscou definir os conceitos utilizados no trabalho, escolhidos entre o amplo espectro de propostas e soluções apresentadas pelas diversas tendências historiográficas. O último capítulo embasa teórica e metodologicamente o trabalho de campo e a criação do documento escrito – processos de *entrevista* e *textualização* –, habilitando o leitor a compreender sob que critérios foram realizadas as partes anteriores da obra. A descrição minuciosa destas etapas, assim como a história do projeto, encontram-se na íntegra na dissertação, disponível no banco de teses da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FOI TAREFA DIFÍCIL, quase impossível, concluir um trabalho que se propôs refletir sobre a vida de imigrantes, sobretudo em História Oral, onde a presença dos sujeitos da história anima o que se escreve de tal forma que é impossível congelar qualquer imagem. Seu matiz coletivo, que é expressão estética dos antagonismos da História (ENZENSBERGER, 1975, p. 22), somado à relação de duas vias que se estabelece entre pesquisador e *colaborador* (e não *informante*), restaura o movimento dialético na escrita historiográfica, tornando-a dinâmica. Certos aspectos metodológicos, históricos ou analíticos, não obstante, podem ser apontados como os principais resultados desta pesquisa, produtora de documentação mas também narrativa e reflexiva.

Do ponto de vista metodológico, apresentado resumidamente neste livro e em detalhe na dissertação, três aspectos devem ser ressaltados:

1) o oralista, assim como todo historiador, tem obrigação de explicitar a metodologia adotada para sua pesquisa – que é justamente o que procurei fazer em *Meta-história*;

2) a entrevista deve ser baseada numa relação de mutualidade, de respeito, de reconhecimento da igualdade e da diferença;

3) a *textualização legitimada* deve ser a forma adotada para a apresentação por escrito da entrevista. Como há diferenças no processo de adaptação da palavra falada para o texto escrito conforme os propósitos e o objetos de cada pesquisa, há a necessidade do detalhamento da operação para leitores e colaboradores. Alguma forma de *textualização*, porém, e *legitimada*, deve haver: a distância entre os códigos oral e escrito, além da *ética*, obrigam-nos a tanto.

No aspecto propriamente *histórico*, graças à geração de um *corpus* documental carregado de informações, foi possível registrar e analisar processos que de outra forma perder-se-iam no tempo. Narra-se, assim, a trajetória de espanhóis antifranquistas em São Paulo, mostrando o quanto há também de exílio em suas vidas; narra-se também a história do Centro Democrático Espanhol, revelando a atuação clandestina do Partido Comunista Espanhol em São Paulo.

O exílio político, como se percebe nas histórias de vida recolhidas, não se caracteriza somente pelo motivo da emigração, estendendo-se além do momento da viagem. A postura de exilado mantém-se por toda a vida, nas atitudes, expectativas e frustrações daquele que se sentiu obrigado a abandonar a pátria. Neste sentido, dois importantes aspectos do trabalho são: indicar como a trajetória de vida e os motivos declarados da emigração caracterizam alguns entrevistados como exilados políticos, e avaliar de que modo manifestam-se em suas vidas os reflexos do exílio, tais como o desejo de voltar à terra natal e a própria atuação política. Estas manifestações, ademais, indicam a presença de certa motivação ideológica mesmo naquelas

pessoas que emigraram predominantemente devido às condições econômicas.

Outra contribuição que considero fundamental desta pesquisa é a narrativa da atuação do Centro Democrático Espanhol, até então mantida apenas oralmente nas tertúlias dos ex-participantes da entidade. O estudo desta associação permite, inicialmente, certas constatações a respeito das continuidades e rupturas da imigração. Nota-se que aqueles que emigraram com maior idade mantiveram suas atividades profissionais, muitas vezes rompendo relações familiares, pois vinham desacompanhados para tentar a nova vida; por outro lado, as mulheres e os homens mais novos tiveram a imigração ligada à da família, não rompendo estes laços. Além disso, diferem estes dos mais velhos por terem tido a possibilidade de estudar e traçar uma carreira ascendente no trabalho.

Em relação ao posicionamento político, as atitudes notadas variam entre dois extremos. Por um lado, há aqueles que viveram a Guerra, como o combatente Julián Ángel García, que tinham conhecimento da política na Espanha, emigraram predominantemente por este motivo e aqui tornaram-se aguerridos militantes antifranquistas. Do outro lado encontram-se os mais novos, com Enrique García, que não tiveram qualquer atividade política antes de imigrar, tornando-se atuantes somente ao conhecer o *Democrático* e integrar-se com sua “escola política”.

Por último, no que se refere a continuidades e rupturas da imigração, é possível perceber que a questão regional perdeu muito de sua importância para os espanhóis antifranquistas. Aqui em São Paulo, assim como em vários momentos da história espanhola, a necessidade de combater um inimigo mais forte anulou diferenças regionais e atenuou credos políticos. Se por um lado, porém, na Espanha estas uniões foram quase sempre temporárias, a convivência entre os antifranquistas em São Paulo já dura algumas décadas, ultrapassando inclusive o final do franquismo. De modo geral, quem participou do Centro Democrático, como afirma o valenciano Pascual Peiró, aprendeu “a ser mais espanhol ainda”.

Outro importante significado da *história coletiva* do Centro Democrático Espanhol é tornar conhecida a atividade clandestina do Partido Comunista Espanhol em São Paulo, nunca registrada por escrito mas fortemente gravada na memória dos que a viveram. Revela-se, assim, como a fachada da associação abrigou uma estrutura celular de educação e prática comunistas, ligada ao Comitê Central do Partido na América do Sul, em Montevidéu, este subordinado aos líderes no exílio em Paris. Indica-se quais foram suas principais atividades, como a formação política de imigrantes recém-chegados, a divulgação dos atos da ditadura franquista e o envio de dinheiro, bens e gêneros alimentícios aos presos políticos e suas famílias na Espanha. Narram-se, ainda: as relações entre o PCE e o Centro Democrático, assim como entre estes e as autoridades, políticos e participantes brasileiros; as eleições internas da associação; sua desintegração frente à ditadura militar no Brasil e à abertura política espanhola; os mitos da luta política que se mantêm até hoje.

Finalmente, sob o ponto de vista analítico, há de se destacar a relação notada, de forma não determinista, entre as trajetórias e as histórias de vida. Apesar das variantes de matiz, pode-se de forma geral associar idade, sexo, origem, motivos da imigração e condição social dos entrevistados às formas como narram suas vidas. Entre os onze depoimentos que constituíram a pesquisa, assim, identificam-se certos *estereótipos narrativos*, utilizados pelos narradores como atribuição de sentido às próprias trajetórias de vida, ainda que delas consequentes.

As histórias de vida deste trabalho, analisadas sob este aspecto, encontram-se em quatro grandes e flexíveis padrões narrativos, determinados *grosso modo* pelo seu eixo temático predominante, aquele em que o narrador baseia a periodização e interpretação da própria história. Estes padrões são conduzidos pelos temas:

- 1) atuação política;
- 2) educação formal (associada ao trabalho);
- 3) educação não-formal (associada à atuação política);
- 4) família (associada à atuação política);

Estes, por sua vez equivalem aos depoimentos das seguintes pessoas:

1) Julián Ángel, Antonio Vañó, Florentina Canto. Os mais velhos (D. Florentina entre as mulheres), encarnando o eterno rebelde, o combatente; os que afirmam: “O labor político faz parte da gente”.

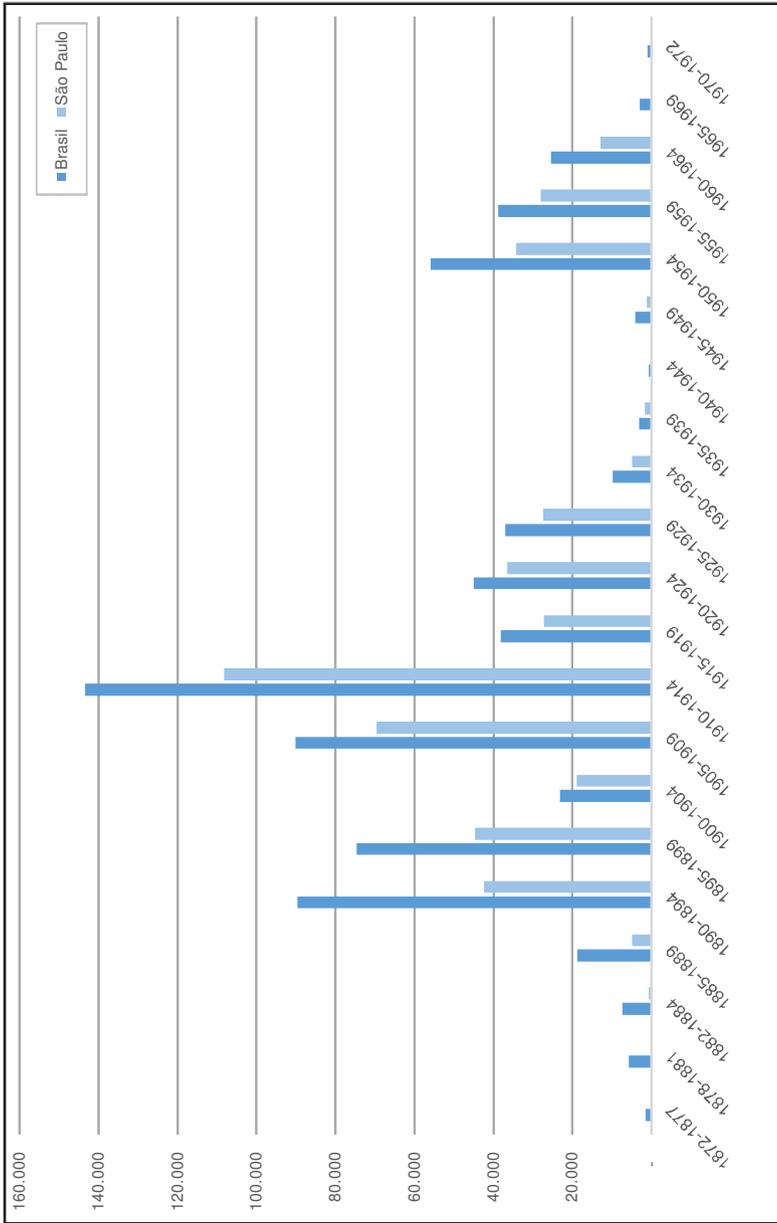
2) Antonio Moreno e Progreso Vañó: os mais novos, dentre os homens. Obtendo a mais destacada ascensão sócio-econômica, ambos representando o *self-made man*, repetindo: “Eu sempre gostei de estudar”.

3) Pablo Briones, Enrique García e Pascual Peiró, ocupando uma posição média entre os anteriores. O autodidatismo marcou suas trajetórias profissionais e aprendizado político no Brasil e o mote de suas vidas é: “Eu nunca fui uma pessoa conformista”.

4) Juana Naranjo, Paula Alonso, Carmem Moreno, representando o ritmo familiar, ao qual se subordinam as esferas da vida pública. Mesmo a atuação política, que é tema predominante nestes depoimentos, tem uma característica familiar, aparecendo praticamente como um dom inato na frase: “Eu já nasci antifranquista”.

Percebe-se a nítida vinculação entre as *narrativas* e as próprias *trajetórias* de vida, ou entre o *estilo* de ambas, como sugere Georges Gusdorf (1991). Os depoentes utilizam os padrões narrativos com propósitos de justificação pessoal, procurando transmitir uma versão revisada e corrigida do seu passado, uma autoimagem coerente. A narrativa, apesar de ser fruto do presente, é do passado que se alimenta. Assim como da qualidade do solo dependem o aspecto da árvore e do fruto, da trajetória de vida dependem a forma e o sabor da história.

IMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA O BRASIL E SÃO PAULO (FONTE: KLEIN, 1989, P. 475)



RELAÇÃO DOS COLABORADORES ENTREVISTADOS PARA A PESQUISA

<i>Nome</i>	<i>Data de nascimento</i>	<i>Local de nascimento</i>	<i>Data/idade imigração</i>	<i>Nacionalidade do cônjuge</i>	<i>Data da entrevista</i>
Antonio Moreno	1942	Montecorto, Málaga	1959/17	brasileira	15/05/1991
Carmen Moreno	1944	São Paulo, SP	-	espanhol	15/05/1991
Enrique García	1937	Jerez de la Frontera, Cádiz	1963/26	brasileira	10/06/1991
Pablo Briones Revilla	1928	Madri, Castela León	1955/26	espanhola	25/02/1992
Julián Ángel García	1920	Talayuelas, Castela la Mancha	1952/32	espanhola	14/03/1992
Antonio Vañó	1925	Bocairente, Valência	1955/30	brasileira	08/06/1992
Juana Naranjo Gallart	1933	Sevilha, Andaluzia	1957/24	espanhol	22/09/1992
Florentina Canto	1932	Pola de Laviana, Oviedo	1955/23	espanhol	22/09/1992
Progreso Vañó	1937	Bocairente, Valência	1956/19	espanhola	02/10/1993
Pascual Peiró Babiera	1929	Paiporta, Valência	1954/25	brasileira	01/07/1994
Paula Alonso Jimenez	1944	Toral de los Vados, León	1956/12	espanhol	08/07/1994

# I

## HISTÓRIA COLETIVA

*Para os povos, a História é, e permanece sendo, um feixe de histórias. Ela é aquilo que se observa, que se recorda e que pode ser narrado vezes sem fim: um recontar da história. É por isso que a tradição oral não é superada por nenhuma lenda, nenhuma trivialidade e nenhum erro, contanto que seja uma representação concreta das lutas no passado. [...] A opalescência da tradição oral, seu matiz coletivo, provém do próprio movimento dialético da História. Ela é a expressão estética de seus antagonismos.*

Hans Magnus Enzensberger  
*O Curto Verão da Anarquia*

---

República espanhola

---

## Espanha Histórica

---

*A Península é uma encruzilhada, um ponto de encontro, entre a África e a Europa, entre o Oceano e o Mediterrâneo. Uma encruzilhada extremamente acidentada, é verdade. Quase uma barreira. Um ponto de encontro, não obstante, em que os homens e as civilizações se infiltraram, se enfrentaram e deixaram suas pegadas desde os tempos mais remotos.*

(VILAR, 1991, p. 17)

DESDE OS PRIMEIROS TEMPOS a Espanha abrigou em seu solo um grande número de povos, que ali acumularam suas habilidades, crenças e conhecimentos, fracassos e esperanças. Como resultado desta sucessão de etnias, deu-se a formação de uma cultura miscigenada e única, que caracteriza e identifica o espanhol, mesmo na sua diversidade.

Habitada durante vários milênios pelos iberos, ancestrais dos bascos e cuja origem não se conhece ao certo, a península foi ocupada nos 2500 anos seguintes por impérios e povos bastante diversos. Primeiro chegaram os cartagineses, que lhe tomaram o Sul, seguidos pelos romanos, que a conquistaram inteira e trouxeram a língua. Logo vieram os vândalos e visigodos, povos belicosos e rudes que esfacelaram a instável unidade romana. Com a longa ocupação árabe, o oriente fundiu-se àquela civilização rústica, trazendo-lhe o requinte e a ciência.

A partir do século XI, a Espanha foi palco de longa luta, empreendida pelos cristãos contra árabes, judeus e mouros. Com o término da Reconquista, em 1492, a *limpieza de sangre* iria compensar aos vencedores a sensível superioridade material dos vencidos – as classes populares de estirpe cristã invejavam a influência dos judeus nas altas esferas, assim como o trabalho mais humilde de artesãos e camponeses mouros a serviço de nobres. Em 1478 criou-se o Tribunal da Inquisição, dirigido especialmente contra judeus convertidos suspeitos e em 1502 o rei Fernando expulsou a todos os não convertidos dos domínios de Castela, numa demonstração de intolerância da cristandade. Um século depois, com grave perda material para o país, triunfaria a expulsão geral de árabes e mouros, empreendida por Felipe III.

Após a Reconquista, a Espanha não está mais ocupada por nenhum império: *ela* é o Império. A política matrimonial dos Reis Católicos e uma série de acasos uniram sob o cetro de Carlos V os domínios de Aragão e seus interesses mediterrâneos, Castela e suas primeiras conquistas coloniais, a casa de Borgonha-Flandres, a Áustria e o Sacro Império Romano. Com Felipe II e a União Ibérica (1580-1640), falava-se espanhol das Filipinas à Califórnia. Rota de passagem senão ponto de origem de tudo e todos que se deslocavam pelo lado novo do mundo, a Espanha acumulou ainda mais diversidade e universalidade, além de imensa riqueza, que não soube conservar.

As sequelas da euforia do século XVI, *el Siglo de Oro*, foram sentidas somente no século seguinte. Em 1640 iniciou-se a dissolução do Império Espanhol, com a separação de Portugal e a anexação da Catalunha à França; até 1713, a Espanha havia perdido quase todas as suas possessões europeias e mediterrâneas. A Coroa estava endividada devido ao esforço imperial e a decadência sentia-se internamente com a alta dos preços e salários, diminuição da população, burocracia estatal ineficiente e impostos e taxas abusivos.

O século XVIII, no entanto, marcou a recuperação demográfica, política e econômica da Espanha. De 1700 a 1800, a população passou de seis a onze milhões de pessoas; a política exterior deixou de

ser expansionista, limitando-se à espoliação das riquezas naturais da América; o movimento comercial tornou-se intenso, impulsionando a industrialização. Extinguindo os privilégios locais e captando as forças vivas da província, Castela conseguiu novamente afirmar a unidade espanhola, que duraria até a invasão francesa, em 1808.

A insurreição popular que sucedeu o avanço dos franceses guarda semelhanças de “estilo” com outras rebeliões mais recentes: foi a primeira “dessas tormentas de paixão coletiva que estremeceram várias vezes o povo espanhol, durante os séculos XIX e XX” (VILAR, 1991, p. 80). Em maio de 1808, Astúrias, Aragão e Galícia negaram obediência às autoridades que colaboravam com o exército francês. Em junho, ao tempo da nomeação de José Bonaparte como rei, os franceses eram derrotados na Catalunha e cercados no Guadalquivir. O movimento, porém, não era somente contrário ao império napoleônico, expressando um descontentamento interno do país. Para uns, devia-se retomar o caminho “iluminista” do século XVIII e imitar a França, ao mesmo tempo resistindo a seu avanço; para outros, a garantia da tradição residia na monarquia absolutista patriarcal. Unidas contra o inimigo comum, encontravam-se já as duas *Espanhas* em profunda contradição, a *roja* e a *negra*, que ajudadas pelos ingleses expulsaram Murat e José Bonaparte, restaurando a dinastia Borbón na pessoa de Fernando VII.

NO SÉCULO XIX E PRIMEIRO TERÇO DO XX, a Espanha foi caracterizada por uma monarquia instável, atrelada à elite agrária, à Igreja e aos militares, que se revezavam e digladiavam-se em constantes golpes de Estado, ou *pronunciamentos*. Inicialmente, liberais e conservadores travaram luta em torno da Constituição, o que se resolveu em 1823 com a intervenção de um exército francês chamado pelo rei. Em 1833, a Igreja e os defensores dos foros locais do norte uniram-se à causa de D. Carlos, irmão do defunto Fernando VII, dando início à Primeira Guerra Carlista. Esta guerra de religião e de secessão terminou em 1839, com a vitória dos liberais que apoiavam Isabel II,

filha de Fernando, e um compromisso entre os exércitos de ambos os lados.

A luta entre liberais e conservadores clericais transformou-se então em uma sucessão de *pronunciamentos*, até o ano de 1868, em que a rainha Isabel foi destronada pelo general liberal Prim. Após a tentativa frustrada de estabelecer uma monarquia burguesa com Amadeo I, em 1873 instaurou-se a Primeira República espanhola, de cunho federal. Esta durou somente alguns meses, pois o movimento carlista reativou-se no norte, enquanto várias províncias do sul e do sudeste proclamaram-se cantões independentes, forçando a intervenção do exército. Para restaurar a ordem, os militares fizeram voltar o filho da rainha Isabel, convertido no rei Alfonso XII.

Em 1895, iniciou-se a guerra de Cuba; três anos depois, a Espanha perdia a ilha, assim como Porto Rico, Filipinas e Guam, suas últimas colônias ultramarinas. Este golpe provocou uma crise nacional: “os espanhóis viram-se obrigados a considerar-se um país europeu pobre com poucos recursos” (THOMAS, 1976, p. 38). Além disso, reforçou o movimento de autonomia da Catalunha, pois Cuba era o melhor mercado para os tecidos desta região e sua perda reavivou o descontentamento com Castela.

O Marrocos, porém, oferecia uma nova possibilidade de império e em 1904, com o tratado hispano-francês, aumentou-se o esforço para dominar a área, cujas minas de ferro atraíam a Espanha. Em 1909, o efetivo espanhol no norte do Marrocos era de 40.000 homens, porém começaram a surgir os primeiros revezes militares, que repercutiram na Península. Em seguida a uma manifestação contra o embarque de reservistas catalães, deu-se a *Semana Trágica* em Barcelona, em que 120 pessoas morreram em confrontos de rua e 80 igrejas e conventos foram queimados.

ATÉ A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX, a Espanha era um país eminentemente agrícola e latifundiário. Aos camponeses eram pagas diárias de fome – isso nos meses em que havia trabalho para essa população,

pois em grande parte do ano, devido à entressafra agrícola, predominava o *paro*. Os donos, ausentes das terras, eram os *caciques*, chefes regionais com poder de mando absoluto. Direitos sociais não existiam, existia o direito *del cacique*; justiça não existia, existia a justiça *del patrón*. A Igreja, que até o século XVII era bem vista pela população, passou a afastar-se dos problemas da gente comum, preocupada com a possibilidade de suas posses e riquezas serem desapropriadas por algum governo liberal.

Para a população do campo, fosse de regiões latifundiárias, como a Andaluzia, ou minifundiárias, como a Galícia, uma das soluções que se encontravam para *seguir viviendo* era emigrar. A América Latina era o alvo específico, escolhido por meio de uma espécie de transmissão atávica, pois muitos decidiram vir *hacer la America* sem saber realmente o que era *la America*. A Espanha é um país que sempre se encontrou fora da Espanha.

## Segunda República espanhola

---

*Podemos dizer que ninguém, exceto seus fundadores, jamais demonstrou o menor respeito pela República.*

(BRENNAN, 1977, p. 322)

NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920, a situação do regime era crítica. Os movimentos anarquista e socialista, que já existiam desde o começo do século, ganhavam cada vez mais adeptos entre os trabalhadores das fábricas, da construção civil, das minas e dos portos. Nas grandes cidades, a repressão a estes movimentos era brutal. A atuação do general Martínez Añido como governador civil de Barcelona de 1920 a 1922 tornou-se famosa por sua crueldade. Infiltraram-se pistoleiros nos sindicatos livres e o terrorismo anarquista tornou-se frequente. Enquanto isso, no Marrocos aumentavam os insucessos ante as tribos rifenhas sob o comando de Abd-el-Krim: pelo menos 15.000 soldados espanhóis morreram nesta campanha. Entre a população agrária predominava um anarquismo de tipo messiânico, que tinha suas origens numa passagem do anarquista italiano Giuseppe Fanelli pela Catalunha e Andaluzia no final do século passado. A Espanha fervia.

Em 1923, a monarquia constitucional encontrava-se ferida de morte. Devido ao poder local dos *caciques*, os partidos políticos não chegavam a ser mais do que “umas tertúlias, reuniões semissociais que se celebravam nos cafés em torno a alguma figura” (THOMAS,

1976, p. 46). A opinião pública não tinha nenhum respeito pelas Cortes e os políticos sabiam que o exército não resistiria a um general popular. Assim, não houve oposição ao golpe dado por Primo de Rivera no estilo do século XIX. Seu governo marcou-se pela supressão dos partidos políticos, exílio de adversários do regime, repressão aos movimentos de autonomia regionais e um certo ar de prosperidade devido a um ambicioso programa de obras públicas. Além disso, a questão do Marrocos foi resolvida com a pacificação do Rif em 1925. A ditadura conseguiu retardar, embora não tenha conseguido impedir a queda da monarquia.

Em janeiro de 1930, presentindo que sua ditadura já não se sustentava, o general Primo de Rivera retirou-se, vindo a morrer em Paris pouco depois. O governo do general Berenguer, designado pelo rei para formar um novo ministério, seria somente uma etapa. Os antigos partidos ressuscitavam; os antimonárquicos assinaram o pacto de San Sebastian, visando a implantação da República. No meses finais do ano a agitação social era intensa. Em dezembro, a guarnição de Jaca, reforçada por alguns jovens entusiastas, proclamou a República e marchou sobre Huesca, ali sendo reprimida. Seus chefes, os capitães Firmín Galán e García Hernandez foram fuzilados: “a República tinha seus mártires” (VILAR, 1991, p. 124).

Em abril de 1931, finalmente, deu-se a rendição. Após as eleições municipais que apontaram a vitória dos partidos antimonárquicos em todas as cidades grandes da Espanha, o rei Alfonso XIII decidiu fugir, sendo proclamada a Segunda República Espanhola num clima de euforia semelhante ao vivido nas Revoluções. Pelo menos, é o que atesta a bibliografia existente sobre o tema, assim como o único relato que temos em nossas entrevistas de alguém que se recorde dessa época.

JULIÁN ÁNGEL GARCÍA nasceu em Cuenca em 1920 e aos cinco anos mudou-se para Madri junto com a família. Estava, portanto, no centro dos acontecimentos dramáticos de 1931. Seu pai era químico

preparador de vernizes numa grande indústria e pertencia ao sindicato socialista. Seu relato sobre aqueles momentos é bem preciso:

Bom, no dia 14 de abril, o Rei vendo o resultado das eleições, corretamente, assessorado talvez por políticos muito políticos, foi-se para o exílio na França, com a família real toda e acompanhado por diversas personalidades de sangue azul. [...] Com a fuga do rei, implantou-se a Segunda República e o primeiro presidente que escolheram foi Niceto Alcalá Zamora. [...] Vou dizer uma coisa: a princípio tudo continuou na mesma, mas então os partidos políticos começaram a crescer: o Partido Socialista Obrero Espanhol, fundado por Pablo Iglesias; o Partido Comunista Espanhol, cujo presidente na ocasião era José “Pepe” Dias, e outros partidos de centro e de esquerda foram proliferando.

O clima de tensão que se instaurou no país junto com a proclamação da Segunda República deixava claro que algo grave estava para acontecer: a possibilidade de uma reforma agrária radical assustava os *caciques* e a Igreja, que além disso via-se ameaçada de ser separada do Estado; os industriais temiam a revolução proletária, que estava latente entre os trabalhadores das centrais sindicais socialista (UGT) e anarquista (CNT) das grandes cidades, enquanto os militares consideravam-se ameaçados pela diminuição do soldo e de mordomias. A Catalunha conseguiu uma ampla autonomia e outras províncias ameaçavam trilhar o mesmo caminho. O povo queria *pan, tierra y trabajo*, além de ver-se livre daquela *camarilla* que espoliava o país havia tantos séculos.

PABLO BRIONES REVILLA nasceu em 1928, em Madri. Seu pai era ferroviário, categoria que tinha no mundo inteiro “um movimento socialista de reivindicações de melhores salários, de menos horas de trabalho, de escola, de assistência médica”. Assim ele descreve essa época, caracterizando bem o problema que o país enfrentava:

Na Espanha estabeleceu-se a República através de um movimento de Frente Popular, uma união das esquerdas... O Clero não ia perder aquele privilégio que tinha dentro do país, inclusive porque a Igreja era financiada pelo Estado. Os militares também tinham todas as regalias e o povo, sem escola, com 45% de analfabetos, estava na miséria. No entanto, aqueles analfabetos tinham um senso político, tinham uma consciência política!

Esta consciência política não podia calar-se diante das injustiças – e realmente só foi calada após vários anos de sangrenta batalha.

EM NOVEMBRO DE 1933, passados os dois primeiros anos de governo das esquerdas, em que poucas medidas reformadoras de impacto conseguiram ser efetivadas, os partidos de centro e de direita voltaram a dominar a Cortes, numa eleição em que contaram com a abstenção dos anarquistas, decididos a não participar do “jogo democrático burguês”, e com o isolamento dos socialistas, que perderam a metade de seus deputados.

De janeiro a outubro de 1934, agravaram-se os problemas políticos e sociais, assim como a questão catalã. A CNT, central sindical anarquista, mesmo na ilegalidade organizou as greves de abril e maio: o número de parados ultrapassou os 600.000. A UGT, central socialista, optava pela tática revolucionária de Largo Caballero. No campo, a situação também era delicada: o governo ordenou o abandono das terras ocupadas temporariamente no biênio anterior, anulou a expropriação dos *grandes* da Espanha e as leis de arrendamentos e salários. Os camponeses tentaram a “greve da colheita”, mas foram reprimidos pela força.

No dia 4 de outubro, o líder da direita Gil Robles conseguiu impor três ministros ao governo Lerroux. A reação foi rápida: em Madri, a UGT proclamou uma greve geral e alguns militantes socialistas dispararam contra o Ministério de *Gobernación*. A atmosfera

reinante devia ser realmente de exceção, pois apesar de ser bastante jovem na época, JULIÁN lembra-se com detalhes dos acontecimentos:

No bairro que eu morava, pertinho de casa, existia o Círculo Socialista: meu pai era filiado. E concretamente no dia 4 de outubro – ele estava em casa, isso eu garanto – houve um tiroteio e mataram um rapaz das Juventudes Socialistas que morava no bairro, conhecido nosso; o nome dele era Ángel San Juan... Estava havendo um ato de apoio aos estudantes que faziam uma greve geral, então a polícia quis invadir; houve um tiroteio, esse rapaz puxou um fuzil e enquanto os companheiros iam fugindo ele ficou ali para não pegarem todos... Ele arriscou a vida e morreu lá, Ángel San Juan...

Em 5 de outubro, dois acontecimentos revolucionários estalaram na Catalunha e em Astúrias, trazendo consequências importantes para o desenvolvimento da política espanhola nos vinte meses seguintes. Na Catalunha, o movimento veio de cima e fracassou rapidamente: Companys, o presidente da *Generalitat* (governo autônomo catalão) apoiou uma greve geral organizada pela UGT, os comunistas dissidentes e a juventude catalã. No campo houve alguns incidentes sangrentos, mas não a insurreição de massas. No dia seguinte Companys declarou “o Estado catalão dentro da República federal”, bastando quinhentos homens para o general Batet reprimir a aventura.

Em Astúrias, ao contrário de Barcelona, o movimento veio de baixo, caracterizando-se pela unidade revolucionária e o armamento dos trabalhadores. Ali, anarquistas, socialistas e comunistas esqueceram suas diferenças e lançaram-se à insurreição, sob o grito unificador *Uníos Hermanos Proletarios*. O levantamento havia sido preparado cuidadosamente em toda a província. O quartel general estava em Oviedo, sendo realizadas ações importantes nas cidades mineiras de Mieres e Sama, próximas à capital. Depois de três dias de iniciada a revolução, grande parte de Astúrias estava nas mãos dos mineiros,

que proclamaram a República Socialista. Nas cidades e povoados tomados, instalaram-se comitês revolucionários. Ao cabo de dez dias, trinta mil trabalhadores haviam sido mobilizados para o *Ejército Rojo*.

JULIÁN ÁNGEL, com quatorze anos à época, rememora a revolução de Astúrias, que permitia antever o que seria a Guerra quando esta começasse:

Em 1934, os mineiros de Astúrias, uma região montanhosa da Espanha, fizeram uma greve que durou bastante tempo, uns dois ou três meses... E havia entrado um governo menos liberal, de direita – não quero fazer comparações, porque são odiosas as comparações, mas se conheceu na História aquele governo como o “Biênio Negro”... A primeira providência que tomaram, em lugar de chegar a um acordo, foi mandar nada mais, nada menos, que o tristemente célebre Francisco Franco, posteriormente “*Caudillo de España por la gracia de Dios*” [...]. Franco era comandante da Legião Estrangeira, um corpo violento de mercenários, com legionários e com mouros [...] que cometeram verdadeiras tropelias! Em plena República, assassinaram, passaram a fogo, massacraram, aqueles comunistas asturianos – porque todos que não eram de direita como eles eram comunistas!

O governo não chamou somente o general Franco para combater os mineiros, mas a Legião Estrangeira e as tropas marroquinas, porque duvidava que o exército regular pudesse ter êxito. Apoiados pela aviação, estas tropas rapidamente tomaram Oviedo e as cidades vizinhas.

A violência empregada na repressão foi brutal: calcula-se que entre 1.500 a 2.000 pessoas tenham morrido, na maioria mineiros; outras 30.000 foram encarceradas em todo o país nos meses de outubro e novembro (THOMAS, 1976, p. 167). A censura foi completa em Astúrias, e nas outras partes do país os jornais de direita noticiavam que freiras haviam sido violentadas e padres tiveram seus olhos

arrancados pelos revolucionários. Criavam-se mais ressentimentos, aprofundavam-se os ódios.

Após o *Biênio Negro*, em que foram anuladas as poucas medidas reformadoras do governo liberal no biênio anterior, novas eleições foram realizadas. Desta vez, os partidos de esquerda não voltaram a repetir o erro que lhes tirou a vitória em 1933: a desunião. Com a formação da Frente Popular, nas eleições de fevereiro de 1936 uniram-se republicanos de centro e de esquerda, socialistas, comunistas, anarquistas (que voltavam a participar da democracia burguesa, com um milhão de eleitores), além dos sindicatos socialistas e das agremiações regionalistas bascas e catalãs.

Com a instalação do novo governo das esquerdas, o clima em Madri tornava-se quase revolucionário. Os partidos mobilizavam-se para a Guerra, preparando a distribuição de armas à população, pois no exército não se podia confiar. “Todo mundo sabia o que ia acontecer: via-se a tragédia!” (JULIÁN). Manifestações de trabalhadores provocavam choques graves com a polícia e *la Guardia*, sendo comuns as emboscadas entre os militantes dos partidos políticos, não só entre partidos de esquerda e direita, mas mesmo entre aqueles da Frente Popular. Atentados eram frequentes, senão cotidianos: a pessoas, a grupos, a Igrejas.

## Anjos de Gesso

---

*Os anarquistas destruíram muitas igrejas, mas o clero havia destruído antes a Igreja.*  
(CASTILLEJO, *apud* BRENNAN, 1977, p. 65)

A IGREJA CATÓLICA, NA ESPANHA, fora ao longo de muitos séculos uma instituição quase intocável, assumindo desde a época da Reconquista a salvaguarda da fé cristã contra as incontáveis heresias que ameaçavam o mundo – e sobretudo a Espanha, impregnada de espírito mouro e judeu. Muitas vezes, a Igreja atuava por cima do próprio poder temporal, como no caso do Tribunal da Inquisição, que sentenciava os réus e determinava que as autoridades civis executassem as penas impostas. Foi o próprio rei Fernando de Aragão, por exemplo, que levou adiante a campanha de conversão à força dos mouros e judeus, determinada pela Igreja.

Como nota Pierre Vilar em *Historia de España* (1991), devido à sustentação da Inquisição por parte dos reis e apoio de grande parte da população, não houve na Espanha espaço para a difusão de outras heterodoxias tais como o erasmismo, o protestantismo ou as ideias de certos reformadores espanhóis como Valdés ou Servet. Estas minorias foram combatidas com armas conhecidas: “lutas escolares e linguísticas, propaganda, separações de filhos e pais, repressão policial, confiscação de bens. A Inquisição não traz a esta repressão nem mais nem menos rigor nem escrúpulos do que os de costume” (VILAR, 1991, p. 45).

Essa mentalidade religiosa persistiu por muitos anos, mesclada de elementos econômicos e raciais herdados da Idade Média em decadência. A partir do séculos XVII e XVIII, porém, passou a haver uma separação entre os interesses da população e os da Igreja – considerando que os mesmos tenham sido convergentes quando da expulsão de mouros e judeus. É frequente na literatura e na historiografia a menção ao abuso de poder praticado pelos pregadores da fé cristã, desde os *curas* de aldeia até bispos influentes na política nacional. Não se desvincularam, no entanto, os interesses da Igreja e daqueles que detinham o poder político e econômico, o que a longo prazo gerou, no íntimo de cada camponês ou operário, uma dúvida sobre a legitimidade desta Igreja e, logo, um ódio latente. Poucas vezes este ódio explodiu, mas quando isto aconteceu, foi com uma violência fora do comum.

JULIÁN ÁNGEL presenciou concretamente duas queimas de Igrejas nos meses que antecederam a Guerra Civil e tem uma ideia diferente da propagada pela história oficial da época, que atribui aos anarquistas e comunistas estes atentados:

Confesso sinceramente, que acho impossível que no *Convento de la Flor*, na *Gran Via de Madri*, um prédio enorme, com umas janelonas, umas portas de madeira que deviam ter 20 centímetros, fechadas, alguém pudesse entrar a *prender fuego!* Eu pessoalmente vi que as chamas saíam de dentro para fora. *Quem* prendeu fogo dentro eu não sei, mas que foram queimadas Igrejas...

*En la rua de la Montera*, numa Igreja de São Luís, também quem prendeu fogo não é certo. Agora, me diga uma coisa: os nazistas na Alemanha queimaram o *Bundestag*, o parlamento, porque precisavam pôr a culpa em alguém, que eram os comunistas... E isso se repete... Aqui, eu escutei o distinto coronel Erasmo Dias, babando-se, confessar que *ele* tinha colocado uma bomba no Estadão, numa ocasião, porque precisavam de um bode-expiatório: os comunistas!

A interpretação de Julián Ángel, que viu o fogo por fora, é bastante plausível, mas infelizmente pouco comprovável, como sempre acontecerá em atentados deste tipo, dos quais a história está repleta. PABLO BRIONES, mais novo na época destes acontecimentos, tinha olhos menos críticos, recebendo um outro impacto com o saque a uma capela, o qual presenciou:

Quando começava a Guerra Civil, tinha uma capela fora da cidade que foi saqueada, quebraram tudo. Aquilo me marcou muito porque eu senti que todos aqueles santos e anjos pendurados, aquele Cristo, aquela Virgem, eram de gesso! De gesso e ocos! [...] Todas aquelas imagens, todo aquele misticismo, de repente quebraram-se de uma vez e perderam todo o significado que podiam ter... De qualquer forma, naquela época eu já sentia que não aceitava aquela ideia; como representavam a criação do mundo, Adão e a costela, eu não aceitava isso.

Após esta experiência, Pablo tomou um caminho que o afastou cada vez mais da Igreja, responsabilizada muitas vezes pelas tragédias que sofreram sua família e seu país.

Nos primeiros anos da República e principalmente nos meses que antecederam a Guerra, padres, bispos, monges e freiras foram alvo de inúmeros atentados, assim como os edifícios religiosos. De certa forma, atribuía-se a estes a responsabilidade de grande parte da pobreza da Espanha – e bastava ver a importância do patrimônio da Igreja à época para comprovar que a afirmação tinha certo fundamento para aqueles que a faziam. As queimas de Igrejas e atentados aos religiosos significavam para os comunistas, e sobretudo para os anarquistas, a inauguração de uma nova era, marcada pela igualdade humana. Começava a Revolução, com muito derramamento de sangue como convém às grandes revoluções.

## Guerra Civil Espanhola

---

*Aqui jaz metade da Espanha; morreu nas mãos da outra metade.*

(LARRA, *apud* MATTHEWS, 1975)

OS MESES DE FEVEREIRO A JULHO de 1936 conheceram manifestações de violência em todas as partes da Espanha, cometidas pelos extremistas tanto da esquerda como da direita. Enquanto anarquistas e comunistas exaltados atentavam contra igrejas e conventos, as formações fascistas paramilitares assassinavam políticos, magistrados e sindicalistas. Nas cidades, poderosas manifestações de trabalhadores, sem esperar a assinatura do decreto de anistia, abriram as prisões e libertaram os presos detidos desde outubro de 1934. A agitação no campo reacendia-se: em duas províncias, arrendatários expulsos voltaram às suas terras, empreendendo espontaneamente uma reforma agrária que em três meses repartiu 250.000 hectares. Naturalmente, os generais conspiravam: nunca deixaram de fazê-lo, e em julho de 1936 sentiam-se preparados para tomar o poder, evitando assim que a Espanha fosse “tomada pela revolução”.

No dia 18 de julho, num movimento liderado pelos generais Sanjurjo, Franco e Queipo de Llano, levantaram-se as guarnições em vários pontos do país, saindo às ruas e proclamando estado de Guerra. Este golpe de estado, no entanto, apesar de tecnicamente bem sucedido, fracassou politicamente nas partes vitais do país, o que significou sua transformação em revolução e Guerra Civil. De fato, o

*pronunciamento* triunfou na medida em que privou a república de quase todos os seus quadros militares, mas fracassou no sentido que os insurretos só tomaram o poder numa parte restrita do território; nas outras partes, como Madri, Valência e Barcelona, o exército foi desarmado pela população e os soldados passaram para o lado do povo.

JULIÁN ÁNGEL, que a esta época tinha 16 anos, lembra-se das impressões destes primeiros dias de Guerra:

Quando vieram as primeiras notícias da Guerra na imprensa, *mi padre* comentou com *mi madre* que aquilo não era mais uma quartelada, um golpe de um general descontente... Parecia que aquilo seria uma Guerra duradoura; havia contato com a Alemanha, que estava mandando armas, havia outras implicações...

A reação popular seguida ao levantamento militar foi incontrollável pelo governo, que se viu obrigado a distribuir armas à população. Os partidos e sindicatos organizavam espontaneamente suas formações militares, enquanto voluntários de todas as partes do país e do mundo acorriam para lutar contra a *España negra* dos sacerdotes, *caciques* e generais, “velho pesadelo do liberalismo” (VILAR, 1991, p. 144) e representante do fascismo internacional.

PABLO: Então começou a Guerra, em 36, no mês de julho. Eu lembro que passavam aqueles trens carregados de milicianos indo para a frente, entusiasmados para ganhar a Guerra.

JULIÁN: Os partidos políticos criaram, a toque de caixa, seus batalhões: o Partido Comunista criou o 5º Regimento de Milícias Populares e se apossou de um convento que havia em um bairro de Madri, instalando ali o seu quartel general. O Partido Socialista criou diversos batalhões. [...] Os anarquistas controlavam a FAI e a CNT e criaram grupos com as armas que

conseguiam: o governo dava, ou assaltavam um quartel da Guarda Civil, pegavam 30 *fusiles* e repartiam... Enfim, todos se mobilizaram para defender a República.

Em Bocairente, pequeno município da região de Valência, o anarquista Vañó também participou da Guerra como voluntário, deixando em casa a mulher com os quatro filhos pequenos. Antonio Vañó, o mais velho, nascera em 1925; o mais novo, chamado Progreso, nasceu durante a Guerra, em 1937.

ANTONIO: Em 1936, quando começou a Guerra, como todo mundo que era de esquerda, ele tomou as armas e foi lutar voluntariamente contra o franquismo. Mas como tinha muita juventude de 18, 20, até 30 anos para lutar, ele foi mandado de volta para a retaguarda, para a cidade de Bocairente, onde ele foi prefeito e teve que ser do *Comité de Defensa*. Depois, ele voltou ao front.

PROGRESO: A partir do início da Guerra Civil – isto que eu estou te dizendo forma parte da informação que eu recebi em casa, eu não tenho nenhum tipo de lembrança – mas em casa se afirma que na época da Guerra, ou no período imediatamente anterior, o meu pai acabou sendo prefeito de Bocairente... Logo a seguir, ele foi, por opção voluntária, ao *front*, fazer a Guerra junto com toda a nação espanhola... [...] A participação dele parece que ocorre numa Brigada anarquista, na frente de *Aragón*...

Deixemos a palavra seguir com JULIÁN ÁNGEL, que dentre os nossos colaboradores é o único que tinha idade para participar do conflito, apresentando-se aos 16 anos para lutar e exemplificando bem a importância da adesão voluntária da juventude espanhola na luta contra o fascismo.

Eu estive na Guerra porque *mi padre* disse na ocasião que em cada família devia haver um que defendesse a República. Então fiquei pensando em ir, porque eu era mais político que ele e pertencia havia quase dois anos à Juventude Comunista. [...]

Eu, concretamente, no dia 5 de agosto de 36, cheguei à frente de Guadarrama com a “1ª Companhia, Batalhão Leal” e estive durante oito meses sem voltar a Madri... [...] Em junho, julho e agosto de 38, estive em Valência, na Escola Popular de Guerra, pretendendo fazer-me oficial, mas eu não tinha conhecimentos de trigonometria e não consegui passar... Então, voltei à frente: mandaram-me à “58ª Brigada Mista, 231º *Batallón*, 2ª Companhia”. Na ocasião eu era cabo e combati em diversos lugares... Em agosto, concretamente no dia 23 de agosto de 1938, num combate em Extremadura, ao cruzar o Rio Zujar, deram-me dois tiros de metralhadora, um aqui no ombro e outro no maxilar superior: atravessou a língua, quebrou o maxilar, saiu pelo pescoço... *Bom!..*

Estive evacuado um mês e meio num hospital de campanha; depois fui a uma clínica em Albacete, estive um mês convalescente em Madri e me incorporei de novo! Me incorporei de novo no mesmo *front* de que tinha saído, onde ainda estava a minha Brigada...

Foi devido à atitude de centenas de milhares de idealistas como Julián que o golpe dado pelas forças conservadoras demorou quase três anos para ser completado, consumindo a vida de mais de 300.000 pessoas. Para este funesto resultado, contribuíram decisivamente as intervenções da Rússia, Itália e Alemanha, assim como a “neutralidade” assumida pela França e Inglaterra. Enquanto os primeiros enviaram grandes quantidades de material bélico e pessoal, fazendo da península um campo de testes para a Segunda Guerra Mundial, os países “democráticos” ocidentais preferiram cumprir rigorosamente o pacto de “não-intervenção”, firmado tanto por uns como por outros, mas violado às claras pelos países fascistas e pela Rússia.

As grandes cidades mantidas pelos republicanos eram alvo constante de bombardeios realizados pela *Luftwaffe*, que marcaram a imaginação daqueles que eram crianças na época. PASCUAL PEIRÓ BABIERA nasceu em 1929, numa cidade vizinha a Valência, e narra:

Em Valência tinha uns depósitos de óleo e de gasolina perto do porto, então cada vez que soltavam bombas lá, na minha cidade tremiam todas as janelas das casas... Você via de noite as balas das metralhadoras antiaéreas, que saíam acesas, vermelhas... Eu lembro que bombardearam os depósitos de óleo da Campsa e toda a região de Valência ficou três ou quatro dias quase sem sol, com aquela fumaça que saiu dos depósitos...

PABLO: A Guerra é um acontecimento que marca muito; eu via aqueles combates aéreos e no começo sentia muito medo, era um acontecimento novo... Mas depois de algum tempo você se acostuma, vira cotidiano. [...] No começo, quando vinha o avião bombardear Madri, todo mundo corria para os abrigos subterrâneos. Mas depois de algumas vezes, você sabia que se o avião estava longe a bomba não caía aqui, então a gente ficava assistindo. Os aviões eram muito lentos naquela época, eram Junkers, alemães, de três motores. [...] Isso existe agora em filmes de guerra, mas era real e a gente se acostumava!

De fato a Guerra criava uma rotina, mas a rotina da fome, da violência, do perigo. Para a população que vivia nas cidades, o sacrifício era dobrado, já que todos os seus esforços destinavam-se àqueles que estavam na linha de frente. Julián Ángel lembra-se com carinho do trabalho efetuado na retaguarda, enquanto Pablo Briones recorda o duro cotidiano da Guerra.

JULIÁN: No 5º regimento, desde o primeiro dia funcionou o correio para os soldados: “Ángel García, 1a Companhia, Batalhão Leal”. Deixava-se a carta onde estava localizado o quartel

do bairro e a intendência, a cada dois ou três dias, levava a correspondência junto com os mantimentos e munições... Pouco tempo depois, as mulheres, mães e irmãs de alguns combatentes se reuniram e começaram a fazer blusas e gorros de lã – estávamos na Serra de Guadarrama, onde neva, faz um frio bárbaro e já antes de chegar novembro, que é quando começa o frio, começaram a mandar para o *front*...

PABLO: Durante a Guerra, era tudo racionado: tínhamos uma caderneta e só podíamos comprar o que tinha: melancia, melão, feijão, azeite, para todo mundo igual! E praticamente todo mundo ganhava igual: os que estavam na Guerra ganhavam 10 pesetas e os que fabricavam bombas, na retaguarda, ganhavam o mesmo. O dinheiro não tinha grande valor porque você não tinha o que comprar, não tinha nada. [...] Bom, passaram-se três anos e chegou um momento que a gente já estava desejando que a Guerra terminasse, de uma forma ou outra, porque achamos que terminando a Guerra acabariam também os bombardeios, os racionamentos...

O exército republicano, que demorou para se organizar, não foi capaz de conter a ofensiva franquista, realizada através de colunas motorizadas e forte apoio aéreo. Era um novo tipo de guerra, desenvolvido e testado por alemães e italianos em solo ibérico, ao qual se opunha a antiga guerra de motins, colunas e guerrilhas, mais afeita ao caráter libertário do espanhol. Hugh Thomas nota que a Guerra da Espanha foi ganha por aqueles que souberam utilizar melhor a tecnologia moderna em um país semi-industrializado: “triunfava a velha Espanha, com novas armas” (THOMAS, 1976, P. 1004).

Em 26 de fevereiro, cai Barcelona. Multidões de refugiados tentam passagem pela fronteira com a França, pressentindo que o franquismo não perdoará aqueles que se envolveram com a resistência republicana. Em 28 de março de 1939, Franco ocupa Madri. É o fim da Guerra.

---

# Anos Franquistas

---

## Órfãos da Guerra

---

*O verão de 1939 foi uma festa para os delatores, para os vingativos e para os sedentos de sangue.*  
(THOMAS, 1976, p 990)

EM ABRIL DE 1939 COMEÇA o segundo capítulo desta história. Capítulo amargo, manchado de violência, humilhação e miséria.

Terminado o conflito que dilacerou o país, eram centenas de milhares os mortos, desaparecidos, presos e exilados: quase todas as famílias da Espanha contabilizavam ao menos uma perda entre os seus. A Guerra Civil Espanhola deu lugar a uma década de repressão onde uma nova geração se formou, carregando em si o germe do antifranquismo.

Desta geração, saíram cerca de 120 mil espanhóis que vieram ao Brasil entre os anos de 1945 e 1964. Personagens de nosso estudo, protagonizaram um dos maiores movimentos migratórios já registrados no país, originado nos anos repressivos de Franco.

ENRIQUE GARCÍA nasceu em Jerez de la Frontera, na Província de Cádiz, no ano de 1937. Em sua região não houve enfrentamento militar, sendo uma das primeiras a ser tomada pelas forças de Franco. Sua impressão da Guerra e dos anos posteriores é curta e direta:

Na Espanha não houve apenas uma Guerra Civil, mas uma limpeza geral: todo aquele que era esquerdista ou cheirava a esquerdista era fuzilado.

E PASCUAL BABIERA complementa:

Aí começou o drama dos presos políticos, os fuzilamentos... Em todas as guerras, de um lado e de outro se cometem injustiças... Eu sei que na parte da República se cometeram injustiças, mas os franquistas depois abusaram... Parece que queriam se vingar, foi terrível! Na minha cidade mataram alguns... Mataram o prefeito, que não tinha manchado as mãos de sangue, só por ser prefeito...

O pai de Antonio e de Progreso Vañó fora “prefeito” de Bocaliente durante a Guerra, além de pertencente ao *Comité de Defensa* e ao sindicato anarquista; sua chance de escapar à perseguição era muito pequena:

ANTONIO: Aí chegou o ponto final da Guerra; ele tinha um passaporte pra sair, porque todos sabiam que Franco ia acabar com todo mundo que não fosse franquista, mas ele não quis fugir, achava que na Espanha ele seria mais importante... Então voltou para casa, desmilitarizado, pensando que seria julgado corretamente. Mas no momento que chegou, sem deixarem trocar de roupa nem nada, foi pego pelos falangistas e foi encarcerado, não pôde nem trocar-se.

PROGRESO: Eu sei que ele volta para Bocaliente um intervalo, uns dias, e penso que depois a única vez que ele retorna é no fim da Guerra, já derrotada a República, para despedir-se da família e ir para a emigração... Só que ele foi visto, na hora da chegada... Uma cidade pequena... Foi denunciado, preso, e poucos meses depois ele foi fuzilado numa prisão perto da nossa cidade...

ANTONIO: Ele ficou preso nos meses de abril, maio, junho e julho. Foi torturado, foi muito torturado; eu ia vê-lo, a cidade

era pequena e me deixavam entrar na cadeia... Aí foi passado para outra cadeia, na Capital, Valência, e a 19 de julho foi fuzilado.

PROGRESO: Quando estava preso, ele mantinha contato epistolar quase constante... Eu tenho aí, inclusive, uma carta manuscrita dele... A última carta, comunicando que vai ser fuzilado...

ANTONIO: Três meses *depois* de fuzilado, aparece no Diário Oficial de Madri a sua liberdade condicional e de mais doze companheiros seus que foram fuzilados também... Isso te mostra que naquela época o fascismo estava solto com todas as suas forças.

FLORENTINA CANTO, nascida na região de Burgos, tinha sete anos quando Franco tomou o poder. O pai, socialista, era o orador da pequena cidade em que moravam e também tinha poucas chances de escapar à repressão. Ela narra:

Meu pai teve que ficar muito tempo escondido na casa da minha madrinha... Minha mãe ficou com sete filhos e foi uma luta muito grande, porque depois prenderam meu pai e deram pra ele três penas de morte... [...] E aí, por bom comportamento, quando era o aniversário de Franco ou outra festividade, sempre rebaixavam um pouco a condenação... Então, das três penas de morte ele ficou com trinta anos e um dia... [...]

Minha mãe teve aquela vida... Coitada: cuidava dos sete filhos! Enquanto meu pai esteve preso, mataram um irmão da minha mãe, com 19 anos: assassinaram. Outro que poderia nos ajudar seria meu tio, irmão de meu pai, mas este foi para um campo de concentração e ficou muitos anos... Então só ficou meu avô, que começou a beber que nem um condenado, porque mataram a metade da família...

As narrativas de abusos cometidos pelos franquistas continuam: PAULA ALONSO JIMENEZ é natural de Toral de los Vados, pequena cidade da Província de León, muito próxima à Galícia. Sua família protagonizou vários dos mais bárbaros relatos que obtive sobre a repressão franquista, brutais e numerosos demais para serem reproduzidos aqui (a entrevista na íntegra encontra-se na Segunda Parte do livro). Seu avô e seu pai, únicos homens da família que não foram assassinados pela “nova ordem” da Espanha, sofreram sequelas físicas e psicológicas que lhes custaram a morte prematura.

Muitos que não se haviam envolvido na Guerra também foram presos, como relatam Pablo Briones e Julián Ángel, ambos de Madri. Ter vivido e trabalhado numa cidade ocupada pelos republicanos durante os anos do conflito era motivo suficientemente forte para ser detido e torturado pela repressão franquista.

PABLO: Na tarde do dia 4 de maio de 39 foram buscar meu pai: “Escuta, é pra você se apresentar lá no quartel da Guarda Civil...” [...] Ele foi denunciado que pertencia ao Partido Socialista, que era vermelho, acusado nem sei bem de quê, porque ninguém sabe até hoje. Na verdade ele não chegou a ser filiado a nenhum partido; muitos ferroviários eram filiados a partidos de tendência de esquerda, mas meu pai não era. [...] Ele teve um julgamento sumário – colocavam dez num banco, com um advogado de defesa militar – e foi condenado a seis anos de cadeia e um dia!

JULIÁN: No dia 11 de abril de 39 foi preso meu pai... Ele não esteve na Guerra, esteve em casa, não saiu um momento... Não era nem filiado ao Partido, somente pertencia ao Círculo Socialista, mas foi preso e esteve oito anos na prisão, condenado a doze anos por auxílio à rebelião! – Não entendi: auxílio à rebelião? Mas não chegou a pegar armas, esteve trabalhando na fábrica continuamente!... [...] Foi de uma prisão a outra, esteve no Conde de Toreno, esteve em Yeserias, e depois de três

ou quatro anos, quando foi julgado, mandaram-no para a prisão de Pastrana, na Província de Guadalajara, onde completou os 8 anos de cadeia...

A violência da repressão franquista não só eliminou a seus inimigos políticos como também destruiu a força produtiva da nação, devido às enormes baixas causadas pelas mortes de guerra, pelo exílio e pelas prisões e execuções nos anos seguintes. Ramón Tamames estima em 141.183 os mortos de guerra e em 105.000 o número de executados entre os anos de 1939 e 1945, acrescentando-se a isso o exílio de 300.000 pessoas e a perda de 875.000 homens/ano nas prisões entre 1939 e 1950 (TAMAMES, 1988, p. 170-71). Segundo Hugh Thomas, os mortos em decorrência da Guerra seriam 500.000 (THOMAS, 1976, p. 993).<sup>1</sup>

Estas cifras, no entanto, se têm uma aterradora importância como quantidade, são ainda mais expressivas considerando-se a qualidade: os mortos, presos e exilados foram em sua grande maioria homens jovens em plena capacidade para o trabalho, operários qualificados, técnicos, cientistas e professores, o que comprometeu por décadas a tecnologia e a produtividade da Espanha. O país, que era pobre, tornou-se miserável.

---

1 Hugh Thomas apresenta os seguintes dados (aproximativos) para chegar a este número: mortos em ação ou depois, em consequência de ferimentos: 200.000; vítimas de assassinatos e perseguições na retaguarda: 130.000; vítimas de bombardeios aéreos: 10.000; mortos por desnutrição e outras enfermidades ligadas à guerra: 25.000; execuções imediatamente posteriores à guerra: 100.000 (THOMAS, 1997, p. 993).

## Anos Magros

---

*Olha: trabalhar, trabalhava mais que uma burra, sabes? Trabalhava mais que uma burra para poder sobreviver...*

(FLORENTINA CANTO)

ENTRE OS RELATOS DOS IMIGRANTES espanhóis em São Paulo, são comuns as descrições dos anos de miséria seguintes à Guerra Civil. A vida econômica extremamente deficiente marcou-os profundamente, sobretudo aqueles que eram crianças nos primeiros anos do regime de Franco. Obrigados a trabalhar para substituir a mão-de-obra adulta, dizimada pela Guerra, pelo exílio e pela repressão, os mais jovens acabariam por tornar-se avessos ao sistema social de Franco, procurando meios de escapar à falta de perspectivas econômicas.

JUANA NARANJO GALLART nasceu em Sevilla, em 1933. Sua mãe faleceu um ano após a Guerra, tuberculosa e desnutrida. Seu pai combateu primeiro ao lado dos nacionalistas, passando em seguida ao exército republicano. Terminado o conflito e depois de um ano e meio preso, não encontrou mais emprego, apesar de ter sido secretário de Juiz e ter uma “boa caligrafia”:

Naquela época era tudo racionado: em casa tinha oito cadernetas e minha avó me mandava buscar oito pães na padaria, pouquinho maiores do que os daqui. [...] Eu vinha com o pão quentinho, com uma fome! E se eu comesse um, ou se beliscasse

um, levava uma surra! Mas eu não aguentava: se vai me dar uma surra, que me dê, porque eu vou comer o pão! Depois, o dia inteiro já não podia comer pão...

ANTONIO MORENO, nascido em Málaga em 1942, ressentiu-se da falta de homens aptos para o trabalho, assumindo em tenra idade funções mais adequadas a adultos.

A minha infância foi como a infância da maioria das pessoas pobres da Espanha, ou seja, muito poucos recursos, uma vida muito difícil... Os recursos de casa eram os mínimos e às vezes faltava para se alimentar. [...] Havia muitas dificuldades e já com doze anos nós tivemos que começar a trabalhar fora – desde os oito anos eu já ajudava meu pai no bar. [...] Com treze anos, já perto dos quatorze, eu consegui arrumar emprego numa empresa, um frigorífico de abate de porcos. Ficava a treze quilômetros de distância e eu ia de bicicleta todos os dias, de madrugada, enfrentar aquilo lá...

É o caso também de Florentina Canto e de Pablo Briones:

FLORENTINA: Então desde muito crianças já nos tocou trabalhar, de um jeito ou de outro; desde pequeninhos... Nós íamos ao rio – duas irmãs que tenho na Venezuela e eu –, pegávamos aquelas pedras grandes, bonitas, e na porta de casa ou na calçada batíamos, peneirávamos e fazíamos sapóleo... Colocávamos numa lata grande e com uma latinha mais ou menos como essas de palmito, íamos pelas casas vendendo o que nós chamávamos *arena*...

PABLO: Em casa tínhamos duas moedas de prata, de uma *peseta*, então a partir daquele momento a gente ficou na maior miséria, em todos os aspectos: meu pai estava na cadeia, minha mãe tinha que ir lavar roupa, fazer limpeza nas casas e eu,

com uma lata, um balde, ia buscar vidro, papel, carvão, no lixo, para conseguir algum dinheiro pra sobreviver. [...]

Em 42 meu pai saiu da cadeia, mas não era o mesmo, tinha mudado completamente por causa do sofrimento. Logo minha mãe ficou doente e morreu de câncer no útero. Eu era o mais velho, estava com 14 anos e tinha um irmão com problema de deficiência física, não andava bem. Então você pode ver que o sofrimento em casa foi enorme!

Endividada e empobrecida, a Espanha sofreria por vinte anos as perdas econômicas da Guerra. Comparando os anos de 1935 e 1939, Ramon Tamames (1988, p. 172) aponta a queda de 21,2% na produção agrícola e 31,0% na produção industrial, com a consequente diminuição de 28,3% na renda *per capita*. Mais do que a estas cifras, no entanto, refletindo os danos da Guerra, deve-se considerar que a partir de 1939 a economia espanhola entrou em uma longa fase de regressão ou estancamento em todos os níveis. Somente em 1953 alcançar-se-ia novamente o nível de renda por indivíduo ativo de 1935 e apenas em 1959, com a aplicação do Plano de Estabilização, pôde a Espanha desprender-se definitivamente das últimas sequelas da Guerra.

Com a repressão política e a discriminação imposta aos perdedores do conflito, ocorreu uma profunda cisão no país – entre *azules* e *rojós* –, refletida intensamente no nível econômico. Aos que haviam combatido com Franco ou habitado na *Zona Azul* durante a Guerra, eram garantidos privilégios, enquanto aos *rojós* – independentemente de serem militares e políticos envolvidos com o governo republicano ou simplesmente mulheres e crianças sem nenhuma participação na Guerra – era negado trabalho, auxílio e mesmo dignidade.

PABLO: O pior problema do regime de Franco foi a desigualdade que ele criou dentro do país entre vencidos e vencedores. No bonde tinha uns assentos onde estava escrito: “Mutilados da Divisão Azul”; não eram para mutilados de Guerra, tanto

de um lado como de outro, eram somente para os mutilados franquistas. Os franquistas tinham seus direitos e recebiam a aposentadoria, os republicanos não recebiam nada. [...] Só pelo fato de ter morado em Madrid durante a Guerra, você já era considerado vermelho, mesmo que não fosse.

FLORENTINA: Porque tinha até isso: se iam comer numa escola do governo, como eras filha de um *rojo*, como eles diziam, um socialista, faziam distinção: se tinha bastante comida, te davam, se não, te mandavam pra casa... Não tinham nem respeito de que nós não entendíamos nada do que estava se passando com nosso pai; até mesmo sendo crianças nos judiavam, nos obrigavam a ir ao catecismo, nos obrigavam a ir à missa...

JULIÁN: Eu estava trabalhando, tinha um salário e estava sobrevivendo, mas não tinha alguns direitos: não era ex-combatente, não era ex-cativo, mas ninguém que tinha ficado na zona republicana podia solicitar um emprego nos Correios, na Rede Ferroviária, ou no Magistério... Formaram-se duas Espanhas: uma com todos os direitos, outra sem direito nenhum!

Certamente havia exceções neste quadro de pobreza e repressão intensas, como o caso do andaluz ENRIQUE GARCÍA. Em seu entender, seus pais eram “apolíticos” e não foram perseguidos pelo franquismo; com casa própria e trabalho, pertenciam à pequena classe média remanescente da Guerra Civil.

Alguém pode dizer que eu fui mais privilegiado do que muita gente, porque eu sempre morei numa casa com quarto, sala, cozinha... Eu sei de muita gente que morava em cortiços [...] Então, eu não posso te dizer que eu vivi uma infância com marcas de pobreza, de miséria, que pode criar em você uma revolta contra o regime que provocava essa pobreza.

Este caso, no entanto, é único entre nossos colaboradores. Outros nove entrevistados declararam ter sofrido com as dificuldades econômicas acarretadas pela Guerra e pela discriminação dos vencidos, como PROGRESO VAÑÓ:

A segregação dos derrotados é um traço muito forte da Espanha na década de 40 e só vai ceder um pouco lá pelo final da década de 50. Então nós temos aí pelo menos duas décadas de uma polarização muito forte e portanto falta de condições não só políticas – que evidentemente não existe nenhuma –, como também econômicas. Diante da crise no fim da Guerra e durante a Segunda Guerra Mundial, até se reconstruir um pouco a base econômica da Espanha, ocorre um processo em que os perdedores perdem em todos os sentidos: politicamente e economicamente... E é isso que vai provocar, será o *leit-motif* da saída da população espanhola em grande quantidade na década de 40 e sobretudo de 50 em diante...

Conclui-se assim que o baixo nível de vida econômica foi um dos principais motivadores da emigração, embora não fosse o único, como observou Progreso Vañó. Como veremos adiante, os fatores de natureza política contribuíram decisivamente para a emigração de algumas pessoas, sobretudo aqueles que viveram a Guerra, tendo uma importância não desprezível para as mulheres e os mais novos.

## A Era de Franco

---

*Não houve nenhuma época em toda nossa história que tenha sido marcada de forma tão indelével por uma figura individual como foram os 36 anos do franquismo.*

(TAMAMES, 1988, p. 177)

BASEADO NO PODER ABSOLUTO com que surgiu da Guerra Civil, o general Francisco Franco Bahamonde configurou seu próprio regime político, apoiado pela Igreja, o Exército e os meios econômicos, tradicionais baluartes dos caudilhos espanhóis. À sua autoridade subordinava-se todo o mecanismo de Estado, assim como a sociedade, coagida pela longa e brutal repressão. Mais de dez anos após o término da Guerra, continuavam as perseguições e represálias aos vencidos, como se estes já não houvessem pago com a morte ou prisão de algum familiar e a perda de bens e direitos.

FLORENTINA: Eles pegavam minha mãe, junto com outras, levavam para o quartel de polícia, pelavam a cabeça delas e as faziam varrer as ruas todos os dias, ou se iam a cimentar uma rua, jogavam o piche e elas tinham que ir atrás espalhando... E assim muitos anos...

Na cidade de Toral de los Vados, um dos irmãos de PAULA ALONSO, Gilberto, com 16 anos, teve gravíssimos problemas com a Guarda

Civil. Gilberto foi castigado uma primeira vez no lugar de seu irmão Ângelo, de 12 anos, por um roubo que não havia sido cometido por nenhum dos dois. Revoltado, dirigiu-se ao prefeito da cidade, seu ex-professor, que sabendo do abuso fez uma advertência aos policiais. Chamado novamente à delegacia, Gilberto encaminhou-se primeiramente ao prefeito:

O prefeito falou: “Gilberto: vai que agora não vai ter qualquer problema... Eu já falei com eles, eles não vão te fazer nada; talvez eles queiram fazer alguma pergunta, você vai tranquilo.” Aí meu irmão foi, só que não foi tranquilo: eles amarraram ele em cima de uma mesa e disseram que ele ia pagar caro por ter falado com o prefeito... E bateram, bateram, uma coisa bárbara... Bateram nas solas dos pés, que dizem que não fica marcas mas prejudica muito uma pessoa...

Gilberto guardou sequelas desta violência por toda sua vida, carregando um organismo débil e vindo a falecer aos 52 anos. Dos irmãos de Paula que vieram ao Brasil, foi ele o primeiro a tomar contato com as atividades antifranquistas, participando ativamente da política mesmo em nível nacional.

ENRIQUE GARCÍA, que não sofreu na pele nenhum tipo de repressão política, compara o regime de Franco com a ditadura militar brasileira:

Lá na Espanha, o regime dominava de tal forma todo o país, a repressão era tanta! [...] Aqui no Brasil, ainda com toda a repressão, você lia coisas contra os militares. Existiam vários jornais, não sei se você conheceu o jornal *Opinião*, o *Pasquim*, ou outros que de certa forma enfrentavam o regime – não enfrentavam frontalmente, porque não podiam, mas faziam oposição ao regime e na Espanha isso não acontecia. [...] Por isso que eu faço uma diferenciação entre a ditadura na Espanha e a ditadura aqui: a ditadura aqui é uma piada! [...]

Ainda a respeito do governo de Franco, não só para Enrique García, que vivia com padrão de “classe média”, mas também para Pablo Briones, que sofria as consequências da Guerra, a impressão é que houve alguma preocupação social. Para os outros entrevistados, no entanto, a brutalidade da repressão ofusca qualquer progresso sócio-econômico que pudesse estar ocorrendo sob aquele regime.

PABLO: É claro que Franco fez alguma coisa – tem que ser, pois afinal o país não pode ir pra trás, tem que ir para frente. E as ditaduras na Europa são um pouco diferente das ditaduras daqui. Na verdade a repressão era enorme, você nem imagina o que era a repressão lá!

ENRIQUE: O que tenho que dizer sobre Franco é que dentro do regime que existiu sempre houve uma preocupação de resolver vários problemas sociais. Uma das coisas que Franco resolveu foi o problema da habitação. Na Espanha existia muito cortiço e o Franco, na década de 50, 55 mais ou menos, começou a construir casas populares, que se chamavam *viviendas sociales*. [...] O regime era uma ditadura, mas não uma ditadura do tipo de procurar benefícios em função de uma camarilha que nem fazem aqui. Aqui entra uma turma no poder e procura os benefícios pra ela, porque sabe que depois vai entrar outra turma que também vai se beneficiar, então eles procuram se aproveitar ao máximo do poder que eles têm. Ali não era assim; acho que eles se consideravam perpétuos, o tipo de regime era pra sempre, então eles tinham uma preocupação social.

A construção econômico-social projetada por Franco mantinha a estrutura tradicional de domínio dos meios de produção e do poder social por parte dos grupos, classes e instituições que participaram do levantamento nacionalista. Na imposição de um “Novo Estado” totalitário, oposto às pretensões de mudança e modernização da

República, e revestido com um verniz “social”, radicou o fundamental do regime de Franco. Um regime que, além de muitos mortos, deixou inúmeros ressentimentos.

## Imigração ou exílio?

---

*Eu não escolhi Estados Unidos, nem Canadá, nem Brasil: eu teria saído até pra Abissínia! Não queria, não podia permanecer mais um minuto na Espanha, era insuportável!*

(JULIÁN ÁNGEL)

APÓS O MACIÇO MOVIMENTO de exílio ocorrido nos meses finais da Guerra Civil, as migrações exteriores foram praticamente inexistentes na Espanha até 1945, devido à Guerra Mundial e ao momento mais duro da repressão franquista. Nesta data, com a abertura da emigração, criou-se uma importante válvula de escape para evitar problemas trabalhistas que de outro modo teriam sido graves, em consequência de uma grande massa de *parados*. O movimento reativou-se, sobretudo em direção à América Latina, que oferecia boas oportunidades a profissionais qualificados, além da facilidade com a língua.

Foi a partir de 1958, no entanto, que a população espanhola entrou em sua fase de máxima mobilidade. Os estímulos mais fortes para isso foram os efeitos do plano de estabilização lançado em 1959 (recessão entre 1959 e 1961) e a onda de prosperidade que a Europa conheceu a partir de 1958, com a entrada em vigor do Tratado de Roma (pelo qual se criou a CEE).

Aponta-se assim a questão econômica como a principal motivadora do movimento que entre 1950 e 1964 trouxe 120.188 espanhóis ao Brasil (ver quadro na página 26), inclusive na opinião dos

próprios imigrantes. Segundo sete dos dez espanhóis que entrevistei, a falta de perspectivas econômicas foi o principal fator que os impulsionou a sair do país; a dificuldade material, no entanto, foi na maioria dos casos ocasionada pela perseguição política, o que dá a característica de exílio a uma emigração que aparece como de origem puramente econômica. Além disso, notam-se nos depoimentos outros fatores influenciando tal movimento, comumente ignorados pela bibliografia tradicional.

ANTONIO: Naquela época, desde 55, quando eu cheguei, até o golpe de 64, a imigração espanhola não era política consequente mas tampouco era econômica... [...] Era gente preparada que quando via que não podia trabalhar, que não podia comer, vinha para cá... Tinha que sair da terra porque não podia trabalhar, mas também tinha aquela revolta, porque tinha perdido o pai, alguém da família...

O andaluz Antonio Moreno, o mais novo imigrante (masculino) entrevistado, é aquele que percebe mais nitidamente o elemento econômico como motivador da emigração de sua família. Lembra-se que seu pai não foi perseguido politicamente após a Guerra, apesar de ter lutado junto ao Exército Republicano; desde os oito anos, porém, Antonio era obrigado a trabalhar para ajudar no sustento de casa. O valenciano Progreso Vañó, também bastante jovem à época em que deixou a Espanha, atribui um peso maior ao fator político, reconhecendo, no entanto, que no íntimo todo imigrante é um imigrante econômico – inclusive ele. Progreso veio acompanhando seus irmãos mais velhos e, assim como Moreno, que chegou após o pai, reproduz uma prática comum desde o final do século passado, sobretudo entre galegos e andaluzes (BRENNAN, 1977; ALBÁN, 1983; PIÑON, 1984).

MORENO: Bom, aos quinze anos, meu pai veio pra cá, pro Brasil. [...] Minha mãe voltou com as quatro irmãs para a cidade

onde nós tínhamos nascido, onde moravam meus avós. Eu e meu irmão um ano e pouco menor do que eu fomos pra Sevilla. [...] Eu trabalhava numa fábrica de tecidos grande, talvez uma das maiores da Espanha, e também trabalhávamos no bar, principalmente aos sábados e domingos à noite e no verão também à tarde. Com isso eu conseguia apenas sobreviver, não me sobrava nem sequer um tostão pra mandar pra família, já que o salário era muito pequeno na empresa. Aos dezessete anos – meu pai já estava aqui fazia dois anos – ele nos chamou pra vir pra cá, através de um organismo chamado SIME, parece que era sediado na Suíça.

PROGRESO: Diante da falta de perspectivas, meus dois irmãos mais velhos, em 55, decidem emigrar... Depois de muitas gestões, perguntas, se consegue que eles dois venham para o Brasil, aqui para São Paulo. Instalam-se na Mooca, trabalham como tecelões, na antiga fábrica Crespi, e nós ficamos à espera de que eles acumulem um mínimo para pagar a nossa viagem pra cá... Nesse intervalo, o terceiro irmão se casa e a minha mãe e eu somos chamados, um ano depois, por Antonio e Vicente, os dois mais velhos que vieram na frente. [...] Eu estou aqui desde 56 e formei parte de uma imigração com traços de imigração política e econômica: a minha família foi uma das milhares de famílias da Espanha que perderam a Guerra...

ENTRE AS MULHERES ESPANHOLAS que entrevistei, as condições da vinda são muito semelhantes: as famílias de Juana Naranjo, Florentina Canto e Paula Alonso atravessavam péssima situação econômica nos anos 1940 e início dos 1950, somada à segregação que lhes era imposta por serem famílias “*rojas*”. Sem possibilidades de construir a vida na Espanha, as duas primeiras vieram acompanhando o noivo

ou esposo, enquanto Paula seguiu seus irmãos – estes, claramente autoexilados pelas dificuldades que atravessavam com a repressão franquista.

JUANA: Naquela época, casar-se era ir morar com os pais dele ou com os pais dela, não tinha outra escolha porque a vida era muito difícil – acho que aqui também era assim, eu ouvi falar que era... [Meu noivo] morava num quarto-e-cozinha e não queria morar junto com a mãe: queria outra vida, queria viver separado... A minha casa era um pouco maior, era um apartamento, mas moravam oito, nove pessoas... Então, como a gente já estava namorando há quatro anos mas não podia casar, ele resolveu sair do país. Estava aberta a imigração para o Brasil, ele veio pra cá e eu fiquei lá... A gente levou um ano por carta; minha família falava: “Bom, já não se casa...” Por isso não vou morrer, não? Mas ele veio, trabalhou e depois de um ano trouxe a mim e ao irmão dele...

FLORENTINA: O meu marido, não é bem que imigrou por política, apesar de ser um homem bem de esquerdas... É que na Espanha, a situação nos 54, 55, estava ruim... O emprego era difícil, muito difícil, e ainda mais para o pessoal de escritório. [...] Aí, um dia ele saiu com três amigos e disse: “Vamos embora daqui...” “Aonde vamos?” Um dizia: “Pra Venezuela.” “Não, pra Venezuela não, pra Bélgica.” “Pra Bélgica também não: vamos para o Brasil!” Então viemos para cá, em 1955.

DO LADO OPOSTO A ESTE PRIMEIRO GRUPO, que engloba as mulheres e os mais jovens, trazidos por pais, maridos ou irmãos, encontram-se os cinco homens de mais idade dentre os que entrevistei – aqueles que tomaram a iniciativa de emigrar, pioneiros das famílias. Estes vieram sozinhos, com pouco ou nenhum dinheiro, sem saber exatamente

o que iriam encontrar – em comum, a insatisfação em maior ou menor grau com o regime franquista, a inquietação diante de uma situação que parecia não melhorar nunca e a idade tardia ao emigrar (ver quadro na página 27).

Neste grupo, os que viveram a experiência da Guerra são os mais enfáticos em afirmar que saíram da Espanha devido ao sistema político, ainda que as dificuldades econômicas também tenham pesado em tal decisão. Pablo Briones e Antonio Vañó tinham ao final da Guerra respectivamente 11 e 13 anos, sofrendo bastante com o abuso de poder franquista – sobretudo Vañó, que perdeu o pai – e carregando a denominação de “comunistas” desde crianças.

PABLO: Aí surgiu a chance de vir para o Brasil; eu não gostava da Espanha, não gostava do sistema, gostava de viajar e queria tentar alguma coisa fora, então surgiu a ideia de vir para o Brasil, que era o único país que a Espanha facilitava a saída.

ANTONIO: Nós começamos a pensar em sair dali porque a falta de compreensão era muito grande, eu achava que seria melhor fugir, sair de lá... Meu pai foi fuzilado; contra nós não encontravam nada que pudesse comprometer, não éramos oficialmente perseguidos: aparentemente respeitavam, mas nos cortavam todos os caminhos!

Seu irmão Vicente, proibido de sair do país acompanhando a orquestra em que tocava, recorreu a um advogado amigo:

Quando chegou no Departamento de Polícia, falaram: “Não adianta: ele não pode sair porque vão ver no dossiê da cidade dele que o pai foi fuzilado como comunista, que são comunistas, que tal, que tal...” Agora, esse foi também o meio da gente escapar... Foi o seguinte: esse advogado falou: “Com 13 anos você não pode ser comunista. E com 11 anos você tampouco pode ser comunista!” Então mandou uma petição ali para

explicarem como é que alguém não podia sair da Espanha sendo comunista se tinha 13 anos quando a Guerra acabou. Aí conseguimos a liberação e meu irmão e eu e viemos para o Brasil...

JULIÁN ÁNGEL, o mais idoso e único ex-combatente que entrevistei, foi também o primeiro a chegar ao país, em 1952, e mais velho ao emigrar (32 anos). Sua aversão ao regime era tanta que no momento em que houve a possibilidade, ele emigrou – ou se exilou:

Eu não escolhi Estados Unidos, nem Canadá, nem Brasil: eu teria saído até pra Abissínia! Não queria, não podia permanecer mais um minuto na Espanha, era insuportável!

Eu trabalhava, vivia, mas com aquelas condições políticas e sociais, com aquela injustiça, mesmo trabalhando eu me sentia mal... Então surgiu a oportunidade de vir para cá e aqui estamos!

Um único depoimento entre os dez recolhidos com imigrantes espanhóis não aponta nem o fator político nem o econômico como motivador da emigração: o de ENRIQUE GARCÍA, que por ser de uma família de classe média e “apolítica”, de Jerez de la Frontera, extremo sul da Espanha, não conheceu a miséria e a repressão.

Eu tinha minha família lá, tinha emprego... Mas me sentia um pouco isolado dentro daquele clima e resolvi sair... Acho que é a mesma coisa com o brasileiro que sai hoje do Brasil: ele não sabe te dar a explicação disso... [...] Inconscientemente ele sabe que está saindo porque existem mundos melhores do que esse aqui...

SE HOJE SAI O BRASILEIRO DO PAÍS, por que motivo houve épocas, como os anos de 1945 a 1964, em que o Brasil atraía estrangeiros? O que levou espanhóis a escolher um país de língua distinta, havendo outros países na América Latina que atravessavam momentos de desenvolvimento e onde se falava espanhol?

PASCUAL: Eu podia ir também pra Argentina e pra Venezuela, mas o Brasil estava no auge, naquela época da imigração. Se fazia a maior propaganda sobre o Brasil, parecia que aqui era um lugar muito bom – e realmente era.

ANTONIO: O meu plano era de ir à Argentina, pois lá já havia uns primos meus e eu achava que haveria condições de desenvolver-me. Mas a Argentina fechou a imigração, então sobrava Venezuela ou Brasil. Mas Venezuela, não sei, não me atraía. E me falaram: “O Brasil tem um centro que é o umbigo da indústria de tecelagem na América do Sul: São Paulo; São Paulo é uma indústria bastante avançada para América e ali há bastante trabalho...” Então isso pesou, primeiramente porque como tecelão encontrava trabalho e segundo porque o país admitia facilmente o imigrante.

PABLO: Eu não conhecia nada do Brasil e nunca tinha ouvido falar em São Paulo, só do Rio de Janeiro, claro, de filmes da Carmem Miranda, com aquelas fantasias. Eu li alguma coisa sobre São Paulo, que era o “maior porto exportador de café” e acabei vindo pra cá. [...] Para os outros países sul-americanos não havia visto de saída, só se você fosse chamado por *cartas de llamada*, com contrato de trabalho. O Brasil tinha um convênio com a Espanha, que facilitava a saída de profissionais.

ENRIQUE: Eu vou te explicar porque eu vim pro Brasil: se tem uma coisa que eu não gosto é frio... Eu detesto frio e na Espanha faz bastante frio. Eu poderia ter ido, como a maioria das pessoas

que saía da Espanha naquela época, para a França, para a Alemanha, Suíça... Tinha uma vantagem: a facilidade de ir uma ou duas vezes por ano à Espanha, passar o Natal ou as férias de julho. Mas eu, devido ao frio, me perguntei: “Vou sair da Espanha para me enfiar num país que faz mais frio ainda?” Então, um dos motivos de eu vir para esse lugar aqui, foi em função de eu procurar um clima mais ameno. Mas tem mais: o Brasil, naquela época, era um país que tinha um certo nome no mundo, tinha um respeito, era um país democrático [...], país que atraía.

Como se nota através destes depoimentos que perfazem quase a totalidade daqueles que vieram espontaneamente, o desconhecimento a respeito do Brasil era quase completo, portanto a escolha foi feita em caráter puramente intuitivo – limitada pelas possibilidades que se ofereciam e estimulada pelo apoio do governo brasileiro à imigração de mão-de-obra técnica. Para JULIÁN ÁNGEL, que é caracterizado como um exilado político tardio, pouco interessava o país escolhido, o importante era sair; a escolha dava-se então pela oportunidade:

Eu fui ao consulado do Brasil, disse que havia sido gráfico, “Ah, precisam gráficos, sim”, havia vagas... Vim para cá e no ano seguinte veio a minha mulher com os dois filhos, de 3 anos e 5 anos...

À época, Brasil, Argentina e Venezuela, atravessando momentos de desenvolvimento, eram os países latino-americanos que mais atraíam espanhóis. No caso do Brasil, a partir do governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mas sobretudo com Getúlio Vargas (1951-54) e Juscelino Kubitschek (1956-60), realizava-se o projeto da burguesia industrial: a elevação da taxa de exploração do proletariado e transferência para a indústria de uma parte substancial do produto da exploração do campesinato. A implantação do parque

automotor em São Paulo simboliza bem essa época: a necessidade de mão-de-obra especializada fez com que o governo estimulasse a imigração de um grande contingente de técnicos, disponíveis sobretudo nos países “pobres” da Europa com alguma tradição industrial (Espanha e Itália). Entre os anos de 1950 e 1959, registrou-se o total de 94.693 imigrantes espanhóis entrados no Brasil, dos quais 65,78 % dirigiram-se ao estado de São Paulo.

JULIÁN: A partir dos anos 50, quando muitos espanhóis vieram para cá, já foi diferente a imigração, poucos eram da zona rural. Eram profissionais, mesmo porque o Brasil não precisava de trabalhadores para o campo, mas para o desenvolvimento das indústrias, que nos anos 45, 50 estavam começando. Então vieram mecânicos, pintores de carros – na indústria automobilística havia muitos espanhóis e italianos – gente veio para cá por circunstâncias econômicas, políticas, ou sociais, quem sabe?

PARA FINALIZAR ESTE CAPÍTULO sobre a imigração, darei novamente a palavra a PROGRESO VAÑÓ, que fala com propriedade por ser professor de Economia, além de um verdadeiro exilado da época de Franco, ainda que em nenhum momento de sua entrevista utilize este termo. Progreso vincula corretamente as tendências econômicas europeias e brasileiras com os movimentos migratórios ao longo de três décadas. Sua análise torna-se mais completa, entretanto, no momento em que insere o fator político, o que dá uma coloração especial a este movimento de cunho aparentemente econômico.

O fluxo e o refluxo da imigração espanhola ao Brasil acontecem nitidamente ligados à crise econômica europeia em geral e espanhola em particular, da década de 50 e 60, e à reconstrução da vida econômica da Espanha e às tendências da

configuração da nova Comunidade Econômica Europeia, que começa a abrir algum tipo de opção econômica para quem está mais perto dali... Então, há um fluxo da década de 50 seguramente, que deve ir até a metade da década de 60: uns dez anos em que há a saída de um grande número de espanhóis e nesta fase um dos destinos mais fortes é o Brasil...

Por outro lado, isto se liga, a partir de 55, com o programa de metas de JK, com o esforço de implantação de indústria automobilística, onde se encontra uma grande quantidade de mão-de-obra bastante qualificada, espanhola. Então há um fluxo migratório muito forte na metade da década de 50, de cunho muito diferente do anterior: ele vai para a área urbana, vai para o ABC – são técnicos, mecânicos, desenhistas, projetistas, torneiros; mão-de-obra qualificada quando falta essa mão-de-obra no Brasil. [...]

Bom, esta imigração que vem então para São Paulo, é um movimento de caráter eminentemente econômico, mas também tem conotação política – por opção política das pessoas, não que tenham abandonado a Espanha por razões políticas... E esta dualidade da questão econômica e da questão política se transfere também às formas de organização da coletividade espanhola em São Paulo, a partir da metade da década de 50.

Progreso Vañó responde, assim, à questão colocada no título do capítulo; não há oposição e sim complemento, portanto, trata-se de *imigração e exílio*.

---

# Chegando ao Brasil

---

## Visão do Paraíso

---

*Para mim, este era o paraíso...*

(ANTONIO VAÑÓ)

NOS ANOS QUE VÃO do final do Estado Novo até o início da década de 60, o Brasil atravessou um dos raros momentos aparentemente democráticos desde a instauração da República, em 1889. A derrota do nazi-fascismo na Guerra Mundial e a campanha que se desenvolvia no Brasil pela reconquista das liberdades democráticas criaram um clima impróprio para o regime ditatorial de Getúlio Vargas. “Aos poucos as palavras *democracia* e *liberdade* iam voltando ao vocabulário dos comícios políticos em prol da anistia e de regozijo pela vitória, que era também dos brasileiros. Não se podia admitir que permanecêssemos tolerando aqui o mesmo regime que havíamos ajudado a destruir na Europa” (BASBAUM, 1975, p. 132).

Contrariando determinações explícitas da Constituição em vigor, os políticos iam se aglutinando de acordo com os respectivos interesses, formando novos partidos. Em março de 1945 começaram a formar-se o Partido Trabalhista Brasileiro, a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, entre outros. Em abril, foi decretada a anistia que liberou Luís Carlos Prestes e seus companheiros e logo, a legalidade do Partido Comunista Brasileiro, depois de 23 anos na clandestinidade. A um mês das eleições, Getúlio foi deposto por dois dos seus mais íntimos amigos, os generais Góis Monteiro e Dutra – o que não o impediu de indicar o nome deste

último como o seu candidato à presidência (coligação PTB-PSD), contra o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e outros.

As eleições realizaram-se na data marcada, vencendo o General Dutra, ou o *continuismo sem Getúlio*, com ampla margem de votos. Segundo Leôncio Basbaum (1975, p. 176), colaboraram para este resultado a máquina estatal da era Vargas, assim como a máquina eleitoral da burguesia agrária conservadora, existente desde os primórdios da República, ainda que inativa por 15 anos.

O governo do General Dutra (1945-50), visto externamente como um governo de “união nacional”, pacificação, estabilidade econômica e respeito à Constituição, reprimiu duramente o movimento operário, ao mesmo tempo em que implantava condições para o fortalecimento da burguesia industrial. “Sob o império dessa Constituição Democrática (de 1946), foram praticados, sobretudo durante a presidência Dutra, alguns dos atos mais reacionários e antidemocráticos: cidadãos foram presos e espancados e tiroteados em praça pública; jornais foram fechados, o PCB tornado ilegal, e cassados os mandatos de deputados legalmente eleitos” (*Idem*, p. 180).

Em 1950, as novas eleições presidenciais apontaram vencedor o ex-ditador Getúlio Vargas, que voltava com um discurso populista e nacionalista. Seus três anos e meio de governo foram de intensa agitação na vida constitucional do país. Getúlio reiniciara sua política de “aproximação com as massas”, indicando para Ministro do Trabalho o jovem João Goulart, cuja atividade iria chamar sobre si a atenção dos grupos mais reacionários do país. Data desta época o início da intervenção direta nos meios sindicalizados. Uma das primeiras medidas do governo foi a fixação do salário mínimo; pouco depois, resistindo a pressões norte-americanas, Getúlio criou a Petrobrás.

Deve-se notar que nesse seu novo período governamental Getúlio não parecia o mesmo homem que fora até 1945: “apresentava-se silencioso, alheio às provocações, quase indiferente ante as celeumas e calúnias que no Congresso os seus inimigos levantavam. Parecia mesmo, conforme declarou seu companheiro Góis Monteiro,

que “não sabia governar com o Congresso funcionando” (BASBAUM, 1975, p. 205). Em 1954, Vargas tinha contra si a esquerda e a direita; isolado das massas, quase prisioneiro em seu palácio, sem o apoio dos seus generais de confiança, não lhe restava outra alternativa para evitar a deposição, a não ser o suicídio, que abalou a nação.

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, com Café Filho interinamente na presidência, foram eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart, ainda realizando a coligação PSD-PTB. Ante as ameaças golpistas da UDN e com o afastamento de Café Filho por motivos de saúde, o General Henrique Lott, Ministro da Guerra, deu o chamado “golpe preventivo” para garantir a posse dos eleitos, prevista para 31 de janeiro. O governo de Kubitschek, marcado pelo lema “50 anos de progresso em 5 de governo”, caracterizar-se-ia como um caso atípico de estabilidade na história política brasileira. Apesar das crises profundas no começo e no fim de seu período governamental, Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1964, conseguiu manter-se até o fim do mandato por meios constitucionais.

A estudiosa Maria Victória Benevides questiona a “visão ingênua” do período, que enfatiza os aspectos da manutenção das liberdades democráticas e da “paz social”; sem negar estes aspectos, evidentes na ausência de presos políticos, na imprensa livre, na anistia aos rebeldes militares etc., a autora considera esta visão como inconsistente para uma análise política do período. A estabilidade do governo Kubitschek, segundo Benevides, apoiou-se em três fatores fundamentais: o “ponto ótimo” da aliança PSD/PTB; o papel das forças armadas; e atuação do Executivo, através de sua política econômico-administrativa (BENEVIDES, 1976, p. 27).

A característica principal da economia brasileira neste período é a consolidação da industrialização, com a instalação da indústria pesada, principalmente a automobilística, e o desenvolvimento da indústria de base com a implantação de novas siderúrgicas e indústrias navais. O núcleo da política econômica de Kubitschek consistiu na congregação da iniciativa privada, acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros, com a intervenção contínua do

Estado como orientador dos investimentos. “O governo se transforma em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico” (PEREIRA, *apud* BENEVIDES, 1976. p. 202). Como parte deste projeto desenvolvimentista, iniciado nos anos de Dutra, encontra-se o estímulo à imigração de mão-de-obra especializada dos países industrializados europeus.

Os anos do segundo governo de Vargas foram aqueles que compreenderam o maior volume de espanhóis entrados no país desde o quinquênio 1910-14, quando se deu o pico de imigração desta nacionalidade (ver quadro na página 26). Entre aqueles dez imigrantes que colaboram neste trabalho, sete chegaram ao Brasil entre os anos de 1954 e 1956; os demais chegaram em 1952, 1959 e 1962. Na chegada, pelo menos entre os homens, o sentimento foi unânime: o Brasil era um país democrático, onde realmente se ofereciam boas oportunidades econômicas; para as mulheres, que também reconhecem o resultado positivo da imigração, predominam as lembranças das dificuldades de adaptação.

JULIÁN: Chegar aqui, para mim, foi formidável, formidável!

PASCUAL: Pra muitos espanhóis que vinham pra cá, chegar aqui foi muito bom! Claro que tinha alguns que chegavam e ficavam abandonados, não gostavam... Quando a gente chega sempre encontra alguma coisa estranha: o idioma, a paisagem; sempre sente aquele choque...

JUANA: Quando chegamos aqui, todos espanhóis sentiram o mesmo, não? Eu estava com 23 anos... Primeiro, não entendia nada, não falava nada de português: nada, nada! Eu morava no fundo de uma casa e a dona da frente era portuguesa: quando eu a escutava, chorava... Era tudo diferente: os costumes, a cultura, me custou a adaptar – também, estávamos acostumados com uma cidade pequena, que você andava toda a pé, e São Paulo era tão grande! [...] Mesmo que naquele tempo se

comia bem e isso recompensava, não? Eu ia na feira, encontrava a espanhola: “Olha, quando que nós íamos comprar um carrinho cheio até em cima?”...

ANTONIO: Aqui eu me sentia totalmente livre, não tinha repressão... Era a época da democracia: o Vargas havia caído, estava o Café Filho no poder, houve um pouco de repressão mas depois a coisa foi melhorando. Para mim, este era o paraíso...

FLORENTINA: Hombre, chegar aqui foi um pouco difícil, porque não entendia nenhuma palavra! Menos mal que era casada com espanhol... Quando cheguei, eu fui morar num quarto com direito a cozinha – que ia fazer? A mulher da casa falava comigo e me dava aquela vontade de chorar, sabe? Apesar de eu ter um caráter bastante alegre e dar risada de tudo... Eu esperava a hora que meu marido chegaria para dizer: “Olha, essa gente me habla, yo no entendo nada...” Então, ficava no quarto, fechada...

ENRIQUE: Todos os espanhóis, quando vieram para cá, sentiram-se felizes... Pode perguntar para outros espanhóis o que sentiram quando chegaram ao Brasil, que eles vão falar: “Felicidade; liberdade...” Mesmo todos problemas que já existiam em política, a corrupção, não chegavam aos desmandos de hoje em dia, então aqui a pessoa se sentia livre. [...]

Percebe-se que para os homens, conhecedores da situação política e econômica da Espanha, o contraste notado ao chegar a um país democrático foi enorme. Para as mulheres, que levavam na Espanha uma vida mais restrita ao âmbito familiar, pesaram mais as dificuldades do traslado, sobretudo com a língua. Uma vez estabelecidos em pensões ou na casa de parentes, felizes com a liberdade política vigente no país, iniciar-se-ia a busca por emprego, o que também surpreenderia positivamente os imigrantes espanhóis.

## São Paulo do trabalho

---

*Para mim, chegar aqui foi fantástico, foi ótimo, porque eu nunca tinha visto juntar dinheiro assim tão depressa – claro: trabalhando..*

(PASCUAL PEIRÓ)

ALÉM DA RELATIVA LIBERDADE e democracia vigentes na época, São Paulo, na década de 50, atravessava uma fase de grande expansão econômica. Conjuntamente à implantação do parque industrial, iniciada nos anos de Dutra e acelerada com o plano de metas de Juscelino, incrementava-se o setor de serviços urbanos. Nos anos de 1940 a 1960, a população da cidade saltou de 1.326.261 para 3.825.351 habitantes (crescimento de 288,42%, contra 58,1% em todo o país). Especialmente no quinquênio deste último presidente, a produção da indústria nacional cresceu 80%, sendo as maiores altas nas indústrias de aço (100%), mecânicas (125%), elétricas e de comunicações (380%) e de equipamentos de transportes (600%), setores altamente concentrados na região da grande São Paulo (exceto o de siderurgia) (WEFFORT, 1978, p. 131; SOARES, 1973, p. 157-161). Na opinião dos imigrantes espanhóis, emprego não faltava nessa cidade:

PABLO: Eu cheguei aqui sem um tostão no bolso; [...] Fiquei morando numa pensão na Rua Maria Antônia; como eu não tinha dinheiro, eu pude pagar só no outro mês – eram 900 cruzeiros por mês. Comecei logo a trabalhar numa marcenaria

de um italiano – somos amigos até hoje – e ganhava uns 4 ou 5 mil cruzeiros...

**JULIÁN:** Ante a necessidade de emprego imediato, eu solicitei a ajuda do dono da pensão, Felipe, para que me indicasse; ele disse que eu podia procurar no Diário Popular... [...] No dia 7 de setembro encontramos um anúncio e no dia seguinte eu fui na Editora Michalani, que ficava na R. Frederico Alvarenga, no Parque D. Pedro. E ali me coloquei de impressor, tranquilamente.

**ENRIQUE:** Eu não me lembro bem quanto eu ganhava naquele tempo, nem me preocupava se eu ganhava muito ou pouco: dava pra eu viver, eu era solteiro... E eu sentia um país democrático – eu cheguei aqui em 63, vindo de uma estrutura mais fechada, de um país de ditadura, de desmandes...

**PASCUAL:** Logo no segundo ou terceiro dia já comecei a trabalhar, pertinho do campo de futebol do Pacaembu. E já comecei a receber, porque naquela época, parte dos empreiteiros menores pagava por semana – que era o estilo também da Espanha. Então, chega a primeira semana, chega a segunda semana, e eu: “Puxa vida, mas isso aqui é dinheiro!” Para mim chegar aqui foi fantástico, foi ótimo, porque eu nunca tinha visto juntar dinheiro assim tão depressa – claro: trabalhando...

Enquanto aqueles que já chegaram aqui formados profissionalmente procuraram colocar-se nos mesmos serviços que realizavam na Espanha, os mais novos, que vieram acompanhando pais ou irmãos, tiveram a oportunidade de estudar, o que lhes favoreceu a carreira profissional.

**MORENO:** Aqui começamos a ajudar meu pai. Na época, ele já tinha alugado uma casa, na Vila Prudente, e começamos a

trabalhar. [...] Eu sempre gostei de estudar, sempre tive um gosto pela escola, então a primeira oportunidade que tive comecei a estudar. [...] Hoje eu sou gerente industrial de uma empresa de reatores para iluminação fluorescente.

PAULA: [Meu irmão] veio no 51 mais ou menos... Nisso, transcorreram 5 anos, após os quais ele achou melhor trazer a família – minha mãe e os que estavam lá em casa, solteiros; dois já estavam casados. E viemos; fomos morar lá no Carrão: numa casinha que o meu irmão já tinha montada... Melhorou *bem* a nossa vida, que minha mãe tinha que trabalhar muito lá na Espanha, plantar tudo pra gente comer e aqui nós melhoramos financeiramente – de momento, deu pra comer, viver normalmente, trabalhar, estudar... Foi bom... Meus irmãos acharam emprego, eu era muito nova, tinha 12 anos e fui estudar...

PROGRESO: [Meus irmãos] trabalham como tecelões, o terceiro quando chega vai ser tecelão também e eu trabalho num escritório – eu não sei fazer nada, só sabia escrever alguma coisa, então eu trabalho num escritório. [...] Aí, pouco antes de casar – isso aí já depois do golpe de 64, bem depois, em 67, 68 – trabalhando, eu começo a estudar. [...] Hoje eu trabalho em banco, sou diretor de um banco...

Passando os anos, os espanhóis começaram a integrar-se na sociedade brasileira, aprendendo a língua e estabilizando-se economicamente. Avaliando o movimento migratório, os entrevistados reconhecem que foi bom ter vindo para o Brasil, apesar do trauma da imigração e das dificuldades que viveram e estão vivendo. A impressão que se tem pelos depoimentos é que a adaptação ao país foi plenamente alcançada, ainda que se constate que apenas em 40% dos casos o casamento foi realizado com brasileiros.

Com a integração crescente à sociedade brasileira, tornava-se cada vez mais necessária a vinculação aos centros de cultura que mantinham as tradições e hábitos da terra de origem. Para alguns imigrantes espanhóis, no entanto, não bastava um centro cultural que lhes assegurasse uma ligação afetiva com suas “*pátrias chicas*” – os que assim desejassem, dispunham de cerca de uma dezena de centros regionais. Era necessário conhecer melhor o problema político espanhol, divulgar os atos tirânicos do regime de Franco, combatê-lo com as armas possíveis. Para os que assim pensavam, como os onze entrevistados deste trabalho (contando uma brasileira, casada com espanhol), havia um caminho: o Centro Democrático Espanhol.

---

Anos de luta

---

## Origens do *Centro Gallego* – Centro Democrático Espanhol

---

*Sempre que se reúnam três espanhóis, inevitavelmente formarão pelo menos duas associações.*  
(FAGEN, 1973, p. 84)

No *Boletín del Centro Gallego – Centro Democrático Espanhol* de outubro-novembro de 1957, consultado no arquivo particular do Sr. Pablo Briones Revilla, encontra-se um histórico da associação, que à época comemorava suas “*Bodas de Plata*” (relativas à segunda fase de sua existência). Os autores deste *Proyecto de Bosquejo Histórico*, que estudavam a atuação do Centro desde o ano de 1903, notaram então um problema que veio a se repetir nesta pesquisa, centrada nos anos de 1932 a 1975:

[...] queremos dejar notado la falta de documentación del tiempo comprendido entre la fundación en el año 1903 y la nueva reorganización en 1932. (*Boletín del Centro Gallego – Centro Democrático Espanhol*. Set.-Out./1957, p. 5 e seguintes).

Os únicos documentos relativos à primeira fase da associação encontrados pelos modestos autores do *Projeto de Esboço Histórico*, foram os estatutos de fundação, o que os leva a perguntar:

Desde cuándo existe en S. Paulo el Centro Gallego? Será que el fundado en el año 1903 tuvo una vida tan efímera que no llegó a tener consistencia? De cualquier forma, el aniversario que este año conmemoramos corresponde a 25 años ininterrumpidos de vida, de vida de adulto, y si tuvo otra existencia anterior la podríamos considerar como etapa de preparación, de niñez, puberdade, etc... (*Idem*)

Outro documento que serve de apoio aos autores do *Bosquejo* é o livro de Atas das Assembleias Gerais, onde se vê que a reorganização do Centro começou no dia 3 de julho de 1932 e que se consideram sócios fundadores aqueles inscritos entre esta data e o dia 31 de dezembro do mesmo ano. Conforme os primeiros estatutos, aprovados em 25 de fevereiro de 1934, somente os galegos de nascimento estariam aptos a usar a palavra e a votar nas assembleias. Na assembleia de 31 de outubro de 1936, porém, modificou-se o regimento no sentido de que todos espanhóis pudessem votar e ser votados – exceto para os cargos de presidente, secretário e tesoureiro, que continuavam sendo ocupados somente por galegos. Nesta época, a sede do Centro encontrava-se à rua Líbero Badaró, 423 – 3º andar, mudando para a ladeira Porto Geral, 3, em 1938.

Ainda segundo o *Proyecto de Bosquejo Historico*, elaborado pela diretoria em exercício no ano de 1957, o Centro caiu em uma “lamentável decadência” a partir de 1941, com a sede social reduzida a uma pequena sala na R. Brigadeiro Tobias, 55 (posteriormente alugada para a redação do jornal *Democracia Española*).

Solamente en el año 1948 es que vemos revitalizarse las actividades del Centro debido al aporte económico, moral y humano del Centro Republicano Español entonces desaparecido. Esta considerable aportación humana le dió también características políticas definidas, defendiendo uno de los campos de la guerra civil, pues en él consubstanciaban la legalidad democrática. (*Idem*)

Com a herança do extinto Centro Republicano, trasladou-se o *Centro Gallego* para a rua Jairo Gois, 38, mudando novamente, em 1953, para a rua Monsenhor Andrade, 112. A partir desta época, “o sectarismo se apossaria das diretorias”, fazendo o Centro atravessar um novo momento de crise, superada somente em 1957, com a eleição de uma diretoria “jovem e democrática” (a que assina o panegírico).

Antonio Vañó conheceu o *Centro Gallego* pouco tempo após sua chegada, em 1955 – ao contrário dos outros entrevistados, que demoraram mais tempo a estabelecer contato com a associação. Sua preocupação era encontrar pessoas que estivessem lutando pela redemocratização na Espanha, dirigindo-se inicialmente aos anarquistas e posteriormente aos comunistas, “os únicos que estão trabalhando aqui realmente”. ANTONIO participou de diversas diretorias do Centro Gallego – Centro Democrático, por meio do qual se realizaria a ação antifranquista em São Paulo.

O *Centro Gallego* tinha sido fundado por uns velhos espanhóis, camaradas do final de 1800, início do 1900, galegos que *venían* para cá porque o Rei, a monarquia, a falta de liberdade, os expulsavam. Então eles fundaram aqui um centro que era democrático; chamava-se *Centro Gallego* mas reunia a gente que sentia mais a situação da Espanha, que não estava de acordo com o que se passava *allá*.

Seu irmão Progreso, assim como Pablo Briones, também foram diretores da associação, conhecendo algumas histórias sobre as origens remotas do *Centro Gallego*:

PROGRESO: O Centro Democrático Espanhol, você deve ter ouvido falar, era uma instituição que inicialmente se chamava *Centro Gallego* – um centro regional que nasceu antes da Guerra Civil, para a acolhida de imigrantes, sobretudo procedentes de Galícia... Já na época da Guerra Civil, ele provoca a solidariedade ativa daqueles emigrados econômicos que

estavam no país e que eram descendentes de famílias que tinham chegado muito antes...

PABLO: O Centro Democrático era um centro antifranquista que já existia desde o começo do século como *Centro Gallego*, mas depois desapareceu. Se reabilitou de novo em 33 e nos 50, 60, passou a denominar-se extraoficialmente Centro Democrático Espanhol, sendo registrado no cartório com esse nome em setembro de 1964. Tinha uma atividade antifranquista e havia anarquistas, republicanos, socialistas, comunistas, gente de todas as tendências, mas sempre antifranquistas.

Quando ANTONIO VAÑÓ entrou em contato com o Centro, sua sede encontrava-se ainda na R. Monsenhor Andrade, “um *rinconzinho* onde não cabia ninguém”. Junto com outros companheiros, Antonio articulou a mudança da sede para um espaço maior, onde se deu a fase áurea da associação, que chegou a ter um milhar de sócios.

Quando viemos, nos anos 50, precisávamos de um Centro de massas, que abarcasse a gente... Fundar um Centro não dava, porque havia Franco, que mandava perseguir os espanhóis que faziam manifestações comunistas. Então, como o único centro que havia era esse, aquele amigo meu Pedro León Martínez, que tinha uma firma de *silk-screen*, me falou: “Olha, vamos abrir um centro grande... Nós não temos nada mas vamos tentar.” Então fomos falar com eles: “Estão de acordo em formar um centro maior, que o *Centro Gallego* receba mais gente...” “Tudo bem, estamos de acordo...”

Conseguindo o espaço desejado, um grande edifício com dois pisos e um amplo salão, deu-se a transferência da sede para a rua da Figueira, no Parque D. Pedro, onde o Centro Democrático permaneceu por 15 anos.

## O contato com o “Democrático”

---

UM TRAÇO INTERESSANTE no grupo de imigrantes entrevistado é que em sua maior parte demorou bastante tempo para entrar em contato com as atividades da colônia espanhola, realizadas através dos diversos centros regionais, do Centro Democrático Espanhol e da Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos.<sup>3</sup> Os irmãos Antonio e Progreso Vañó, assim como o irmão de Paula Alonso, Gilberto, que tinham em comum uma extrema aversão ao regime espanhol na época da imigração, foram as exceções, integrando-se rapidamente ao movimento antifranquista.

PAULA: Meu irmão Gilberto, que veio seis meses depois, logo entrou em contato com o pessoal do Centro Democrático, que eram pessoas que vieram principalmente por causas políticas...

---

3 Avelina M. Gallego identifica diversos centros espanhóis na cidade de São Paulo, existentes no decorrer deste século. Com caráter marcadamente cultural, político ou nacional: *Centro Gallego*-Centro Democrático Espanhol, Centro Republicano Espanhol, *Federación Española*, Grupo Dramático Hispano-Americano, *Liga Española de Defensa Mutua*, Casa de Cervantes, Agrupación Pablo Iglesias e outros. Centros regionalistas: *Casa de Galicia-Hogar Español*, *Casa de Valencia*, Centro Asturiano, *Casa de Aragón*, *Rioja e Navarra*, Instituto Regional Valenciano, Centro Recreativo Andaluz, Centro Vasco Guernica Kutun, *Centro Catalá*. A autora examina ainda a presença das sociedades mutualistas no interior do estado, atuantes sobretudo no começo do século (GALLEGO, 1993, p. 48-52).

Ele era uma pessoa politizada e lá ele tinha o ambiente que gostava, encontrava pessoas com uma ideia social diferente... Ele participava de greves, de tudo...

ANTONIO: Quando eu cheguei aqui, a minha preocupação era encontrar um meio de ajudar a Espanha. Havia muita perseguição ainda, havia presos políticos – Grimau foi o último a ser fuzilado, eu estava aqui – então eu procurei incrustar-me onde houvesse uma luta...

Os demais entrevistados, que emigraram por motivos predominantemente econômicos, tardaram vários anos a ligar-se a este ou a outros centros.

PASCUAL: Eu demorei a frequentar o Centro Democrático Espanhol... Eu tinha conhecidos aqui que eram do clube e eu ia uma vez ou outra... Às vezes faziam uma *comida*, uma festa e convidavam; você comprava um convite e ia na festa. Eu só passei a ser sócio no ano 64, ainda antes do casamento, e fiquei bastantes anos...

JUANA: No começo a gente não ia a nenhum clube espanhol; meu marido tinha amizade com um amigo de Sevilla e só andávamos com espanhóis, mas não frequentávamos nenhum centro. Em 69, ele trabalhava na Vila Carrão – sempre moramos por aqui, não? – e conheceu um espanhol, Felipe, que já viu que ele era de esquerda e falou: “Por que você não vem no Centro Democrático? Temos reunião do Partido Comunista Espanhol, nos reunimos todos para fazer campanha...” Então ele foi lá e nós começamos a frequentar o Democrático...

FLORENTINA: Aos poucos nós ingressamos nas atividades da colônia espanhola, que era no parque D. Pedro, na rua das

Figueiras... *Teníamos* um clube muito bonito, que se chamava Centro Democrático Espanhol...

PABLO: Naquela ocasião eu não tinha contato com nenhum clube espanhol. Eu era meio revoltado com o problema da Espanha, achava que fora da Espanha os espanhóis gostavam de se vangloriar. [...] Bom, aí eu conheci pessoas que me convidaram para participar do Centro Democrático, na época de 69, em que foi feita a homenagem a García Lorca. Eu gostei da ideia, gostei do monumento, entrei como associado e já no segundo ano eu fazia parte da diretoria; primeiro fui tesoureiro, depois fiquei como diretor de cultura, para ajudar, porque tinha elementos muito bons lá e a gente ajudava...

ENRIQUE: Eu entrei em contato com o Centro Democrático quando eu estava trabalhando numa oficina lá na Domingos de Morais. Eu conheci um espanhol que já tinha ido algumas vezes no Centro com um colega e ele falou: “Vamos lá um dia, vamos lá pra conhecer...” Você vai uma vez, assiste um ato, uma conferência, vai no bar, toma uma cerveja, conversa com um, conversa com outro... “É espanhol? Ah, é espanhol...” Os interesses começam a ser os mesmos e sem perceber você vai se entrosando, vai se integrando na coisa...

O contato tardio que estas pessoas tiveram com associações do tipo regionalista ou com o Centro Democrático Espanhol é compreensível. Chegando ao Brasil, as preocupações daqueles que emigraram por motivos econômicos voltaram-se prioritariamente à realização profissional e estabilidade material, o que exigiu maior dedicação e integração à sociedade brasileira. Por outro lado, os imigrantes mais formados politicamente antes do traslado procuraram imediatamente formas de combate à ditadura franquista, dirigindo-se naturalmente ao *Democrático*, baluarte da democracia espanhola em São Paulo.

## Recreação, cultura e política: o lado oficial

---

*A gente se sentia bem porque não era só um número, era um participante; não encontrei essa gente em parte nenhuma, em nenhum outro clube...*

(JULIÁN ÁNGEL)

A ATIVIDADE DO CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL pode ser dividida, para efeito de análise, em cinco frentes distintas, três delas ocorrendo no âmbito da legalidade, as demais de alguma forma invadindo a esfera do ilegal:

- a programação sociocultural e recreativa regular;
- as iniciativas de cunho assistencial;
- a organização de atos e manifestações com o objetivo de difundir a situação política espanhola entre paulistanos e demais imigrantes espanhóis;
- a arrecadação e envio de bens, gêneros alimentícios e dinheiro aos presos políticos e a suas famílias na Espanha;
- o apoio informal ao proselitismo efetuado em São Paulo por membros do Partido Comunista Espanhol no exílio.

Neste capítulo abordarei as atividades oficiais do Centro Democrático, deixando para o capítulo seguinte a narrativa da ação clandestina ali realizada por uma elite militante e tacitamente aceita pela maioria, que de alguma forma envolvia-se no projeto político daquela minoria. As eleições internas, por estarem intrinsecamente

ligadas à atuação dos representantes das várias correntes ideológicas que se debatiam então, e apesar de transcorrerem no âmbito da legalidade, também serão tratadas no capítulo seguinte.

O Centro Democrático Espanhol, como qualquer outra associação de imigrantes, era um centro social, recreativo, cultural e assistencial. Desde os anos de sua origem, no entanto, ainda como *Centro Gallego*, esteve impregnado de um certo espírito republicano, que se manifestou na liberdade dada à associação de espanhóis não-galegos. As tensões pela qual passava a Espanha na época, somadas ao caráter não regionalista do Centro, tornaram-no um importante núcleo de debates durante a Guerra Civil Espanhola.

Os anos que se seguiram à derrocada da República Espanhola viram retroceder a atuação deste e de outros centros regionais em São Paulo. Aqui estava em vigor o Estado Novo, tolhendo as liberdades individuais e de associação, assim como a própria imigração de potenciais “subversivos” escapados das Guerras europeias (CARNEIRO, 1988, p. 17).

Em meados da década de 1940, após a vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo internacional, retornavam à pauta do dia as palavras democracia e liberdade. A burguesia industrial, nascida nos anos Vargas e cada vez mais influente no período de Dutra a Kubitschek, pedia o estímulo à imigração de operários semiqualeificados europeus, o que reativou o movimento de espanhóis para São Paulo e conseqüentemente a atuação dos centros regionais.

Em 1948, segundo o já citado *Boletín del Centro Gallego* – Centro Democrático Espanhol, voltava a articular-se a entidade, recebendo em seus quadros os associados do extinto Centro Republicano Espanhol. A partir desta época, e até alguns anos depois do golpe militar de 1964, a atividade do Centro Democrático foi intensa e praticamente contínua, gravando profundas imagens na memória daqueles que viveram esses momentos.

CARMEM MORENO é paulistana, casada com o malaguenho Antonio Moreno e filha de imigrantes espanhóis que vieram ao Brasil nos anos da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Seu avô materno

foi um dos fundadores do Centro Republicano Espanhol; em sua casa, vivia-se um ambiente político que englobava anarquistas, republicanos e comunistas – estes os mais numerosos. Carmem lembra-se do bairro da Mooca por sua intensa vida política, alimentada principalmente por imigrantes espanhóis e italianos, que ali residiam desde os anos iniciais do século. Foi neste ambiente que renasceu a atividade do *Centro Gallego* – Centro Democrático Espanhol, mesclando imigrantes recém-chegados àqueles de maior formação política, que já se encontravam atuantes na associação.

Meu avô se dedicou também à luta política contra a ditadura franquista e sempre foi assim; eu conheci Franco desde pequena. Nasci com aquilo, conhecia músicas... Na casa de meus avós e na casa de meus pais sempre se reunia o pessoal para discutir política – reuniões que eram proibidas... [...]

Os espanhóis participavam ativamente aqui na política. Pelo menos a Mooca era um bairro ativo, um negócio incrível. Aquela praça lá em baixo, a praça da Mooca, onde começa a avenida Paes de Barros, naquela época era a “Praça Vermelha”, assim como o porto de Santos era o “Porto Vermelho”. Lá se realizavam comícios, a gente ia desde pequenininhos, meu irmão também, todos... Depois, no Centro Democrático, a gente procurava colaborar, de uma forma ou de outra, para ajudar os presos políticos da Espanha. [...] Foi um movimento muito bonito naquela época.

Uma das características deste movimento foi a ausência das barreiras regionalistas que muitas vezes dividiram os espanhóis, causando imensas perdas em termos políticos e sociais.

JULIÁN: Em toda associação humana tem que existir uma afinidade: regional, política, religiosa, algo que os una. No Centro Democrático Espanhol, havia andaluzes, galegos, valencianos, madrilenhos; unidos não pelo regionalismo, mas

pelo antifranquismo... Nos outros centros, diziam que não eram políticos, a razão maior era o regionalismo: galegos aqui, catalães ali. [...]

PASCUAL: Então, havia esse regionalismo na Espanha e continua havendo ainda – os catalães querendo a independência, os galegos meio separados, os bascos pro outro lado, Valência porque fala também o catalão... Mas aqui a gente aprende a estar mais unidos, a terminar com esse regionalismo. Aquele grupo que você conheceu, um é da Andaluzia, outro de Valência, outro de Múrcia, cada um é de um lado... Pelo menos quando estamos aqui, somos menos regionalistas, somos mais espanhóis...

Este processo parece ser semelhante ao ocorrido entre os exilados espanhóis no México, como nota José Carlos Sebe Bom Meihy:

As marcas do processo da Guerra e a contingência do termo do conflito, com a vitória dos nacionalistas chefiados por Franco, formularam características aglutinadoras que foram mais fortes do que as diferenças internas comprometedoras das possibilidades de qualificação de uma “comunidade em exílio”. As desigualdades grupais [...], apesar de importantes e notórias, tiveram as circunstâncias do exílio como neutralizadoras. (MEIHY, 1990)

Por outro lado, é interessante notar que entre os espanhóis que não se posicionaram claramente contra Franco, o regionalismo continuou persistindo durante décadas após a imigração, como atesta o grande número de centros espanhóis em atividade até a década de 1970, nos quais a tônica era justamente o reforço da identidade “nacional” (considerando, como os mais aguerridos separatistas, cada *patria chica* uma nação). No Centro Democrático, os orgulhos nacionais cederam lugar à união contra a ditadura espanhola.

PASCUAL: Essa aí era a função nossa, como Centro Democrático: procurar manter o Centro em prol da ajuda dos presos políticos – porque havia outros centros... Havia o Centro Catalão, eu cheguei a ser sócio; formou-se o Centro Valenciano, eu também entrei, mas não durou muito; havia o Centro Asturiano, a Casa de Galícia, que já são centros mais regionais – aquele não, aquele era o centro para todos os espanhóis...

JULIÁN: Vou te dizer uma coisa: nos 10 ou 12 clubes ou centros espanhóis, o único combativo, o único que se manifestava, o único que dizia “presente” era o Centro Democrático...

Tendo-se observado que a bandeira antifranquista do Centro Democrático superou a tendência centrífuga que caracteriza os espanhóis (sobretudo aqueles das regiões extremas: Galícia, Catalunha e Países Bascos), resta considerar como se manifestava esta posição política, mantida ao longo de toda a existência da associação.

Como vimos acima, a atuação do Centro Democrático deu-se em cinco modalidades principais; a primeira delas era a programação sociocultural e recreativa regular, realizada dentro ou fora das dependências do Centro. Sobre estas atividades, duas características devem ser destacadas: a preocupação em superar o regionalismo com a valorização das diferenças regionais e a presença de uma forte carga política mesmo nas atividades declaradamente culturais ou recreativas, como aponta PABLO BRIONES:

A diretoria se limitava à administração do Centro e a promover atos culturais. Como a diretoria era de tendência de esquerda, esses atos culturais estavam sempre relacionados com o problema político dos países de fora: faziam-se conferências sobre a Espanha, Portugal, Cuba, os países árabes, o Vietnã.

As atividades mais frequentemente recordadas pelos entrevistados, do ponto de vista cultural, social e recreativo foram as atuações

do grupo de teatro e do coral, a presença no bar ou nas *comidas* e a realização de *pic-nics* em sítios próximos a São Paulo – todas elas mais ou menos ligadas à questão política.

PROGRESO: Eu fui secretário-geral da organização de 62 até 68 mais ou menos – com intervalos, não foi sempre... A gente coordenava as atividades dos jovens; tínhamos uma atividade cultural muito forte, de teatro, de folclore espanhol, de recitais de poesia – sempre com conteúdo político... Divulgávamos teatro dos tempos recentes, demos a conhecer aqui uma série de autores que a maioria dos imigrantes não conhecia... Uma série de coisas de caráter cultural e político...

FLORENTINA: As companheiras do Democrático faziam teatro... Representaram *La Camisa*, representaram *Yerma*, representaram *La Rede*, um monte de peças muito bonitas, em vários teatros... E todo esse dinheiro que se arrecadava, já em 63, podem dizer que era todo manipulado pelo Partido – mas *bueno*, nós tínhamos a liberdade de mandar para um preso político, de mandar para a família... Tivemos uma atividade muito bonita, sempre arrecadando dinheiro – fazendo *pic-nics*, peças de teatro, rifas...

O conhecimento dos *pic-nics* realizados pelo Centro sugeriu, logo ao início da pesquisa, uma reflexão sobre o valor das fontes orais em oposição às fontes escritas. A historiografia ocidental considerou por muito tempo somente os documentos escritos como meios válidos para se revelar os “fatos históricos tal como realmente aconteceram”. Estas fontes não seriam sujeitas às “deformações da memória” que atingem a narrativa oral sobre acontecimentos distantes no tempo. Para esta historiografia, a história oral apresenta-se como um desafio, pois se compõe de fontes contraditórias, imprecisas, por isso mesmo mais humanas; surgem novas informações, inesperadas revelações que põem em pane antigos sistemas de explicação.

O caso dos *pic-nics* mostra a qualquer estudante interessado em história que os documentos escritos não devem ser tomados ao pé da letra – assim como os relatos orais ou qualquer outra fonte historiográfica. Mostra também como as fontes orais podem ser muito ricas e importantes para o processo estudado, ainda que sob o critério da busca ao “factual”.

Na etapa inicial do trabalho, enquanto pesquisava entre os recortes de jornais conservados pelo Sr. Pablo Briones, deparei-me com notícias da realização futura de algum *pic-nic* do *Centro-Gallego*. São bastante informativos estes anúncios para um historiador mais desatento, pois precisam a data do evento, o horário de partida do trem e as atividades que se realizarão:

#### “PIC-NIC DO CENTRO GALLEGO EM VILLA GALVÃO

Realizar-se-á no domingo próximo um grande *pic-nic* organizado pelo Centro Gallego. Tem despertado entre todos os associados o mais vivo entusiasmo, principalmente porque a Comissão Recreativa do Centro organizou um esplêndido programa, sendo que d'elle constará os typicos “gaiteros” e um esplêndido “jazz-band”, tendo como início um encontro de futebol entre as equipas “Solteiros” x “Casados”, que disputarão uma rica taça. A seguir haverá corridas de velocidade, de resistência e de “gallo” para os rapazes. Para as moças haverá corrida de “gravata”, da “agulha” e do “ovo”, e outras surpresas.

Um dos números será o concurso dos “feios”. A má impressão que este numero possa causar entre a assistência será dissipada à vista de tantas caras lindas de formosas senhoritas que honrarão os festejos com sua presença e dentre as quaes será escolhida a “Miss Centro Gallego”, que receberá uma mimosa lembrança. Às crianças serão distribuídas balas e bonbons em profusão. Haverá premios para os vencedores de cada prova. [...] O trem parte da Estação da Cantareira (Rua João Teodoro), às 7 e 1/2 horas da manhã” (*Folha da Manhã*, 01/06/34. Arquivo do Sr. Pablo Briones.).

Eis-me aparentemente diante de mais uma atividade “recreativa” da associação, detalhada em diversos jornais da época, quando nas entrevistas começaram a surgir depoimentos espontâneos sobre os *pic-nics*, como o de Carmem Moreno, que frequentou estes encontros desde criança, ou os de Florentina Canto (acima) e de Pascual Peiró, que associam os *pic-nics* à arrecadação de dinheiro para os presos:

CARMEM: Nós frequentávamos desde pequenos, fazíamos *pic-nics*... Inclusive esses *pic-nics* do Centro – a gente ia de trem na Vila Galvão – eram promovidos todos pra fazer reunião porque era proibido naquela época. O Partido estava na clandestinidade, então se faziam as reuniões através de *pic-nics*, onde se podia ter algum contato. Era muito bonito, havia muita alegria... Todo aquele pessoal lutando sempre contra o regime franquista e contra todos os regimes de opressão em geral, mesmo aqui no Brasil.

PASCUAL: A gente participava de rifas, vendia discos, vendia isto, vendia aquilo; fazia uma festa, uma comida, um *pic-nic*, tudo para arrecadar dinheiro para as famílias dos presos políticos...

Estes *pic-nics* surgiram em outras narrativas, como as de Pablo Briones e de Juana Naranjo, militantes ativos do *Democrático*, ainda que motivando recordações de sentido distinto:

PABLO: Outra vez a gente ia fazer um *pic-nic* e alguém denunciou que no Democrático tinha chegado uns sacos com propaganda subversiva; foram lá, revistaram tudo, viraram tudo e nos sacos só tinha pão para o *pic-nic* do dia seguinte!

JUANA: A gente fazia muito *pic-nic*, também para arrecadar dinheiro para os presos. Mas um dia, em 72, quando íamos fazer um *pic-nic*, meu marido teve um acidente e faleceu...

Eu continuei indo lá, continuei a lutar... Tinha dois filhos: um menino de doze e uma menina de oito...

Quando ele morreu, minha sogra, minha cunhada e meu cunhado tentaram que eu me afastasse do Democrático, pois já não tinha função, meu marido já não vivia – essa coisa familiar, retrógrada... Mas eu continuei a mesma, porque amigos como eles nunca tive na minha vida.

A descrição do clima de fraternidade e de colaboração vivido no Centro Democrático surgiu, sob aspectos distintos, em praticamente todas as entrevistas que realizei. Narram-se a doação de alimentos para as *comidas*, a prestação de serviços gratuita, o trabalho em mutirões para a construção ou restauração da sede, o respeito com que todos se tratavam, independentemente do credo político ou origem regional. Em suma, aflora nas entrevistas a devoção com que se dedicavam ao trabalho no Centro os mais ativos, assim como a importância da colaboração de todos os sócios e convidados, assim como dos participantes brasileiros.

ANTONIO: Havia marceneiros, mecânicos, toda gente boa que vinha e era antifranquista colaborava, e o Centro foi pra frente.

JULIÁN: Quando baixou a água, todo mundo foi ver os estragos que havia causado e começaram a trabalhar: uns a arrancar os tacos de madeira; outros trouxeram madeira; outros foram comprar cimento; outros vieram trabalhar, espontaneamente. [...] Até meia-noite, uma hora, estávamos ali trabalhando: sem salário, sem receber nada, apenas por interesse comum, por afinidade.

PABLO: O Centro Democrático conseguiu sobreviver e fazer todo aquele trabalho porque o Brasil colaborou: os intelectuais, artistas, todos os que eram liberais e democratas realmente colaboraram com a campanha antifranquista espanhola

FLORENTINA: Apesar de serem bastantes, era uma verdadeira família; a coisa mais linda, aquele clube nosso!

Em relação à atividade assistencial, pouco foi detectado nas entrevistas, sugerindo que esta frente de atuação do Centro não era de muita importância para o grupo estudado. Algumas fontes escritas, no entanto, como o *Boletín del Centro Gallego – Centro Democrático Espanhol* e matérias de divulgação em jornais, conservados no arquivo pessoal do Sr. Pablo Briones, indicam que havia pelo menos dois serviços voltados para os imigrantes recém-chegados e de menos recursos: o auxílio à colocação profissional e a assistência médica e odontológica gratuita.

## 2 BUENAS NOTICIAS !

A partir del día 18 del actual todos los socios podrán beneficiarse de consultas médicas y operaciones quirúrgicas gratuitamente.

Igualmente todos los españoles y amigos de España podrán utilizar el Servicio de colocación y orientación del Centro Democrático Español de la siguiente manera:

– Los que precisen de personal pueden pasar por la Secretaria del Centro todos los días de las 14 a las 22, pueden escribir ofreciendo vacantes a la Rua de la Figueira 257, o telefonar al n. 35-7568.

– Los que busquen trabajo pueden pasar por la Secretaria todos los días de las 7 a las 8 de la tarde” (*Boletín...*)

Outra importante frente de atividade do Centro Democrático foi a divulgação do problema político espanhol através de conferências, atos públicos e manifestações contra a tirania de Franco. Uma das mais importantes realizações neste sentido foi a *Conferência de Apoio aos Presos Políticos de Espanha e Portugal*, como relatada pelos irmãos valencianos Antonio e Progreso Vañó:

ANTONIO: Na véspera da Conferência, estávamos na rua 13 de Maio, aqui no Bexiga, onde existia um organismo de estudantes e nos avisaram: “Olha, está proibida...”

Nós tínhamos gastado um dinheirão, tudo o que tínhamos, tudo o que recolhemos pra trazer tanta gente... Então falamos: “Vamos ficar aqui de prontidão e telefonar a Brasília.” O Juscelino estava no Rio e ia para Brasília; às três da manhã conseguiram falar com ele e ele falou: “Como vocês proibem essa conferência?” e autorizou por telefone a liberação da conferência – o governador, a polícia, ninguém ia poder fazer nada.

PROGRESO: E se faz aqui um grande congresso, acho que foi em 60, com a presença inclusive de senadores do Uruguai, figuras políticas do Chile que posteriormente tiveram grande importância no governo da Unidade Popular de Allende... Foi o primeiro movimento em nível mundial de apoio formal à luta dos espanhóis contra a ditadura...

A Conferência, realizada na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, foi um sucesso, comparecendo inclusive Pablo Neruda, Gabriel Celaya e os irmãos de Federico García Lorca, Francisco e Isabel, além de imigrantes e políticos espanhóis de toda a América Latina.

A presença em São Paulo de Marcos Ana, poeta que ficou encarcerado por duas décadas e símbolo da resistência antifranquista, foi um dos acontecimentos mais vezes mencionado nas entrevistas:

PROGRESO: É um rapaz que quando começou a Guerra tinha 15 anos, aos 16 foi preso e saiu com mais de 40 anos da prisão! Você imagina o que é uma vida na prisão! E ele sai, depois de uma grande pressão de movimentos democráticos em todo o mundo sobre o regime franquista, que se vê obrigado a deixá-lo em liberdade vigiada... Então liberam Marcos Ana [...] e ele

vem aqui visitar a comunidade espanhola, como forma de aglutinar, despertar...

O “poeta da prisão” veio clandestinamente ao Brasil, realizou conferências, participou de programas de rádio, organizou o envio do dinheiro coletado pelo Centro Democrático aos presos na Espanha, sempre cercado do apoio dos participantes da associação. Seu nome foi tratado com muito respeito e deferência na maior parte das entrevistas.

Eram realizadas também manifestações contra os atos tirânicos de Franco, como o fuzilamento de Julián Grimau, um dos últimos executados na Espanha, já na década de 1970:

PROGRESO: Ele é preso, em Madri, é torturado e pensa-se – isto é comentário da época – que diante do medo da polícia que uma sessão de tortura tenha matado o Julián Grimau, uma figura conhecida, jogam-no pela janela do segundo andar da Detenção de Madri. Ele cai, fratura o crânio mas não morre. E o governo abre um processo contra ele, a acusação é rebelião continuada... [...] Fazem um simulacro de julgamento, um tribunal militar; o mundo inteiro se coloca a favor de Grimau, que é condenado à morte e é fuzilado...

ANTONIO: Eu lembro que quando fuzilaram Julián Grimau Garcia – o último a ser fuzilado na Espanha – aqui houve uma manifestação tremenda. Nós conseguimos mobilizar toda a espanhola, que eram centenas, atravessar tudo, quebrar uns vidros do Estadão – naquela época isso era uma tradição: acabava a manifestação, pedradas nas vidraças do Estadão... Se fez uma manifestação tremenda...

Nas entrevistas foram citadas todos os tipos de manifestações: em frente ao consulado, em competições esportivas com a presença de delegações espanholas, em praças públicas ou através da imprensa.

Narraram-se a inauguração de monumentos, conferências com artistas brasileiros e espanhóis e muitos outros acontecimentos que sempre encontravam-se ligados à política. A atividade propagandística era intensa, quebrando o desconhecimento que havia em São Paulo sobre a situação da Espanha, apresentando a face cultural e a face tirânica do país que gerou Lorca, Picasso, Unamuno, mas também gerou Franco e seu séquito.

## Os Clandestinos

---

*Quando existia um problema de clandestinidade, éramos os melhores, éramos os que conseguíamos manter tudo em ordem...*

(ANTONIO VAÑÓ)

AS ATIVIDADES OFICIAIS do Centro Democrático Espanhol, como vimos acima, ainda que aparentemente voltadas à recreação e cultura, sempre portavam alguma conotação política. Geralmente abertas a visitantes, quando não visando o maior público possível, ocorriam necessariamente dentro das possibilidades da legislação brasileira, que foi ora mais ora menos permissiva de 1932 a 1975. Na opinião da maioria dos entrevistados, no entanto, os principais feitos do *Democrático* foram as ações clandestinas, como a ajuda material aos presos políticos da Espanha e a formação de novos quadros militantes, resultado de uma interação entre antigos exilados da Guerra Civil e imigrantes recém-chegados. Lembra-se que era proibido por lei a participação de estrangeiros em de qualquer forma de atividade política no Brasil, portanto mesmo nos anos “democráticos” de 1945 a 1964, esta atuação era clandestina.

Foram nos primeiros anos da década de 1960, não obstante, que se deu o pico de atividade do Centro Democrático Espanhol. A situação política brasileira era complexa e mesmo tensa, mas ainda democrática, o que fez com que esses anos fossem de bastante agitação social. Além disso, começavam a aparecer os primeiros sinais de cri-

se econômica. A expansão industrial, alimentada pela substituição das importações de bens duráveis de consumo, atingiu um limite, tendo seu curso obstruído pela fraqueza do mercado interno. A ociosidade das fábricas variava entre 30% e 60% e o ritmo da inflação, a partir de 1959, intensificou-se gradualmente. O *déficit* na balança de pagamentos pulou de US\$ 266 milhões em 1958 para US\$ 410 milhões em 1960, pois ultrapassada a fase de implantação, as empresas estrangeiras aumentavam a transferência de lucros para suas matrizes. Essa crescente evasão de divisas debilitava a economia do país, minorando a capacidade de importar e reinvestir.

Aproximando-se as eleições de 1960, a esfera governamental manteve a aliança PSD-PTB, que em 1955 elegera Juscelino Kubitschek e João Goulart. Na falta de um candidato civil que desse continuidade ao estilo de Juscelino, o PSD voltou-se para o general Lott, artífice do “golpe da legalidade” que garantira a posse dos eleitos em novembro de 1955. Como candidato a vice-presidente, o PTB impôs novamente Goulart, que apregoava amplas reformas de base com um discurso que assustava a direita.

Por outro lado, a UDN também tinha dificuldades em encontrar um nome capaz de reverter as inúmeras derrotas em eleições presidenciais. Jânio Quadros, embora não fosse um aliado natural do partido, representava o líder carismático que poderia desbancar o grupo governamental, sendo escolhido pela oposição liberal como o candidato oposto ao sistema herdado de Vargas. Jânio, porém, não era um político ortodoxo – e parte de sua campanha baseava-se justamente neste aspecto. Em sua plataforma eleitoral havia pontos contraditórios, como a política econômica recessiva e a política externa progressista, que ao mesmo tempo seduziam e assustavam setores da direita e da esquerda, mas conquistavam-lhe o eleitorado.

Em outubro de 1960, as eleições apontaram a vitória esmagadora de Jânio Quadros, eleito com 48% dos votos para presidente, contra 28% de Henrique Lott e 23% de Ademar de Barros. O vice-presidente eleito foi o companheiro de chapa de Lott, o trabalhista João Goulart. As primeiras medidas econômicas tomadas pelo novo

governo foram o corte aos subsídios do trigo e do petróleo e a liberação do câmbio, cedendo às pressões do Fundo Monetário Internacional. Além disso, a política de combate à inflação legada de Kubitschek teria como complemento a compressão dos salários e a contenção do crédito, medidas que foram bastante impopulares.

Descontente com as contradições da Constituição de 1946, Jânio tentou um ingênuo golpe de Estado, que para sua decepção fracassou. “Seu plano consistia em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de Ministros reacionários, a admitir a sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart” (BANDEIRA, 1978, p. 21). Os ministros militares de fato insurgiram-se contra a investidura de Goulart, a quem eram atribuídas vinculações com o comunismo, porém os golpistas não esperaram a reação desencadeada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e pelo III Exército, baseado naquele estado. A campanha pela posse de Jango estendeu-se por todo o país: nas principais cidades irromperam greves, mostrando o grau de consciência política do proletariado à época. Jango conseguiu assumir, mas aceitando um poder mutilado com o parlamentarismo imposto pelas Forças Armadas e pelo congresso conservador. Em seus primeiros meses de governo, a inflação se acelerou abruptamente, em virtude das emissões destinadas a cobrir o *déficit* do Tesouro Nacional, o que exacerbou os conflitos sociais e a inquietação política. Na área externa, entretanto, restabeleceram-se as relações diplomáticas com a União Soviética, enquanto as sanções a Cuba eram rechaçadas pelo ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas na Conferência de Punta del Este, ato que a opinião pública aplaudiu. As relações com os norte-americanos deterioravam-se. As forças de direita, derrotadas na tentativa de golpe de Estado, não cessavam de tramar.

De setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango atuou a fim de recuperar os poderes presidenciais. Por vários meses esteve em queda de braços com o Congresso devido à nomeação dos ministros. Nas cidades a inquietação social crescia e os trabalhadores mobilizavam-se contra as ameaças golpistas. Finalmente, o Congresso aceitou o nome

de Hermes de Lima, encarregado do gabinete de transição até a realização do plebiscito sobre o sistema de governo.

A 6 de janeiro de 1962, o povo brasileiro votou na proporção de cinco para um contra o sistema parlamentar e a favor do retorno ao presidencialismo (SKIDMORE, 1975, p. 273). Nos meses que se seguiram, a agitação política aumentou, inclusive no campo, onde ocorreram graves distúrbios. As lutas em torno do programa de estabilização e reforma provocavam a maior mobilização popular jamais vista na história da República. As organizações radicais, nos dois extremos, eram as que mais se fortaleciam: por um lado, a UNE, a Ação Popular e as Ligas Camponesas; por outro, o IPES, o IBAD e setores dos militares e da UDN.

Foi nesta época agitada e democrática que o Centro Democrático Espanhol viveu seus momentos de maior e mais marcante atividade, sobretudo no tocante à formação e atuação política, como se percebe nas entrevistas que realizei. Entre os homens, o proselitismo efetuado a partir desta época pelo Partido Comunista Espanhol despontou como o tema predominante no relato sobre a associação; as mulheres consideraram mais importante a arrecadação e envio de alimentos, roupas e dinheiro aos presos políticos e suas famílias na Espanha. Esta ação estava a cargo da Seção Feminina, da qual Juana Naranjo, assim como FLORENTINA CANTO, foram presidentas por alguns anos:

[No Centro Democrático] se formou, em 1963, a Seção Feminina, através da esposa do Guardiola, que veio do Uruguai. Então, desde esta época começamos a participar das atividades – *bien*, atividades todas escondidas, pois não poderíamos intervir na política do Brasil, sendo espanhóis... [...]

Para se arrecadar dinheiro para os presos políticos da Espanha realizavam-se *pic-nics*, rifas, vendas de discos, livros ou qualquer outro objeto relacionado à Espanha livre, festas, conferências e *comidas*, muitas e fartas *comidas*:

JUANA: As mulheres tinham no Democrático a Seção Feminina: uma vez por semana, nos reuníamos no Centro, fazíamos comida pra 400 pessoas, um *puchero*... A gente ia comprar, preparava, servia, lavávamos a louça e ainda pagávamos nosso convite!

FLORENTINA: Nós fazíamos comidas, trabalhávamos, viu! Fazíamos comida para 120 pessoas! E tudo fazíamos nós! Pedíamos aos espanhóis: aquele que sabíamos que tinha uma padaria, eu ia lá, pois ele era da minha terra: “Não podia nos dar o pão? Estamos precisando de 200 ou 300...” Íamos ao mercado central, falávamos com todos: ao Ponces, bonzinho – que em paz descansa – pedíamos *garbanzos*, ele nos dava o grão-de-bico; outro patrício nos dava batata, tinha um senhor que fazia *chorizos*... Preparávamos almoço para 200 ou 300 pessoas, mas ninguém nos ajudava, só nós, um grupo de mulheres fantásticas! Com vontade de fazer algo, com vontade de lutar, com vontade de ver o lucro, aquele dinheiro, que separávamos: tanto para esse preso, tanto para mandar para a família...

JUANA: A gente também tinha o bar no Centro Democrático e cada semana ficavam duas: fazíamos a comida em casa, levávamos sem cobrar nada e o dinheiro das vendas a gente ia guardando para mandar para os presos...

Com a dedicação das mulheres da Seção Feminina e a colaboração de todos os demais associados e visitantes do Centro, foram enviadas à Espanha grandes quantidades de roupas, alimentos e dinheiro. Os primeiros chegavam aos presos políticos, pelo correio ou através de contatos pessoais, enquanto o dinheiro arrecadado era distribuído entre suas famílias, como relatam alguns dos envolvidos:

JUANA: Foi por intermédio do Marcos Ana, que esteve aqui, que isso começou: ele nos mandava o endereço das famílias

dos presos políticos na Espanha e cada uma escrevia para uma família... O dinheiro a gente mandava por meio do Marcos Ana: ia primeiro pra França, pra Espanha não podia ir... Quando chegava o fim-de-ano, já tínhamos os nomes dos que estavam presos, então mandávamos pelo correio Nescafé, cigarros... Quando saía um da cadeia, a família nos escrevia e falava: “Olha, ele já saiu, agora vamos dar o endereço de outra família que está precisando mais que a gente”. Mesmo que eles não tivessem nada, não tivessem emprego, quando saiam mandavam outro endereço pra gente ajudar...

JULIÁN: As mulheres faziam roupas de ponto, de lã, e mandavam aos presos: “A tia Maria, do Brasil, mandou esse pacote.” Mandavam várias coisas daqui: Nescafé, leite condensado, roupas, cigarros – mas cigarros não podia entrar na cadeia, então enviavam de volta à “Tia Maria” que tinha mandado – não era o Democrático que mandava aquilo lá... Eu fumei aqui cigarros que voltaram do Cárcere de Burgos que as mulheres me doaram... Havia uma solidariedade enorme...

FLORENTINA: Então, cada companheira se correspondia com um preso... A mim me tocava esse Narciso Julián, que eu chamava de tio – se não, ele não podia responder à minhas cartas... [...] Nós mandamos uma quantidade de pijamas para o inverno: nos deram a fazenda, mandamos fazer... Quando chegava o Natal, mandávamos Nescafé, cigarros, castanhas de caju, latas de abacaxi... A parte que pertencia a Burgos chegava pra meu pai, que já estava solto, e ele levava ao presídio; quando era dinheiro, ele entregava para os familiares dos presos... Então, punham a mesa de Natal e tinha Nescafé, abacaxi... Chegava daqui, da Alemanha, da França, da Iugoslávia, de todos os lugares, em 2 ou 3 dias tinham comida de todo o mundo...

A solidariedade internacional com os presos políticos espanhóis, representada em São Paulo pelo Centro Democrático Espanhol, amenizou a sorte daqueles que foram *caçados* pelo franquismo, levando-lhes conforto moral e material, tão necessário após uma ou duas dezenas de anos isolados da vida em sociedade.

Os imigrantes que participavam da associação sabiam bem o que era a repressão franquista, pois a maioria deles provinha de famílias que tiveram seus homens encarcerados. A precariedade daquela situação, que forçou os republicanos a humilharem-se para sobreviver, foi uma das principais alavancas do movimento emigratório nos anos de 1945 a 1965. Ao encontrarem-se em um país relativamente democrático, num ambiente que permitia a propagação de ideias progressistas, muitos espanhóis sentiram a necessidade de lutar contra aquela ditadura, ainda que nunca tivessem participado de movimentos políticos. Já aqueles que viveram a Guerra Civil, ao contrário dos mais jovens, aproveitavam o exílio para formar novos quadros antifranquistas, pensando na possibilidade da volta à Espanha para a derrubada do regime. Há de se considerar que a repressão aniquilou praticamente toda militância política na Espanha, estando não só os líderes como os menos convictos esquerdistas presos, mortos ou exilados.

PROGRESO: [O Centro Democrático Espanhol] se organiza para atuar dentro da Espanha – e participa praticamente enviando para a Espanha alguns quadros que consegue formar no Brasil, na época do franquismo...

ANTONIO VAÑÓ, de tradição anarquista, foi um dos espanhóis que sentiu necessidade de fazer algo contra a ditadura franquista assim que chegou ao Brasil, procurando inicialmente aqueles de seu credo político, mas dirigindo-se em seguida aos comunistas:

Eles também tinham certas dúvidas com relação aos anarquistas: “Você vai entrar no Partido?” “Eu não, no Partido não

vou entrar, porque eu estou procurando ajudar a Espanha, mas não sou comunista, sou anarquista...” “Então tudo bem...”

Com o tempo, Antonio Vañó reconheceu que eram os comunistas os únicos organizados e verdadeiramente atuantes, aderindo ao núcleo de militantes do Partido Comunista Espanhol, que em São Paulo encontrava-se no Centro Democrático. Assim como seu irmão Progreso, participou ativamente da conquista de prosélitos entre os imigrantes recém-chegados, entre os quais encontrava-se Enrique Garcia, que explica como era total sua ignorância política enquanto vivia na Espanha. Temos assim algumas descrições de como funcionava esta *escola* de educação política, atuante à revelia das autoridades brasileiras e espanholas:

ANTONIO: Esses imigrantes traziam em si o germe do anti-franquismo, que era o que nós explorávamos aqui... Chegavam mecânicos, com 22 anos, um rapaz com 18, outro menino até com 16 anos, galegos... Falávamos: “Você teve que sair da Espanha; se a vida fosse boa lá você não precisaria sair: um bom torneiro, um bom ferramenteiro, um bom mecânico não sai de sua terra sem saber o que vai pegar em outro lugar... Então já que você vai estar aqui, tem que colaborar para ajudarmos lá.” E eles iam entrando – não de uma maneira assim de peito; eles simplesmente iam conhecendo, se tinham dinheiro colaboravam...

ENRIQUE: Na Espanha eu nunca tive ocasião de ler algo contra Franco, contra o regime, não tive acesso a nada disso. [...] Se você vive em um universo de pessoas que não sabem nada de política, está por fora de tudo, não tem alguém que te oriente, que te abra os olhos, que preocupações políticas você pode ter? [...]

Quando eu cheguei aqui eu conheci o outro lado da coisa. [...] Então, o que acontecia não é que a pessoa deixava de ser

franquista, *sino* começava a ser antifranquista em função de uma vivência, de uma realidade. Eu não conhecia nada lá na Espanha, me tornei antifranquista aqui – e não em função de alguém que me orientou a ser antifranquista, mas porque eu tomei consciência daquilo através do conhecimento, do saber.

PROGRESO: Então, este germe de crescimento desta associação de caráter político, tem como base o sentimento democrático dos velhos imigrantes, reforçado pela chegada massiva de imigrantes nos anos 50, em que a Espanha, com o plano de estabilização econômica, começa a lançar muita mão-de-obra ao resto do mundo.

O *Centro Gallego*, que desde a década de 1930 tinha uma postura democrática e progressista, foi o ambiente ideal para o crescimento do organismo celular comunista, iniciado com a vinda de alguns exilados espanhóis nas décadas de 1940 e 1950 e tornado bastante atuante ao final dos anos 1950 e início dos 1960.

ANTONIO: Os exilados do Partido entram no Clube sem dizer que são do Partido: eram democratas, eram inimigos de Franco, tudo bem... Entram indiretamente porque não podiam fazer de outra maneira... [...] Oficialmente não podíamos ser do Partido, o Partido era perseguido. Nós não participávamos como comunistas, éramos gente democrata como os outros... Lógico que todo mundo sabia quem éramos, mas não podiam provar...

ENRIQUE: Aqui se criou uma célula comunista, com pessoas do Partido Comunista da Espanha que lutaram durante a Guerra e não sei como chegaram aqui – estou falando de antes de eu chegar. Então essa célula se integrou ao Centro, porque eles precisavam de uma legalidade. [...] Esses comunistas se integraram no Clube e depois, ou bem por seu trabalho, ou pela labor política, conseguiram maioria. Então, a diretoria do Clube,

quando eu cheguei, já no ano de 63, era praticamente de comunistas.

Com sua disciplina e habilidade na propaganda, os comunistas assumiram a diretoria do Centro Democrático por vários anos seguidos, dirigindo as atividades da associação e impondo seu ritmo de trabalho. Ali, o Partido Comunista Espanhol (PCE) instalou uma estrutura celular independente e clandestina, organizando reuniões e assembleias isoladas dos demais participantes do Centro. Estas reuniões eram a principal forma de arregimentação e conversão dos imigrantes recém-chegados para o ideal comunista e antifranquista. Os militantes deste movimento guardam boas recordações da época, plena de ousadia e de aprendizado:

ENRIQUE: E frequentando o Centro, eu conheci quem eram os comunistas; eles se acercavam dizendo: “Eu sou comunista, pertenço ao Partido Comunista, não-sei-o-quê...” E te ofereciam: “Você quer participar de uma reunião, quer ver como funciona?” E você aceitava...

PABLO: As reuniões do Partido ocorriam fora do Centro, eram dispersas. Havia reuniões semanais ou quinzenais, com dez ou doze em cada uma, não tinha carteirinha porque era clandestino – oficialmente no Brasil o imigrante não pode ter uma identidade política, seja fascista, comunista ou socialista. Havia vários grupos, cada grupo escolhia o seu representante, que participava de outras reuniões e depois da assembleia geral, onde se elegia o comitê. Uma coisa que era muito interessante nestas reuniões do Partido é que a cada quinze dias você tinha que levar um estudo sobre um tema, seja o problema da China, dos países americanos, etc. Todos eram obrigados a apresentar um relatório e depois se debatia. Foi muito importante essa fase aí porque éramos incentivados a estudar e a estar a par dos acontecimentos do mundo.

JUANA: [Meu marido] tinha reunião, naquela época da repressão aqui, nos anos 70, que nem mesmo a mim ele falava onde era. Às vezes eu ficava chateada, não compreendia porque ele não falava: ele tinha medo. Nenhum falava pro outro, ninguém sabia onde estava marcada a reunião, só na hora. Eram só os homens que se reuniam.

ANTONIO: Eles sabiam que o Centro Democrático estava ligado ao Partido, mas o Partido não existia legalmente no Brasil, nós não *teníamos* carnês, nos reuníamos cada semana numa casa, como células, oito aqui, oito ali – éramos uns cinquenta. Não existia realmente um Partido oficial que dizer: “São comunistas.” .

Esse sistema celular permitia que as orientações da cúpula do Partido Comunista Espanhol, no exílio na França, chegassem a cada um dos núcleos de discussão, enquanto as ideias e ações oriundas destes retornavam aos dirigentes através de uma hierarquia de representantes locais, regionais e nacionais. Os militantes de São Paulo estavam subordinados ao Comitê Central em Montevidéu, que fazia a ligação com Paris e a Espanha.

Devido à ausência de um controle formal sobre a militância, pode-se somente especular a respeito da quantidade de participantes do PCE em São Paulo. Antonio Vañó estima este número em cerca de 50, enquanto através de conversas informais, dados das entrevistas e número conhecido de participantes do Centro Democrático Espanhol, pode-se inferir que houvesse mais de uma centena de espanhóis envolvidos com as atividades do Partido Comunista.

Era de se esperar que essa intensa atividade clandestina não passasse em branco aos olhos das autoridades brasileiras e espanholas, o que de fato não ocorreu. A principal época de atuação dos comunistas no Centro Democrático foi do final dos anos 1950 ao início da década de 1970, portanto durante nove anos houve uma

convivência forçada com os militares, o que acarretou certa perseguição e vigilância aos militantes mais comprometidos:

CARMEM: O Centro Democrático foi visado pela polícia, muito visado pela polícia... Inclusive um amigo nosso, o Juan Blanco, que foi presidente do Centro Democrático, acho que ele chegou a ser intimado, teve que comparecer...

ANTONIO: Houve uma certa perseguição, de vez em quando algum espanhol era detido... Quando podia, a polícia caía em cima de nós, porque realizou-se a Conferência dos Presos Políticos, realizou-se a de Marcos Ana, davam-se atos constantes e contínuos de apoio à Espanha; arrecadava-se dinheiro às claras em qualquer lugar; o advogado, os vereadores e deputados do Partido – e não só do Partido, simpatizantes também – estavam sempre apoiando-nos... Mas não acontecia nada, só nos *determinan*, pegavam o documento e depois deixavam em liberdade...

PABLO: Quando tinha eleição numa sociedade estrangeira, você era obrigado a levar a relação dos diretores ao DOPS. O único que fazia isso era o Centro Democrático – justamente por ser mais visados, a gente tinha que estar um pouco mais dentro da linha. Eu mesmo às vezes fui levar a relação dos novos diretores no DOPS, numa sala vermelha. E perguntavam: “E o fulano, como está?” “Ah, está bom...”

Eles conheciam todos porque muitos foram levados para depor, inclusive eu. Eu estava aqui na fábrica, o Fleury veio me buscar e me levou lá pro DOPS – isso foi em 70. Estavam buscando um espanhol que achavam que estava ligado ao Centro. Eles falavam: “Não tem problema nenhum; vocês são democráticos, nós somos antifranquistas, se vocês forem pendurar Franco nós também puxamos a corda.” Eu já estava assim, tremendo, mas tudo bem; queriam ver os arquivos, eu era tesoureiro, ou vice-presidente, e mostrei os arquivos.

Um dos entrevistados, preferindo não ser identificado, relatou como a repressão atingiu o Centro Democrático Espanhol, na figura de Juan Vendrell, presidente da associação, “um homem com uma capacidade intelectual, jornalista, falando francês, inglês” (FLORENTINA), “que era também do Partido, um jornalista que estivera exilado em Tânger e de Tânger veio para cá” (ANTONIO).

Hoje, uns dizem que se suicidou: as notícias que se tem mais ou menos, é que o mataram... Diziam que se suicidou, mas eu, de uma parte, soube que não, que foi morto pelo DOPS na repressão... A esposa dele não sabe de nada disso... Mais vale não se meter em nada, porque logo pode ser que venham mais bombas para os que queiram intervir, por isso se guardou o segredo... Porque tinha que ser o Cônsul que poderia intervir, mas o Cônsul não ia querer saber de nada...

Um fato interessante na existência do Centro Democrático Espanhol foi o desenvolvimento de sua política interna, que, assim como a questão do regionalismo, guarda alguma semelhança com os processos ocorridos na Espanha durante a Guerra Civil. Como vimos acima, somente a existência de um inimigo comum foi historicamente capaz de associar os espanhóis das diversas regiões, que em tempos de paz voltam a tornar-se separatistas. No Centro Democrático, assim como durante a Guerra Civil Espanhola, a atuação comum frente ao franquismo exigiu a união de todas as *patrias chicas*, que deixaram para um segundo momento suas aspirações nacionais.

No caso da política, recorda-se que nos primeiros anos da Segunda República espanhola a esquerda encontrava-se desunida, perdendo o governo em 1934 devido à abstenção dos anarquistas e ao mecanismo de representação nas Cortes, que privilegiava os vencedores desproporcionalmente ao resultado das urnas. Em 1936, no entanto, voltaram ao governo os chamados partidos progressistas, através de sua união na Frente Popular, que desta vez beneficiou-se do deficiente sistema eleitoral. Logo em seguida, motivados por

algumas ações do novo governo e pelo temor de uma revolução popular, os conservadores reagiram por meio do *pronunciamento* militar que gerou a Guerra Civil.

Durante o conflito, a Espanha dividiu-se em dois, mas enquanto a direita encontrava-se unida sob a rígida orientação militar, a esquerda perdia-se em intermináveis conchavos, alianças e rupturas, o que em muitos momentos favoreceu o avanço das forças nacionalistas. O desencadeamento da reação popular, desarticulada entre as lideranças socialistas, comunistas e anarquistas, não foi suficiente para deter a “científica” marcha militar que tomava a Espanha. Após inúmeras flutuações do hesitante governo socialista, assumiram o poder e a condução da Guerra os comunistas, mais organizados e empenhados em formar um exército regular, pouco afeito ao caráter libertário dos anarquistas porém mais adequado a um conflito como o que se travava.

Na *mini-Espanha* que era o Centro Democrático Espanhol, também uniram-se as mais distintas facções de esquerda, pois se por um lado a luta contra o franquismo na Península foi praticamente inexistente após a Guerra Civil, no exílio ela persistiu até 1975, quando finalmente o país perdeu seu *caudillo*, ganhou um rei e a liberdade. Assim como a Frente Popular na Espanha, o *Democrático* foi uma união heterogênea de diversas tendências republicanas e de esquerda, abrigando desde o mais conservador socialista ao mais radical anarquista. Ainda como na Guerra Civil, os comunistas foram impondo seu modo de agir, mais organizado e eficiente, tomando conta da direção e definindo os rumos da entidade. Há de se considerar, no entanto, que a democracia no Centro Democrático Espanhol era maior do que a possível na Espanha da Guerra Civil; era muito mais do que um nome, como destacam os participantes da associação:

PROGRESO: A ligação do Democrático com o Partido Comunista era uma ligação que dependia de votações das assembleias, não havia nenhuma ligação concreta. Mas o Partido Comunista era a única organização atuante, por definição organizada,

que definia políticas, o que deveríamos fazer no Democrático... Muitas pessoas da diretoria eram ligadas ao Partido, de onde a posição política que o Centro muitas vezes assumia era a posição do Partido Comunista... Sem dúvida isso ocorreu... Agora, é importante que se diga que isso ocorreu porque o Centro era democrático não somente no nome: a gente fazia assembleias, fazia reuniões e as decisões se tomavam sempre por maioria...

ENRIQUE: Dentro do Clube todo mundo sabia e toda a coletividade espanhola sabia que os comunistas dominavam o Clube... Mas dominavam assim, não de impor: “Aqui só se faz o que os comunistas mandam...”, não era aquele “Ordeno e mando”. Eles eram maioria ali, ou até nem eram maioria mas estavam mais unidos, tinham uma linha comum.

PABLO: As eleições no Centro, apesar de tudo que se pode acreditar aí por fora, eram bem mais democráticas do que nós temos agora na Sociedade Hispano-Brasileira. As mulheres, que geralmente quando solteiras permaneciam junto com o pai, também tinham direito a voto e podiam ser candidatas, porque também eram titulares. Todo maior de dezoito anos tinha direito a voto. As eleições eram feitas anualmente e nomeava-se uma diretoria com o presidente, vice-presidente, tesoureiro, diretores de cultura e de patrimônio. A diretoria inteira era nomeada pelos associados que quisessem participar da assembleia; todos tinham direito a ir à assembleia e votar.

ANTONIO: No Centro ia gente do Partido, havia socialistas, republicanos – e esses eram totalmente anticomunistas... Então, existia uma afinidade, mas também havia rivalidades... Os comunistas e socialistas juntos aparentemente se portavam muito bem, mas quando havia eleições para a nova diretoria,

saía muita discussão – porque ali eram todos os sócios que votavam, não era como agora, que são conselheiros... Nós não queríamos que ficassem os socialistas no poder, eles não queriam que ficássemos nós, então fazíamos um acordo: “O presidente vai ser comunista, o secretário vai ser socialista e tal...” Íamos em comum acordo formando o Centro como um meio de unir as forças antifranquistas.

Sob a orientação das diretorias comunistas deu-se a maior atividade do Centro Democrático Espanhol em toda sua existência, relatada sumariamente neste capítulo e no anterior, porém aprofundada nas entrevistas. A entidade chegou a ter mais de um milhar de sócios na década de 1960, dos quais 200 a 300 eram participantes ativos da associação e destes, provavelmente a metade militava no Partido Comunista. Seus contatos estenderam-se por Brasil, América Latina – sobretudo o Cone Sul – e Espanha. Enviou-se uma quantidade incalculável de alimentos, roupas e dinheiro aos presos políticos espanhóis, que guardariam para sempre as lembranças dos “banquetes de Natal” na prisão. Difundiou-se como nunca a realidade da ditadura franquista no Brasil, país habituado a fazer vista grossa aos regimes totalitários e a controlar a liberdade de informação.

Mais do que tudo isso, no entanto, persiste na memória dos atores-autores deste espetáculo a cordialidade, o companheirismo, a solidariedade vividos no ambiente do Centro Democrático Espanhol. Aquele era também, e originariamente, um centro recreativo. Os espanhóis antifranquistas, como se percebe nas narrativas daquela época, uniam o útil ao agradável fazendo política: divertiam-se.

## O fim do Centro Democrático Espanhol

---

*Morreu Franco, entrou o Rei, a Espanha começou a mudar para melhor, então já não há um interesse nesse tipo de clube para a ajudar os presos políticos. Você vai fazer o quê? Já está tudo feito lá!*

(PASCUAL BABIERA)

NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1970, os rumos do Brasil e da Espanha pareciam ser opostos, como haviam sido vinte anos antes, agora no entanto em direções contrárias. O Brasil atravessava um péssimo momento político, marcado pelo auge da repressão sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici. Sob a ilusão do “milagre brasileiro”, a situação da classe trabalhadora começava a degradar-se com a inflação crescente e a péssima distribuição de renda efetuada pelas elites. O desemprego, sobretudo rural, refletiu no aumento da população marginal nas grandes cidades (SOARES, 1973, p. 163), levando a violência urbana a níveis jamais outrora conhecidos.

Por outro lado, na década de 1960 a Espanha apresentou uma certa melhoria econômica e na década de 1970 era iminente uma reforma política. O modelo econômico espanhol havia experimentado mudanças substanciais durante o franquismo, ocorrendo uma ruptura importante em 1959. A etapa anterior, qualificada por Ramón Tamames como uma “autarquia”, iniciou-se com o término da Guerra

Civil. Coerente à estrutura autocrática política, marcou-se por quatro traços básicos: 1) propósito de autoabastecimento; 2) supressão das liberdades econômicas; 3) intervenção direta do Estado no sistema produtivo e 4) controle e exploração das classes trabalhadoras (TAMAMES, 1988, p. 249-250). Essa autarquia significou uma regressão total em relação às transformações estruturais que começavam a tomar corpo na década de 1930, favorecendo o incremento da acumulação capitalista e empobrecendo cada vez mais as classes populares.

Desde meados da década de 1950, no entanto, as pressões externas e internas começaram a tornar impossível a persistência desse modelo. A partir de 1956, assim, passaram a ser introduzidas algumas importantes modificações nas relações econômicas, tais como a intensificação do comércio exterior e a supressão do intervencionismo, ainda que a classe trabalhadora continuasse rigidamente controlada pelos organismos de repressão e pelos sindicatos atrelados ao poder, de estrutura vertical. A abertura da economia liberou certas forças produtivas que se viam travadas pelo intenso controle e intervenção estatal, provocando o aumento da produtividade em todos os setores e um crescimento econômico acelerado no país.

As consequências da nova situação foram importantes, levando a mudanças no comportamento social e na atitude política. O novo modelo econômico adotado trazia consigo a necessidade de uma mudança política profunda, o que já estava claro para muitos nos anos 1960 e tornou-se evidente na década de 1970, pois a economia e a sociedade espanholas entraram em contradição com o padrão político “oligárquico, anacrônico e obsoleto” (*Idem*, p. 251). De 1965 a 1974 o regime ofereceu aos espanhóis os programas de “*desarrollo político*”, conduzido por López Rodó, e o “*aperturismo*”, proposto por Arias Navarro, mas pode-se dizer que a 20 de novembro de 1975, quando morreu o General Franco, o modelo político em vigor era basicamente o mesmo de 1939.

Designado pelo *generalíssimo* Francisco Franco como seu sucessor, pouca gente sabia o que esperar de Juan Carlos de Borbón,

neto de Alfonso XIII, o rei deposto em 1931 com o advento da Segunda República Espanhola. Alguns imaginavam que uma mudança deveria ocorrer rapidamente, mas as reformas graduais propostas unilateralmente pelo primeiro chefe de governo, Arias Navarro, remanescente do regime franquista, não agradaram à oposição. Falava-se de uma “*dictablanda*”, praticamente indistinta da anterior “*dictadura*”. Em julho de 1976, porém, o rei designou como chefe de governo Adolfo Suarez, que rapidamente anunciou uma reforma política real, com anistia e eleições, referendada em plebiscito com 94,16% de “sim” e apenas 2,56% de “não”. Isto representou uma primeira vitória para o novo governo e tornou evidente que a preocupação de Juan Carlos era redemocratizar o país, elevando seu padrão social para aproximar-se ao do restante da Europa mediterrânea.

FLORENTINA: Todo mundo esperava que o Rei, como o professor dele foi Franco, seguisse como Franco, mas foi completamente diferente. Apesar de nós não gostarmos muito de reis, o nosso, há de compreender que não é dos piores, não é dos piores não! É uma pessoa bem decente e se interessa pelos problemas espanhóis...

PASCUAL: Franco tinha preparado o rei Juan Carlos pra continuar o seu trabalho. E o Rei talvez ficou quieto, dizendo que ia continuar, mas com a esperança de depois de morrer Franco mudar aquilo. Agora, eu não sei se ele mudou por idealismo, ou porque viu que aquele sistema não dava...

JULIÁN: Pelo atual rei, Juan Carlos, eu tenho a maior simpatia, maior carinho: rei democrata, liberal, compreensivo, entende que os tempos são outros...

Como resultado da inversão dos rumos políticos e econômicos dos dois países entre as décadas de 1960 e 1970, reverteu-se também o movimento migratório, que passou a registrar a diminuição quase

total da entrada de espanhóis no Brasil e, logo, a reemigração daqueles aqui residentes. Essa nova situação, somada à antevisão do final do regime de Franco devido à sua avançada idade e condição de saúde, foram apontadas pela maioria dos entrevistados como os principais fatores que levaram à desarticulação do Centro Democrático Espanhol. A associação, que tinha como fundamentos a difusão do problema espanhol e a formação política dos recém-chegados para a luta antifranquista, não subsistiu à reversão do movimento migratório e à abertura democrática na Espanha. Entre os anos de 1971 e 1975, o Centro Democrático mudou-se para sedes cada vez menores, vindo a associar-se à Casa de Espanha e logo em seguida à Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, entidade que congregou todos os centros regionalistas espanhóis.

ANTONIO: O Centro Democrático Espanhol foi realmente um centro político. Não foi um centro recreativo, não foi um centro de imigração, não foi nada disso. Até o extremo de que quando a liberdade voltou à Espanha, o Centro se autodissolveu...

JUANA: Nesta época, os presos políticos já tinham saído das cadeias, a gente já não tinha nada pra fazer, então acabamos com o Centro Democrático em 75... Muitos amigos foram embora pra Espanha, não tinha mais possibilidade de manter o Democrático porque eram poucos sócios... E aí começaram a juntar as casas de Espanha...

FLORENTINA: Tivemos o Clube na rua da Figueira, depois foi pra Conselheiro Furtado, depois fomos para a rua Vandencolk e dali fomos para a Casa de Espanha... O que acontece? Quando morreu Franco, como a maioria era gente política, lhes pareceu que seria melhor voltar pra Espanha, tinha que haver uma mudança grande. Então a maioria foi embora quando viu *que palitos tocava o rei*...

ENRIQUE GARCIA, que participou intensamente das atividades do *Democrático*, faz uma análise mais ampla sobre sua desarticulação, apontando outros fatores além dos acima mencionados:

Todo o fundamento que sustentava o Centro Democrático perde sua essência e aí surge uma contradição: o que mantém o Centro Democrático? É a ditadura de Franco? Se não existisse a ditadura não se mantinha o Centro? [...] Acabou o franquismo, e ainda com as circunstâncias econômicas que passava o Brasil, muitos vão embora, porque veem que aqui não têm futuro nenhum. O Brasil era o “país do futuro”, mas ficou sem futuro nenhum; as pessoas percebem e *se ván*. [...] Além disso, alguns vão morrendo... Daquela “velha guarda” – aqueles que chegam aos sessenta anos, que lutaram na Guerra Civil, que conheceram tudo – alguns vão morrendo. E não vem gente nova, por causa das condições econômicas do Brasil, da evolução da Espanha e de outros países que te criam um futuro, então o Centro Democrático tende a desaparecer.

E tende a desaparecer também por outro motivo: não sei se foi falta de visão dos diretores do Clube, mas os mais pensantes, aqueles que tinham mais experiência, nunca se preocuparam em criar aqui algo sólido. Nunca pensaram: “O que sustenta o Centro Democrático? É aquela bandeira; o Centro Democrático é a vanguarda da luta antifranquista aqui no Brasil, ou em São Paulo. Um dia isso vai acabar, porque o regime de Franco vai acabar, então vamos criar algo de sólido aqui”.

Com a redução do número de sócios, tornava-se praticamente impossível manter o Centro Democrático como uma entidade autônoma. Em 1973, depois de ter mudado para sedes cada vez menores, a associação uniu-se à Casa de Espanha, então localizada na Radial Leste, próxima ao parque D. Pedro. Ali, seus participantes mais entusiastas continuaram a atividade política por mais alguns meses, até que se tornou patente o fim da ditadura na Espanha e “acabou o

sentido de tudo aquilo, felizmente, de toda aquela coleta, de todo aquele trabalho, aquela luta pelos presos políticos” (CARMEM).

Em seguida à união do *Democrático* com a Casa de Espanha, iniciou-se a fusão de todos os centros espanhóis na Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, entidade mutualista fundada no início do século, porém unicamente recreativa e social desde os anos 1960. Proprietária de uma ampla sede à rua Ouvidor Portugal, no Ipiranga, a Sociedade Hispano-Brasileira foi a única associação espanhola capaz de sobreviver à intensa reemigração a partir de 1975, recebendo em seus braços os legados das demais entidades, assim como a adesão não muito entusiástica dos ex-participantes do Centro Democrático Espanhol:

JULIÁN: Hoje, alguns membros estão na Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, onde entra qualquer espanhol, há algumas atividades boas... Enfim, é o único que há...

PASCUAL: Depois se manteve aqui o Hispano-Brasileiro, que é como te falei antes: a gente se junta de vez em quando, faz uma festinha, do tipo de uma região, de outra região: uma vez é madrilenho, outra vez andaluz, outra vez é catalão, outra vez é galego... Eles avisam: “Olha, tem uma festa, tal dia...”, então você paga os convites e participa...

CARMEM: Somos sócios de lá, mas já frequentamos menos, não é mais aquele canto que a gente tinha, em que éramos todos dos mesmos ideais. É uma coisa diferente, muito mais heterogênea. Antes havia uma motivação política para se reunir e aí não há política.

Em função da falta de ambiente para as reuniões dos ex-participantes do *Democrático*, as mulheres da extinta *Seção Feminina* começaram a programar reuniões quinzenais, que aconteciam em suas próprias casas, segundo um revezamento espontâneo. Seus maridos,

que inicialmente encontravam-se somente no final das reuniões, ao irem buscar as esposas, foram incorporados às tertúlias, que ocorrem regularmente até os dias de hoje, como relatam Florentina Canto e Carmem Moreno:

FLORENTINA: Mas continuamos com nossa amizade, porque a amizade nossa é de vinte e tantos anos... Um grupo de mulheres continuou se reunindo a cada 15 dias, para falar de política, da Espanha, de cinema, de tudo o que se pode...

CARMEM: Nós continuamos nos reunindo nas casas a cada quinze dias à tarde – as mulheres continuaram. [...] Inclusive os homens começaram a participar porque era o único meio deles se reunirem; no Clube era difícil e na casa de cada um ficávamos mais à vontade... É mais um bate-papo informal, um encontro de amigos: se brinca e se fala do que acontece, da história que estamos vivendo...

As tertúlias organizadas pelo núcleo remanescente do *Democrático* representam um velho hábito espanhol, surgido nos *cafés* de Madri, Barcelona ou Granada nos tempos da Espanha romântica e relatado em diversas narrativas da época, além de carregarem outros significados e implicações. As frequentes reuniões possibilitaram a manutenção de uma coesão grupal que foi obtida através da identidade ideológica, não regional ou social, e que se perderia no ambiente heterogêneo da Sociedade Hispano-Brasileira.

Enquanto o Centro Democrático Espanhol esteve em atividade, houve um espaço próprio para a convivência destas pessoas, que apesar de pertencerem a regiões e credos políticos distintos, encontravam na reação ao franquismo uma identidade comum. Finda a atividade da associação, incorporada a uma entidade mais abrangente, ameaçava perder-se a coesão deste grupo frente à despolitização do novo ambiente social, onde somente se mantinham as identidades regionais. As tertúlias, assim, organizadas fora das dependências da

Sociedade Hispano-Brasileira, ajudaram a manter unido um grupo que se desintegraria com a nova situação política e social da década de 1970.

Outra importante consequência da persistência deste núcleo foi a conservação de sua história, que através da tradição oral mantém-se viva e por meio da história oral tornar-se-á eterna. Não houve história escrita do Centro Democrático Espanhol, destinado de início a ser *democrático* e por isso mesmo sujeito à vigilância constante dos regimes autoritários que marcaram sua existência. Não houve história escrita destes imigrantes que, se por um lado estabeleceram-se firmemente no país e encontram-se em situação confortável, por outro lado não se destacaram entre a massa de migrantes que construiu São Paulo a ponto de tornarem-se sujeitos da *história oficial*, preocupada sobretudo com aqueles que fizeram fortuna e tornaram-se membros plenos da sociedade local.

Na ausência de documentação escrita sobre a atividade do Centro Democrático Espanhol, desempenhou um papel importantíssimo para a conservação de sua história a continuidade das reuniões entre seus ex-participantes. Nota Maurice Halbwachs, estudioso da memória em suas diversas formas, que a ocorrência de uma *comunidade afetiva* facilita a manutenção mnemônica de ocorrências passadas. Por outro lado, se para alguém é impossível lembrar determinados fatos, isto se deve a que esta pessoa não mais pertence ao grupo em cuja memória eles se conservam (HALBWACHS, 1968). A memória, sobretudo *coletiva*, mantém-se *no grupo*, e se este não se mantiver, tampouco sua memória sobreviverá, a não ser mediante seu estabelecimento em meios duráveis, como textos escritos ou gravações magnéticas.

Nesse sentido, desempenha uma importante função aquele historiador que oferece sua habilidade para criar, juntamente com as testemunhas da época, uma documentação sobre o passado que de outra forma não existiria. Os ex-participantes do *Democrático* que testemunharam para esta pesquisa, assim como todos que ainda frequentam as tertúlias organizadas pelas mulheres, reconheceram a

necessidade dessa interferência externa para o estabelecimento de sua história, recebendo calorosa e atenciosamente este pesquisador em todas as entrevistas e encontros informais. Apesar do título do capítulo, acreditamos, historiador e colaboradores, que o Centro Democrático Espanhol não teve fim, nem nunca terá; mais do que uma entidade física ou jurídica, o *Democrático* é um *ideal*, que não se extingue fisicamente, é passível de ser transmitido oralmente e de ser estabelecido em texto.

---

# Repensando a História

---

## A não-reemigração

---

*Está claro que “ninguém nunca volta, sempre vai”.*  
(GRINBERG e GRINBERG, 1984. p. 267)

O MOTIVO DA NÃO-REEMIGRAÇÃO para a Espanha é um tema que esteve presente em praticamente todas as entrevistas realizadas, envolvendo em sua discussão desde aspectos da vida íntima dos narradores até os mais amplos problemas contemporâneos. Através de sua análise, podemos ver como estas pessoas encaram a própria história e a História em geral, especialmente no tocante aos processos migratórios. Nesta seção, apresentarei os motivos apontados pelos espanhóis entrevistados para permanecer no Brasil, refletindo sobre os graus de adaptação e integração aqui alcançados. Em seguida, discuto como se relacionam a procedência sócio-política e os motivos da imigração com a história narrada, ou seja: as trajetórias de vida com as histórias de vida.

Devido à limitação desta pesquisa, que não pretendeu abranger aqueles espanhóis que reemigraram, uma das poucas características comuns a todos os imigrantes entrevistados é o fato de não terem voltado à Espanha em caráter definitivo – exceção feita à Sra. Paula Alonso, que viveu por nove anos na Província de Múrcia, na década de 1980, retornando posteriormente ao Brasil. Nos depoimentos, entretanto, foi comum ouvir comentários sobre o desejo que sempre existiu de retornar à Espanha, sugerindo-nos novamente que o movimento migratório estudado, além da motivação econômica básica, tem fortes tintas de exílio político.

FLORENTINA: Quando viemos para cá, sempre pensamos em voltar, sempre! Uma música que escutamos, choramos; uma cantora na televisão, por pior que seja, ficamos de boca aberta; uma coisa que anunciam da Espanha, um filme espanhol, vai todo mundo assistir...

ANTONIO: Nós havíamos até combinado, quando casamos: “Quando Franco acabar, vamos para lá... Você vai ter que deixar a família e tal...” Mas quando veio o momento vimos que não é isso...

JUANA: A gente sempre pensava que um dia, se melhorasse, podíamos guardar um pouco de dinheiro para voltar para a nossa terra. Todos espanhóis pensavam igual, aliás, todos estrangeiros...

A vontade de voltar era grande, pois muitos só haviam vindo para o Brasil “enquanto não morria aquele canalha de Franco” (FLORENTINA). Dentre estes, porém, grande parte vive aqui até hoje e não tem perspectivas de voltar à Espanha, o que revela, mesmo dando-se a devida importância aos fatores externos que condicionaram a permanência, o grau de adaptação ao Brasil. Esse grupo, devido ao sucesso da integração no país, sentiu pouca ou nenhuma necessidade de retornar à terra natal após a morte de Franco e a consequente abertura democrática. Aqueles que o fizeram, infelizmente, não integram o âmbito deste trabalho, deixando excluídas opiniões talvez bastante distintas sobre o país receptor.

Nas reflexões sobre o que os levou a permanecer no Brasil, dois motivos são apontados como os determinantes pela maioria dos entrevistados: o fator *familiar*, sendo considerados tanto os problemas de adaptação dos filhos à Espanha como a separação entre os parentes; e o problema *econômico*, em vista da impossibilidade de manter lá o mesmo padrão de vida alcançado no Brasil. Muitos foram os momentos de indecisão, quando se fizeram os cálculos entre as vantagens

e as desvantagens de um novo êxodo. Pesou no resultado a experiência emigratória anterior, de modo geral considerada desagradável, por ter sido um movimento provocado por fatores externos, sobretudo políticos e econômicos, e não nascido espontaneamente de opções individuais.

PROGRESO: Eu poderia ter voltado para a Espanha, mas há um problema que é o seguinte: eu tenho três filhos e iria fazer com eles, se o núcleo familiar mudasse, o mesmo que aconteceu comigo, o que é uma experiência muito traumática... Se eles quiserem mudar, se quiserem fazer da vida deles qualquer coisa que seja possível, eles vão decidir por si mesmos... [...] Esta é uma razão, eu diria que a razão nobre... A razão *Sancho Pança* é outra: é que eu já tinha feito toda a minha vida profissional no Brasil, em São Paulo, e já estava bem posicionado quando as coisas vieram a ocorrer na Espanha...

ENRIQUE: Minha mulher é brasileira. [...] Se eu levo ela para a Espanha, eu apenas vou transferir aquele problema que eu tenho de viver fora da minha terra. Então, já que fui eu que escolhi vir aqui, me casei com uma brasileira, meus filhos são brasileiros, é mais lógico que eu continue aqui do que vá com eles para lá. [...] E também existe o lado econômico...

JULIÁN: Eu pensei em voltar para Espanha, mas vou dizer uma coisa: [...] minha esposa, meus filhos e meus netos estão aqui e não posso levar sete netos pra lá, não posso, então fiquei aqui. Outra coisa: eu aqui ganho um salário assim razoável – esses 147% fazem muita falta, viu, Collor! Mas eu recebo uma pensão da Espanha, que aqui se multiplica por muito, tenho condições econômicas melhores...

JUANA: Quando eu fiquei viúva, não sabia o que fazer: se ia com meus dois filhos para a Espanha, se ficava... Então no

Democrático eles ganharam uma passagem pra Espanha e deram para mim, fui sozinha pra ver se vendendo aqui a casa, as coisas, comprava um apartamento como eu queria... Tinha três irmãos lá e fiquei um mês... Gostei de ficar lá, mas eu pensava: “A aposentadoria quando chegar será pouco; terei que trabalhar... Pra trabalhar, eu profissional de nada não sou... Sou dona-de-casa, não? No Brasil, sem precisar disso [...] dá pra eu viver, pra pagar escola, tenho meu carro...”

Estas pessoas, em outros trechos das entrevistas, não deixam de reconhecer a completa adaptação ao Brasil e um forte carinho pelos brasileiros, afirmando porém que teriam voltado não fossem os problemas de ordem familiar ou econômica apontados acima. Por outro lado, três entrevistados reconheceram ter escolhido permanecer no Brasil, em meados da década de 1970, justamente em função do sucesso de sua trajetória pessoal e da integração ao novo ambiente. Dentre estes, surge um depoente que se destaca da voz coletiva ao afirmar que nunca desejou voltar à Espanha: ANTONIO MORENO, o mais novo imigrante masculino entrevistado, que mostra, no amplo domínio do português e na ausência de espanholismos ao falar, o grau de adaptação obtido.

Eu nunca pensei em voltar pra Espanha... Quando eu vim pra cá, como já fazia dois anos que eu estava afastado da família, eu tinha carência da família, e como eles vieram pra ficar, mesmo... Eu era moço, tinha dezessete anos, então nunca pensei em voltar pra Espanha. Quando vim pra cá não tinha essa ideia e mesmo depois eu me integrei tão bem no Brasil que nunca me deu vontade de voltar definitivamente.

Antônio Vañó, falando seu português carregado de espanholismos e com forte sotaque valenciano, e Pablo Briones, que se exprime numa mistura de castelhano com português, são no entanto aqueles que mais claramente reconhecem sua integração com os brasileiros

e a cidade de São Paulo. Briones fala na terceira pessoa, mas refere-se também a si mesmo, bem-estabelecido proprietário de uma marcenaria.

ANTONIO: Eu trabalhei aqui, lutei, me casei com uma brasileira, tenho filhos e penso: “Qual a vantagem de ir agora para lá?” Não me custou a adaptação aqui porque encontrei um meio de vida bom, no sentido de sentir-me livre e não de sentir-me oprimido. Encontrei uma compreensão tremenda em todos os lugares que estive, em gente alta, gente baixa, trabalhadores... Acabei sentindo essa terra aqui como minha, praticamente não me sinto espanhol – de um lado, minhas raízes são espanholas; por outro, *para mí*, a minha terra é o Brasil...

PABLO: Acho que praticamente essa é a história de todos os imigrantes que vieram pra cá. O espanhol se adaptou bem aqui, se integrou na vida brasileira, assimilou de uma certa forma a cultura. Dos 60 mil imigrantes que tem em São Paulo, uma porcentagem grande está com a vida remediada, se não bem; se estabeleceram, há grandes indústrias de espanhóis residentes aqui, há muitos assalariados.

Estes depoimentos indicam que, de um modo geral, os espanhóis integraram-se bem ao Brasil e sobretudo a São Paulo, onde desde o início do século existiu uma numerosa colônia ibérica. Todos aqueles entrevistados estão bem adaptados aos hábitos e à cultura local, encontrando-se estabelecidos econômica e socialmente, ainda que alguns o reconheçam mais do que outros. Por outro lado, vários aspectos do Brasil e dos brasileiros são criticados, como a apatia política da população, a corrupção no governo, o descaso da elite dirigente com o problema social e a intensificação da violência urbana, problemas que reavivaram muitas vezes o desejo de retornar à Espanha. Explicações como as dificuldades familiares ou econômicas, assim, surgem de certa forma para amenizar a culpa pelo abandono

da intenção primitiva de voltar à pátria após a morte de Franco. Este desejo, comum a grande parte desses imigrantes-exilados, o tempo e a realização pessoal encarregaram-se de esvaecer.

As várias razões apontadas para a permanência no Brasil, das mais egoístas às mais altruístas, não conseguem entretanto esconder a constatação explicitada claramente por Progreso Vañó, com a qual encerra-se esta seção: a emigração é sempre uma situação traumática, que prolonga-se muito além do momento do traslado. Sua análise vai mais longe ao definir como se sentem os imigrantes após décadas instalados fora da terra natal. Ademais, ressalta a importância das agremiações que os reúnem, atenuando o choque da transição e facilitando a adaptação à nova cultura.

PROGRESO: É muito difícil você ter que refazer a vida num país longe da sua terra e depois, quando você conseguiu montar uma estrutura sócio-econômica, pensar novamente em voltar... [...] É uma tragédia o que significa para o ser social ser arrancado um tanto violentamente, não por opção própria, do seu meio cultural, e ser jogado em outro meio, por mais acolhedor que seja esse meio, por menos segregador que seja, por maior cordialidade que exista entre as pessoas... É uma tarefa de Hércules você conseguir refazer as coisas, você se sente sempre falsamente implantado no lugar...

Eu acho que todos nós, espanhóis que estamos já bastante tempo aqui, nos sentimos um pouco da seguinte maneira: nós não somos mais espanhóis [...] e aqui, mesmo que você não seja segregado, você é notado instantaneamente pelos parceiros por ser um estrangeiro! Então você não é *nada* mais... Isso é uma tragédia... Por isso que o esforço cultural, o esforço de arregimentação desses centros que conseguiram de certa maneira atrair a população que tinha uma origem comum, tem uma importância extraordinária, pois permitiu viver, sem ruptura demasiadamente acentuada, uma nova cultura...

## Trajatórias e histórias de vida

---

*O homem que conta sua vida busca-se a si mesmo através de sua história; não se entrega a uma ocupação objetiva e desinteressada, porém a uma obra de justificação pessoal.*

(GUSDORF, 1991, p. 14)

NA *HISTÓRIA COLETIVA* RELATADA nas páginas acima, apresentou-se a percepção do passado histórico que têm os colaboradores deste trabalho, mesclada, inevitavelmente, com a deste pesquisador. Na seção que se inicia, servindo de introdução às *Histórias Pessoais*, procura-se compreender como estas pessoas formulam no presente uma autorrepresentação coerente com aquele passado e com a sua vida pessoal, ou seja, qual a relação entre suas *trajatórias de vida* e suas *histórias de vida*.<sup>4</sup>

É importante lembrar que a gravação da entrevista cristaliza uma manifestação histórica; sua análise deve considerá-la portanto como forma expressiva determinada pelo espaço e pelo tempo, refletindo não o sentido que o narrador deu aos fatos no passado, mas aquele que lhe ocorre no momento da entrevista. Longe de serem invenções arbitrárias, as histórias de vida são construções criativamente geradas pela memória, com o objetivo de dotar de sentido a vida do depoente. Assim como textos literários, são construídas teleologicamente, pois “nenhum artifício de apresentação pode im-

pedir ao narrador conhecer a continuação e o final da história que conta” (GUSDORF, 1991, p. 15). Para Daphne Patai (1989, p. 9):

O ato de contar uma história de vida envolve uma racionalização do passado como ele é projetado e leva a um presente inevitável. E, de fato, uma versão particular da história de vida de alguém pode se tornar um componente essencial do seu sentido de identidade em um momento determinado. Do grande contingente de memórias e respostas possíveis evocadas pela situação de entrevista, a pessoa entrevistada seleciona e organiza certos temas, incidentes e lembranças, que são então comunicadas de uma maneira particular.

Deve-se, portanto, empreender uma análise que privilegie a organização formal da história de vida, reconhecendo nela a importância ou não de determinados fatos, a valorização de espaços narrativos e a velocidade do discurso. Mais do que o evento em si, interessa-nos o significado que lhe é atribuído pelo narrador, que deriva de seu estado mental na época, de sua relação com os desenvolvimentos históricos subsequentes e de seu momento atual de vida (PASSE-RINI, 1987, p. 4; PORTELLI, 1991, p. 15).

A partir das onze entrevistas realizadas para esta pesquisa é possível notar o encadeamento entre a trajetória de vida e a história de vida. A valorização de um determinado nível paradigmático como o dominante na periodização da narrativa esteve claramente associada à idade e ao sexo do depoente, sua origem social, aos fatos familiares, locais e nacionais por ele vividos. Esta escolha de um eixo temático, associada à velocidade e à forma do discurso, constitui

---

4 Como em português o termo “*história*” refere-se tanto aos *acontecimentos passados* como à *narrativa* destes acontecimentos, adotei o termo “*trajetória*” para o primeiro significado (os fatos passados, a *vida vivida*), deixando *história* apenas para o segundo sentido (a narrativa, a *vida contada*).

estereótipos narrativos, conscientemente usados com propósitos simbólicos (PASSERINI, 1991, p. 19-59; ver abaixo, p. 317-318). Tomando como ponto de partida os motivos da imigração, consequência dos processos sociais e pessoais vividos anteriormente pelos narradores, pode-se perceber como ocorre esta interligação entre a *história vivida* e a *história contada*.

POR UM LADO, há aqueles imigrantes que se caracterizaram como exilados políticos tardios, como Antonio Vañó e Julián Ángel, os mais velhos do grupo em questão; ambos esperavam ansiosamente a primeira oportunidade que surgisse para sair da Espanha, o que ocorreu cerca de quinze anos após a implantação do franquismo. Florentina Canto, apesar de ter imigrado seguindo a decisão de seu marido, encontra-se também neste grupo, para o qual o fio condutor da entrevista é a atuação política e o referente espacial predominante o institucional. A velocidade da narrativa, entretanto, é distinta para cada um destes narradores.

O valenciano Antonio Vañó, que se lembra de quando fuzilaram seu pai ao final da Guerra Civil, quase não menciona em sua entrevista os momentos precedentes à imigração. Sua narrativa, porém, é extensa no tocante à ação antifranquista no Brasil, descrevendo com detalhes a atividade do Partido Comunista Espanhol em São Paulo, da qual tomou parte por muitos anos. É a *revanche da história*, agora que só Vañó tem a palavra, estando o franquismo morto.

Numa reflexão ao final de sua narrativa, ANTONIO confirma a importância da atuação política em sua vida:

*A labor política* forma parte da gente, eu sinto necessidade das minhas *aportaciones*, entende? Eu não sou um militante ativo, não pertencço ao PT, ao PCB, não pertencço a nenhum partido... Mas é lógico que toda a minha *labor*, quando discuto com os camaradas também, está com a parte que eu considero mais justa, o PT em primeiro lugar e o PCB depois –

apesar de considerar que estão muito sectários e muito dogmáticos ainda, *quizás* uma consequência lógica da falta de maturidade política...

Bastante distinta foi a entrevista do madrilenho JULIÁN ÁNGEL, que se estendeu longamente nos momentos que vão da proclamação da Segunda República Espanhola até o final da Guerra Civil. Seu relato do conflito, do qual participou, é fundamental para explicar sua posterior trajetória e posicionamento frente os problemas espanhóis. Julián nunca aceitaria o franquismo, até hoje, quando na Espanha já se perdoaram os ódios da Guerra. Analisando a permanência no Brasil, reconhece que sua realização pessoal deu-se no plano da atuação política, expressa através do Centro Democrático Espanhol.

Em sua entrevista, estão em segundo plano a trajetória profissional, a família, os estudos. Os eventos-chave de sua vida são os fatos políticos espanhóis ou brasileiros, o que se comprova em sua fala final, quando sugere que sua história de vida inicia-se com a proclamação da República, ocorrida em 1931, quando tinha onze anos de idade:

Ou seja, essa é a história de um imigrante espanhol, passando pela Guerra, por tudo isso... Não sei se fui muito elucidativo para você, mas é minha vida, desde os onze anos praticamente até hoje... Se você tiver alguma outra pergunta pode fazer, se quiser qualquer esclarecimento... É a minha vida...

Amplificando a descrição dos episódios da Guerra e da atividade política no Brasil, sua memória trabalha para sanar uma ferida, pois de fato Julián perdeu a Guerra e a queda do regime de Franco não teve relação alguma com a atuação dos antifranquistas em São Paulo.

A entrevista de Florentina Canto, natural de Burgos, foi semelhante àquela de Antonio Vañó: ela pouco se detém nos tempos da Espanha, destacando as dificuldades econômicas que sua família enfrentava devido ao preconceito político e o seu inconformismo

com essa situação. Maior parte de sua narrativa, porém, é dedicada à luta antifranquista realizada através do Centro Democrático Espanhol e à participação na política brasileira atual. Mesmo abordando frequentemente o espaço familiar, este é sempre relacionado ao espaço institucional da política, governo, história e ideologia. Um bom exemplo é o trecho seguinte, em que FLORENTINA, tratando da situação atual da família, demonstra o valor que atribui à militância política:

Mas não estamos tão mal, temos casa própria, tenho um filho só, ele trabalha também, um menino – para mãe é sempre menino, está com 28 anos! Um menino muito bom, nunca nos deu um desgosto – nem se mete muito em política, *a mi me gustaria* que se metesse um pouquinho mais... Mas não gosta, ele acha que é uma bobalheira...

Comentando sua presença nos atos políticos de outrora e atuais, como a manifestação pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, FLORENTINA CANTO resume sua filosofia de vida, tornando explícito um discurso combatente semelhante aos de Julián Ángel e Antonio Vañó:

Já corri da polícia muitas vezes... Corri muitas vezes da polícia, na época do Erasmo Dias, lembra? Filho da mãe! [...] Por isso meu filho diz: “Mamãe, porque tens que ir a isso?” Dentro de mim, eu sinto um prazer enorme! Vão me dar com o pau na cabeça? Tudo bem, me dar *me dán*... Eu já corri muitas vezes da polícia, mas sinto satisfação, não posso negar... Talvez porque eu tenha aquele espírito de lembrar-me do que sofreu meu pai, 14 anos no presídio, que são muitos anos!

NO EXTREMO OPOSTO AOS EXILADOS políticos tardios, encontram-se aqueles que decidiram emigrar por motivos predominantemente

econômicos, como Antonio Moreno e Progreso Vañó, os mais novos dentre os homens entrevistados. Suas narrativas, conduzidas pelo binômio educação-trabalho, são progressivas e lineares, refletindo suas trajetórias ascendentes. Significativamente, ambos dominam muito bem a língua portuguesa, pouco se distinguindo o sotaque espanhol.

ANTONIO MORENO, malaguenho proveniente de uma família bastante pobre, emigrou aos 17 anos, acompanhando seu pai e seus irmãos. Em São Paulo conseguiu estudar, o que não lhe era possível na Espanha, obtendo uma reconhecida melhoria sócio-econômica. Sua história é a história desta ascensão:

Já na Vila Prudente, quando chegamos, meu pai me arranhou pra ir pro SENAI, então eu fiz o curso de Administrador. Com isso eu já comecei a ter uma profissão um pouco melhor e comecei a ganhar um pouco mais, o que me permitiu pagar uma escola à noite. Fiz primeiro Desenho Técnico, depois eu acabei fazendo o Ginásio, que tinha começado na Espanha mas tinha parado. Depois, eu fiz o curso de Técnico Industrial e cursei a faculdade aqui em São Paulo, fiz Administração na USP. E... Acho que basicamente é essa a minha pequena história...

PROGRESO VAÑÓ, valenciano, veio para o Brasil acompanhando seus irmãos e sem nenhuma formação técnica, tal como Moreno. Após mais de dez anos dedicando-se somente ao trabalho e à atividade política, começou a estudar, construindo uma carreira sócio-econômica ascendente. Seus irmãos mais velhos, ao contrário, continuaram dedicando-se ao ofício de tecelagem, o mesmo exercido na Espanha antes da imigração e que tornar-se-ia ultrapassado a partir da década de 1960.

Aí, pouco antes de casar [...], eu começo a estudar: faço Madureza Santa Inês, faço cursinho e faço Economia... Depois

disso aí, eu permaneço na USP, dando aula na Faculdade de Economia, e faço Pós-Graduação em Teoria Econômica e em Ciências Contábeis lá mesmo... Hoje eu trabalho em banco, sou diretor de um banco...

Bom, minha vida é essa aí... A deles eles fizeram um monte de coisas, conseguiram pelo menos refazer a vida, numa base econômica mais estável, mais tranquila...

De modo condizente à sua profissão, Progreso realiza em seu depoimento uma objetiva análise das causas da imigração, destacando o fator econômico como gerador de quase todos os deslocamentos humanos. Sua narrativa é tão bem articulada como deve ser a de um professor.

Nas entrevistas de Progreso Vañó e Antonio Moreno nota-se a linearidade que caracteriza a vida do *self-made man*, como se este caminho já estivesse traçado, sem a possibilidade de desvios ou retornos. Os eixos paradigmáticos de suas histórias de vida são a educação formal e o trabalho; no entanto, se uma grande parte do depoimento de Progreso é crítica e sobriamente dedicada à atuação política, o mesmo não ocorre com Antonio, que omite quase totalmente sua participação no Centro Democrático Espanhol.

ENTRE OS DOIS POLOS marcados pelos motivos político e econômico da emigração, encontramos outros eixos narrativos. Nos depoimentos de Pascual Peiró, Pablo Briones e Enrique Garcia, ainda que em matices diferentes nos ritmos e espaços narrativos, o tom vital é a valorização da educação não-formal.

Pascual Peiró, natural da Província de Valência, narra como sua família atravessou sérias dificuldades no pós-Guerra. Logo após cumprir a obrigação com o exército, e visando tão somente a melhoria econômica, Pascual decidiu emigrar para o Brasil, onde pagavam duas vezes mais pelo mesmo ofício de servente de pedreiro. Sem estudos, melhorou paulatinamente sua atividade profissional, pas-

sando a proprietário de uma mercearia e posteriormente de uma lavanderia. Tendo pouca formação política na Espanha, tampouco foi um destacado ativista no Centro Democrático Espanhol, apesar de tê-lo frequentado por dez anos. Sua narrativa, refletindo a trajetória de homem comum, é simples, equilibrada e mesmo conformista, pouco se notando o quanto Pascual valoriza a tomada de consciência política e o seu interesse pelos acontecimentos da atualidade e da história.

O madrilenho PABLO BRIONES, como Pascual Peiró, reconhece que o fator político influenciou em sua emigração, mas o que o impulsionou de fato a abandonar a Espanha foi a impossibilidade de obter estabilidade econômica. Sua organizada narrativa, sem nunca esquecer a atuação política, está em maior medida dedicada ao trabalho. Percorrendo todo seu depoimento, no entanto, estão as referências ao fato de ter sempre procurado estudar, apesar de nem sequer ter concluído os anos de educação primária.

Eu lia todo dia o noticiário que saía nos jornais. Eu aprendi a ler em casa, com meu pai, porque onde eu morava, na Extremadura, não tinha escola. [...] Eu sempre procurei ler, indo nas bibliotecas que o governo republicano construiu por todas as cidades, todos os bairros, onde a leitura era diferente.

O autodidatismo está presente nas principais atividades de sua vida. Na marcenaria, começou como auxiliar ainda na Espanha, vindo a ser proprietário em São Paulo; na política, pouco atuante antes da imigração e do contato com o Centro Democrático, Pablo destaca o aprendizado nas reuniões do Partido Comunista, que lhe possibilitou tornar-se um militante ativo do *Democrático* e posteriormente da Sociedade Hispano-Brasileira.

Enrique García, natural de Jerez de la Frontera, é aquele que melhor caracteriza o autodidata, o inconformista. Ao contrário de Pablo Briones, no entanto, Enrique não se atém à questão profissional, destacando sobretudo o aprendizado político. Além disso, ENRIQUE GARCÍA

não teve nenhuma formação política antes de emigrar, desconhecendo tudo o que se tratasse da Espanha anterior à Guerra Civil ou durante o conflito. Sua ignorância a respeito do franquismo era tanta que ele não tinha nem mesmo como e por que se opor àquele regime:

Eu conheci muito mais da Espanha fora da Espanha do que dentro da Espanha. Lá, eu conheci a Espanha de Franco; a outra Espanha, que tinha existido antes, era totalmente desconhecida dos espanhóis, não se falava sobre ela.

Caso único entre nossos colaboradores, ENRIQUE GARCÍA emigrou sem ter claramente uma motivação econômica ou política, já que sua família era de classe média e não sofreu problemas de perseguição. Chegando ao Brasil, logo entrou em contato com o Centro Democrático, onde conheceu pessoas das mais variadas tendências de esquerda e começou a participar das reuniões clandestinas do Partido Comunista Espanhol. Isto lhe permitiu estudar o que fora a Guerra Civil e o que era o franquismo, tomando consciência de que deveria tomar partido contra aquela ditadura:

Eu era apolítico em função de desconhecimento: uma vez que eu comecei a conhecer, a ler, a me informar, a escutar pessoas que participaram da Guerra, minhas ideias foram se esclarecendo, assim eu tomei posição segundo o que me parecia certo. Sou um antifranquista “esclarecido”, não por ter sofrido na pele a repressão política, ou alguém de minha família.

O que pode ser considerado o tema condutor de sua entrevista, assim como daquelas de Pablo Briones e Pascual Peiró, fica expresso no seguinte comentário:

Eu sou uma pessoa que sempre teve uma preocupação política, uma preocupação em saber, ter conhecimento. [...] Eu nunca fui uma pessoa conformista.

O ÚLTIMO PARADIGMA NARRATIVO identificado nas entrevistas que realizei é aquele marcado pelo ritmo familiar, reconhecível sob formas distintas nas histórias de vida de Juana Naranjo, Carmem Moreno e Paula Alonso. Nestes três depoimentos, são constantes as menções a questões políticas, que no entanto sempre estão ligadas aos fatos familiares vividos pelas narradoras. O referente espacial de suas narrativas é o lar, ampliado unicamente pelo espaço coletivo do Centro Democrático Espanhol e, na medida em que ambienta e define a história da família, o espaço institucional.

A entrevista da sevilhana Juana Naranjo é a que mantém mais uniformemente o ritmo familiar da narrativa. Além disso, quando comparada àquela de Pablo Briones, exprime com clareza a oposição entre os papéis narrativos feminino e masculino. Juana Naranjo é a segunda esposa de Briones, que é também seu segundo esposo, e através de seu testemunho conheci mais a respeito da vida familiar do marido do que na entrevista concedida pelo próprio. Na narrativa de Juana Naranjo, os momentos de corte são determinados pelos fatos familiares: a prisão de seu pai, a morte de sua mãe, seu casamento, o nascimento dos filhos etc. Os acontecimentos políticos nacionais servem como ambientação à história de sua família, assim como as referências aos problemas econômicos ou à atividade do Centro Democrático. Sua realização não se dá no plano político ou profissional, mas no nível da família. Na entrevista de Pablo Briones, ao contrário, o referente espacial da narrativa é o coletivo, representado pela fábrica e pelo Centro Democrático, onde se desenvolveram suas habilidades profissionais e políticas. O espaço pessoal raramente é abordado, deixando mesmo incompleta sua história de vida, pois não há referência ao seu segundo casamento nem ao nascimento e casamento dos filhos. Significativamente, a senhora Juana recebeu-me para a entrevista em sua casa, enquanto o marido narrou sua história no escritório de sua fábrica, ambos associando intrinsecamente o espaço narrativo ao espaço *no qual* foi concedida a narrativa.

Os depoimentos de Paula Alonso e de Carmem Moreno diferem daquele de Juana Naranjo por darem uma atenção maior aos

assuntos de política, sempre abordados através da ótica da família. Paula Alonso, natural da Província de León, passa grande parte de sua entrevista narrando a repressão política em sua cidade natal nos anos franquistas. Com bastante emoção, apresenta o relato mais brutal entre os obtidos neste trabalho: a família de sua mãe teve praticamente todos os homens exterminados e mesmo seus irmãos mais novos sofreram nas mãos da terrível Guarda Civil.

Na origem de emigração da família, portanto, está novamente o fator político, preponderando sobre o econômico, de não pouca importância. Em sua narrativa, porém, os acontecimentos políticos subordinam-se ao ritmo familiar, marcado por nascimentos, casamentos, mortes e desterros.

Da mesma forma estrutura-se a entrevista de Carmem Moreno, paulistana, filha de espanhóis, que tomou contato com a atividade antifranquista ainda criança, no ambiente politizado dos imigrantes na Mooca. Grande parte de sua narrativa é dedicada à atuação do Centro Democrático Espanhol, da qual tomou parte desde criança, e assim como nos casos anteriores, o ambiente da associação é relembrado como familiar e observado por este prisma.

Assim como Paula Alonso e em menor grau Juana Naranjo, CARMEM MORENO associa a atuação política à tradição familiar, como fica expresso com clareza no trecho seguinte:

Meu avô se dedicou também à luta política contra a ditadura franquista e sempre foi assim; eu conheci Franco desde pequena. Nasci com aquilo, conhecia músicas... Na casa de meus avós e na casa de meus pais sempre se reunia o pessoal para discutir política – reuniões que eram proibidas... Meu pai pertencia ao Partido, depois minha mãe se casou com um homem que também pertencia ao partido e meu tio Emílio também, todos eram políticos, eram militantes.

SE CARMEM MORENO, Paula Alonso e Juana Naranjo estabelecem o discurso “Já nasci antifranquista”, podemos nomear também os outros estereótipos narrativos identificados acima, que seriam expressos nas frases: “O labor político forma parte da gente” (Antonio Vañó e Julián Ángel), “Eu sempre gostei de estudar” (Progreso Vañó e Antonio Moreno) e “Eu nunca fui uma pessoa conformista” (Pablo Briones, Enrique Garcia e Pascual Peiró).

Estes diversos padrões de autorrepresentação, sem se pretenderem por demais rígidos, tampouco são originais, visto manifestarem estereótipos encontrados em biografias, autobiografias e na literatura ficcional de diversas culturas ocidentais. Ademais, outros trabalhos de história oral enfocaram o depoimento sob este aspecto, como *Fascism in Popular Memory*, de Luisa Passerini (1987).

Estudando a classe operária turinense no entre guerras, a autora identifica uma dúzia de estereótipos narrativos nas 67 entrevistas que realizou. Dentre estes, alguns guardam extrema semelhança com os apontados aqui, como os discursos “*We were born socialists*” (“nascemos socialistas”) e “*upward mobility*” (“mobilidade ascendente”). O primeiro, formulado por mulheres ex-militantes do Partido Socialista italiano, equivale àquele de Carmem Moreno e Paula Alonso, associando a atuação política à tradição familiar. O segundo, refere-se ao *self-made man*, o trabalhador dedicado que através dos estudos consegue ascensão social, refletindo sua trajetória numa história de vida progressiva e linear, como observamos nos casos de Antonio Moreno e Progreso Vañó.

Os demais estereótipos identificados neste trabalho guardam menores semelhanças com aqueles apontados por Passerini, no entanto percebe-se a universalidade de certos ritmos e padrões narrativos, como os marcados pelo tempo familiar, recorrente entre as mulheres, pela valorização do trabalho ou do estudo, predominante entre os homens, pela autoimagem de eterno rebelde ou de conformista, presentes em ambos os grupos.

Passerini nota que a escolha de um padrão narrativo não exprime necessária e imediatamente uma identidade psicológica. Os

entrevistados têm consciência que seus depoimentos não se encaixam com perfeição à realidade, apesar de serem moldados por esta. Justamente por saberem que estão contando uma história, no entanto, recorrem intencionalmente aos estereótipos narrativos de sua cultura, que são usados com propósitos simbólicos (*Idem*, p. 60).

Geroges Gusdorf, em texto já analisado neste trabalho (1989), vai mais longe ao afirmar a constante imbricação entre a vida, a obra e a autobiografia.<sup>5</sup> Segundo o autor, o estilo adotado nas autobiografias deve ser entendido não somente como uma regra de escrita senão como uma linha da vida. A verdade da vida não é distinta, especificamente, da verdade da obra. Há um estilo de vida romântico, assim como há um clássico, barroco, existencial ou decadente.

Além disso, toda autobiografia é uma obra de arte e, ao mesmo tempo, uma obra de edificação: não nos apresenta o personagem visto de fora, em seu comportamento aparente, senão a pessoa em sua intimidade; não tal como é, senão como crê e quer ter sido. Esta postulação de sentido determina as opções narrativas da autobiografia e da história de vida; os esquecimentos e deformações da memória provêm de uma opção do autor, que quer fazer prevalecer uma versão revisada e corrigida do seu passado (*Idem*, p. 12-15).

Nos dois sentidos apontados por Gusdorf para as autobiografias – como obras coerentes ao estilo da vida e com propósitos de justificação pessoal – devem ser consideradas as histórias de vida que em seguida se apresentam. O confronto entre estas narrativas, assim como o seu cotejamento com outras formas de registro, apontaria uma série de erros factuais, distorções e esquecimentos, que não lhes

---

5 Neste trabalho, Gusdorf analisa somente autobiografias, não se referindo a biografias obtidas com a intermediação de outrem, como na História Oral. Grande parte de suas constatações, no entanto, aplicam-se também às histórias de vida produzidas por oralistas, como veremos no item 1.5. da Terceira Parte.

tiram a importância histórica. A crítica histórica, sem deixar de ser efetuada, não deve prevalecer sobre um segundo tipo de crítica, que,

[...] em vez de verificar a correção material da narrativa ou de mostrar seu valor artístico, se esforce em extrair a significação íntima e pessoal, considerando-a como o símbolo, de alguma maneira, ou a parábola, de uma consciência em busca de sua verdade pessoal, própria. (*Idem*, p. 16)

## II

# HISTÓRIAS PESSOAIS

*A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.*

Guimarães Rosa  
Grande Sertão: Veredas

---

# Julián Ángel García

---

Nascimento: Talayuelas, Cuenca, 1920

Imigração: 1952

Entrevista: 14 de março de 1992

*Eu não escolhi Estados Unidos, nem Canadá, nem Brasil: eu teria saído até pra Abissínia! Não queria, não podia permanecer mais um minuto na Espanha, era insuportável!*

MEU NOME É JULIÁN. EU NASCI NO DIA 8 DE MARÇO DE 1920, NA PROVÍNCIA DE Cuenca, num lugar que seria similar a uma floresta daqui. Meu pai, assim como meu avô, era destilador de produtos resinosos; trabalhava numa fábrica no meio de um bosque de pinheiros, que produzia resina, a matéria-prima para produzir aguarrás e breu. Quando eu tinha dois anos de idade, ele foi transferido para uma firma do mesmo proprietário em Madri, como químico preparador de tintas e vernizes. Em Madri estudei, fiz o curso primário.

Eu vou dizer uma coisa: tenho uma memória fabulosa! Talvez eu esqueça o nome dos colegas daqui a um mês, ou daqui a um ano, mas as coisas que me gravaram, que estão na mente e no coração, essas são indeléveis, eu memorizei de tal maneira que não sai!

Por exemplo: concretamente em dezembro de 1930, dois capitães de artilharia da Espanha se sublevaram na cidade de Jaca, na província de Huesca, no *Aragón*. Eles se levantaram em protesto contra as condições que a monarquia do rei D. Afonso XIII e a oligarquia, os “coronéis”, que ali se chamam *caciques*, davam para o povo – pelo atual rei, Juan Carlos, eu tenho a maior simpatia, maior carinho: rei democrata, liberal, compreensivo, entende que os tempos são outros... Então, eles tiraram as tropas dos quartéis em protesto, mas o governo mandou o exército reprimir: renderam-se, foram capturados e poucos dias após foram ambos fuzilados. O nome desses heróis – para mim heróis – eram: Fermín Galán e o outro, por casualidade, Ángel García Hernandez – meu nome é Julián Ángel García.

*Ahora bien*: com 11 anos de idade, em 1931, eu comecei a trabalhar numa drogaria e perfumaria no centro de Madri, como *office-boy*, menino de entregas, e à noite estudava. E houve umas eleições municipais, que ganhou o pequeno Partido Republicano que existia – mesmo sem a propaganda que hoje conhecemos e ainda com o agravante de que apenas votavam os contribuintes, aqueles que pagavam impostos.

Bom, no dia 14 de abril, o Rei vendo o resultado das eleições, corretamente, assessorado talvez por políticos muito políticos, foi-se para o exílio na França, com a família real toda e acompanhado por diversas personalidades de sangue azul. Fixaram residência na Suíça e moraram lá trinta, quarenta, ou cinquenta anos.

Com a fuga do rei, implantou-se a Segunda República e o primeiro presidente que escolheram foi Niceto Alcalá Zamora – a Primeira República, em mil oitocentos e setenta e pouco, tinha sido breve, o presidente foi Emílio Castelár... Esse Niceto Alcalá Zamora, conhecido popularmente por “*El botas*” – um pouco por ironia, porque mancava – pertencia ao governo Monárquico, mas era um pouco liberal e estava preso no dia que se proclamou a República. Era um homem muito católico e talvez não houvesse outra alternativa.

Vou dizer uma coisa: a princípio tudo continuou na mesma, mas então os partidos políticos começaram a crescer: o Partido Socialista *Obrero* Espanhol, fundado por Pablo Iglesias; o Partido Comunista Espanhol, cujo presidente na ocasião era José “Pepe” Dias, e outros partidos de centro e de esquerda foram proliferando. Criaram-se partidos novos e os sindicatos também ganharam força.

Bom, então muito de leve a República passou a dar alguns direitos à classe operária, em litígios trabalhistas. Por exemplo: até esta época, os patrões chegavam num sábado, depois de 30, 40 anos de trabalho, davam o salário e diziam:

– Fulano, segunda-feira não precisa mais vir trabalhar: está muito velho – isso aconteceu com meu avô, que trabalhou 38 anos na mesma empresa!

A República então deu algum amparo: criou, em caráter experimental e não muito radicalmente, comitês paritários, com um representante do sindicato operário e um representante do sindicato patronal ou da própria empresa, no qual se discutia, faziam-se acordos que não existiam até então; depois criaram tribunais e outras coisas assim.

Em 1934, os mineiros de Astúrias, uma região carbonífera da Espanha, fizeram uma greve que durou bastante tempo, uns dois ou

três meses... E havia entrado um governo menos liberal, de direita – não quero fazer comparações, porque são odiosas as comparações, mas se conheceu na História aquele governo como o “Biênio Negro”. A primeira providência que tomaram, em lugar de chegar a um acordo, foi mandar nada mais, nada menos, que o tristemente célebre Francisco Franco, posteriormente “*Caudillo de España por la gracia de Dios*” – como rezam as moedas mandadas cunhar por ele, cinicamente e modestamente, não?

Franco era comandante da Legião Estrangeira, um corpo violento de mercenários, com legionários e mouros – coitados dos árabes – e cometeram verdadeiras tropelias! Em plena República, assassinaram, passaram a fogo, massacraram, fuzilaram aqueles “comunistas asturianos” – porque todos que não eram de direita como eles eram comunistas! Não interessa se tinha comida ou não em casa, era comunista: “Tenho fome!” “É comunista...” (Aliás, na minha concepção, isso se aplica até hoje em qualquer lugar do mundo...) Então, muitos se exilaram em Portugal, outros fugiram, outros foram presos...

No bairro que eu morava, pertinho de casa, existia o Círculo Socialista, meu pai era filiado. E concretamente no dia 4 de outubro – ele estava em casa, isso eu garanto – houve um tiroteio e mataram um rapaz das Juventudes Socialistas que morava no bairro, conhecido nosso; o nome dele era Ángel San Juan...

Estava havendo um ato de apoio aos estudantes que faziam uma greve geral, então a polícia quis invadir; houve um tiroteio, esse rapaz puxou um fuzil e enquanto os companheiros iam fugindo ele ficou ali para não pegarem todos... Ele arriscou a vida e morreu lá, Ángel San Juan... Posteriormente, quando começou a Guerra Civil, os socialistas criaram uma brigada com o seu nome: “Brigada de Milícias Populares Ángel San Juan”...

Bom: aí, em 16 de fevereiro de 36, houve eleições de novo e o povo sofrido unificou-se: criou-se a Frente Popular, que eram: republicanos de esquerda, socialistas, comunistas, anarquistas e os sindicatos socialistas – a União Geral dos Trabalhadores, da qual sou membro de honra, tenho aí uma carta... Sempre conservei a carteirinha do

sindicato, que é do ano de 36; uma ocasião, já no Brasil, mandei uma carta mostrando isso aí e me concederam: “Ao companheiro Julián, membro de honra...”

Então, com a Frente Popular, após aqueles dois anos terríveis, começaram a mudar as condições do trabalhador, do povo... Foram mais justos com a distribuição das riquezas – é claro: ninguém é justo pra todo mundo; o que esperávamos era que fossem justos para a maior quantidade de gente, para os que mais necessitavam... Não podemos pensar que seja justo quem protege o latifundiário contra um monte de camponeses, ou que seja justo o proprietário de fábricas enormes que prejudique 200 famílias assalariadas... Isto, na minha concepção da justiça social!

A República, naquela ocasião, pretendeu fazer uma separação entre a Igreja e o Estado, porque todos os clérigos ganhavam salário do Estado, os colégios regidos pelo Clero estavam isentos de impostos... Queriam mudar isso, queriam que a igreja pagasse impostos sobre as suas terras...

E os militares não poderiam mais ter, como era hábito, ou tradição – com força de lei – um soldado na casa de cada oficial. Note bem: são milhares de oficiais, desde tenente até capitão! De comandante a general já é chefe, estes tinham três ou quatro soldados em casa a seu serviço!

Me lembro perfeitamente que foi comentado, *he leído* muitas vezes a polêmica que suscitou esse problema: havia *periódicos* que estavam contra, outros aplaudiam a ideia... A República dizia: “Todo o Exército recebe salário; eles têm que se administrar com esse salário! Não existe nada escrito que autorize cada oficial ter um, dois, até quatro soldados a seu serviço em casa. A República paga a comida deles, as vestes deles e esses soldados não prestam serviço à nação, prestam serviço exclusivamente... de uma empregada doméstica!”

Então, a República fez uma coisa: aumentou o salário – pouca coisa, proporcionalmente ao salário de uma empregada doméstica – mas os soldados foram para o quartel, que é o lugar de soldado! BRRR! Isso criou... *bueno*, algo enorme! E outra coisa que não se confunde

com isso, e com outras disposições que vieram, foi pedir o *retiro* voluntário, ganhando um salário correspondente à categoria superior, para os oficiais que não quisessem servir à República...

O comandante Francisco Franco, que já era general a essas alturas, em 1936, foi desterrado da península para ser Comandante Militar das Canárias, a três dias de navio desde a Espanha...

Eu recorde de ter visto, na época de 34 a 36, algumas queimas de Igrejas e conventos... Concretamente, eu presenciei duas, ia passando e vi. Agora, confesso sinceramente, que acho impossível que no *Convento de la Flor*, na *Gran Via* de Madri, um prédio enorme, com umas janelonas, umas portas de madeira que deviam ter 20 centímetros, fechadas, alguém pudesse entrar a *prender fuego*! Eu pessoalmente vi que as chamas saíam de dentro para fora. QUEM *prende* fogo dentro eu não sei, mas que foram queimadas Igrejas...

*En la rua de la Montera*, numa Igreja de S. Luis, também quem *prende* fogo não é certo. Agora, me diga uma coisa: os nazistas na Alemanha queimaram o *Bundestag*, o parlamento, porque precisavam pôr a culpa em alguém, que eram os comunistas, e isso se repete... Aqui, eu escutei o *distinto* coronel Erasmo Dias, babando-se, confessar que *ele* tinha colocado uma bomba no *Estadão*, numa ocasião, porque precisavam de um bode-expiatório: os comunistas!

Ou seja, a história se repete: as maiores sujeiras, a imundície, a porcaria, aparecem em qualquer atitude, em qualquer circunstância: ninguém é santo, por muito que vá à missa! O ser humano é triste!..

MINHA MÃE FICOU ÓRFÃ de pai e mãe com 12 anos de idade. Ela se criou com um tio que era sacerdote, chegou a ser canônico da Catedral de Cuenca, lia os códices... A avó dela era a governanta do próprio filho, ou seja, a avó da minha mãe era governanta desse sacerdote aí... Então, criou-se na maior regalia com a avó e com o tio...

Quando ela fez 18 anos, o tio a meteu de freira. Minha mãe na ocasião era profundamente religiosa; pensava que era a religião aqui

e o céu quando morresse, já esperava isso... Mas não era analfabeta... E foi para o Convento, por sugestão e talvez por imposição também de seu tio *cura*, canônico da Catedral de Cuenca, repito...

Mas como não levava dote, ela começou a pensar, já aos vinte anos: “Eu não tenho dote, tenho que pedir esmolas na região, pão velho para dar de comer” – porque era um asilo de velhos... Ela começou a matutar isso aí, mesmo no princípio teológico de não ofender com maus pensamentos – mas não é mal pensamento! É um pensamento justo, nem sequer é interesseiro, mas havia diferenças: “Se todas somos *hermanas*, *Madre*, eu não entendo por que *fulanita*, filha de tal, canta no coro, e eu tenho que fazer o serviço mais baixo? Não entendo por que tenha privilégios essa irmã que é mais alta que eu, mais bonita, que tem mais dinheiro...”

Não sei se chegou a esse caso de reclamar da diferenciação, minha mãe nunca me contou, mas ela *tenía sus razones*; então revoltou-se contra isso aí, ficou muito doente e então mandaram-na pra casa... Conheceu meu pai – não sei em quais circunstâncias, não me lembro se algum dia perguntei: “Como se noivaram?” – casaram-se e aí viemos ao mundo cinco irmãos...

BOM, EM 1936 COMEÇOU A GUERRA CIVIL ESPANHOLA... Eu estava trabalhando desde 34 como aprendiz numa gráfica, papelaria e tipografia, cujo proprietário era amigo do meu pai. E lembro que quando vieram as primeiras notícias da Guerra na imprensa, *mi padre* comentou com *mi madre* que aquilo não era mais uma quartelada, um golpe de um general descontente... Parecia que aquilo seria uma guerra duradoura; havia contato com a Alemanha, que estava mandando armas, havia outras implicações... Isso nos primeiros 4 ou 5 dias da Guerra, as notícias estavam confusas, todo mundo estava ganhando... Falava-se que Franco tinha saído de Canárias num avião particular contratado em Londres, com umas pessoas que se fizeram passar por turistas para buscar-lhe, aterrissando em Nador, perto de Mellila, no Marrocos espanhol – eu conheço porque posteriormente

eu estive ali... Estava tudo preparado: o exército africanista – o exército espanhol na África – estava pronto para levantar-se contra a República.

Uma das primeiras providências que tomaram foi deter o general Romerales, Comandante Militar da República; ele não teve forças para opor-se a isto... Me consta que um oficial e quatro ou seis legionários pegaram o general Romerales, levaram-no preso – quando devia ser preso por um general – e fuzilaram-no. Um general de carreira, republicano, fuzilado assim! Então, começaram a mandar forças para a Península em barcos pesqueiros – a travessia são 8 ou 10 horas – começaram a bombardear, a trazer aviões da Alemanha e em todo lugar começou a Guerra, até que o governo republicano reagiu e começou a receber armamentos, tanques e aviões da Rússia, do México, da Tchecoslováquia...

Isso durou exatamente do dia 17 de julho – oficialmente é o dia 18, mas eu considero o 17 porque foi no 17 que *él*, Franco, deu o primeiro passo: saiu de Canárias para sublevar as forças – até o dia 1o de abril de 39; de 18 de julho de 36 até 1o de abril de 39 oficialmente durou a Guerra...

Eu estive na Guerra porque *mi padre* disse na ocasião que em cada família devia haver um que defendesse a República. Então fiquei pensando em ir, porque eu era mais político que ele e pertencia havia quase dois anos à Juventude Comunista Espanhola... Uns meses antes da Guerra, a Juventude e o Partido já estavam mobilizados, em locais escolhidos, nas sedes dos partidos, esperando o que todo mundo sabia que ia acontecer: via-se a tragédia! Até que aconteceu...

Quando começou a Guerra, os partidos políticos e os sindicatos pediram às autoridades, em Madri e em Barcelona, para soltarem armas para o povo se defender, porque no Exército não se podia confiar. Tanto assim que em Madri o quartel de *la Montaña* sublevou-se – já não existe mais esse quartel, tem um belo parque lá! Consta que neste quartel, desde uns dias antes, haviam entrado para conseguir armas vários civis da Falange Espanhola Tradicionalista – o partido de Franco, fundado por José Primo de Rivera, baseado no partido

nazi-fascista da Alemanha e em alguma coisa da Itália também. E foram mortos, foram massacrados, porque a massa entrou pela janela, entraram e fizeram... *bueno!* Nós vimos na imprensa fotografias com bastante cadáveres, de ambas as partes, não? Eu não estava ali, mas um amigo meu morreu ali, Mateos, um jornaleiro de meu bairro...

Então, o Exército acompanhou Franco; além disso, existiam as milícias para-militares, com o apoio das forças franquistas, que começaram a avançar para Madri. Então os sindicatos colocavam 50 sindicalizados num caminhão, davam um fuzil a cada um e mandavam para a frente... Isso inicialmente, até que os partidos políticos criaram, a toque de caixa, seus batalhões: o Partido Comunista criou o 5º Regimento de Milícias Populares e se apossou de um convento que havia em um bairro de Madri, instalando ali o seu Quartel General. O Partido Socialista criou diversos batalhões, entre eles o “Ángel San Juan”, em meu bairro; o “Largo Caballero”, que foi ministro do trabalho... Os anarquistas controlavam a FAI e a CNT – Federação Anarquista Ibérica e Confederação Nacional dos Trabalhadores, um sindicato muito forte em alguns setores, por exemplo na construção – e criaram grupos com as armas que conseguiam: o governo dava, ou assaltavam um quartel da Guarda Civil, pegavam 30 *fusiles* e repartiam... Enfim, todos se mobilizaram para defender a República.

Eu, concretamente, no dia 5 de agosto de 36, cheguei à frente de Guadarrama com a “1a. Companhia do Batalhão Leal” e estive durante oito meses sem voltar a Madri... Inicialmente, não existia uma obrigação de estar na Frente; se querias, largavas o fuzil e ias para casa que ninguém te pedia contas! Mas eu, que tinha consciência, estive oito meses sem ir a Madri! Outros iam a Madri depois de um mês, dois meses, ficavam três ou quatro dias, viam a família e voltavam...

No 5º regimento, desde o primeiro dia funcionou o correio para os soldados: “Ángel García, 1ª Companhia, Batalhão Leal.” Deixava-se a carta onde estava localizado o quartel do bairro e a intendência, a cada dois ou três dias, levava a correspondência junto com os mantimentos e munições...

Pouco tempo depois, as mulheres, mães e irmãs de alguns combatentes se reuniram e começaram a fazer blusas e gorros de lã – estávamos na Serra de Guadarrama, onde neva, faz um frio bárbaro, e já antes de chegar novembro, que é quando começa o frio, começaram a mandar para o *front*...

Bom, fiquei oito meses na Serra de Guadarrama, depois pedi baixa: estava farto... Ainda não tinha 18 anos: a minha quinta não tinha sido ainda mobilizada. Então voltei para Madri, trabalhei uns poucos meses numa gráfica e aí resolvi ir para a aviação; um amigo meu conseguiu entrar na aviação e teve uma formação muito boa, sabe? Esteve em Odessa, na Rússia, aprendeu a pilotar, foi piloto de caças; esteve preso quando acabou a Guerra e desde um campo de concentração foi refugiar-se na Venezuela – foi instrutor com Franco, e seguindo um convênio de que não podia ficar na Espanha, teve que ir embora... Ele trabalhava comigo na gráfica e eu resolvi ir também, só que não fui piloto, estive em terra... Estive alguns meses em dois ou três aeroportos em Múrcia, nos Alcázares... Fazia o serviço de proteção de voo, no telefone... Como se prolongava o conflito e havia muitas baixas, o ministério mobilizou outras quintas: foram incorporando as pessoas de mais idade, de 38, 40 anos e decretaram uma ordem dizendo que os mais velhos fariam os serviços de retaguarda, como auxiliares... Eu estava na aviação, mas a 300 quilômetros do *front*...

Em junho, julho e agosto de 38, estive em Valência, na Escola Popular de Guerra, pretendendo fazer-me oficial, mas eu não tinha conhecimentos de álgebra e trigonometria e não consegui passar... Então, voltei à frente: mandaram-me à “58ª Brigada Mista, 231º Batallón, 2ª Companhia”. Na ocasião eu era cabo e combati em diversos lugares...

Em agosto, concretamente no dia 23 de agosto de 1938, num combate em Extremadura, ao cruzar o rio Zujar, deram-me dois tiros de metralhadora, um aqui no ombro e outro no maxilar superior: atravessou a língua, quebrou o maxilar, saiu pelo pescoço... Bom!...

Estive evacuado um mês e meio num hospital de campanha; depois fui a uma clínica em Albacete, na capital, estive um mês

convalescente em Madri e me incorporei de novo! Me incorporei de novo no mesmo *front* de que tinha saído, onde ainda estava a minha Brigada... Em dezembro já estava buscando a brigada, na província de Granada, de um lugar para outro; estive numa cidade que se chama Baza e no natal de 38, deram-nos como jantar uma lata de uns três quilos de geleia de laranja, coisa horrível, amarga, acho que era feita só com a casca da laranja! Isso é o que me deram no natal de 38 na província de Granada... Um mês depois fomos relevados, íamos descansar... Isso em fevereiro de 39, note bem...

Bom, já estávamos no *front* novamente, na província de Madri, rio Jarama, quando acabou a Guerra: no dia 28 de março de 39 o comandante do batalhão fez uma locução a todo o pessoal... Disse que havíamos perdido a Guerra, que sempre quando jogam dois times, ou dá empate, ou um tem que ser vencido e outro vencedor: infelizmente tínhamos sido vencidos, teríamos que entregar os armamentos na comandância e voltar pra casa...

Pediram que na maior ordem entregássemos as armas a uns vinte quilômetros atrás daquele *pueblo*, perto de Madri... Fomos andando, eu e um amigo que posteriormente foi maestro nacional, Javier de Gregório: 23 quilômetros de onde estávamos! Chegamos ali e já vimos bandeiras franquistas, já vimos todo mundo de direitas, um cara que se autoproclamou prefeito, havia estado escondido durante a Guerra...

Então, entregamos as armas, e voltamos para Madri: fomos andando os 23 quilômetros para lá, 23 de regresso e nos faltavam ainda outros 30 para chegar a Madri! Ao passar por uma cidadezinha, de noite, ele disse:

– Aqui podemos dormir porque reside a família de uns amigos meus... Só que são *muy, muy de derechas, muy franquistas*, não te importa?

– Terei que acostumar, a partir desse momento eu terei que acostumar, não? Terei que aguentar enfim...

Então, fomos bem recebidos, claro, mas levando aquilo:

– Ah, é um maldito *rojo*... Ainda bem que perderam a guerra!

- Sim senhora!
- Porque esses canalhas...

- Sim senhora! - Bom, fomos jantar, dormimos ali e seguimos no dia seguinte para Madri. Entrávamos por um bairro na zona sul de Madri, o bairro proletário de Vallecas e aí me deu o primeiro choque: tive vontade de sair correndo, pegar meu fuzil e... BRUM!

Encontrei os mouros! Os mouros, as forças marroquinas que pertenciam à Espanha, da época da colonização! Esses árabes eram soldados espanhóis, até súditos espanhóis eram, e cometiam verdadeiras tropelias: durante a Guerra, quando entravam os mouros era terrível... Os oficiais mouros formavam um corpo que se chamava *regulares* - mas para mim não são regulares, são maus, muito maus! Então, o primeiro choque foi encontrar mouros ali, meus inimigos havia menos de 24 horas, lembrando-me de Astúrias, dos assassinatos, vendo pela imprensa que quando entravam nas cidades saqueavam, perseguiam, estupravam... Verdadeiros bárbaros!

Bom, e um pouco mais adiante: a Guarda Civil! A Guarda Civil foi criada em mil setecentos e pouco para um fim específico: combater o bandoleirismo. Na Espanha, já naquela época, existiam bandoleiros que assaltavam diligências e pediam dinheiro... Fazendo um pouco de paródia, cobravam pedágio para passar daqui ali, se não pagar não passa! Assaltavam fazendas, roubavam para comer... Então foi criado um corpo disciplinado, com honestidade, com uma transparência cristalina que tinham orgulho de manter.

Até que se distorceu, devido às influências políticas... Tornaram-se bem pouco amados, senão odiados, porque a repressão com eles nas greves, em qualquer manifestação, era brutal! Bem, uma fila de 80 pessoas que não estivesse organizada, chegava um Guarda Civil com o fuzil e *prrrrrrá*, organizava em em 3 minutos, pelo respeito, pelo temor que o povo tinha!... Eu confesso: eram honestos, se lhe ocorria tentar suborná-los possivelmente fosse preso, mas eram *brutales*, isso eram! Bom, outro choque!

Passando por aquilo ali, nos despedimos e fomos cada um para sua casa... Nos primeiros dias que eu estava em casa, a imprensa e o

rádio continuamente chamavam: “Os oficiais e comissários políticos da brigada tal, que residem em Madri, se apresentem em tal lugar” – um campo de concentração... Eu não era oficial, só havia sido cabo.

Eu via passar desde a sacada de minha casa grupos de soldados com o uniforme nacional – eles eram “nacionalistas”, nós éramos *rojos*, claro – e achava que viessem me buscar em casa... Eu era conhecido no meu bairro, politicamente, mas ninguém me molestou depois da Guerra... Então, vesti-me outra vez de soldado, peguei um cobertor novo e saí para a rua... Andei cinquenta metros e já me *cogeran*: para um campo de concentração! Idiota! Eu devia ter ficado em casa, confesso, talvez se eu tivesse ficado em casa nem fosse incomodado...

Estive 15 dias num campo de concentração – habilitaram para campo de concentração o estádio do time do meu coração, o Atlético de Madri, no bairro *Cuatro Caminos*! Havia ali milhares de soldados: permanecemos durante 12 ou 15 dias, eles iam escolhendo os oficiais, buscavam documentos e depois abriram as portas e nos mandaram para casa...

NO DIA 11 DE ABRIL DE 39 FOI PRESO MEU PAI... Ele não esteve na Guerra, esteve em casa, não saiu um momento... Não era nem filiado ao Partido, somente pertencia ao Círculo Socialista, mas foi preso e esteve oito anos na prisão, condenado a 12 anos por auxílio à rebelião! – Não entendi: auxílio à rebelião? Mas não chegou a pegar armas, esteve trabalhando na fábrica continuamente!...

O que acontece é o seguinte, explico esse “auxílio à rebelião”: meu pai tinha trabalhado 30 anos naquela fábrica, onde *mi abuelo* tinha trabalhado... Ele era encarregado lá onde eu nasci e na fábrica em Madri não era encarregado porque tinha outro, mas era homem de confiança dos patrões, que eram de direita, muito de direita!...

E quando José Antonio Primo de Rivera estava criando a Falange Espanhola – isso nos anos de 32 ou 33, – eles chamaram a *mi padre*, que era fundador do Sindicato dos Produtos Químicos filiado à UGT, União General de Trabalhadores, e disseram:

– Simon – meu pai chamava-se Simon García – Simon! Tem uns amigos meus que estão formando um sindicato aí, a Falange... Não é um partido político, mas poderá chegar a ser; se tu ingressasses ali...

Meu pai já tinha conhecimento, havia lido e não se impressionou; ele disse, pela relativa amizade de 30 anos: “O Sr. vai me desculpar, mas tenho meu sindicato, lamento...” Opôs-se a ir ao sindicato falangista, que seria franquista...

Quando veio a Guerra, os donos abandonaram a residência velha que moravam, linda, enorme, encostada na fábrica de produtos químicos, de quase 20.000 metros quadrados. Estava tudo silencioso na casa deles, “*que pasó?*” Fugiram para França e de lá passaram para Burgos, na zona de Franco... Inclusive, uma das filhas dessa senhora se casou com um que viria a ser Ministro da Aeronáutica com Franco, Gonzáles Gallarza... Calcules!

Quando os patrões abandonaram a fábrica, os trabalhadores foram ao sindicato e deram conhecimento: “Olha: estamos no mato sem cachorro, os donos *se fueran!*” Então nomearam uma comissão de intervenção e como meu pai era o mais antigo membro do sindicato, foi o delegado dessa comissão – um comitê de fábrica. Na zona republicana, em qualquer lugar que os donos sumissem, gráfica, marcenaria, o sindicato passava a controlar e a administrar, junto com a comissão de operários, que também controlava... O próprio sindicato, considerando que era uma fábrica de tintas e vernizes, levou algum maquinário para preparar tintas antissubmarinas, que antes não fabricavam ali, e outras coisas para a Guerra.

Eu estava no *front*, não sabia de nada: meu pai recebeu um ofício do sindicato, ou do Ministério da Guerra, pedindo que enviasse os sacos de estopa que não fossem necessários porque estavam precisando... Então meu pai, sendo o presidente do comitê de fábrica, falou pro encarregado, Carrasco, Francisco Carrasco, o Paco:

– Paco, lê isso aqui...

– Ah, não temos saco nenhum!

– Tu sabes que há muitos sacos aí... Eu quero saber agora quantos sacos necessitas, cem, duzentos, porque o resto vamos entregar para

o Ministério da Guerra... Eu tenho um filho no *front* e um desses sacos pode livrar uma bala da cabeça dele, então escolhes: 50 ou 100 sacos, o resto vamos mandar...

Houve algum atrito, sabe, houve algum atrito... Ele se impôs e mandou os sacos, mas isso custou... Quando acabou a Guerra, os nacionalistas vieram como vencedores, numa euforia, fazendo caretas para os vermelhos! Aí, lembraram-se que meu pai não quis, anos antes, entrar na Falange... E este Paco lhes contaria: “Eu, numa ocasião, não quis entregar sacos, para boicotar a República, mas ele como delegado daqui se impôs e mandou os sacos...”

Ele continuou trabalhando normalmente, mas um dia estava almoçando – ia de bicicleta almoçar em casa, uns 4 ou 5 quilômetros – chegou a Guarda Civil e disseram: “Simon, apresenta-te na guarda Civil, é uma declaração, nada mais...” Essa declaração lhe custou oito anos afastado de casa...

Foi de uma prisão a outra, esteve no Conde de Toreno, esteve em Yeserias, e depois de três ou quatro anos, quando foi julgado, mandaram-no para a prisão de Pastrana, na província de Guadalajara, onde completou os oito anos de cadeia...

Bem, eu estava sem trabalhar, próximo a chamarem minha quinta para ingressar no Exército de Franco: correspondia incorporar-me no ano de 1941. Então me chamaram, mas como eu já tinha recebido – deve estar comigo, aí – uma citação para prisioneiro de Guerra, não quis apresentar-me onde pediram e me inscrevi na Legião Estrangeira. Tive que explicar para minha mãe que eu ia pra África, ela estava doente...

Mandaram-me diretamente a Mellila, no norte do Marrocos, em frente à costa da Espanha, à Andaluzia... E assim que cheguei eu descobri, pelo barulho, que perto dali tinha uma pequena gráfica, da Legião. Fiquei olhando pela janela, até que falei: “Desculpe-me, eu sou gráfico também, e fiquei com saudades...” Então comecei a conversar com o encarregado e ele simpatizou comigo...

– Tu és de Madri, de qual bairro?... Faz uma coisa: agora tens que ir fazer a instrução, durante seis meses não posso chamar-te;

depois, o maquinista daqui vai sair e eu te chamo... Depois de seis meses realmente me chamou e fui trabalhar na gráfica – era legião mas tinha autonomia, me livrei de muitas coisas...

Eu fiquei na Legião até 1944; me casei em 47, tive o primeiro filho em 48, Paco, que você conhece, e posteriormente outro. E comecei a pensar em emigrar, pelas circunstâncias... Eu estava trabalhando, heim? Trabalhei oito anos numa fábrica de caixas de papelão em Madri... Mas meu pai estava preso e eu pensava bastante em sair dali... Eu não escolhi Estados Unidos, nem Canadá, nem Brasil: eu teria saído até pra Abissínia! Não queria, não podia permanecer mais um minuto na Espanha, era insuportável!

Eu trabalhava, vivia, mas com aquelas condições políticas, sociais, com aquela injustiça, mesmo trabalhando eu me sentia mal, então surgiu a oportunidade de vir para cá, e aqui estamos! Eu fui ao consulado do Brasil, disse que havia sido gráfico, “Ah, precisam gráficos, sim”, havia vagas... Vim para cá e no ano seguinte veio a minha mulher com os dois filhos, de 3 anos e 5 anos...

Hoje estão casados: o Francisco é ourives; o segundo, Ángel, está casado também, é analista de sistemas; a outra filha, que já nasceu aqui, Inês, trabalha na Vasp, é comissária e agora está na Chefia... E a pequena também é chefe de escritório; estão todos bem aí... E essa é a história de um imigrante...

AGORA, EU QUERO ESCLARECER UMA COISA, talvez seja interessante: as razões para emigrar são mil e umas... Não é necessariamente porque alguém passe fome, pode ser que queira algo diferente... Os primeiros imigrantes que chegaram à América foram aqueles bandidos que encheram as três caravelas de Colombo!

A minha sogra tinha aqui uns primos que chegaram em 1912, ainda são vivos os descendentes, eu tenho contato com eles. O motivo principal para eles virem para cá, foi a revolta do pai contra uma injustiça: ele contou que morando numa cidadezinha pequena, em sua pequena terra, tinha que dar uma contribuição para a prefeitura

– ainda que fosse uma importância ridícula... Mas numa ocasião que foram lá receber, ele não tinha dinheiro, então o cara da prefeitura pegou um saco de grão de bico, a colheita dele, possivelmente para o consumo da família durante todo o ano, carregou e falou: “*Tá pago*”.

Ele nunca perdoou isso aí e resolveu sair... Logo apresentou-se um capataz de uma fazenda daqui pedindo pessoal, pagando as passagens, e ele veio com a esposa e 3 ou 4 filhos que tinham na ocasião. Ainda moram num sítio perto daqui um ou dois netos desse homem; o filho, que me contou essa história, já morreu...

Quero esclarecer uma coisa, para confirmar essa afirmação minha de que existem milhares de razões para emigrar... Na região norte da Espanha, na Galícia, toda família tem um pedacinho de terra, além de uma vaquinha, quatro ovelhas e um porco, todas. Mas por tradição, apenas o filho maior vai herdar a terra: ainda que sejam 5 filhos, não se reparte a terra... Então, entre os galegos espanhóis, em virtude desse preconceito de que somente um vai herdar, os outros filhos ou tornavam-se padres, ou militares, ou imigrantes, correto? Isso eu sei porque li e porque conversei com alguns galegos...

Se havia quatro irmãos, um ia ser padre, se tivesse capacidade para entrar no Seminário, ou militar. Outro ia ser marceneiro, padeiro, vigilante noturno em Madri, em Barcelona, não ia ficar naquela cidadezinha – isso, observação feita por mim... Outro filho emigrava para a América: alguns deles, com tanta sorte que chegaram a fazer grandes fortunas, no Brasil, na Argentina... São muito trabalhadores, nem compare com os portugueses! Submetem-se aos trabalhos mais modestos, são leais e são bom trabalhadores; tenho admiração pelos galegos! No Brasil, ainda hoje posso contar um montão de gente conhecida que é galego: Chico Recarey é galego, o número um na noite carioca; Rubayat é um imigrante galego, começou a trabalhar de garçom numa firma, casou com a filha do patrão e hoje tem gado próprio, fazenda; e um montão de gente espanhola fez a América...

Bom, há outra causa da emigração: no sul da Espanha, na Andaluzia, também emigraram muitos espanhóis, mas lá é diferente:

são grandes latifúndios, dos nobres, do “Conde Tal”, “Marquês de Não-sei-quanto”, propriedades enormes! E a vida dos *azeitoneiros* (há uma poesia linda sobre eles), da gente que ceifa o trigo, era dura! A gente do campo não tinha nada, tinha que apelar para a emigração, sair dali – hoje não, hoje está diferente...

Agora: acabou a Guerra Civil Espanhola no ano de 1939; muitos estavam em campos de concentração espanhóis, ou em campos de concentração na França... Outros foram para a Rússia e ficaram lá: alguns criaram família, outros voltaram recentemente para a Espanha... Bom, o resto estava na França, inclusive há espanhóis que saíram do campo de concentração e se alistaram na Legião Estrangeira Francesa, participaram da Resistência francesa... Eu vi em alguns periódicos que quando se liberou Paris, os primeiros tanques que entraram tinham gravado com tintas: “Teruel”; “Belchite” – lugares de célebres batalhas de nossa Guerra Civil... Outros, dali passaram para o Chile; eu tenho um amigo, gráfico também, vivia no bairro, que foi ao Chile; era oficial do Exército Republicano, das milícias populares...

A partir dos anos 50, quando muitos espanhóis vieram para cá, já foi diferente a imigração, poucos eram da zona rural. Eram profissionais, mesmo porque o Brasil não precisava de trabalhadores para o campo, mas para o desenvolvimento das indústrias, que nos anos 45, 50 estavam começando. Então vieram mecânicos, pintores de carros – na indústria automobilística havia muitos espanhóis e italianos – gente veio para cá por circunstâncias econômicas, políticas, ou sociais, quem sabe?

Eu estava trabalhando, tinha um salário e estava sobrevivendo, mas não tinha alguns direitos: não era ex-combatente, não era ex-cativo, mas ninguém que tinha ficado na zona republicana podia solicitar um emprego nos Correios, na Rede Ferroviária, ou no Magistério... Formaram-se duas Espanhas: uma com todos os direitos, outra sem direito nenhum! Eu tinha que trabalhar a desgosto num lugar, não podia sair, estava chateado, então, sabe de uma coisa: vou embora!

Eu cheguei aqui em 52, concretamente no dia 4 de setembro; minha família ficou na Espanha... Chegar aqui, para mim, foi formidável, formidável! Cheguei em Santos com pouquinho dinheiro: concretamente cem cruzeiros, que já tinha trocado em Vigo, onde embarquei... Não tomei nem um cafezinho no navio, nada, só o que me davam, para não gastar um tostão... Eu paguei a passagem, vendendo a maquininha de fazer cartões e o cavalete com tipos que eu tinha lá – nas horas livres eu fazia cartões, santinhos de comunhão, de luto, convites de casamento... As últimas 112 pesetas que eu tinha deram pra comprar 100 cruzeiros, em Vigo...

Quando chegamos em Santos, havia um espanhol que tinha um sobradinho, na avenida do Estado 5395, esquina com a rua Jaguará – atualmente é um posto de gasolina – e foi buscar-nos. Se identificou: “Sou um espanhol que reside em São Paulo, tenho uma pensão, onde há uns espanhóis residindo”, e fomos com ele, uns 12 ou 15...

A passagem custava 25 cruzeiros, daqueles antigos! Eu tinha os 25 cruzeiros, mas tinha um ou dois que não tinham, então ele pagou. Posteriormente, quando se empregassem, pagavam... E o mundo é tão pequeno, tão pequeno, tão pequeno, que na primeira noite, estávamos jantando 10 ou 12 numa mesa grande e havia um cavalheiro muito distinto, com aspecto senhorial, bem em frente de mim... Eu olhava pra ele, e falei:

- Escute, eu não conheço o senhor; como é seu nome?
- Jesus... – Aí eu falei seu sobrenome.
- O Sr. me conhece?
- Não conheço o senhor, mas conheci a D. Francisco, que supunho ser seu irmão... Era coronel da Legião Estrangeira que eu estive!
- *Pero hombre!* Você conhece meu irmão Francisco!

Aquilo nos aproximou... Um homem sozinho, taciturno, ex-capitão de artilharia de Franco na Guerra; tinha uma cicatriz feia de metralha na testa... Não sei por que circunstâncias afastou-se do Exército, não contou nunca... Eu sei que houve algo do tipo sentimental para ele vir para cá, ele me confessou; a namorada dele era socialmente inferior e a família não permitiu que se casasse com ela, algo

desse tipo... Então ele veio para o Brasil e casou-se com ela aqui... Um sujeito corpulento, de uns dois metros de altura, mas muito católico, muito educado... E economicamente – vou falar um palavrão – estava fodido! Era vendedor de livros, num país que infelizmente se lê pouco; tinha uns buracos na sola do sapato e dificilmente pagava a pensão... Um capitão do Exército espanhol aqui: mais uma das incógnitas de porque a imigração é tão variada, tão inexplicável. Eu não sei porque esse homem estava aqui como imigrante, passando fome... Coisas do amor? coisa da discriminação, da intolerância? Imagino que seja uma das razões...

Ante a necessidade de emprego imediato, eu solicitei a ajuda do dono da pensão, Felipe, para que me indicasse; ele disse que eu podia procurar no Diário Popular... Então, comprei o Diário Popular e fiquei folheando, pois já lia português... Não falava nada, porque até hoje não consigo falar português, mesmo que eu seja gráfico profissional e também revisor de português! Nos 30 anos de gráfico no Brasil, eu fui obrigado a fazer revisões, modéstia à parte, bastante corretas...

Bem, quando vinha algum anúncio de gráfico, impressor, ele falava: “Não interessa, muito longe; vamos ver se encontramos um lugar por aqui.” Efetivamente, no dia 7 de setembro encontramos um anúncio e no dia seguinte eu fui na Editora Michalani, que ficava na R. Federico Alvarenga, no parque D. Pedro. E ali me coloquei de impressor, tranquilamente:

– Eu sou impressor, quero trabalhar; *hace 4 dias que llegué de España* – me apresentei em castelhano para que me entendesse – não tenho os documentos, mas está aqui o protocolo da Polícia para a Carteira Profissional... E foi fácil para mim.

ANTES DE MINHA ESPOSA CHEGAR, eu sabia que existiam alguns centros espanhóis por aí, vários... Mas, perto de mim, na rua da Mooca, existia um centro que se chamava Grêmio Dramático Hispano-Americano... Fui apresentado e quando veio minha mulher fomos algumas

vezes, mas eu não gostava do ambiente... Era uma turma de *viejos españoles* que se reuniam ali para jogar cartas e dominó, não havia contato, não havia jovens, eram antigos comerciantes, industriais... Fui só durante um ano ou dois, depois deixei de frequentar...

Algum tempo depois, eu estava indo para a cidade, de ônibus, e vi um espanhol com um broche, na aba do paletó, com a bandeira republicana e as letras “CDE”... Bandeira republicana... Oba!

– Você é espanhol? *Tu eres español?*...

– *Pues sí, soy valenciano.* – Até hoje somos amigos...

– Estou surpreso de ver depois de tantos anos a insígnia republicana!

– É o distintivo do Centro Democrático Espanhol... Você não conhece o Centro Democrático? Pois está aqui – e me deu o endereço. Passe por lá, sábado ou domingo...

Então combinamos e no sábado seguinte eu já estava por lá... Entrei, bati papo com um, com outro e logo me tornei sócio.

O *Democrático*, como o nome indica, em primeiro lugar era democrático: não era condição indispensável ser antifranquista. O ambiente que se respirava ali era de liberdade: “Ô colega! Vamos lá, companheiro...” Era diferente de outros lugares, só falavam algo de Franco se fosse contra, então o espanhol que fosse franquista, se frequentasse ali não se sentiria bem... Nós éramos incondicionalmente antifranquistas, mas não por imposição do regulamento, é porque nos sentíamos bem ali...

Na ocasião existia pelo menos 10 ou 12 centros espanhóis, que eu me lembre: Centro *Gallego* – Centro Democrático Espanhol; a *Casa de Galizia*, que era da “*cascara amarga*”, era de Franco; existia a Casa de Cervantes, que era patrocinada pelo Consulado, onde estavam as elites; posteriormente criaram-se o Centro Asturiano, o Centro Regional Valenciano, o Centro Catalão e outros...

Em toda associação humana tem que existir uma afinidade: regional, política, religiosa, algo que os una. No Centro Democrático Espanhol, havia andaluzes, galegos, valencianos, madrilênhos; unidos não pelo regionalismo, mas pelo antifranquismo... Nos outros

centros, diziam que não eram políticos, a razão maior era o regionalismo: galegos aqui, catalães ali.

No Democrático eu me sentia muito bem... Fui vice-tesoureiro e cheguei a ser vice-presidente, com Pablo, que já conheces; estive uns 5 ou 6 anos na *diretiva* do *Democrático*...

A vida do *Democrático* era bacana, bacana... Vou te dizer uma coisa: nos 10 ou 12 clubes ou centros espanhóis, o único combativo, o único que se manifestava, o único que dizia “presente” era o Centro Democrático...

Você é muito jovem, não se lembra de que na Espanha, aproximadamente em 54 ou 56, caiu uma bomba atômica que um avião americano transportava de uma base a outra. Caiu em Palomares, em Almeria: não explodiu, mas a região foi evacuada. No dia seguinte, ao inteirar-nos, houve uma manifestação espontânea, todo mundo no Centro: “*Coño*, que é isso?” “Vamos reclamar: Quem fez isso aí?” E fomos ao Consulado, um grupo de 20 ou 30 espanhóis, representando aproximadamente 800 associados que éramos na ocasião: “Viemos protestar, porque caiu na Espanha uma bomba atômica, com tais consequências e prejuízos econômicos e sociais...” Os únicos! Isto, são coisas bacanas, bonitas...

Eu não me lembro em que época celebrou-se em São Paulo, no Ginásio do Ibirapuera, um Campeonato Mundial de Hóquei sobre patins – Hóquei sobre patins é um esporte que Espanha e Portugal sempre são vitoriosos, são habilidosos para isso. Então, fomos assistir... No primeiro jogo que fomos, se não me engano no dia da abertura do campeonato, levávamos uma bandeira republicana de 15 ou 20 metros, que estendemos bem em frente onde estavam as autoridades espanholas... Então, um coronel, chefe da delegação espanhola, disse que com aquela bandeira ali não entrava em campo e foi falar com a polícia. A polícia se apresentou a um líder nosso: “Você é o responsável por isso aqui? Então tire a bandeira!” *Total!* Tiramos a bandeira e ficamos ali assistindo... Foi um trunfo para eles, porque era uma ofensa que estivessem ali espanhóis que pensavam de maneira diferente, e que demonstravam! E ainda mostramos que mesmo

os republicanos batiam palmas quando a Espanha ganhava alguma coisa, como reclamavam quando caía uma bomba na Espanha também... Então, no último dia, quando se disputava a última rodada, nossa atuação foi muito mais inteligente: alguém teve a ideia feliz de comprar bexigas vermelhas, amarelas e roxas, as cores da bandeira republicana... Na metade do espetáculo, estávamos todos lá, com as mulheres e filhos e começamos a encher... “Oooh!” “Aaah!” O que que eles podiam falar? Não foi 1 a 1, foi 10 a 1!

O Centro Democrático Espanhol tinha uma equipe tão boa, tão boa! Havia um grupo de teatro que montava obras sociais famosas, muito boas; levávamos uma *zarzuela*, que é um tipo de teatro cantado totalmente espanhol, como uma ópera-chica; havia também um coral muito bom... Fizemos coisas maravilhosas, muito boas... A gente se sentia bem porque não era só um número, era um participante; não encontrei essa gente em parte nenhuma, em nenhum outro clube... Visitávamos outros clubes, íamos à *Casa de Galizia* inclusive, mas não víamos aquele dinamismo, aquela coisa que só acontece quando há uma consciência, um paralelismo nos ideais...

No Centro Democrático o salão principal devia ter uns 600 metros quadrados, 15 por 40 – ainda existe, hoje tem uma Igreja lá – e uma vez foi inundado, estive uns 20 dias inundado... Resultado: a gente entrava e andava com a água até o joelho para subir na Secretaria, que ficava no piso superior...

Bom, pois podes crer numa coisa: quando baixou a água, todo mundo foi ver os estragos que havia causado e começaram a trabalhar: uns a arrancar os tacos de madeira, que estavam soltos; outros trouxeram madeira; outros foram comprar cimento; outros vieram trabalhar, espontaneamente. Chegava um que era pedreiro, outro comerciante, algum de um banco, algum gráfico também, para colaborar... Até meia-noite, uma hora, estávamos ali trabalhando: sem salário, sem receber nada, apenas por interesse comum, por afinidade. Fizemos um salão novo, pintamos, a administração só comprou o material: maravilhoso! Lindo, lindo, lindo. Eu me sinto bem no *Democrático!*

Outra coisa: no Centro Democrático, as mulheres faziam roupas de ponto, de lã e mandavam aos presos: “A *tia Maria*, do Brasil, mandou esse pacote.” Mandavam várias coisas daqui: Nescafé, leite condensado, roupas, cigarros, mas cigarros não podia entrar na cadeia, então enviavam de volta à “Tia Maria”, que tinha mandado – não era o *Democrático* que mandava aquilo lá... Eu fumei aqui cigarros que voltaram do Cárcere de Burgos que as mulheres me doaram... Havia uma solidariedade enorme...

O Centro Democrático deixou de funcionar, deixou de ter razão de ser porque quando Franco morreu, alguns que estavam insatisfeitos com o Brasil, com a situação econômica, começaram a voltar pra lá... Outros, que vieram com a ideia de voltar para lá um dia, também voltaram... Então, o centro se dissolveu, pois não havia gente nova; passavam os anos, muitos mudaram de bairro, casaram, tiveram filhos, outros cansaram de colaborar... O número de sócios foi caindo, então fomos para um prédio na R. Conselheiro Furtado, onde só cabiam 200 pessoas; depois, fomos para a R. Vandencolck, onde a coisa praticamente sumiu...

Hoje, alguns membros estão na Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, onde entra qualquer espanhol, há algumas atividades boas... Enfim, é o único que há...

EU PENSEI EM VOLTAR PARA ESPANHA, mas vou dizer uma coisa: eu tenho quatro filhos e sete netos aqui; na Espanha, só me resta *un hermano*, mais novo que eu, que reside em Valência; meus pais morreram, meus irmãos morreram; tenho um sobrinho que conheci em 83 quando fui pra Espanha, primos e cunhados... Mas minha esposa, meus filhos e meus netos estão aqui e não posso levar sete netos pra lá, não posso, então fiquei aqui.

Outra coisa: eu aqui ganho um salário assim razoável – esses 147% fazem muita falta, viu, Collor! Mas eu recebo uma pensão da Espanha, que aqui se multiplica por muito, tenho condições econômicas melhores... Além disso, trabalho por fora, faço alguns serviços,

you know, right? Then, economically it compensates more to stay here...

But the main reason for staying here is the family, the grandchildren especially: you see here a bunch of kids, sometimes seven together! Last Sunday was my birthday: I had seven grandchildren, the four children, we had a Spanish aperitif: a little bit of ham, salami, Coca-Cola, beer, some photos... In short, life is about to do something?

In Spain, you could rent a house or go to a residence for *ancianos*, with a woman. You live very well, but: and the grandchildren? What do we do in the residence for *ancianos*? That is not a nursing home, note well, it is a 4-star hotel! My daughter has one or two residences, they live very well, paying half the salary for expenses: she earns 5 minimum salaries or 20, she leaves half; a cooperative one – let's say – INSS. They live very well, but and my grandchildren? Can they go with me? No, so I stay here with them...

Or rather, this is the story of an immigrant Spaniard, passing through the War, for all that... I don't know if I was very elucidating for you, but it is my life, since eleven years practically until today... If you have any other question you can ask, if you want any clarification... It is my life...

---

## 2. Antonio Vañó

---

Nascimento: Bocairente, Valência, 1925

Imigração: 1955

Entrevista: 8 de junho de 1992

*Quando existia um problema de clandestinidade, éramos os melhores, éramos os que conseguiam manter tudo em ordem...*

BEM, O PROBLEMA NA ESPANHA FOI O SEGUINTE: MEU PAI SEMPRE FOI UM sindicalista. Ele foi fundador das Juventudes Libertárias, que pertenciam à Federação Anarquista Ibérica e à CNT, o sindicato anarquista espanhol. Naquela época, na Espanha, o anarquismo era muito mais forte do que qualquer outra ideologia de esquerdas. Então, ele foi sindicalista na época de Primo Rivera, na República, até que houve 36.

Em 1936, quando começou a Guerra, como todo mundo que era de esquerda, ele tomou as armas e foi lutar voluntariamente contra o franquismo. Mas como tinha muita juventude de 18, 20, até 30 anos para lutar, ele foi mandado de volta para a retaguarda, para a cidade de Bocoirente, onde ele foi prefeito e teve que ser do *Comité de Defesa*. Depois, ele voltou ao *front*. Eu tinha nessa época treze anos, nasci em 1925 em Bocoirente, uma cidadezinha da província de Valência.

Aí chegou o ponto final da guerra; ele tinha um passaporte pra sair, porque todos sabiam que Franco ia acabar com todo mundo que não fosse franquista, mas ele não quis fugir, achava que na Espanha ele seria mais importante... Então voltou para casa, desmilitarizado, pensando que seria julgado corretamente. Mas no momento que chegou, sem deixarem trocar de roupa nem nada, foi pego pelos falangistas e foi *encarcerado*, não pode nem trocar-se.

E ficamos nessa situação: ele era o único trabalhador em casa, foi largado na prisão, nós não tínhamos dinheiro nem pra comer. Ele ficou preso nos meses de abril, maio, junho e julho. Foi torturado, foi muito torturado; eu ia vê-lo, a cidade era pequena e me deixavam entrar na cadeia... Aí foi passado para outra cadeia, na capital, Valência, e a 19 de julho foi fuzilado...

Três meses depois de fuzilado, aparece no Diário Oficial de Madri a sua liberdade condicional e de mais doze companheiros seus que foram fuzilados também... Isso te mostra que naquela época o fascismo estava solto com todas as suas forças. Ninguém se preocupava se

houve doze elementos mortos numa cidadezinha perdida no interior da Espanha. Quando eram presos, quem não era nada politicamente nem tinha nada contra nenhum *señorito*, deixavam em liberdade; mas se soubessem quem era, automaticamente estava condenado, então ele foi fuzilado...

ESSA É UMA ÉPOCA MUITO DIFÍCIL de explicar porque requereria muito tempo... De 39 até 48, 49, houve na Espanha uma perseguição muito grande. Por exemplo, eu tinha treze anos quando meu pai foi fuzilado e o meu irmão mais novo, que é professor, tinha uns dois ou três anos; no meio tinha três irmãos mais. Sem possibilidade de comer, eu tive que ir à casa de um tio meu, trabalhar; outro foi para a casa de outro tio, a família foi se separando... Minha mãe foi trabalhar de empregada doméstica na casa que pudesse para poder subsistir.

Foi uma perseguição muito grande, até mais ou menos 42, 43... Quando eu estava com 17, 18 anos, já pude largar do meu tio e procurar serviço. Aí fui recuperando a família: primeiro veio minha mãe, depois um irmão, outro, fomos juntando todos... Trabalhando ia bem, porque se não trabalhasse... Trabalhando não tinha nem o que comer, mas se não trabalhava, não tinha nada.

Então nós começamos a pensar em sair de *allá*, porque a situação ali no povoado era feia... A falta de compreensão era muito grande, eu achava que seria melhor fugir, sair de lá. O melhor teria sido ficar arriscando tudo, mas pensávamos em sair porque éramos muito perseguidos... Meu pai foi fuzilado; contra nós não encontravam nada que pudesse comprometer: não éramos oficialmente perseguidos, aparentemente respeitavam, mas nos cortavam todos os caminhos!

Então, o Vicente, o irmão que segue a mim, era músico profissional e falou: “Vou sair por aí, ver se consigo me *independizar* um pouco...” Saiu, foi a Madri acompanhando a Orquestra, mas quando teve que sair da Espanha, para a África, para outro lugar, eles falaram: “Bom, você não pode passar.” E ele não sabia por quê, estava

trabalhando bem... Aí um advogado amigo dele da capital falou: “Espera, vamos lá ver isso”. Quando chegou no Departamento de Polícia, falaram: “Não adianta: ele não pode sair porque vão ver no dossiê da cidade dele que o pai foi fuzilado como comunista, que são comunistas, que tal, que tal...”

Agora, esse foi também o meio da gente escapar... Foi o seguinte: esse advogado falou: “Com 13 anos você não pode ser comunista. E com 11 anos você tampouco pode ser comunista!” Então mandou uma petição ali para explicarem como é que alguém não podia sair da Espanha sendo comunista se tinha 13 anos quando a Guerra acabou. Aí conseguimos a liberação de meu irmão e eu e viemos para o Brasil...

Isso foi em 1955... Do 36 ao 39 foi a Guerra, não? Do 39 ao 46 foi a repressão mais tremenda da Espanha, quando a gente teve que ir cada um para um lado. Até 55, a coisa foi melhorando, que é quando eu deixei a Espanha, *cambiei* de lugar... Eu morava em Bocalrente, uma cidadezinha com 3.000 habitantes – hoje tem 10.000, mas naquela época era bem pequena. Depois fui com toda a minha família para Alcoy, que já é uma das cidades mais importantes da região valenciana, têxtil, e dali conseguimos, em 1955, sair... Nós já tínhamos feito diversas tentativas: eu tentei em 53, 54, mas quando chegava o momento certo, *bum!* Eles diziam: “Você não pode sair”.

Até que surgiu esse problema aí, e o advogado entrou com uma petição séria: “Por que não pode sair?” “São comunistas.” “Muito bem, então terão que demonstrar que aos 13 anos alguém pode ser comunista, e por quê.” Aí, consegui nos liberar... Eu saí em 55, com meu irmão. No 56 saiu outro irmão, depois minha mãe e outro irmão que faltava e nós ficamos aqui...

As razões de eu vir aqui para o Brasil, para São Paulo, foram as seguintes: eu era tecelão, não tinha outro meio de vida... E o meu plano era de ir à Argentina, pois lá já havia uns primos meus e eu achava que haveria condições de desenvolver-me. Mas a Argentina fechou a imigração, então sobrava Venezuela ou Brasil. Mas Venezuela, não sei, não me atraía. E me falaram: “O Brasil tem um

centro que é o umbigo da indústria de tecelagem na América do Sul: São Paulo; São Paulo é uma indústria bastante avançada para América e ali há bastante trabalho...” Então isso pesou, primeiramente porque como tecelão encontrava trabalho e segundo porque o país admitia facilmente o imigrante. E realmente encontrei serviço e trabalhei pouco: trabalhei um ano só como tecelão; aí veio uma crise muito grande em 56 e foram tirando gente.

Aí é quando eu conheci o Pedro León Martínez, um artista que tinha uma firma de *silk-screen*, um elemento muito bom, muito dedicado. Ele fazia propaganda, fazia flâmulas e eu não sabia de nada, mas ele falou: “Vem trabalhar comigo, por salário mínimo.” Então, fomos *allá*... Eu aprendi com ele e depois montei minha firma com uns amigos...

ESTA FOI A ETAPA ANTERIOR à chegada aqui no Brasil. Depois, aqui no Brasil, o problema foi o seguinte: eu pessoalmente me considerava anarquista. E anarquismo e comunismo na Espanha, naquela época, eram inimigos mortais – eu ainda não posso entender a causa disso... Meu pai foi anarquista toda a vida e eu desde pequeno, 8, 9 anos estava com ele, em reuniões secretas que ele me levava e tal... Então, eu conhecia toda essa coisa e era anarquista.

Quando eu cheguei aqui, a minha preocupação era encontrar um meio de ajudar a Espanha. Havia muita perseguição ainda, havia presos políticos – Grimau foi o último a ser fuzilado, eu estava aqui – então eu procurei incrustar-me onde houvesse uma luta... Primeiro eu procurei os anarquistas, e encontrei, mas os anarquistas demonstraram que realmente estavam na coisa errada. Eles diziam: “Nós temos a chácara, nós amamos a natureza, nós estamos bem aqui...” Mas ninguém queria fazer nada de apoio aos presos políticos nem nada.

Então um amigo meu falou: “Olha, os comunistas são os únicos que estão trabalhando aqui realmente”. Eu procurei, através de um jornal que se chamava *Democracia Espanhola*, publicado aqui

em São Paulo, e encontrei os elementos do Partido. Conheci um elemento que já morreu, o Santiago Neto, muito bom, foi secretário até que morreu no Uruguai, há uns dois ou três anos... Jaime, Benito, conheci aqui também, havia muita gente e eu me incrustei... Eles também tinham certas dúvidas com relação aos anarquistas: “Você vai entrar no Partido?” “Eu não, no Partido não vou entrar, porque eu estou procurando ajudar a Espanha, mas não sou comunista, sou anarquista...” “Então tudo bem...”

Mas com o tempo, com o contato, eu pessoalmente fui percebendo que estava errado; para mim, o anarquismo como ideologia, naquela época, era uma ideologia pequeno-burguesa, porque na verdade procurava só a independência de cada um.

Na Espanha houve uma experiência sobre isto: em Aragon, na Guerra, no 37, as turmas anarquistas dominaram toda a província. E aí aboliram dinheiro, aboliram o poder do Estado e fizeram uma comuna libertária, mas aquilo foi um desastre total! Teve que intervir o Partido, depois o Governo, para acabar com aquilo, porque não era algo que tinha raízes profundas para todos colocarem realmente seu empenho. Chegar para um *campesino* e falar: “Dá suas galinhas para cá, toma uns vales...”! O cara não estava preparado, então se sentia inimigo daquele que fazia isso; o Partido, ao contrário, procurava dizer que apoiava o pequeno proprietário, que apoiava o pequeno *campesino*, que tinha que se criar mentalidades para o desenvolvimento e tal... Então naquela época eu achava que estava certo o anarquismo, mas quando vim aqui, com mais liberdade...

Aqui eu me sentia totalmente livre, não tinha repressão... Era a época da Democracia: o Vargas havia caído, estava o Café Filho no poder, houve um pouco de repressão mas depois a coisa foi melhorando. Para mim, este era o paraíso... E eu via que realmente o anarquismo não tinha condições de vingar, achava o socialismo mais certo porque existia e tinha uma potência determinada – e continuei achando até o fim, independente dos dados do socialismo na União Soviética hoje... Então me fiz do Partido e entramos de cheio no aspecto da imigração.

Nós *teníamos* um Clube espanhol, o *Centro Gallego*, que ficava na Rua Monsenhor de Andrade. Naquela época, a imigração espanhola era muito forte. Veio muita gente preparada para cá, técnicos, gente com condições de desenvolver-se que fugia daquele negócio lá. E todo mundo que procurava alguma coisa que lhe falasse de Espanha de uma maneira ampla ia ao *Centro Gallego*, um *rinconzinho* onde não cabia ninguém.

O *Centro Gallego* tinha sido fundado por uns velhos espanhóis, camaradas do final de 1800, início do 1900, galegos que *venían* para cá porque o Rei, a monarquia, a falta de liberdade, os expulsavam. Então eles fundaram aqui um centro que era democrático; chamava-se *Centro Gallego* mas reunia a gente que sentia mais a situação da Espanha, que não estava de acordo com o que se passava *allá*.

Com o decorrer do tempo, quando veio a imigração mais consciente, já não havia quase nada: só o Socorros Mútuos que era um centro recreativo, não tinha vida para nós, e o *Centro Gallego*, que era muito pequeno mas que tinha gente que realmente lutava por *la República*: sentiam-se republicanos, não eram nem comunistas, vieram quando ainda estava o Rei e mantiveram o princípio de ser republicanos. Isso eu não conheci; sei disso pelo que *he leído* e pelo que me contaram alguns velhos daquela época com quem tive contato, que morreram com oitenta e pouco anos, já morreram... Eles é que formaram esse Centro.

Quando viemos, nos anos 50, precisávamos de um Centro de massas, que abarcasse a gente... Fundar um Centro não dava, porque havia Franco, que já mandava perseguir os espanhóis que faziam manifestações comunistas. Então, como o único centro que havia era esse, aquele amigo meu Pedro León Martínez me falou: “Olha, vamos abrir um centro grande... Nós não temos nada mas vamos tentar.” Então fomos falar com eles: “Estão de acordo em formar um centro maior, que o *Centro Gallego* receba mais gente...” “Tudo bem, estamos de acordo...”

Aqui no Parque D. Pedro, na Rua da Figueira, ainda há um edifício tremendo; hoje é uma congregação crente e naquela época era

uma boate... Esse Pedro falou: “Vamos lá ver o dono”. Fomos ver o dono – não me lembro do nome agora, mas era um médico muito famoso – e ele falou: “Bom, eu vou dar o salão para vocês, vocês se encarregam de arrumá-lo todo embaixo e em cima – porque tem dois pisos – e eu dou um tempo pra pagar o aluguel...” Então nós demos continuidade... Havia marceneiros, mecânicos, toda gente boa que vinha e era antifranquista colaborava, e o Centro foi pra frente; passamos da rua Monsenhor Andrade à rua da Figueira.

Aí a coisa começou a alterar-se: os exilados do Partido entram no Clube sem dizer que são do Partido – eram democratas, eram inimigos de Franco, tudo bem... Entram indiretamente porque não podiam fazer de outra maneira...

Eu conheci um tal de Juan Bautista Vendrell, que era também do Partido, um jornalista que estivera exilado em Tanger e de Tanger veio para cá. Eu o conheci por casualidade, também procurando alguma coisa do Partido. E havia um jornal aqui, o *Democracia Espanhola*, que era muito sectário, muito dogmático, daquela época do autêntico stalinismo. Você pegava aquele jornal espanhol e achava declarações de Santiago Carrillo, de Lister, da Pasionaria, que ninguém lia.

Então nós chegamos lá para ver se conseguíamos mudar um pouco o visual do jornal, fazê-lo mais dinâmico, colocar críticas de cinema, de artes, procurar dar manchetes, para não ser tão quadrado. E foi uma luta bastante grande, porque o Partido lutava firme por aquilo. Eram elementos que vinham da perseguição na Espanha e seguiam aquelas orientações. Foi duro, mas enfim conseguimos mudar o *Democracia Espanhola*... Modernizamos um pouco a sua estrutura e tivemos muito boa aceitação... Estivemos bem praticamente até que veio o golpe, quando tivemos que fechar o jornal.

Essas pessoas que vieram da Espanha, alguns deles fugiram para a Argélia, Tanger e Túnis, que naquela época eram mais ou menos livres, influenciados por França, Espanha e Itália... Quando podiam, vinham para cá. Eles tinham contato com o Partido na Espanha e não estavam ligados ao Partido Comunista Brasileiro por

uma razão: a Internacional Comunista exigia que qualquer elemento que formasse um Partido no exílio, tinha que ser independente e não estar filiado ao Partido do país, porque isso criaria problemas para os dois. E naquela época só havia dois Partidos no exílio, ou três: o português, o espanhol e o grego, que eram as ditaduras mais tremendas e eles admitiram que se formasse partidos fora do país... Não poderia haver um Partido Comunista digamos sueco no Brasil, porque existia na Suécia.

Nós *teníamos* condições de existir, mas devíamos estar totalmente ligados ao Partido espanhol, que estava também no Uruguai e na Argentina. O Comitê Central estava em Montevideú, e de lá eles tinham contato com Paris e com a parte espanhola. Aqui no Brasil, nós tínhamos contato com os brasileiros, tínhamos elementos enraizados tremendamente, deputados, mas *manteníamos* uma independência praticamente total.

Quando acabou o regime de Franco, havia uma ordem que o Partido Comunista não poderia continuar existindo no Brasil: como na Espanha havia acabado a repressão, o lógico seria que se você quisesse militar no Partido Comunista espanhol, voltasse para a Espanha; o que ficasse aqui, se quisesse ser comunista, que militasse no Partido Comunista Brasileiro... Não se justificava que houvesse em outro país um Partido que já estava livre *allá*, ou pelo menos que já tinha condições de desenvolver-se. E aí a maioria voltou para lá, mas outros ficamos por *acá*...

*ENTONCES, HAY UNA SÉRIE DE CONCLUSIONES...* Naquela época, desde 55, quando eu cheguei, até o golpe de 64, a imigração espanhola não era política consequente mas tampouco era econômica... Eu não saberia como defini-la, porque não era só o imigrante que vinha ganhar dinheiro e não era só o imigrante que vinha pelo lado político... Ele queria trabalhar, queria ganhar dinheiro, mas sentia-se ligado à parte política antifranquista, entende? A imigração que houve primeiro, no começo do século, era eminentemente econômica: eram galegos,

andaluzes, gente que vinha para cá para fazer dinheiro... De 1939 a quarenta e pouco, a imigração tinha sido eminentemente política, porque acabou a Guerra e os republicanos sabiam que se ficassem na Espanha iam ser fuzilados... Poetas, escritores, a gente do povo e do Partido que saiu naquela época para a França, eram todos perseguidos políticos... Todo mundo procurou um meio de escapar e o México foi o epicentro, pegou quase todo mundo da intelectualidade espanhola...

Já na década de 50, sobretudo em 54, 55, a imigração não era eminentemente política, e nem podia ser... Haviam passado já 16 anos, quase que existia uma nova geração antifranquista... Mas não era antifranquista político, era porque não tinha o que comer, porque se o pai tinha sido morto, a situação era péssima – e na Espanha era raro um local que não tinha alguém fuzilado, foram quase um milhão entre os que saíram e os que sumiram, todo mundo tinha um parente que havia sido perseguido...

Então era uma imigração política e econômica: era gente preparada que quando via que não podia trabalhar, que não podia comer, vinha para cá... Tinha que sair da terra porque não podia trabalhar, mas também tinha aquela revolta, porque tinha perdido o pai, alguém da família...

Também havia uma minoria de imigrantes que eram franquistas, nem todos que vinham para cá estavam em má situação econômica: houve gente de dinheiro que também imigrou, com a família, para fazer negócios – eu não sei as causas, pra falar a verdade, mas aqui veio muita gente eminentemente franquista... Havia um Centro que se chamava *Casa de Galícia*, muito conhecido, e ali se reunia essa gente de dinheiro, gente de negócios, empregados de banco, todos franquistas... No Consulado – fizemos várias invasões do Consulado – também eram todos franquistas. Havia uma divisão bem marcada entre os franquistas e os antifranquistas.

Havia bastante gente que era franquista, só que não se atrevia a proclamá-lo: metiam-se em seu centrinho e pronto. Havia também muita gente que não era franquista, mas que tinha simpatia por Franco.

Eu encontrei *uno*, que se casou com uma amiga da minha esposa, que era franquista. Eu perguntei: “Porque você veio para cá?” “Eu tive desavenças com meu pai, minha mãe, então eu vim para cá...”

Eu queria entender por que tinha tanta gente que era franquista! Eu sei de gente que tinha meios de vida, que deixou tudo, veio para cá com dinheiro e continuou defendendo Franco a torto e a direito. No Clube tínhamos reuniões para as quais convidávamos os franquistas: “Se quiserem vir, podem vir, vamos discutir...” E vinha gente que era franquista, discutíamos e não havia jeito: continuavam franquistas! Eu não posso dizer por quais razões eles vieram pra cá: se eram aventureiros, se sonhavam em vir para cá, se brigaram com a família, se acharam que aqui poderiam ganhar mais dinheiro...

Mas essa imigração era minoria: a base, a massa, era antifranquista – muitos não eram nada, vieram aqui porque lá não tinham dinheiro e aqui tomaram consciência.

Esses imigrantes traziam em si o germe do antifranquismo, que era o que nós explorávamos aqui... Chegavam mecânicos, com 22 anos, um rapaz com 18, outro menino até com 16 anos, galegos... Falávamos: “Você teve que sair da Espanha; se a vida fosse boa lá você não precisaria sair: um bom torneiro, um bom ferramenteiro, um bom mecânico não sai de sua terra sem saber o que vai pegar em outro lugar... Então já que você vai estar aqui, tem que colaborar para ajudarmos lá.” E eles iam entrando – não de uma maneira assim de peito; eles simplesmente iam conhecendo, se tinham dinheiro colaboravam...

Eu lembro que quando fuzilaram Julián Grimau García – o último a ser fuzilado na Espanha – aqui houve uma manifestação tremenda. Nós conseguimos mobilizar toda a *espanholada*, que eram centenas, atravessar tudo, quebrar uns vidros do *Estadão* – naquela época isso era uma tradição: acabava a manifestação, pedradas nas vidraças do *Estadão*... Se fez uma manifestação tremenda...

E não era só isso... Realizamos a Primeira Conferência de Apoio aos Presos Políticos de Espanha e Portugal – Portugal tinha Salazar naquela época – e foi uma manifestação tremenda! Inclusive lembro

que *invitamos* Pablo Neruda, que veio, *invitamos* o irmão de García Lorca, que também veio...

Tínhamos um medo da suspensão dessa conferência... Estava Juscelino no poder, mas nós sempre apoiávamos muito a Juscelino, todo mundo aqui em São Paulo: eu lembro que quando ele e o Jango desfilavam por aqui nós ficávamos na segurança... Na véspera da Conferência, estávamos na rua 13 de Maio, aqui no Bexiga, onde existia um organismo de estudantes e nos avisaram: “Olha, está proibida...”

Nós tínhamos gastado um dinheirão, tudo o que tínhamos, tudo o que recolhemos pra trazer tanta gente... Então falamos: “Vamos ficar aqui de prontidão e telefonar a Brasília.” O Juscelino estava no Rio e ia para Brasília; às três da manhã conseguiram falar com ele e ele falou: “Como vocês proíbem essa conferência?” e autorizou por telefone a liberação da conferência – o governador, a polícia, ninguém ia poder fazer nada. Aí, se fez a conferência: veio Pablo Neruda, veio o irmão de García Lorca, veio o Gabriel Celaya... Fiz uma campanha que foi tremenda, porque era uma coisa que tinha raras oportunidades de acontecer na América, sabe?

E depois disso, continuamos o trabalho de mobilização. Eu não sei se você ouviu falar no poeta Marcos Ana... Eu tinha muita amizade com um senhor que já morreu, o Linares, que tinha estado preso com o próprio Marcos Ana. Então, quando ele veio do Uruguai para cá, fazer umas conferências, o Linares falou: “Vamos lá receber o Marcos Ana...” Fomos até o aeroporto vê-lo – isso é um detalhe não muito importante, mas vale como uma *anedota* – o Marcos Ana desceu do avião, estava cheio de gente e este amigo meu o chamou pelo nome, que era Macarro – Marcos Ana era porque Marcos era o nome do pai e Ana era o nome da mãe.

Então quando ele estava descendo, o Linares falou: “Macarro!” – o coitado quase desmaia! Porque estava sendo perseguido e ninguém sabia que se chamava Macarro, a dez mil quilômetros de lá... Ele se voltou e reconheceu este amigo meu, aí foi tudo bem... Inclusive ele almoçou em minha casa, foi a programas de espanhóis, a

um programa que se chamava *A voz de Espanha*, fez *una labor* muito boa, o Marcos Ana.

No Centro ia gente do Partido, havia socialistas, republicanos – e esses eram totalmente anticomunistas... Então, existia uma afinidade, mas também havia rivalidades... Os comunistas e socialistas juntos aparentemente se portavam muito bem, mas quando havia eleições para a nova diretoria, saía muita discussão – porque ali eram todos os sócios que votavam, não era como agora, que são conselheiros... Nós não queríamos que ficassem os socialistas no poder, eles não queriam que ficássemos nós, então fazíamos um acordo: “O presidente vai ser comunista, o secretário vai ser socialista e tal...” Íamos em comum acordo formando o Centro como um meio de unir as forças antifranquistas.

Pouco a pouco, os de mais idade, os que tinham vindo há quarenta, cinquenta anos, foram saindo... A força principal estava conosco – não sei se você conheceu a atividade do Partido Comunista, mas sempre tivemos uma atividade muito intensa: no que se trata de clandestinidade, éramos os melhores... Quando existia um problema de clandestinidade, éramos os melhores, éramos os que conseguíamos manter tudo em ordem...

Então, quando vinham as eleições, todo mundo tinha mais simpatia pelos comunistas, que na realidade eram os que mais trabalhavam, os demais só falavam, então fomos nos tornando pouco a pouco mais fortes... Quando passamos aqui para a rua das Figueiras, havia um presidente anarquista, mas ele sabia que sem o apoio do Partido não podia fazer nada: primeiro, porque ele precisava de gente pra trabalhar, e gente que fosse capaz de arranjar dinheiro, pedindo a deputados, a quem quer que fosse... Disso, os socialistas e republicanos não queriam saber; só queriam o título de presidente, mais nada.

E no Partido havia quem trabalhasse, então eles nos procuravam: “Estão dispostos a apoiar?” “Estamos dispostos a apoiar.” Então todo mundo apoiou, eu apoiei também e quando vieram as eleições, ganhou o Partido com o Juan Bautista Vendrell para presidente e o Pedro León Martínez para diretor – esse que te disse que foi o fundador

do centro, anarquista, mas muito bom, muito colaborador... Ele era anarquista em seus ideais, mas na hora de trabalhar, ele via que os únicos que trabalhavam eram os comunistas, então ele estava junto conosco.

E foi uma luta muito grande, porque quando veio a maior imigração para cá, havia muitos jovens que não conheciam política... Se entravam em contato com os socialistas primeiro, viravam-se para eles; então nós os convidávamos para vir para o Partido... Quando vinham as eleições, havia uma tremenda quantidade de gente... Primeiro a gente explicava o que queríamos, havia lutas tremendas, depois tinha a eleição. Mas na realidade era o Partido que mantinha o Centro, porque quando faltava dinheiro, éramos nós que conseguíamos. Quando estiveram os socialistas no poder, ficaram sem dinheiro e assim não iam poder continuar, então tiveram que ter o apoio do Partido, que era o que tinha mais quantidade de gente para trabalhar: saíamos à rua, vendíamos flâmulas, fazíamos atos, fazíamos teatro, tudo pra arrecadar dinheiro.

Então o que acontecia? Eles sabiam que sem nossa ajuda não adiantava... Saía a diretoria deles? Tudo bem, eles dominavam, mas na verdade nós estávamos lá também. Então o poder do Partido foi esse: na realidade o Partido era o que aguentava economicamente e no trabalho ao Centro. A prova é que no golpe de 64, praticamente tudo se desmanchou... Nós ainda abrimos outro aqui na rua da Glória, depois fomos para a Alcântara Machado, eram lugares menores, já não havia praticamente nada. Agora estão aparecendo novamente os Centros porque o governo espanhol dá uma ajuda para que se rearticulem: aqui existe o grupo Pablo Iglesias, socialista, que promove eventos culturais, porque politicamente aqui não há razão de fazer nada...

Então digamos que o poder do Partido no Centro surgiu porque foi o único que trabalhou, se infiltrou e procurou mantê-lo acima de tudo. Oficialmente não podíamos ser do Partido, o Partido era perseguido. Nós não participávamos como comunistas, éramos gente democrata como os outros... Lógico que todo mundo sabia quem éramos, mas não podiam provar...

Vou contar-te um caso que passou em sessenta e pouco, antes do Golpe... Nós *teníamos* uma sala na Brigadeiro Tobias, que um deputado comunista nos deixava para fazer reuniões do Partido. Uma noite, estávamos reunidos eu, meu irmão, outros mais *allá*, e entrou o Fleury – não este Fleury, não, o Fleury que morreu... Estávamos nós reunidos na sala, era mais ou menos nove e meia da noite, se apresenta Fleury, com 4 ou 5 policiais, e fecha tudo.

Havia um camarada nosso que era *gallego*, que já foi para lá, que não tinha documento nenhum e já era marcado, então escondeu-se embaixo da mesa... Outro amigo meu também se escondeu debaixo da mesa... Aí um amigo começou a sair devagarzinho pela porta, mas o Fleury falou: “Olha, vocês já me enganaram uma vez...” – porque aconteceu, numa primeira vez, que eles chegaram, pediram os documentos e quem estava certo podia sair. Então estes telefonavam para Rocha Mendes ou para qualquer deputado, que chegava e dizia: “Ah, você está invadindo uma sala particular...” Então ele tinha que abrir mão e não podia fazer nada.

Desta vez ele fechou e falou: “Daqui não sai ninguém. Vocês vão sempre chamar seu deputadinho aí, então agora não vão chamar mais. Eu quero ver os documentos de todo mundo, quem não tiver os documentos, vai ser preso, vai ser devolvido para a Espanha.” Os dois ficaram em baixo da mesa e não os pegaram. Agora; pegaram todos os documentos nossos: Carteira de Trabalho, Identidade, e falaram: “Vocês vêm ao Departamento de Política Social; aí vocês assinam um papel e estão liberados.” Perguntamos porque tínhamos que ir pra lá: “Ordem da Embaixada espanhola; Franco disse que aqui há um grupo de comunistas, que manda muito dinheiro para lá, que está fazendo um trabalho antipatriótico. Então temos que cumprir isso, depois vamos dizer: Fulano está cumprindo a lei aqui dentro...”

Então levaram todos os documentos e tivemos que ir para lá. Ficamos sentados, iam tomando as declarações, assinando e liberando, assinando e liberando... Mas eu estava com um amigo meu, que se chamava Gabriel Sabaleta – o nome certo não é esse; ele morreu

já e não se sabe o nome certo, porque ele havia sido comandante das milícias populares na Guerra, tinha um ferimento na perna, e quando conseguiu fugir era Sabaleta. Conhecemos ele por Sabaleta e até o final foi assim, mas ninguém sabia o nome certo dele...

O Sabaleta era um homem muito calmo; chegaram ali e falaram: “Vocês assinam.” Era uma coisa normal, mas ele me falou: “Pera aí, você não vai assinar e eu tampouco assino. Quando saímos da Espanha lemos a cartilha que não podemos ignorar as leis do Brasil. Como vamos assinar aqui que não conhecemos se nós sabemos o que temos que fazer, estamos aqui legalmente, ninguém pode nos dizer que fizemos coisas erradas, então não vamos assinar...” Aí o policial falou: “Eu chamo dois caras aí da rua que assinem...” Então chamou dois rapazes, dois trabalhadores que vinham com a marmita – eu te conto porque o caso foi engraçado – e falou: “Assinem aí...” Aí o Sabaleta falou: “Vocês sabem o que vão fazer? Vocês vão condenar à morte dois caras que vocês nem conhecem, vocês nem sabem porque a polícia está mandando vocês fazerem isso, vocês vão assinar aí e amanhã podemos aparecer mortos, fuzilados...” Aí o cara ficou apavorado: “Eu não assino.” E o outro: “Eu não assino...”

Aí tiveram que assinar dois policiais e o cara falou: “Vocês são loucos, *no pasa nada*... Olhe quantos processos, há milhares de processos aí; prefiro mexer aí do que mexer com vocês, porque vocês são chatos demais... *No pasa nada* e vocês me fazem perder mais tempo do que se estivesse trabalhando com 50 processos... Vá todo mundo pra rua...” Então tudo bem, fomos embora...

Mas houve uma certa perseguição, de vez em quando algum espanhol era detido... Quando podia, a polícia caía em cima de nós, porque realizou-se a Conferência dos Presos Políticos, realizou-se a de Marcos Ana, davam-se atos constantes e contínuos de apoio à Espanha; arrecadava-se dinheiro às claras em qualquer lugar; o advogado, os vereadores e deputados do Partido – e não só do Partido, simpatizantes também – estavam sempre apoiando-nos... Mas não acontecia nada, só nos *detenían*, pegavam o documento e depois deixavam em liberdade...

Eles sabiam que o Centro Democrático estava ligado ao Partido, mas o Partido não existia legalmente no Brasil, nós não *teníamos* carnês, nos reuníamos cada semana numa casa, como células, oito aqui, oito ali – éramos uns cinquenta. Não existia realmente um Partido oficial que dizer: “São comunistas.” Eles sabiam que o Centro Democrático era dominado pelo Partido porque ali faziam-se todos os atos: vinha um ato político, era no *Democrático*; vinha Marcos Ana, era no *Democrático*; mas não podiam provar nada.

O Centro Democrático Espanhol foi realmente um centro político. Não foi um centro recreativo, não foi um centro de imigração, não foi nada disso. Até o extremo de que quando a liberdade voltou à Espanha, o centro se autodissolveu... Nós pensamos: “Se a gente quer um Clube, tem muitos clubes de espanhóis por aí; se quer militar em algo, há partidos políticos para militar...” O Centro Democrático era o aglutinante de todo antifranquista que vinha ao Brasil... Quando Franco morreu, quando a democracia voltou à Espanha, o Centro Democrático não tinha mais razão de ser. Então tomamos a decisão de autodissolver-se. Que íamos continuar *haciendo*?

Nós *teníamos* a redação da *Democracia Espanhola* numa rua no centro, ainda tem esse edifício, naquela época era de um banqueiro. Quando estourou o movimento em 64, *teníamos* ordens de tirar tudo, porque ali havia documentos e se a polícia pegasse... E alguns amigos nossos sumiram, membros do Partido Comunista Brasileiro... Como a gente não podia fazer política, porque era proibido para o estrangeiro, decidimos tirar tudo de lá – isso foi dois ou três dias depois do movimento...

Eu tinha naquela época uma Kombi e falamos: “Vamos tirar ao meio-dia, porque se vamos de manhã ou de tarde, a polícia vai cair em cima.” Então eu peguei o Sabaleta e outros dois camaradas e encostamos meio-dia em ponto, estava todo mundo indo almoçar... Tínhamos um medo que não tinha tamanho; estava tudo empacotado, então descemos os pacotes e carregamos a Kombi. Nós seguíamos o seguinte raciocínio: “É meio-dia, hora de almoço, está todo mundo na rua. Ninguém vai pensar que esses pacotes fechados que

estão carregando não sejam do banco, não sejam de uma firma, então, vamos arriscar.”

Carregamos a perua, ninguém perguntou: olhavam, mas *no pasó* nada. Saímos com a perua e tratamos de botar fogo nisso... Paramos num posto de gasolina, compramos um litro de gasolina e pegamos a Estrada Velha de Santos, que naquela época não estava interdita. Quando andamos uns dois ou três quilômetros havia uma laje muito grande, que entra um pouco e depois, direto, um precipício... Então, deixamos um de guarda para avisar se alguém estava passando, descarregamos os pacotes, jogamos a gasolina, pusemos fogo e nos mandamos...

Coitados dos brasileiros, do Partido Brasileiro! No mesmo dia de noite apareceu na televisão: “Os comunistas brasileiros estão queimando seus arquivos: na Estrada Velha de Santos, no quilômetro tal e tal, às tal e tal horas, estava pegando fogo... A polícia não encontrou documento nenhum...” Mas eles não sabiam de nada, porque fizemos tudo sozinhos, quatro ou cinco que não eram nem brasileiros...

QUANDO ESTÁVAMOS LUTANDO, eu pensava bastante em voltar para a Espanha, mas quando acabou tudo, eu já não pensava mais... É uma questão complicada: primeiramente há uma questão quase pessoal: eu, desde os sete, oito anos conheço a luta revolucionária através de meu pai, sempre vivi isso... Eu vim pra cá com 30 anos, solteiro; lá eu não tinha como me casar, tinha três irmãos em casa e não tinha meio de vida, não tinha possibilidade nenhuma de fazer nada, então viemos todos para cá.

Aqui, eu me adaptei perfeitamente bem... Eu vinha procurando meio de vida e aqui encontrei um meio de liberdade... Tinha contato com todos os Partidos, com todo mundo – nós estivemos uma vez com o Prestes, quando ele foi liberado da clandestinidade... Aqui era uma maravilha e eu me adaptei perfeitamente e gostei de todo mundo aqui. Então nem pensei em *volver*... O nosso trabalho era a luta por Espanha; mas quando a luta acabou, quando acabou tudo, eu

percebi que a coisa morreu – o interesse de lutar pela liberdade, não o interesse pela Espanha... Mas eu trabalhei aqui, lutei, me casei com uma brasileira, tenho filhos e penso: “Qual a vantagem de ir agora para lá?” Não me custou a adaptação aqui porque encontrei um meio de vida bom, no sentido de sentir-me livre e não de sentir-me oprimido. Encontrei uma compreensão tremenda em todos os lugares que estive, em gente alta, gente baixa, trabalhadores... Acabei sentindo essa terra aqui como minha, praticamente não me sinto espanhol – de um lado, minhas raízes são espanholas; por outro, para *mí*, a minha terra é o Brasil...

Nós havíamos até combinado, quando casamos: “Quando Franco acabar, vamos para lá... Você vai ter que deixar a família e tal...” Mas quando veio o momento vimos que não é isso... Lá, primeiramente vamos encontrar dificuldades de adaptação com os filhos, com a mulher – tenho dois filhos: uma menina com 23 anos e um menino, com 22...

Mas além da falta de adaptação, tem outro problema: os que estão na Espanha, que ficaram ali lutando, têm um direito... Havia muita gente querendo ir pra lá, mas vamos para lá a quê? Para tirar o ganha-pão de outro, para criar mais problemas? E os demais estão lutando, formam parte das comissões operárias, formam parte de comunidades... Eu pensava que desde aqui eu havia sido útil, mas agora já não tinha nada a fazer ali. Então, para *mí*, não foi necessário voltar para a Espanha, até o extremo que eu nunca voltei para lá; estou há 37 anos no Brasil e nunca voltei à Espanha! Minha mãe fez quatro viagens, morreu numa viagem lá; tenho um irmão que é diretor de um banco, vai todos os anos; o outro já foi duas vezes também; o outro, que era meu sócio, morreu e não pôde voltar... Mas eu não sinto necessidade de voltar... Tenho família lá que me escreve constantemente que *vaya*, mas eu não sinto uma necessidade fundamental de voltar à Espanha, eu me sinto espanhol e me sinto brasileiro.

Aqui eu procuro as associações de espanhóis, procuro o Clube, essa dupla nacionalidade a gente admite: minhas raízes são espanholas, mas minha vida está totalmente ligada ao Brasil. Eu também

não posso agora desligar-me do Brasil e ir para lá, então, francamente, não penso de jeito nenhum em voltar a viver *allí*... Para mim a vida está aqui, independente de tudo...

Encontro dificuldades, claro: agora, na eleição da Erundina, por exemplo, eu não pude votar... Meus filhos e minha mulher votam com o PT e com o PCB – o PCB agora é o PPS, com o Freire, eu o apoio – mas não posso votar... Eu trabalho na lavanderia com restaurantes, com gente bastante pobre: são nortistas, os da limpeza... Então, eu faço *una labor* que eu sinto que forma parte de mim; eu faço tudo o que posso fazer...

A *labor* política forma parte da gente, eu sinto necessidade das minhas *aportaciones*, entende? Eu não sou um militante ativo, não pertença ao PT, ao PCB, não pertença a nenhum partido... Mas é lógico que toda a minha *labor*, quando discuto com os camaradas também, está com a parte que eu considero mais justa, o PT em primeiro lugar e o PCB depois – apesar de eu considerar que estão muito sectários e muito dogmáticos ainda, *quizás* uma consequência lógica da falta de maturidade política... Eu me sinto ligado a isso, mas não milito em nenhum partido, nem nada.

Há muito mais coisas, mas o problema sabe qual é? Eu sabia que *veníás*, havíamos combinado, mas o meu trabalho, não é que me aperte muito agora, mas me leva um pouco ocupado e não parei a pensar que eu poderia ter feito uma memória mais completa, poderia eliminar o que não interessa... Porque aqui do Brasil *hay* muitas coisas, e da Espanha, existem muitos dados, muitos detalhes, mas teríamos que voltar mais pra trás... A única dificuldade que *vás a tener* é entender o que eu falo, porque é um costume meu falar depressa, procuro me conter mas não adianta, me solto e algumas palavras acabam ficando *por la mitad*...

---

# Progreso Vañó

---

Nascimento: Bocairente, Valência, 1937

Imigração: 1956

Entrevista: 2 de outubro de 1993

*É uma tragédia o que significa para o ser social ser arrancado um tanto violentamente, não por opção própria, do seu meio cultural, e ser jogado em outro meio, por mais acolhedor que seja...*

BOM... QUEM TEM MAIS CONDIÇÕES DE FALAR SOBRE MEU PAI É MEU IRMÃO Antonio, que é o mais velho; eu sou herdeiro da informação que me passaram minha mãe e meus irmãos... Não obstante, o que eu posso dizer é que ele era uma pessoa típica daquela época da história espanhola: era analfabeto, um homem sem nenhuma formação... Ele inicialmente era um camponês; vinha do campo e parece que com a idade de 18, 20 anos foi pra a cidadezinha onde nós morávamos na Espanha, Bocairente, na região de Valência. A convivência, o contato com a indústria, mesmo que nascente, inicial, faz com que ele vá transformando-se: ele é autodidata e se alfabetiza... E, eu não sei em que momento, ele se sindicaliza à CNT, Confederação Nacional dos Trabalhadores, e se associa à FAI, Federação Anarquista Ibérica – uma é a organização sindical, a outra a organização de caráter político – e tem então uma vida sindical e política que começa a crescer...

A partir do início da Guerra Civil – isto que eu estou te dizendo forma parte da informação que eu recebi em casa, eu não tenho nenhum tipo de lembrança – mas em casa se afirma que na época da Guerra, ou no período imediatamente anterior, o meu pai acabou sendo prefeito de Bocairente... Logo a seguir, ele foi, por opção voluntária, ao *front*, fazer a Guerra junto com toda a nação espanhola... Ele já era casado, devia ter na época uns 40 anos provavelmente, tinha três filhos e decidiu junto com muita gente participar diretamente da Guerra, não é um caso isolado. A participação dele parece que ocorre numa Brigada anarquista, na frente de Aragón...

Dados, detalhes da participação eu desconheço... Eu sei que ele volta para Bocairente um intervalo, uns dias, e penso que depois a única vez que ele retorna é no fim da Guerra, já derrotada a República, para despedir-se da família e ir para a emigração... Só que ele foi visto, na hora da chegada... Uma cidade pequena... Foi denunciado, preso, e poucos meses depois ele foi fuzilado numa prisão perto da nossa cidade...

...

Quando estava preso, ele mantinha contato epistolar quase constante... Eu tenho aí, inclusive, uma carta manuscrita dele... A última carta, comunicando que vai ser fuzilado...

A IDEIA DO ANARQUISMO, EM CASA, foi uma ideia mamada desde o começo... Em termos de política organizada, eu nunca consegui ver nada do que o anarquismo significou praticamente. Eu nasci quase no fim da guerra, e evidentemente num momento de repressão você não tem nenhuma vida política... Não obstante, as pessoas que tiveram este contato com as ideias políticas, com a ação política, são pessoas que de certa maneira resistem, têm uma atitude pessoal diferenciada, sempre são mais críticos diante das coisas – são os *vermelhos*! São cuidadosos evidentemente em críticas abertas, porque as circunstâncias não permitem, mas isso é um traço muito característico: aqueles que perderam a Guerra, os chamados *vermelhos* na época, são pessoas críticas, enquanto quem ganhou a Guerra – quem acha que ganhou a Guerra – são pessoas acomodadas...

Uma coisa interessante – eu não poderia te dizer que isto aqui seja uma consequência do pensamento ácrata – é que o anarquismo para nós, tem alguns efeitos, como por exemplo uma certa aversão por governos e organizações políticas; uma preferência, evidente, por organizações que dependam da livre vontade das pessoas; e um gosto muito forte pela cultura, apesar da falta de formação cultural na família. Meu pai, apesar de ter sido analfabeto grande parte da vida dele, até os 20 anos, lê muito e se dedica como autodidata, transferindo uma parte desse gosto aos filhos... Meu irmão Antonio, por exemplo, nunca estudou, mas é uma pessoa que sempre gostou de ler, fez programas radiofônicos na Espanha, escrevia, acompanhava movimentos artísticos de todo lado... Ele tinha alguma atuação política, muito pequena, na Espanha e aqui depois mais intensa... Eu digo isso porque acho que foi como uma herança do pensamento, da forma de ver a vida da família, apesar da falta da transmissão dessa

ideia... Porque meu pai morre quando o Antonio tem 12 anos e eu tenho um ano e meio, então, a influência direta é muito pequena; é uma influência que chega através da minha mãe, que também era analfabeta – as coisas se transmitem, não sei bem o processo.

Outro traço interessante é que em casa todo mundo tem uma preocupação com o físico, que forma parte também desta tradição de caráter anarquista... Todo mundo faz ginástica de manhã, todos têm livros de medicina natural e quando surge algum tipo de problema tentam encontrar uma solução com aquilo... Esse tipo de comportamento, é engraçado que não tem nada a ver com a ideia política, mas serviu como o substrato de todo um futuro de atuação política, está na base..

E diante da queda do apelo que têm as ideias anarquistas de 60 em diante, devido ao crescimento do movimento marxista, a gente de certa maneira começa a construir outras coisas em cima daquela base anarquista – que nunca teve caráter doutrinário, de formação ou leitura... Mas sempre houve atividade cultural, discussões, isso era a atividade dos anarquistas... Discussões, reuniões, sempre voltadas para a cultura, para o culto ao corpo, à liberdade, uma série de coisas... De certa maneira você percebia que o anarquista era um homem que se alimentava naturalmente, que fazia ginástica, levava um tipo de vida especial. Mas as ideias perderam poder, pelo menos nessa fase da história, de 1950 até a Revolução de 68, perderam muito de seu poder. Sobre estas ideias foram sendo construídos modelos, opções políticas e toda a visão do mundo de caráter marxista – praticamente transformando a maior parte dos antigos anarquistas e socialistas.

Na fase da repressão, em que a vida política não se manifesta lá, e aqui muito pouco também, toda pessoa que tem uma preocupação de tipo político acaba caindo para o lado do marxismo organizado, junto do Partido Comunista da Espanha. E isso é quase uma fatalidade, porque a única organização que existe é o Partido Comunista... Tanto os anarquistas como os socialistas e os republicanos em geral não têm atuação; alguém se manifesta como antifranquista,

mas o processo dele começa e termina nesta manifestação. Enquanto que os comunistas são organizados, são ativos, defendem os presos políticos, a ruptura do regime na Espanha, têm atuação... São a força em evidência, um polo de atração natural... Então todo mundo que tem alguma preocupação de tipo político, só encontra um canal para manifestar essa vontade de fazer alguma coisa, que é a organização partidária de caráter marxista...

Bom... Então, a respeito do nosso passado anarquista, eu poderia te dizer mais uma coisa, que é a seguinte: a gente vê – pelo menos posteriormente, hoje para todo mundo isso é claro – que no aspecto da aplicação da teoria, o marxismo é um pensamento de caráter totalitário. Você percebe, ao mesmo tempo, que aqueles que chegam ao movimento marxista da “zona” anarquista, formam uma parte mais aberta para a crítica, menos formalmente exigente, sem aquela dureza própria do movimento revolucionário, um pouco mais flexível, mais branda... É um traço que me parece que vem daquela formação e acompanha as pessoas – as noções de liberdade, de direito, dever, interpretar, opinar... São pessoas tão dedicadas como as outras, mas com um enfoque um pouco diferente...

BOM... EU NASCI EM FINS DE 37, novembro de 37... Então foi seguramente a *visita* que meu pai fez à casa quando estava no *front*... Eu nasci em novembro de 37 em Bocairente, Valência... Éramos quatro irmãos e a gente permaneceu lá até passarmos para Alcoy porque onde nós morávamos as dificuldades de sobrevivência eram muito mais duras ainda – uma cidade maior permitiria alguma coisa mais... O meu irmão mais velho, o Antonio, acabou indo fazer o Serviço Militar em Alcoy, onde nós tínhamos uma grande parte da família. Aí ele encontrou trabalho, com a ajuda da família, e lugar para morar... E todos nós saímos de Bocairente e fomos para Alcoy... Isso eu acredito que foi em 48, 49...

Alcoy era uma cidade industrial, eminentemente têxtil, de má qualidade – o que se fazia na Espanha era aquilo – e todos meus

irmãos eram tecelões. Ao mesmo tempo, os dois do meio eram músicos – o sentimento artístico dos valencianos com relação à música é muito forte, é a paixão de Valência – e tentavam compatibilizar o trabalho em fábrica com a música. Apesar disso, a gente não conseguia praticamente nenhum tipo de perspectiva de vida... Eu lembro que à época era comum trabalhar-se 14, 15 horas por dia... Quando você trabalhava o período normal, que geralmente era de 12 horas na fábrica, fazia horas extras em pequenos teares para ganhar alguma coisa mais – um trabalho quase artesanal, em teares movidos à mão... A vida econômica era extremamente deficiente...

Diante da falta de perspectivas, meus dois irmãos mais velhos, em 55, decidem emigrar... Depois de muitas gestões, perguntas, se consegue que eles dois venham para o Brasil, aqui para São Paulo. Instalam-se aqui na Mooca, trabalham como tecelões, na antiga fábrica Crespi, e nós ficamos à espera de que eles acumulem um mínimo para pagar a nossa viagem pra cá... Nesse intervalo, o terceiro irmão se casa e a minha mãe e eu somos chamados, um ano depois, por Antonio e Vicente, os dois mais velhos que vieram na frente.

Vimos para São Paulo. Morávamos na Mooca, ninguém era casado na época... Meus irmãos mais velhos já tinham uma idade avançada quando casaram – que é outro traço característico, não sei se isso foi bom ou ruim, nem sempre casar cedo é bom, mas todos eles tiveram a vida retardada em função dos problemas de caráter histórico...

Eles chegam em 55, minha mãe e eu chegamos em 56, e o meu irmão, a mulher e a família chegam em 58, custou mais a trazê-los... Todo mundo começa a trabalhar... Eles trabalham como tecelões, o terceiro quando chega vai ser tecelão também e eu trabalho num escritório – eu não sei fazer nada, só sabia escrever alguma coisa, então eu trabalho num escritório. A gente leva esta situação, a família praticamente sem sair da “casa familiar”, até o ano 66, por aí, quando um deles casa; em 68 caso eu e em 69 casa meu irmão Antonio, que tem 12 anos mais do que eu – ele casa depois de mim ainda... E aí começa a decadência da indústria têxtil, tradicional, ultrapassada,

que tecnologicamente não significa nada e eles vão perdendo todas as possibilidades de viver com isso... Então um faz um pequeno negócio, entra para um pequeno negócio, outro constrói uma casinha... E eu nesse período começo a estudar e consigo me *independe*r de toda essa história...

Na Espanha, eu estudei até os 18 anos – trabalhava durante o dia, mas estudava à noite... Em última instância, como a gente não tinha muito dinheiro, a possibilidade dependia do esforço adicional que eles faziam para eu poder estudar, senão não dava... Então eu estudei lá até os 15 anos durante o dia, depois comecei a trabalhar até os 18, quando vim para cá... E aqui eu passei dos 18 até os 29 praticamente sem estudar coisa nenhuma, só com atividades políticas e sociais lá no Centro Democrático... Trabalhando e fazendo atividades de caráter político, de caráter cultural, social, lá no Centro Democrático...

Aí, pouco antes de casar – isso aí já depois do golpe de 64, bem depois, em 67, 68 – trabalhando, eu começo a estudar: faço Madureza Santa Inês, faço cursinho e faço Economia... Depois disso aí, eu permaneço na USP, dando aula na Faculdade de Economia, e faço Pós-Graduação em Teoria Econômica e em Ciências Contábeis lá mesmo... Hoje eu trabalho em banco, sou diretor de um banco...

Bom, minha vida é essa aí... A deles eles fizeram um monte de coisas, conseguiram pelo menos refazer a vida, numa base econômica mais estável, mais tranquila... Não vale a pena pensar numa mudança de vida, para fazer novamente o que nós fizemos, é uma experiência de vida que a gente foi de certa forma empurrado a fazer... Ninguém está decepcionado com a terra que nos acolheu, mas o sacrifício cultural e social que representa essa mudança, só imposto mesmo, isso não pode ser voluntário... Enfim, essa é a nossa vida...

EU ESTOU AQUI DESDE 56 e formei parte de uma imigração com traços de imigração política e econômica: a minha família foi uma das milhares de famílias da Espanha que perderam a Guerra; nós perdemos

o nosso pai... A segregação dos derrotados é um traço muito forte da Espanha na década de 40 e só vai ceder um pouco lá pelo final da década de 50. Então nós temos aí pelo menos duas décadas de uma polarização muito forte e portanto falta de condições não só políticas – que evidentemente não existe nenhuma –, como também econômicas, porque diante da crise econômica no fim da Guerra e durante a segunda Guerra Mundial, até se reconstruir um pouco a base econômica da Espanha, ocorre um processo em que os perdedores perdem em todos os sentidos: politicamente e economicamente... E é isso que vai provocar, será o *leit-motif* da saída da população espanhola em grande quantidade na década de 40 e sobretudo de 50 em diante...

A relação histórica da Espanha com o Brasil em termos de imigração se prende quase exclusivamente à relação de tipo econômico: a falta da mão de obra para o café, no século XIX e assim por diante. Você pode notar isso, se fizer um levantamento da presença de descendentes hispânicos no Brasil, pelo fato de que a procedência geográfica desta imigração está concentrada de um lado em Galícia e de outro na Andaluzia. E estas duas regiões, uma no noroeste espanhol, lá em cima de Portugal, e outra no sul da Espanha, são regiões de condições sociais muito problemáticas... Então, esta é a relação Espanha – Brasil sobretudo anterior a esta fase recente...

Logo após a Guerra Civil, eu acho que você vai encontrar eventualmente algum caso isolado de imigração política no Brasil, por muitos motivos... Aquela imigração massiva de causas eminentemente políticas, como forma de fuga da repressão no final da Guerra Civil, ocorre ou para alguns pontos europeus ou para os países de língua espanhola. Na Europa, as pessoas permanecem sobretudo na França e na Bélgica, ainda na luta da Segunda Guerra Mundial, mas o grosso da imigração política, no fim da Guerra Civil, se desloca para os países de língua espanhola – onde você vai encontrar seguramente no México, Argentina, e por aí... São grandes polos de atração porque culturalmente são nações mais desenvolvidas e politicamente têm um processo de evolução, de maturação mais rápida...

No caso por exemplo de México, há uma relação histórica e política muito intensa com a luta dos republicanos contra o golpe fascista. O México foi o único país que por décadas depois do fim da Guerra continuou formalmente reconhecendo o governo republicano no exílio... Então, a imigração culturalmente mais desenvolvida vai para o México e a oposição derrotada politicamente vai a México e também ao Uruguai e Argentina sobretudo, porque há proximidade de língua, de tradições e de ligações ancestrais... No caso do Brasil, esta imigração é muito pequena... Então a relação Brasil-Espanha, por todas estas coisas que estou te dizendo, em termos de acolhida de imigração política é muito pouco...

A vinculação entre o fluxo e o refluxo da imigração espanhola ao Brasil acontecem nitidamente ligados à crise econômica europeia em geral e espanhola em particular, da década de 50 e 60, e ao mesmo tempo à reconstrução da vida econômica da Espanha e às tendências da configuração da nova Comunidade Econômica Europeia, que começa a abrir algum tipo de opção econômica, estando mais perto dali... Então, há um fluxo da década de 50 seguramente, que deve ir até a metade da década de 60: uns dez anos em que há a saída de um grande número de espanhóis e nesta fase um dos destinos mais fortes é o Brasil...

Por outro lado, isto se liga, a partir de 55, com o programa de metas de JK, com o esforço de implantação de indústria automobilística, onde se encontra uma grande quantidade de mão-de-obra bastante qualificada, espanhola. Então há um fluxo migratório muito forte na metade da década de 50, de cunho muito diferente do anterior: ele vai para a área urbana, vai para o ABC – são técnicos, são mecânicos, são desenhistas, projetistas, torneiros; mão-de-obra qualificada quando falta essa mão-de-obra no Brasil. Então, a origem de toda essa indústria automobilística é uma história ligada sem dúvida a esta imigração, que tem como raiz direta a causa econômica, mas que ao mesmo tempo se sente frustrada nas suas perspectivas de construir uma vida na sua terra e portanto fica mais ou menos enrijada politicamente numa luta antifranquista.

Ao mesmo tempo, o franquismo, que você sabe que se perpetuou por 40 anos, continua com seu caráter altamente repressor numa fase de distância temporal muito grande do fim da Guerra... Terminou aquilo em 39, estamos no começo de 60 e continua tudo do mesmo jeito, são 20 anos... E isto desperta uma série de posicionamentos políticos por parte da sociedade espanhola, passando a se tornar pouco clara a linha divisória entre vencedores e vencidos... Porque todo mundo começa a sentir uma falta básica de liberdade e de condições econômicas, e ocorre um processo de confluência dos pontos de vista da sociedade espanhola, por cima da linha divisória da Guerra Civil.

Bom, esta imigração que vem então para São Paulo, é um movimento de caráter eminentemente econômico, mas também tem conotação política – por opção política das pessoas, não que tenham abandonado a Espanha por razões políticas... E esta dualidade da questão econômica e da questão política se transfere também às formas de organização da coletividade espanhola em São Paulo, a partir da metade da década de 50.

Você começa a ter algumas agremiações que são de caráter puramente recreativo, pretensamente cultural, e que direta ou indiretamente mantêm certas relações com o poder – através de consulados, de benefícios concedidos pelo governo... E, fundamentalmente, o Centro Democrático Espanhol – mas não só, seria muita pretensão dizer que seria o único centro de caracterização política – mas o Centro Democrático Espanhol que congrega o que há de mais aguerrido no terreno político.

O CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL, você deve ter ouvido falar, era uma instituição que inicialmente se chamava *Centro Gallego* – um centro regional que nasceu antes da Guerra Civil, para a acolhida de imigrantes, sobretudo procedentes de Galícia... Já na época da Guerra Civil, ele provoca a solidariedade ativa daqueles emigrados econômicos que estavam no país e que eram descendentes de famílias

que tinham chegado inclusive muito antes... Ou seja, não é que aranca dos anos 30 não... Vem de antes, pois a presença hispânica é bastante forte em termos econômicos. Nesta associação, você nota que há uma série de atitudes ligadas ao desejo de apoio para o lado dos republicanos...

Posteriormente, com a chegada de uma imigração econômica e politizada também, durante a década de 50, estes imigrantes convivem com aqueles formadores do antigo Centro Galego e surge um centro com características políticas muito mais acentuadas, de caráter reivindicativo, político, de apoio no exterior – mas de pouca prática, evidentemente... A grande fase de atuação política do Democrático vai de 55, vamos dizer assim, até alguma coisa praticamente depois do golpe de 68: Até 73, 74, 75, e aí realmente esvazia-se um pouco toda essa situação...

Então, este germe de crescimento desta associação de caráter político, tem como base o sentimento democrático dos velhos imigrantes, reforçado pela chegada massiva de imigrantes nos anos 50, em que a Espanha, com o plano de estabilização econômica, começa a lançar muita mão-de-obra ao resto do mundo.

Esse Centro Democrático Espanhol – você já deve ter levantado uma série de dados a respeito do assunto –, é uma organização que apoia ativamente os presos políticos, que faz manifestações públicas em São Paulo, que se organiza para atuar dentro da Espanha – e participa praticamente enviando para a Espanha alguns quadros que consegue formar no Brasil, na época do franquismo... Existe uma vinculação muito direta com determinadas formas de organização dos imigrantes, sobretudo na América Latina: Uruguai, Argentina e mais distante México, que realmente tem outra característica.

O Centro Democrático Espanhol tem uma mudança que ocorre quando ele passa da rua Monsenhor Andrade, no Brás – onde era *Centro Gallego*, numa saleta, lugar modesto, com pouca gente – para a rua da Figueira, lá no parque D. Pedro II... Isso ocorre em 61, e de 61 a 75, permanece na rua da Figueira... Esta é a fase áurea do Centro Democrático, o momento de maior brilho, de maior projeção do

Centro... O que era Centro Galego adquire forte conotação política, até com a mudança do nome... Então ele se chama *Centro Gallego* – Centro Democrático Espanhol.

A partir desta época, o Centro tenta uma ampliação de caráter nacional para acolher todo mundo e já em 62 consegue ser o local ao redor do qual se estabelece o contato dos Centros semelhantes a ele existentes nos grandes locais da imigração na América Latina... Ele é o *link* entre São Paulo, Brasil, Buenos Aires, Montevideú. O caráter é essencialmente político, de ajuda à luta antifranquista na Espanha. Não é o único centro que faz isso, o Centro Hispano-Americano tem momentos em que faz alguma coisa destas... A Sociedade Brasileira de Socorros Mútuos, que hoje é o único centro espanhol existente, tinha conotação da velha imigração espanhola, eminentemente republicana, só que não tem atuação... O que eu quero deixar patente é que o sentimento democrático não é alguma coisa que esteja concentrada em algum lugar, estava espalhado, mas em alguns lugares se manifesta esse sentimento...

E o *Democrático*, a partir de 62, então, começa a ser uma espécie de eco das coisas que estão acontecendo na Espanha... Uma greve mineira em Astúrias, aqui se faziam pichações por toda a parte; eu lembro quando estava se chamando a greve geral da Espanha em 62, a gente colava o jornal *Democracia Espanhola* na Av. Rangel Pestana, na Vila Maria, na Av. do Estado – era um jornal feito aqui, pela imigração política... Era uma tentativa de que o problema espanhol fosse ao menos reconhecido, tivesse alguma repercussão aqui dentro.

Organiza-se em São Paulo – isso é um fato muito importante nesse processo da imigração – o chamado Primeiro Congresso Intercontinental de Apoio aos Presos Políticos Espanhóis, que ocorre acho que no ano de 60, na Faculdade de Direito do largo São Francisco, e onde estão presentes tanto políticos como imigrados espanhóis de todo o mundo, principalmente do México pra baixo... Tem gente do Chile, do Peru, do México, da Argentina, do Uruguai... E se faz aqui um grande congresso, acho que foi em 60, com a presença inclusive

de senadores do Uruguai, figuras políticas do Chile que posteriormente tiveram grande importância no governo da Unidade Popular de Allende... Foi o primeiro movimento em nível mundial de apoio formal à luta dos espanhóis contra a ditadura... Começou aqui, nos anos 60... Depois houve muita coisa, muito mais importante, mas o germe, o início da coisa, foi aqui, nos anos 60...

Exatamente porque grande parte da imigração da raiz do fim da Guerra, a parte cultural, social e politicamente mais importante, estava na América Latina – na Argentina, no México, no Uruguai – então o pessoal vem pra cá e aqui se faz esse primeiro congresso de apoio...

Se faziam grandes atos políticos... Um dos momentos mais evidentes é a presença no Brasil de um prisioneiro que é uma espécie de símbolo da resistência, chamado Marcos Ana... É um rapaz que quando começou a Guerra tinha 15 anos, aos 16 foi preso e saiu com mais de 40 anos da prisão! Você imagina o que é uma vida na prisão! E ele sai, depois de uma grande pressão de movimentos democráticos em todo o mundo sobre o regime franquista, que se vê obrigado a deixá-lo em liberdade vigiada... Então liberam Marcos Ana – o nome dele não era esse; Marcos era o nome do pai, Ana era o nome da mãe, então ele assume esse nome porque escreve poesias. E ele vem aqui visitar a comunidade espanhola, como forma de aglutinar, despertar... É um momento muito importante, Marcos Ana é recebido por políticos em todos os lugares, é um símbolo do sofrimento dos antifranquistas...

Depois disso aí, tem o episódio de Julián Grimau, que é um dirigente do Partido Comunista, responsável pela organização na Espanha e que era perseguido desde o fim da Guerra... Ele é preso, em Madri, é torturado e pensa-se – isto é comentário da época – que diante do medo da polícia que uma sessão de tortura tenha matado o Julián Grimau, uma figura conhecida, jogam-no pela janela do segundo andar da Detenção de Madri. Ele cai, fratura o crânio mas não morre. E o governo abre um processo contra ele, a acusação é *rebelião continuada*... Do fim da Guerra até agora, passados 23 anos do

fim da Guerra, ainda assim acusado de rebelião continuada! Fazem um simulacro de julgamento, um tribunal militar; o mundo inteiro se coloca a favor de Grimau, que é condenado à morte e é fuzilado... Isso em 62 ou 63... Então, o Centro tem uma participação fortíssima na mobilização da opinião pública, com manifestações de rua, atos políticos... Os demais centros e todos os partidos eram chamados, mas sempre quem deu apoio foram os mesmos...

Há um episódio mais aí... A época, você pode pesquisar, está em todos os jornais, deve ter sido 63, por aí. Foi aquele episódio do Santa Maria, um transatlântico que saiu da Venezuela pra Espanha e em pleno Atlântico foi dominado por um grupo de espanhóis e portugueses antifranquistas e antissalazaristas, sendo desviado para o Brasil, para perto de Recife... Foi um golpe mundial! Você capturar um transatlântico, não é todos os dias que se faz! Isso era uma forma de propagação do irredentismo do pensamento, da ação democrática na península ibérica, e foi uma coisa que teve repercussão mundial. O pessoal acabou chegando a São Paulo e foi um momento muito importante da ação política – se bem que eu tenho que dizer que avaliando à distância o acontecimento, não sei se a posição que nós tomamos foi correta. Nós, eu diria, o ramo político mais à esquerda, porque o Centro Democrático nunca foi unanimidade em nada, era sempre uma entidade aberta à participação das pessoas, quase todos próximos do mesmo pensamento. Mas eram pessoas diversas... E eu lembro que o Partido Comunista na época se insurgiu contra esta ação dizendo que um dos elementos que participou da captura do Santa Maria era da guarda pessoal de Franco, denunciando essa ação como uma provocação do franquismo – coisa que não tem sentido nenhum, o que poderia ganhar o franquismo fazendo uma coisa dessa? Isso a gente vê muito mais tarde... Esse assunto provocou uma divisão do *Democrático* e todos os comunistas da diretoria foram expulsos, numa assembleia que teve!

Evidentemente, ali há por um lado o brilho da ação internacional e por outro uma luta difícil, sofrida, dentro da Espanha – naquela época as minas estavam em greve e não se falava nada do sacrifício

dos mineiros, da repressão, enquanto que desse episódio se falou em todo o mundo... Eu acho que é um pouco de frustração, porque o movimento real não se divulga e o movimento que tem menos valor em termos de perspectivas, acaba tendo todo o apoio... Isso você tem no *Estado de São Paulo*... O editorialista do *Estado de São Paulo*, acho que seu nome era Miguel Urbano Rodrigues – um português que depois foi diretor do jornal do Partido Comunista em Lisboa – foi o único jornalista que conseguiu entrar no transatlântico; fez reportagem de primeira página, em 63, por aí... Você vai encontrar nas coleções do *Estado*, sem dúvida...

A ligação do *Democrático* com o Partido Comunista era uma ligação que dependia de votações das assembleias, não havia nenhuma ligação concreta. Mas o Partido Comunista era a única organização atuante, por definição *organizada*, que definia políticas, o que deveríamos fazer no *Democrático*... Muitas pessoas da diretoria eram ligadas ao partido, de onde a posição política que o Centro muitas vezes assumia era a posição do Partido Comunista... Sem dúvida isso ocorreu... Agora, é importante que se diga que isso ocorreu porque o Centro era democrático não somente no nome: a gente fazia assembleias, fazia reuniões e as decisões se tomavam sempre por maioria... As pessoas da diretoria tinham que ser definidas publicamente nas assembleias e reuniões...

Eu fui Secretário-Geral da organização de 62 até 68 mais ou menos – com intervalos, não foi sempre... A gente coordenava as atividades dos jovens; tínhamos uma atividade cultural muito forte, de teatro, de folclore espanhol, de recitais de poesia – sempre com conteúdo político... Divulgávamos teatro dos tempos recentes, demos a conhecer aqui uma série de autores que a maioria dos imigrantes não conhecia... Uma série de coisas de caráter cultural e político...

Bom, então os grandes episódios políticos que eu lembro, do tempo que eu participei, foram: aquelas pichações levantando o problema da resistência dos trabalhadores da Espanha; o Congresso do ano 60, que se fez nas Arcadas; depois o caso de Julián Grimau; a vinda de Marcos Ana; o caso do transatlântico... E além disso aí,

evidentemente há uma difusão cultural muito forte, que deu um certo conteúdo à presença espanhola, que passou a ter alguma coisa mais palpável em termos de razão de ser, de estar em São Paulo... Eu não conheço a ação da colônia espanhola fora de São Paulo, mas enfim, acho que o aspecto mais político, mais ativo, mais presente em todo o Brasil, ocorreu sempre em São Paulo, sem dúvida...

DEPOIS DESSA ÉPOCA, teve muita gente que voltou, porque a motivação era evidentemente econômica e ao mesmo tempo que as condições econômicas começam a apertar no Brasil, começam a se tornar mais viáveis na Europa, devido à Comunidade do Carvão e do Aço inicialmente e depois à Comunidade Econômica. Assim, esta mão-de-obra espanhola não muito qualificada – ou mesmo qualificada, com condições de ganhar mais dinheiro com trabalhos não qualificados nos países europeus próximos da Espanha – prefere ir para lá. E aí há um refluxo, há uma volta que é evidente da partir de 65 em diante.

É difícil definir-se a motivação das famílias, das pessoas, sobretudo num mundo pequeno que é o mundo das tuas relações – você seguramente terá condições factuais mais definitivas... O que eu posso te dizer é que uma boa parte da imigração, aquela que conseguiu se estabelecer economicamente de alguma forma, permaneceu... Porque é muito difícil você ter que refazer a vida num país longe da sua terra e depois, quando você conseguiu montar uma estrutura sócio-econômica, pensar novamente em voltar... Pensar eu acho que se pensa, a dificuldade está em se realizar a ideia, pois é o problema de recomençar a vida... É uma tragédia o que significa para o ser social ser arrancado um tanto violentamente, não por opção própria, do seu meio cultural, e ser jogado em outro meio, por mais acolhedor que seja esse meio, por menos segregador que seja, por maior cordialidade que exista entre as pessoas... É uma tarefa de Hércules você conseguir refazer as coisas, você se sente sempre falsamente implantado no lugar...

Eu acho que todos nós, espanhóis que estamos já bastante tempo aqui, nos sentimos um pouco da seguinte maneira: nós não somos mais espanhóis – quem está há 30, 40 anos num país, quando volta para a Espanha é visto como um estrangeiro: fala de uma maneira diferente e não tem seguramente o enfoque diante dos problemas sociais que tem um europeu, porque é uma mistura de culturas e de línguas que você foi construindo. E aqui, mesmo que você não seja segregado, você é notado instantaneamente pelos parceiros por ser um estrangeiro! Então você não é *nada* mais... Isso é uma tragédia... Por isso que o esforço cultural, o esforço de arregimentação desses centros que conseguiram de certa maneira atrair a população que tinha uma origem comum, tem uma importância extraordinária, pois permitiu viver, sem ruptura demasiadamente acentuada, uma nova cultura...

EU PODERIA TER VOLTADO PARA A ESPANHA, mas há um problema que é o seguinte: eu tenho três filhos e iria fazer com eles, se o núcleo familiar mudasse, o mesmo que aconteceu comigo, o que é uma experiência muito traumática... Se eles quiserem mudar, se quiserem fazer da vida deles qualquer coisa que seja possível, eles vão decidir por si mesmos... Mas eu agarrar todo mundo e mudar, fazendo com que eles se sintam um produto híbrido de uma situação diversa, eu não quero fazer isso...

Esta é uma razão, eu diria que a razão nobre... A razão *Sancho Pança* é outra: é que eu já tinha feito toda a minha vida profissional no Brasil, em São Paulo, e já estava bem posicionado quando as coisas vieram a ocorrer na Espanha... O meu nível pessoal de preocupação política, de participação, evidentemente estava noutra patamar... E eu não gostaria que isso soasse a cinismo não, mas a gente, a uma certa quadra da vida, está disposto a fazer qualquer tipo de sacrifício sem medir os custos e sem esperar nenhum retorno... E a vida se encarrega de ir colocando as coisas mais enquadradas nos seus lugares, no sentido de que a última coisa que eu faria seria me transformar

num ser não solidário, não preocupado com a sorte das pessoas, com a sorte da gente em geral, da sociedade... Está longe de mim, eu tenho certeza que isso não acontecerá nunca comigo... E outra coisa é um nível de envolvimento, de exclusividade que você concede a esta ação, praticamente em detrimento do seu próprio dia-a-dia...

Então, eu acho que tem duas razões, uma que eu estava instalado econômica e profissionalmente e tive grandes satisfações de estar nesta terra... Além disso, se eu tinha algum problema por ser estrangeiro no Brasil, ia ter por voltar à Espanha... E por fim eu não queria impor nenhum tipo de vida que não fosse livre escolha também daquelas pessoas que nasceram aqui... Então, é uma mistura de coisas, de caráter egoísta umas e outras pela experiência própria, que nem sempre é boa...

Esta é a contradição a que a gente se referiu um tempo atrás... Quem voltou e quem não voltou: voltou quem quis e pode e ficou quem quis ficar ou não pode sair... Eu digo isso porque durante muito tempo eu falei: “Eu não volto por causa de Franco...” Quando Franco morreu, eu não voltei, então não era verdade... Isso é uma forma de eu dizer pra mim que eu gostaria que fosse assim, mas não é verdade: eu não era um emigrado político, era um emigrado eminentemente econômico, que me transformei num emigrado político como todos nós nos transformamos às vezes, vamos evoluindo... E vamos nos transformando em pessoas que têm uma visão do mundo mais complexa... E me transformei numa pessoa de atuação política, mas eminentemente eu era um emigrante econômico; não voltei porque não quis – o que não significa que em algum momento da minha vida eu não acabe voltando...

Eu já voltei à Espanha várias vezes e isto reforça algumas coisas que eu disse... Você voltar depois de 20 anos, na sua família já tem gente que você não conhece, nasceram depois, e o conceito de família ainda é uma coisa poderosa, forte... Todo mundo te recebe, reúne a família inteira para ver o primo, o sobrinho que foi para a América faz 20 anos, sabe? É uma coisa interessante como são fortes os liames familiares...

Bom, minha vida é essa aí... Quem vai fazer o trabalho em realidade é você... Eu apenas acho que se alguma coisa acabasse aparecendo um pouco distorcida do meu pensamento, do que eu tentei te contar, eu ficaria um pouco frustrado... Mas eu reconheço teu pleno direito de ouvir tudo o que eu disse... O que eu disse provavelmente eu diria outra vez, tudo...

---

# Pablo Briones Revilla

---

Nascimento: Madri, Castela León, 1928

Imigração: 1955

Entrevista: 25 de fevereiro de 1992

*Eu me interessava pelas coisas que aconteciam;  
eu sei que as coisas não acontecem por acaso. [...]  
Então, eu sempre procurei ler...*

BOM, EU VOU PROCURAR FALAR O *PORTUNHOL* O MELHOR POSSÍVEL... Meu pai era natural da região de Burgos, de *Castilla la Vieja*, uma região muito dura, muito fria, onde a vida era muito difícil. A única forma de se livrar de trabalhar no campo era saindo de lá e uma solução que eles encontravam era estudar para padre: livravam-se do trabalho no campo, tinham uma possibilidade de estudar e depois teriam uma vida pelo menos resolvida.

Então meu pai foi ser seminarista durante cinco anos em Burgos; depois ele viu que não gostava muito da ideia, saiu do seminário e foi trabalhar na ferrovia. Foi para a cidade de Madri e depois foi destinado para a cidade de Cáceres, na Estremadura. Eu nasci em 1928 em Madri, fiquei em Cáceres de 29 até 34.

De lá, mandaram ele para Fuenlabrada, uma cidade pequena a doze quilômetros ao sul de Madri, pegava uma parte da Grande Madri. Eu estava com seis anos, em 34, 35. Eu me lembro que nós morávamos numa casa encostada na ferrovia que vai para Portugal; meu pai era capataz de obra, cuidava da manutenção da ferrovia.

Naquela época todos ferroviários eram de tendência de esquerda, o movimento no mundo inteiro era um movimento socialista de reivindicações de melhores salários, de menos horas de trabalho, de escola, de assistência médica... Como a Espanha ainda tinha uma economia baseada na agricultura – e uma agricultura bem arcaica, praticamente medieval –, ser ferroviário era um status.

Essa época me marcou muito por causa do início da Guerra Civil Espanhola... Me marcaram aqueles comícios dos líderes da esquerda que eu assistia com meu pai, são acontecimentos que saem fora da rotina do dia-a-dia... A primeira notícia que eu me lembro de ter visto foi do Azaña – ele foi um dos presidentes da II República; foi a primeira vez que ouvi um rádio, com seis ou sete anos, na época em que o rádio estava começando... Aquela caixa falando me chocou!

Minha mãe era católica – a maioria das espanholas era – e eu às vezes ia à missa, mas não me sentia bem na Igreja. Não me sentia bem porque a gente vivia na comunidade dos ferroviários, onde a maioria tinha uma tendência de esquerda e eram ateus. Meus amigos caçoavam de mim, me chamavam de “monárquico”... Eu tinha sete ou oito anos e não gostava de ir.

Quando começava a Guerra Civil, tinha uma capela fora da cidade que foi saqueada, quebraram tudo. Aquilo me marcou muito porque eu senti que todos aqueles santos e anjos pendurados, aquele Cristo, aquela Virgem, eram de gesso! De gesso e ossos!

Eu ia com a minha mãe naquela igreja bonita e o padre, o altar, de certa forma me impunham respeito. Mas a partir do momento que eu vi que aquilo era de gesso! Eu não posso imaginar o que eu sentia que aquilo devia ser, não sei. Mas era gesso, você pisava e quebrava, inclusive nós amarramos uma corda e puxamos um Cristo lá, como crianças, não tinha valor nenhum. Todas aquelas imagens, todo aquele misticismo, de repente quebraram-se de uma vez e perderam todo o significado que podiam ter. De qualquer forma naquela época eu já sentia que não aceitava aquela ideia; como representavam a criação do mundo, Adão e a costela, eu não aceitava isso.

Na Espanha havia dois problemas: por um lado, a Igreja sempre dominou o país; por outro lado, os militares, através de ditaduras, também sempre dominaram a Espanha. Então a solução naquela época era uma Guerra tanto do *campesino* como do povo em geral, como uma forma de se libertar daquele jugo, daquela opressão que existia há tantos anos, ou séculos, quando já havia países na Europa que estavam bem mais industrializados, com condições de vida bem melhores. A Espanha se manteve até não faz muito tempo, junto com Portugal, naquele misticismo, dominada pelo Clero e pelos Militares. A Espanha praticamente tinha mais militares, freiras e padres do que gente!

Na Espanha estabeleceu-se a República através de um movimento de Frente Popular, uma união das esquerdas: o Clero não ia perder aquele privilégio que tinha dentro do país, inclusive porque a

Igreja era financiada pelo Estado. Os militares também tinham todas as regalias e o povo, sem escola, com 45% de analfabetos, estava na miséria. No entanto aqueles analfabetos tinham um senso político, tinham uma consciência política.

Então começou a Guerra, em 36, no mês de julho. Eu lembro que passavam aqueles trens carregados de milicianos indo para a frente, entusiasmados para ganhar a Guerra. As forças de Franco foram avançando e nós fomos evacuados para o leste de Madri, mais ou menos a cinco quilômetros do centro, do lado oposto de onde estava o *front* – na Cidade Universitária, Casa de Campo e o rio Manzanares. Franco chegou lá no final de 36 e manteve-se lá praticamente por dois anos e meio. Nós ficamos os três anos deste lado, onde éramos bombardeados pela artilharia.

Nós éramos em cinco irmãos em casa, eu era o segundo em idade. Meu pai foi trabalhar numa estrada de ferro que iam fazer para evitar que os trens que saíam da estação de Atocha passassem perto do *front*, onde eram bombardeados. Essa estrada era pra ser feita em três meses, mas no fim terminou a Guerra e quase não foi concluída. Ele passou o tempo todo da Guerra na ferrovia, não foi para o *front* porque a ferrovia era militarizada.

Nós ficávamos em casa sozinhos... Naquela época as crianças de Madri eram evacuadas – saíam trens inteiros com crianças que os pais mandavam para o Levante espanhol, que era menos castigado pela guerra, sendo acolhidas por outras famílias. Eu não fui mas gostaria de ter ido porque eu sempre gostei de viajar, até hoje, mas em casa não me deixaram. Meus primos, amigos, todos foram para lá, foram muito bem acolhidos, formavam parte da família e continuavam escrevendo para os pais. Tem muitos conhecidos que estão aqui no Brasil que foram evacuados.

A Guerra é um acontecimento que marca muito; eu via aqueles combates aéreos e no começo sentia muito medo, era um acontecimento novo. Mas depois de algum tempo você se acostuma, vira cotidiano. Seria como um caipira que vem do interior para São Paulo, nunca viu um automóvel, vem de uma cidade tranquila onde só tem

boi ou cavalo e de repente se encontra na Av. São João, ou na Radial Leste; ele fica apavorado, no começo demora meia hora para atravessar a avenida, mas depois se habitua e anda no meio dos carros, desafiando o perigo.

A guerra é algo mais ou menos parecido, você se acostuma... No começo, quando vinha o avião bombardear Madri, todo mundo corria para os abrigos subterrâneos. Mas depois de algumas vezes, você sabia que se o avião estava longe a bomba não caía aqui, então a gente ficava assistindo. Os aviões eram muito lentos naquela época, eram *Junkers*, alemães, de três motores. Às vezes tinha a artilharia ou aviões de caça que saíam ao encontro deles, então descarregavam o material de qualquer maneira pra poder fugir. Isso existe agora em filmes de guerra, mas era real e a gente se acostumava!

A gente dormia vestido com a roupa, porque quando vinham bombardear, soava o alarme e tínhamos que sair correndo – à noite geralmente bombardeavam com artilharia, então nem havia condições de saber que local seria atingido. Mas algumas vezes acontecia também de bombardearem com avião de madrugada, já clareando, ou mesmo de noite, então a gente dormia vestido. Às vezes estávamos jantando e tínhamos que sair correndo para entrar nos abrigos.

Durante a Guerra, era tudo racionado: tínhamos uma caderнета e só podíamos comprar o que tinha: melancia, melão, feijão, azeite, para todo mundo igual. E praticamente todo mundo ganhava igual: os que estavam na Guerra ganhavam 10 pesetas e os que fabricavam bombas, na retaguarda, ganhavam o mesmo. O dinheiro não tinha grande valor porque você não tinha o que comprar, não tinha nada.

Eu lia todo dia o noticiário que saía nos jornais. Eu aprendi a ler em casa, com meu pai, porque onde eu morava, na Estremadura, não tinha escola. Quando eu voltei para perto de Madri comecei a ir à escola, mas por pouco tempo; já em Madri, existiam as escolas republicanas, acontece que a gente estava na aula e tinha que sair correndo porque vinham bombardear. Então a gente torcia pra que viessem bombardear pra gente sair da escola e ficar o dia inteiro rodando por aí!

Eu me interessava pelas coisas que aconteciam; eu sei que as coisas não acontecem por acaso. Eu sempre achei que a Igreja era alguma coisa para o povo ter onde se apegar, seja a Igreja Católica, seja a Protestante ou qualquer outra religião. É uma forma de se descarregar os problemas, mas não de uma forma que os resolva. Inclusive eles não admitiam que você pensasse diferente da base da doutrina católica e como a Espanha era um país com 45% de analfabetos, principalmente as mulheres, aceitava-se isso.

Mas eu nunca me conformei, achava que a igreja não esclarecia aquilo que eu realmente queria saber com relação a porque nós estamos aqui, à evolução; eu não aceitava que a vida surgisse de uma forma espontânea. Então, eu sempre procurei ler, indo nas bibliotecas que o governo republicano construiu por todas as cidades, todos os bairros, onde a leitura era diferente. A vida, as soluções e a evolução das espécies eram encaradas de uma forma mais científica, deixando de lado o espiritual ou religioso. Naquela ocasião eu li tudo o que eu consegui ler, sobre descobrimentos científicos, viagens de exploração, de descoberta...

Bom, passaram-se três anos e chegou um momento que a gente já estava desejando que a Guerra terminasse, de uma forma ou outra, porque achamos que terminando a Guerra acabariam também os bombardeios, os racionamentos... Mas apesar disso tudo eu gostaria que tivesse ganho a esquerda, porque era uma luta de classes, uma luta de sobrevivência, para sair daquela escravidão que a gente vivia – se bem que na minha casa, meu pai como ferroviário tinha um salário pequeno e comida não faltava, mas havia a luta pela sobrevivência do resto da população.

**BOM, AÍ ACABOU A GUERRA:** no dia 28 de março de 1939 entraram em Madri, a última cidade a cair. Franco prometia mil coisas e a gente ficou iludido, pensamos que ele realmente fosse cumprir as promessas; achamos que não teríamos mais problemas, que teríamos fartura de tudo... No mês de abril nós fomos de novo para a cidade onde

morávamos antes da Guerra, Fuenlabrada, indo morar dentro de um vagão de carga porque não tinha casa, estava tudo destruído.

Na tarde do dia 4 de maio de 39 foram buscar meu pai: “Escuta, é pra você se apresentar lá no quartel da Guarda Civil...” – a Guarda Civil é uma instituição que existe na Espanha até hoje. Ele foi normalmente, eu o acompanhei, e quando ele chegou lá alguém falou: “Outro para o Colégio?” – que é como eles se referiam à cadeia. Eu vi ele entrar, voltei pra casa e ele ficou preso. Ele foi denunciado que pertencia ao Partido Socialista, que era vermelho, acusado nem sei bem de quê, porque ninguém sabe até hoje. Na verdade ele não chegou a ser afiliado a nenhum partido; muitos ferroviários eram filiados a partidos de tendência de esquerda, mas meu pai não era. Após a Guerra houve muita vingança, muita inveja; aquela gente, além de ter ganhado a guerra quis se vingar de tudo, então ele foi denunciado e foi preso.

A gente ficou morando naquele vagão não me lembro quantos meses, minha mãe e mais cinco irmãos. Eu tinha um irmão que depois foi internado numa clínica, porque tinha meningite, então ficamos quatro. Depois de um tempo voltamos pra Madri.

Meu pai esteve preso em Fuenlabrada, em Getafe – uma cidadezinha bem colada à minha – depois foi para Ocaña e para Madri, na *Cárcel de Porlier*, que era um colégio de padres que eles transformaram num presídio bastante ruim. Ele teve um julgamento sumário – colocavam dez num banco com um advogado de defesa militar – e foi condenado a seis anos de cadeia e um dia! Não o torturaram muito, mas ele contava as atrocidades que faziam na cadeia. Depois de Madri, ele foi para Tudela, mais para o norte, em Navarra.

Eu fui visitar ele diversas vezes na cadeia, às vezes indo a pé de Madri até Getafe, uns vinte quilômetros. Eu ia pela linha de trem com a minha mãe, ela levava um pacotinho com comida para ele, não sei se davam ou não davam. Em Tudela, ele ficou não sei se um ano ou dois, fazendo trabalhos forçados. Cada dia que ele trabalhava servia para diminuir a pena em dois dias.

Quando Franco ganhou a Guerra, o dinheiro que existia no lado Republicano ficou sem valor nenhum, todo mundo ficou sem um

tostão no bolso – foi pior que o Collor; o Collor ainda deixou tirar 50 mil cruzeiros! O único dinheiro que tinha valor eram as emissões de pesetas que Franco tinha feito, as notas emitidas pela Casa da Moeda antes de 30 e depósitos no banco anteriores àquela época, que praticamente ninguém tinha – além das moedas de prata, claro.

Em casa tínhamos duas moedas de prata, de uma peseta, então a partir daquele momento a gente ficou na maior miséria, em todos os aspectos: meu pai estava na cadeia, minha mãe tinha que ir lavar roupa, fazer limpeza nas casas e eu, com uma lata, um balde, ia buscar vidro, papel, carvão, no lixo, para conseguir algum dinheiro pra sobreviver.

Às vezes, para poder comer, eu tinha que ir a *espigar* – *espigar* é catar o trigo ou cevada depois que o dono da terra tinha mandado a turma dele limpar o que tinha ficado no chão após a colheita. A gente andava cinco ou seis quilômetros e mais seis pra voltar pra poder pegar um quilo de trigo, para moer e cozinhar com sal para comer.

A gente também ia nos *comedores* instituídos por Franco, que eram uns lugares onde davam de comer aos que não tinham condições – a gente comia lá mesmo ou levava pra casa, pois às vezes meus irmãos não podiam nem ir, porque eram pequenos e nevava muito. Nos levavam à assistência social, a palestras que dava um padre, falando que os vermelhos eram sanguinários, que estupravam as mulheres, uma série de coisas que eu não tinha visto na minha casa; meu pai não era nenhum santo mas vivia bem, trabalhava, e eu achava que aquele padre não tinha razão.

Aquilo me marcou muito e cada vez eu ia sentindo mais revolta contra uma situação que eu esperava que melhorasse mas no fim, pelo contrário, piorou, porque havia vencidos e vencedores: os vencedores tinham todas as regalias, os vencidos não tinham direito a nada. Só pelo fato de ter morado em Madri durante a Guerra, você já era considerado vermelho, mesmo que não fosse.

Eu tinha começado a ir a uma escola de franquistas, num grupo escolar lá perto de casa feito durante a República – nos quatro

anos que durou a República foram construídos 4000 grupos escolares. Franco fez uma cadeia daquela escola, meteu os presos lá, depois tiraram e ficou como escola. Mas eu tive um problema com um professor que me deu uma bofetada porque meu pai estava na cadeia e ele dizia que a gente não merecia nem ir na escola, então eu nunca mais fui na escola, pela raiva que eu tinha.

Eu também ficava cada vez mais revoltado com a Igreja e principalmente com os padres; eles predicavam a religião e o bem mas não agiam assim. Eu tive que ir à catequese, mas fui expulso. Depois, quando davam roupa – isto foi em novembro de 39 – eu entrei de novo, puseram-me pra fora; eu entrei de novo, peguei a roupa, puseram-me pra fora de novo; aí achei que eu não devia mais ir na Igreja, porque meu pai estava na cadeia e para mim os *curas* tinham culpa de tudo o que tinha acontecido. Mas eu acabei fazendo a comunhão porque me deram uma roupa – uma calça curta, uma camisa, uma sandália, uma meia – me deram de comer, me levaram na Igreja, levaram café com leite, pão doce... Apresentaram uma peça de teatro, *Chapeuzinho Vermelho*, fomos num caminhão descoberto, na quele frio!

Em 42 meu pai saiu da cadeia, mas não era o mesmo, tinha mudado completamente por causa do sofrimento. Logo minha mãe ficou doente e morreu de câncer no útero. Eu era o mais velho, estava com 14 anos e tinha um irmão com problema de deficiência física, não andava bem. Então você pode ver que o sofrimento em casa foi enorme!

Meu pai não pode mais trabalhar na ferrovia, não o aceitaram; ele tinha um entusiasmo tão grande pela ferrovia que sair de lá acabou com ele. Também não conseguiu nenhum outro emprego, porque a repressão era muito grande e qualquer pessoa que aceitasse um ex-prespo político podia ser considerado esquerdista, todos tinham medo de se comprometer. Então ele trabalhou tirando pedra do rio, na colheita do trigo, ceifando, de pedreiro, de servente... A gente ia buscar capim no campo para vender para os estúbulos que tinham vacas, pagavam um dinheiro para comer alguma coisa.

Depois de sair daquele colégio perto de casa, eu comecei a ir de noite numa escola de freiras, a *Casa de la Virgen*, era gratuito. Tinha um professor muito bom, muito humano, conhecido naquele bairro lá há muitos anos. Quiseram me fazer de coroinha, mas eu fugia dessa coisa, eu sempre tive repulsa por isso aí, não tolerava isso.

Passou o tempo, com muita necessidade, muita fome e eu comecei a trabalhar, primeiro como pedreiro. Logo eu falei pro meu pai que eu queria ser marceneiro – pedreiro ganhava mais, mas como marceneiro eu teria mais oportunidades, então fui trabalhar como aprendiz de marceneiro. Meu pai não conseguiu passar de servente de pedreiro, porque já estava com mais de 50 naquela época, mas as coisas foram melhorando, sempre com muitos problemas.

Em casa a gente tinha muito orgulho de sair pra frente, de trabalhar, não de ficar na miséria, dependente de alguém te dar um prato de comida. Aconteceu muitas vezes de me levarem um prato de comida, mas eu me sentia humilhado, como a maioria sentia. Achava que tinha que lutar e comer daquilo que tinha ganho, com orgulho.

O pior problema do regime de Franco foi a desigualdade que ele criou dentro do país entre vencidos e vencedores. No bonde tinha uns assentos onde estava escrito: “Mutilados da Divisão Azul”; não eram para mutilados de Guerra, tanto de um lado como de outro, eram somente para os mutilados franquistas. Os franquistas tinham seus direitos e recebiam a aposentadoria, os republicanos não recebiam nada. Inclusive quando meu pai se aposentou, os anos que ele trabalhou na ferrovia não serviram para a aposentadoria, serviram só aqueles anos que ele trabalhou de pedreiro.

É claro que Franco fez alguma coisa – tem que ser, pois afinal o país não pode ir pra trás, tem que ir para frente. E as ditaduras na Europa são um pouco diferente das ditaduras daqui. Na verdade a repressão era enorme, você nem imagina o que era a repressão lá! Queriam me pegar porque eu cantava a *Internacional*, que é o que eu aprendi na Guerra – aquele *Cara al Sol*, o hino da Falange, *no me saía*. E a mocidade que servia a tendências franquistas, que pertencia à Juventude Falangista, queria me bater.

Uma vez eu fui a um acampamento da Falange, na serra, perto de Madri. Eles nos levaram de graça e como eu sempre gostei de viajar, eu fui. Tive que vestir a roupa da Falange, me sentia mal, mas como me deram 20 dias de férias, tudo de graça, eu fui lá. Eles faziam todo o possível para que nós nos filiássemos à Juventude Falangista mas eu argumentava que eu não queria, que meu pai estava preso... Achavam que eu me filiando seria melhor, que facilitaria, mas eu sei que eu não quis entrar na Falange, eu era revoltado mesmo naquela época.

Eu fiz o serviço militar lá perto de Madri, na *Cavaleria Mecanizada*. Eu queria ter ido à África, pelo meu gosto em viajar, mas em casa não queriam, então eu fiquei perto de Madri. Eu me tornei instrutor para formação de motoristas, inclusive para sargentos, porque naquela época que eu ia nas bibliotecas eu li muito sobre mecânica, sobre automóveis, e a gente sempre guarda alguma coisa. O quartel onde eu estava era o primeiro regimento da Espanha que recebeu aqueles Jipes americanos, em 1949, era a Cavalaria Mecanizada, não tinha mais cavalos. Depois, trabalhei na carpintaria – eu já desenhava, sempre gostei.

Quando eu cheguei lá no quartel, me perguntaram:

- Religião?
- Nenhuma.
- Não pode; você não é católico?

Eu falei:

- Não tenho religião.
- Você não é batizado?
- Sou.
- Então é católico...

E colocaram uma cruzinha lá: “suspeito”. Inclusive amigos que chegaram depois de mim disseram que aquele tenente recomendava que evitassem me acompanhar porque eu era um sujeito perigoso. Depois eu fiz amizade com ele, ele falou que se enganou...

Também fiz amizade com um tenente-coronel, com um coronel e até com um general – eu era o único marceneiro que tinha lá

naquela época – e passei bem. Eu gostava de viajar e como instrutor eu estava sempre de um lado para outro, fazendo levantamentos topográficos... Eu fiquei quase dois anos no Exército – foi a primeira classe que ficou só dois anos, os outros ficavam três anos, quatro, como é o caso do García, que ficou muito mais.

Quando eu saí do Exército, comecei a trabalhar num caminhão levando pedras do rio, levando alfafa para os estábulos e continuava como marceneiro de noite, até uma, duas horas da manhã. Meu problema era viajar, então eu comprei uma bicicleta para poder conhecer o Escorial, o *Valle de los Caídos*, Segóvia, Toledo... Fui a todas aquelas cidades de bicicleta, com uma turma que se juntava no domingo para passear. Cheguei a participar de corridas também.

Aí surgiu a chance de vir para o Brasil; eu não gostava da Espanha, não gostava do sistema, gostava de viajar e queria tentar alguma coisa fora, então surgiu a ideia de vir para o Brasil, que era o único país que a Espanha facilitava a saída. Para os outros países sul-americanos não havia visto de saída, só se você fosse chamado por *cartas de llamada*, com contrato de trabalho. O Brasil tinha um convênio com a Espanha, que facilitava a saída de profissionais.

Naquela época ainda tive que pagar a minha viagem – os que vieram depois dos anos 60 tiveram a viagem paga pelo governo espanhol. Eu não conhecia nada do Brasil e nunca tinha ouvido falar em São Paulo, só do Rio de Janeiro, claro, de filmes da Carmem Miranda, com aquelas fantasias. Eu li alguma coisa sobre São Paulo, que era o “maior porto exportador de café” e acabei vindo pra cá.

Eu já tinha um primo aqui que veio antes que eu; nós éramos pra vir juntos, mas eu não pude vir por causa do serviço militar. Eu também tinha um amigo trabalhando de marceneiro e pensei: “Se as pessoas que vão para lá conseguem serviço, eu que não sou pior que eles devo conseguir também.” Isso foi em dezembro de 54, eu já tinha casado e tinha uma filha com cinco meses.

Na Espanha eu tinha um problema de bronquite asmática e fiquei preocupado se vindo pra cá poderia ter algum problema, pois eu sabia que o clima era mais quente e úmido; fiz uma consulta com

um médico que falou: “Não tem problema, pode ir que lá é melhor; você tem um problema alérgico, mudando de ar é capaz que você fique bom.” E realmente fiquei bom, nunca mais tive problema disso aí.

Quando eu vim pra cá, eu procurei o navio que demorava mais para chegar aqui, pra poder viajar um pouco mais. Peguei um português, que fez: Vigo, Lisboa, Canária, Funchal, Bahia, Rio e aqui. Foi boa a viagem, parando em todo lugar!

EU CHEGUEI AQUI SEM UM TOSTÃO NO BOLSO; tinha só cem cruzeiros, que naquela época seriam cinco horas de trabalho de um marceneiro. Mesmo assim, eu ainda mandei para o meu pai, porque eram pesetas e fiquei sem um tostão. Fiquei morando numa pensão na rua Maria Antônia; como eu não tinha dinheiro, eu pude pagar só no outro mês – eram 900 cruzeiros por mês. Eu ganhava naquela época 4 ou 5 mil cruzeiros, numa marcenaria de um italiano; somos amigos até hoje.

Depois de quatro meses, minha mulher veio pra cá, com a Marisa, minha filha, e alugamos uma casa. Eu trabalhei só um ano naquela marcenaria – comecei a trabalhar no dia 6 de janeiro de 1955 – e logo resolvi trabalhar em casa, num galpão; coloquei um motor, um compressor, uma serra elétrica, uma serra manual – esta serra aqui – e outra ferramenta que está aí. Comecei a fazer armação de poltronas; comprava tábua de pinho, serrava e pregava, era fácil. Fiquei trabalhando em casa um ano mais ou menos, mas era muito sacrificado. Então fui trabalhar de novo na mesma marcenaria e fiquei lá por três anos, como encarregado.

Naquela ocasião eu não tinha contato com nenhum clube espanhol. Eu era meio revoltado com o problema da Espanha, achava que fora da Espanha os espanhóis gostavam de se vangloriar, inclusive porque todos que vieram de lá para cá falavam – muitas vezes constatamos que não era a realidade – que tinham estudado, que eram técnicos de não sei o quê, que ganhavam milhões; só eu que era o miserável, não tinha nada. Então eu não tive muito contato com espanhóis, sempre tive mais contato com italianos.

Eu tinha uns amigos italianos que montaram uma escola de decoração junto com um português – o IADÊ, Instituto de Arte e Decoração. Eu trabalhava na Frei Caneca, na marcenaria do outro italiano e fiz amizade com o diretor da escola, o Italo Bianchi, que me convidou para que eu frequentasse as aulas. Eles eram de uma tendência de esquerda, meio liberais, do Partido Socialista da Itália. A própria Escola tinha uma tendência liberal para a época, inclusive durante a “Revolução” de 64 nós tivemos problemas com perseguição.

Então eu comecei a frequentar o curso, de noite; eu me sentia meio mal porque eram todos estudantes, a maioria universitários e arquitetos, e eu era marceneiro. Para dar o certificado me pediram se eu podia mandar vir da Espanha o certificado do colegial, mas eu não tinha colegial, não tinha nada... Eu falei que não tinha, que estava como ouvinte, nem pagava... Fiz o curso, de três anos, e aprendi muito, eles me ajudaram muito nesse aspecto. Depois eu continuei frequentando a Escola; eu ia todo dia de mesa em mesa dando assistência de desenho, de estilo e de forma de móveis.

Logo eles me encorajaram a montar uma marcenaria, disseram que iam me dar serviço; eu achei que me sentia capaz, me animaram, então resolvi montar a marcenaria, que ficou três anos na Vila Sônia. Depois surgiu a oportunidade para montar a Pentágono, em sociedade com a Escola. Tínhamos um projeto grande, de exportar, a Escola inclusive tinha um departamento de desenho industrial, de pesquisa de móveis – era a melhor escola que tinha de decoração aqui em São Paulo. Na hora de montar, é claro, eu não tinha dinheiro, não tinha nada na época, só as máquinas, não deu pra construir e ficamos aqui no Belenzinho. Com o tempo eles saíram da sociedade.

BOM, AÍ EU CONHECI PESSOAS que me convidaram para participar do Centro Democrático, na época de 69, em que foi feita a homenagem a García Lorca. Eu gostei da ideia, gostei do monumento, entrei como associado e já no segundo ano eu fazia parte da diretoria; primeiro

fui tesoureiro, depois fiquei como diretor de cultura, para ajudar, porque tinha elementos muito bons lá e a gente ajudava...

Havia elementos muito bons no Centro, no Partido Comunista; muito capazes, muito inteligentes. Eu acho que me serviu muito, porque comecei a ter um relacionamento com as pessoas e isso me obrigou a ler sobre o problema da Espanha, sobre a situação mundial. Acho que tudo aquilo que não tinha conseguido fazer na Espanha eu consegui fazer no Democrático e no IADÊ.

O Centro Democrático era um centro antifranquista que já existia desde o começo do século como Centro Galego, mas depois desapareceu. Se reabilitou de novo em 33 e nos 50, 60, passou a denominar-se extraoficialmente Centro Democrático Espanhol, sendo registrado no cartório com esse nome em setembro de 64. Tinha uma atividade antifranquista e havia anarquistas, republicanos, socialistas, comunistas, gente de todas as tendências, mas sempre antifranquistas. Havia um grande número de pessoas que tinham lutado na Guerra Civil, tinham estado na cadeia dez, quinze, vinte anos, e participavam do Partido. Mas também havia muita gente jovem, que como eu tinha vindo aqui um pouco como aventura e um pouco para resolver um problema econômico.

Fazia-se muitas atividades antifranquistas: convidavam autoridades espanholas para vir a um debate, para resolver situações de imigrantes, mas as autoridades nunca aceitavam o convite, porque eram franquistas e não reconheciam o Centro. Nem o Consulado espanhol reconhecia o Centro Democrático, as relações existiam mas era extraoficiais. Quem era do Centro Democrático estaria fichado como comunista; eles evitavam o contato porque podia criar problemas para eles, que eram funcionários de Estado. Muitos espanhóis que estavam aqui também evitavam ter contato com membros do Centro Democrático, porque achavam que um dia voltando pra Espanha poderiam ser dedados e ser presos. Alguns companheiros nossos foram presos lá; eu assinei muitos documentos mandados para lá mas nunca aconteceu nada. Nós mandávamos cartas para o Instituto de Imigração da Espanha, falando da situação difícil de

alguns imigrantes – porque nem todo mundo que vinha aqui se adaptava ao país, ou surgiam problemas de doenças, qualquer outra coisa. E naquela época o consulado fazia pouco caso da imigração, como sempre fizeram das imigrações aqui na América.

A imigração para a América era uma forma muito fácil do governo espanhol se livrar de dois problemas: do problema político – de reivindicações que podiam fazer junto ao governo espanhol aqueles trabalhadores – e do problema da mão de obra. Mandavam pra fora, e quanto mais longe melhor. Aqueles que estavam na Europa podiam voltar mais facilmente – inclusive a Europa era mais democrática, no Brasil teve o problema do golpe militar -; já quem ia para Austrália, Canadá, Brasil, dificilmente retornava

Na Europa os espanhóis eram organizados em sindicatos ou agrupações, formavam o Conselho de Residentes no Exterior – que depois foi oficializado com Felipe Gonzalez e agora existe no Brasil. Funcionava pedindo ao governo espanhol para resolver uma série de problemas, como pedindo escolas para o imigrante que tinha problema de língua em países como a Suíça ou a Alemanha.

A imigração que a Espanha teve para os países europeus contribuiu também para que a Espanha tenha melhorado, porque esses 2 milhões de espanhóis que haviam trabalhado na Europa conheceram um modo de vida diferente, mais avançado, e contribuíram para que a Espanha tenha melhorado bastante.

Esses imigrantes que foram para a Europa tiveram realmente uma luta mais marcante de pressões sobre o governo franquista. Aqui praticamente ninguém ligava e ficava deixado de lado. O imigrante sul-americano não contava pra nada, não tinha assistência nenhuma do governo espanhol.

Oficialmente o Centro Democrático não participava da política brasileira, estava completamente alheio. É claro que extraoficialmente a gente sempre colaborava com os partidos daqui como o Partido Socialista, o Partido Comunista e também com os portugueses do Centro Democrático Português; fazíamos atividades em conjunto, mas com relação ao Brasil, oficialmente a gente ficava alheio à política.

Nós não participávamos da política daqui porque podiam surgir problemas piores, mas a gente sempre colaborava de alguma forma.

O Centro Democrático conseguiu sobreviver e fazer todo aquele trabalho porque o Brasil colaborou: os intelectuais, artistas, todos os que eram liberais e democratas realmente colaboraram com a campanha antifranquista espanhola.

A diretoria se limitava à administração do Centro e a promover atos culturais – como a diretoria era de tendência de esquerda, esses atos culturais estavam sempre relacionados com o problema político dos países de fora: faziam-se conferências sobre a Espanha, Portugal, Cuba, os países árabes, o Vietnã; havia manifestações a favor de mais democracia na Espanha ou para exigir do governo espanhol uma série de reivindicações dos imigrantes daqui.

As eleições no Centro, apesar de tudo que se pode acreditar aí por fora, eram bem mais democráticas do que nós temos agora na Sociedade Hispano-Brasileira. As mulheres, que geralmente quando solteiras permaneciam junto com o pai, também tinham direito a voto e podiam ser candidatas, porque também eram titulares. Todo maior de dezoito anos tinha direito a voto. As eleições eram feitas anualmente e nomeava-se uma diretoria com o presidente, vice-presidente, tesoureiro, diretores de cultura e de patrimônio. A diretoria inteira era nomeada pelos associados que quisessem participar da assembleia; todos tinham direito a ir à assembleia e votar.

Nos anos 60, o Partido Comunista, que era o mais expressivo que tem aqui em São Paulo organizado por espanhóis de lá, praticamente tomou conta do Centro Democrático. Havia lutas internas, porque nem todos aceitavam essa ideia, mas os comunistas eram os que estavam melhor organizados, fazendo inclusive reuniões independentes. Existia também uma agrupação do Partido Socialista, com o nome de Agrupação Cultural Julián Besteiro, mas os socialistas não eram mais do que vinte ou trinta.

As reuniões do Partido ocorriam fora do Centro, eram dispersas. Havia reuniões semanais ou quinzenais, com dez ou doze em cada uma, não tinha carteirinha porque era clandestino – oficialmente no

Brasil o imigrante não pode ter uma identidade política, seja fascista, comunista ou socialista. Havia vários grupos, cada grupo escolhia o seu representante, que participava de outras reuniões e depois da assembleia geral, onde se elegia o comitê.

Uma coisa que era muito interessante nestas reuniões do Partido é que a cada quinze dias você tinha que levar um estudo sobre um tema, seja o problema da China, dos países americanos, etc. Todos eram obrigados a apresentar um relatório e depois se debatia. Foi muito importante essa fase aí porque éramos incentivados a estudar e a estar a par dos acontecimentos do mundo. Alguns participantes tinham nível universitário e muitos deles se formaram em engenharia, economia, estão muito bem situados hoje.

Existia um companheirismo muito grande – pode ser que eu esteja enganado, pois pessoas que queiram se aproveitar de uma situação em benefício próprio existem em todo o lado. O poder contagia e tem momentos que você fica se sentindo um semideus – não como presidente do Centro Democrático, isso não significa nada, mas conforme o cargo, tem pessoas que querem servir do meio para seu próprio benefício. Claro que havia tendências e intrigas, formas diversas de interpretação, de como se deve fazer, mas isso resolvia-se lá dentro: havia debates que chegavam até as duas da manhã.

Quando tinha eleição numa sociedade estrangeira, você era obrigado a levar a relação dos diretores ao DOPS. O único que fazia isso era o Centro Democrático – justamente por ser mais visados, a gente tinha que estar um pouco mais dentro da linha. Eu mesmo às vezes fui levar a relação dos novos diretores no DOPS, numa sala vermelha. E perguntavam: “E o fulano, como está?” “Ah, está bom...”

Eles conheciam todos porque muitos foram levados para depor, inclusive eu. Eu estava aqui na fábrica, o Fleury veio me buscar e me levou lá pro DOPS – isso foi em 70. Estavam buscando um espanhol que achavam que estava ligado ao Centro. Eles falavam: “Não tem problema nenhum; vocês são democráticos, nós somos antifranquistas, se vocês forem pendurar Franco nós também puxamos a corda.” Eu já estava assim, tremendo, mas tudo bem; queriam

ver os arquivos, eu era tesoureiro, ou vice-presidente e mostrei os arquivos. Não tinha nada daquele fulano que eles buscavam lá, um basco; tinha um outro basco que também teve que ir lá no DOPS.

Outra vez a gente ia fazer um *pic-nic* e alguém denunciou que no Democrático tinha chegado uns sacos com propaganda subversiva; foram lá, revistaram tudo, viraram tudo e nos sacos só tinha pão para o *pic-nic* do dia seguinte! Quando deram o golpe aqui, a gente sumiu com tudo que tinha em casa, jogamos tudo fora, porque em casa não podia ficar.

Depois, com a morte de Franco, o Centro Democrático começou a ter problemas para sobreviver, porque não tinha mais imigração e acabando o regime de Franco as atividades políticas não tinham mais sentido, ainda mais com Felipe Gonzalez, de esquerda. Então o Clube desapareceu, nos juntamos à Sociedade Hispano-Brasileira.

O Centro Democrático esteve primeiro na rua da Figueiras: foi onde teve maior atividade, com mil sócios. Com o problema de 64, econômico e político, o Centro não podia ter as atividades que tinha antes e passou para a Conselheiro Furtado. Da Conselheiro Furtado fomos para a rua Vandencolck, onde ficamos só dois anos. Depois fizemos a unificação com a Casa da Espanha, não deu certo e de lá passamos para o Hispano-Brasileiro.

No Democrático eu fui vice-presidente, tesoureiro, e do departamento de cultura; na Casa de Espanha também fui tesoureiro. Na sociedade Hispano-Brasileira, eu fui diretor de sede em 82-84, segundo vice-presidente em 86-87, primeiro vice-presidente em 88-89 e nos últimos meses da gestão fui presidente porque o presidente ficou doente e não tinha condição de ir. Nas últimas eleições eu fui candidato e perdi por dois votos; era uma equipe muito bem montada mas não conseguimos. Eu sou ainda Conselheiro vitalício e membro permanente do Conselho Orientador e Consultivo. Mas na Sociedade o problema político praticamente não existe – é claro que sempre há alguma tendência, inclusive nessas eleições aí muita gente falou que o Clube era de esquerda.

Há dois anos criou-se o Conselho de Residentes, vai ter eleição novamente o ano que vem. Esse Conselho de Residentes é pra cuidar dos problemas dos imigrantes junto ao consulado. É um programa político do governo Felipe Gonzalez para ganhar simpatia, na prática não funciona muito. Naquela época eu era vice-presidente da Sociedade e fizemos uma prévia para ver quem ia ser candidato; eu estava na lista, mas quando me mostraram a situação, tinha uma política suja lá dentro, eu saí da lista dos candidatos e formamos outra chapa, com simpatizantes e membros do Democrático; nós ganhamos em São Paulo, mesmo tendo como adversários a Sociedade inteira, o Colégio de Cervantes, a Câmara de Comércio e a Rosália de Castro.

ACHO QUE PRATICAMENTE ESSA É A HISTÓRIA de todos os imigrantes que vieram pra cá. O espanhol se adaptou bem aqui, se integrou na vida brasileira, assimilou de uma certa forma a cultura. Dos 60 mil imigrantes que tem em São Paulo, uma porcentagem grande está com a vida remediada, se não bem; se estabeleceram, há grandes indústrias de espanhóis residentes aqui, há muitos assalariados. Não tem mais aquele problema que existia nos anos 30, 35, até 60, quando a imigração era predominantemente do campo, de agricultores semianalfabetos ou analfabetos, quando surgiram aquelas casas todas como o Centro Galego e a Hispano-Brasileira, que eram sociedades de socorros mútuos para ajudar os espanhóis que vinham de fora.

Hoje a situação mudou: já não vêm mais imigrantes, os que estavam mal aqui voltaram para a Espanha e os que ficamos aqui estamos integrados. É claro que temos problemas aqui; largamos um problema na Espanha e temos um problema aqui – não político, mas econômico. É uma situação mais difícil do que aquela da Espanha, porque se a Espanha chegou a uma situação de calamidade, a situação aqui, principalmente do agricultor, é uma situação que ele nunca viveu. Ele sempre foi pobre porque foram muito abandonados; os espanhóis que vieram pra cá, ou italianos, ou descendentes

de portugueses, ou mestiços de escravos, foram para o interior e faltava escola, faltava uma associação para politicamente se tomar uma posição, enquanto na Espanha havia necessidades econômicas mas o povo estava politizado.

Quando veio a Guerra, a maioria dos que estavam em situação remediada, que tinham um salário, de repente ficou na miséria. Mas eles tinham um passado onde se apoiar, um passado que se ele não estava bem, pelo menos comia e vivia; tinha aprendido politicamente a lutar pelos seus direitos e isso levou o espanhol a lutar e a ter aquele orgulho de ganhar o seu.

Uma coisa que te ensina a esquerda é que todo indivíduo tem que viver daquilo que ganha honestamente e ser útil dentro da sociedade – esse “honestamente” está um pouco errado, porque hoje em dia no mundo honestamente você não consegue viver. Mas, aquele orgulho de se superar, de ser alguma coisa e não um mero cachorro que vive de esmola dos outros, é uma coisa que realmente aqui ainda não se conseguiu, por falta de escolas, por falta de educação..

Se tiver mais alguma coisa que esteja faltando...

---

# Juana Naranjo Gallart

---

Nascimento: Sevilla, Andaluzia, 1933

Imigração: 1957

Entrevista: 22 de setembro de 1992

*Para ser feliz, não precisa de um papel...*

*MI NOMBRE?* JUANA NARANJO GALLART. NASCI EM SEVILLA, EM 1933...

Quando estalou a Guerra, eu tinha 3 anos; não lembro de nada. Mas lembro que a partir de 5 anos mais ou menos a minha mãe ficou doente, tuberculosa... Meu pai, quando terminou a Guerra, foi pra cadeia. Ele foi denunciado, por uma pessoa da própria família, que estivera no lado da República. Ele foi combatente primeiro pelos *nacionais*, mas depois *se pasó* para os republicanos – pelo que eu escutei, não? Como ele ficou preso e minha mãe estava de cama, nós ficamos com a minha avó, mãe do meu pai; eu tinha um irmão mais velho e outro que nasceu em 39 – minha mãe já não levantou mais da cama e um ano depois faleceu... Estava com 33 anos, tuberculosa, pela falta de alimentação... Morria muita gente de tuberculose, não existia a penicilina... Eu tinha família por parte da minha mãe no interior e de vez em quando eu ia com meu irmão mais velho para ficar longe dela. Mas o pequeno, que nasceu quando ela já estava enferma, desde pequeno esteve sempre doente, minha avó que criava ele... Eu via que minha avó fazia muito por meu pai...

Meu pai era secretário de juiz, estudou em Liège, tenho até a fotografia dele... Eu o achava inteligentíssimo, tinha bastante cultura. Eu ouvia que ele tinha ido pra Guerra, que no princípio esteve na parte de Franco, mas depois passou para o lado republicano. Claro, naquela época eu era muito jovem e não chegava a entender... Ele ficou um ano e meio na cadeia, mas não estava preso em cela, trabalhava no escritório, porque tinha estudado e tinha uma boa caligrafia. Muitas vezes eu acompanhei minha avó à prisão; a gente entrava e tinha uma certa liberdade de ficar com ele, podia conversar... Eu me lembro daquelas roupas dele, cheias de piolhos, tínhamos que levar pra ferver! Além disso, a roupa e a comida da minha mãe tinha que ser toda separada, por causa da doença.

Quando meu pai saiu da cadeia, eu estava com sete anos. Apesar dele ser secretário de juiz, depois que saiu não encontrou mais

emprego, então começou a beber, a jogar... Depois de um ano, conseguiu um emprego numa cidadezinha do interior, casou-se de novo e nós fomos morar com ele. Ficou um ano, teve um filho, mas eles se separaram e nós voltamos outra vez a morar com a minha avó – ela tinha 4 filhos solteiros que estiveram na Guerra. Destes, só tinha um que trabalhava, compositor de música, e era quem ajudava na casa, porque os outros não trabalhavam – meu pai trabalhava mais ou menos, mas bebia, jogava cartas... E me lembro que era a maior dificuldade, faltava comida... Aos 14 anos saí da escola para ajudar a avó em casa, porque eu era a única mulher; não podia trabalhar fora, eram quatro homens em casa...

Aí comecei a trabalhar de tarde, só pra comprar sanduíche, porque eu tinha uma fome! Eu tinha fama na família de ser muito comilona, mas era fome mesmo! Então, trabalhava para poder comprar um pãozinho ou uma roupinha...

Minha avó era religiosa até o máximo, assim como minha mãe; quando ela estava de cama, eu lembro que foram dar-lhe a comunhão... Nós morávamos perto da Igreja e eu tinha que ir aos domingos na missa, confessar, comungar; na escola mesmo, todo dia de tarde tinha que rezar, mas eu não gostava muito... Daí eu fui crescendo e minha avó quis que eu fosse freira: ela falava que minha mãe queria muito que eu fosse freira. Então me mandaram uma semana fazer *exercícios espirituales* e eu fui lá de *contenta*, porque se comia bem...

Naquela época era tudo racionado: em casa tinha oito cadernetas e minha avó me mandava buscar oito pães na padaria, pouquinho maiores do que os daqui. Aí ela dividia a comida; não queria que comesse um pãozinho inteiro, *sino* um pouco de manhã, outro de tarde... Era uma pessoa muito comedida... Então eu ia buscar o pão e vinha com o pão quentinho, com uma fome! E se eu comesse um, ou se beliscasse um, levava uma surra! Mas eu não aguentava: se vai me dar uma surra, que me dê, porque eu vou comer o pão! Depois, o dia inteiro já não podia comer pão... Ela andava com a sacola do pão, sentava num cadeirão na sala e colocava a bolsa ao lado; se fosse para a cozinha, levava a sacola junto, porque a gente roubava!

Quando eu tinha já uns 15 anos, eu trabalhava de tarde, tinha amigas, saía, mas não gostava muito de ir na Igreja... Quando meu pai estava em casa, eu conversava muito com ele... Naquela época, terminando a Guerra Mundial, ele ficava a noite inteira escutando a Rádio Moscou, que era proibida, e minha avó ficava nervosa. Ele me contava coisas da Guerra porque eu não lembrava, com 3 anos não lembrava... E também sempre gostei muito de História, sempre: na escola, o que eu mais gostava era de História, então eu perguntava e ele me explicava.

Eu via que meu pai era muito inteligente, tinha cultura, mas parece que a Guerra e as coisas que aconteceram depois marcaram-no muito, não? A morte da minha mãe, a separação da mulher dele, a dificuldade em casa... Nessa fase todos estavam nervosos, sempre de mau humor, meus tios brigavam... Eu sentia que aquela gente era educada, só que faltava carinho. Eu chorava muitas vezes – minha avó era uma pessoa muito seca, por causa da vida que ela tinha levado, com quatro filhos, depois tendo que criar três netos, sem possibilidades...

Quando fiquei maior, comecei a namorar: no começo, minha avó não me deixava sair com o namorado aos domingos se eu não fosse à missa. Eu odiava ir à missa, mas pensava: se não vou na missa, não saio. *Resulta* que meu namorado era ateu! Olha que contraste, não? E eu notava que meu pai não gostava de religião; minha avó e meus tios eram muito de Igreja mas meu pai não, eu nunca vi ele na Igreja, nem falar de religião.

Eu namorei quatro anos e com o tempo minha família foi conhecendo meu namorado: ele estava com 25 anos e era sério, um homem responsável. Trabalhava numa fábrica de aviões como mecânico e era um dos líderes das comissões de fábrica, de esquerda... Em casa gostavam dele porque ele era muito educado, mas não gostaram quando se inteiraram que ele era de esquerda e que era ateu. Ele trabalhava e ainda era lutador de luta livre, mas tinha que ajudar a mãe dele, que era viúva, e os três irmãos – ele era o mais velho. Ele queria juntar um dinheirinho, mas não conseguia e eu também não

podia juntar nada, porque meu trabalho, na parte da tarde, era pra comprar uma roupa, ou pra comer!

Naquela época, casar-se era ir morar com os pais dele ou com os pais dela, não tinha outra escolha porque a vida era muito difícil – acho que aqui também era assim, eu ouvi falar que era... Ele morava num quarto-e-cozinha e não queria morar junto com a mãe, queria outra vida, queria viver separado. Na minha casa, era um pouco maior, era um apartamento, mas moravam 8, 9 pessoas...

Então, como a gente já estava namorando há 4 anos mas não podia casar, ele resolveu sair do país. Estava aberta a imigração para o Brasil, ele veio pra cá e eu fiquei lá... A gente levou um ano por carta; minha família falava: “Bom, já não se casa...” Por isso não vou morrer, não? Mas ele veio, trabalhou e depois de um ano trouxe a mim e ao irmão dele. Eu vim morar aqui nesta mesma rua, num quarto-e-cozinha. Depois de mais um ano, veio a mãe dele e mais uma irmã solteira.

Dois meses depois que eu cheguei aqui, meu pai acabou matando-se: ele estava com 54 anos, estava novo... Não sei porquê...

QUANDO CHEGAMOS AQUI, todos espanhóis sentiram o mesmo, não? Eu estava com 23 anos... Primeiro, não entedia nada, não falava nada de português: nada, nada! Eu morava no fundo de uma casa e a dona da frente era portuguesa: quando eu a escutava, chorava... Era tudo diferente, os costumes, a cultura, me custou a adaptar – também, estávamos acostumados com uma cidade pequena, que você andava toda a pé, e São Paulo era tão grande! A gente sempre pensava que um dia, se melhorasse, podíamos guardar um pouco de dinheiro para voltar pra nossa terra. Todos espanhóis pensavam igual, aliás, todos estrangeiros...

Quando chegamos, não gostávamos daqui: da língua, do modo de vida diferente... Mesmo que naquele tempo se comia bem e isso recompensava, não? Quando eu vim no navio, comi tanto que até fiquei doente!... Eu ia na feira, encontrava a *espanholada*: “Olha, quando

que nós íamos comprar um carrinho cheio até em cima?..” Eu me lembro que com 200 cruzeiros eu vinha com um carrinho! Hoje já não se pode nem fazer isso... Sabe, não faltava, nunca me faltou.

Meu marido ganhava bem aqui, não posso falar que nunca tenha me faltado nada, para comer, para viver... Ele foi muito responsável, trabalhava aqui na Estrela, tinha um bom salário. Depois, com um outro amigo de Sevilla, montou uma mecânica. Meu cunhado se casou, a mulher veio junto e ficamos todos na mesma casa. Morávamos juntos para poder economizar: dividíamos comida, aluguel, pra comprar uma casa pra cada um...

Aí, com o tempo eu fui me adaptando; um ano depois tive meu primeiro filho e fui me acostumando, mas sempre lembrava da minha terra – mais de Sevilla, porque Sevilla é uma cidade pequena e muito alegre. O povo é muito dado, muito alegre, sabe? Quando chega aqui você sente o contraste, até fazer amizade, até aprender a língua – que até hoje não aprendi! É um choque! Então, eu sempre pensava em voltar, meu marido pensava em voltar, mas ficamos... Ele não voltou nunca mais pra Espanha...

No começo a gente não ia a nenhum clube espanhol; meu marido tinha amizade com um amigo de Sevilla e só andávamos com espanhóis, mas não frequentávamos nenhum centro. Em 69, ele trabalhava na Vila Carrão – sempre moramos por aqui, não? – e conheceu um espanhol, Felipe, que já viu que ele era de esquerda e falou: “Por que você não vem no Centro Democrático? Temos reunião do Partido Comunista Espanhol, nos reunimos todos para fazer campanha...” Então ele foi lá e nós começamos a frequentar o *Democrático*...

Ele tinha reunião – naquela época da repressão aqui, nos anos 70 – que nem mesmo a mim ele falava onde era. Às vezes eu ficava chateada, não compreendia porque ele não falava: ele tinha medo. Nenhum falava pro outro, ninguém sabia onde estava marcada a reunião, só na hora. Eram só os homens que se reuniam.

As mulheres tinham no *Democrático* a Seção Feminina: uma vez por semana, nos reuníamos no Centro, fazíamos comida pra 400 pessoas, um *puchero*... A gente ia comprar, preparava, servia, lavávamos

a louça e ainda pagávamos nosso convite! Foi por intermédio do Marcos Ana, que esteve aqui, que isso começou: ele nos mandava o endereço das famílias dos presos políticos na Espanha e cada uma escrevia para uma família. O dinheiro a gente mandava por meio do Marcos Ana: ia primeiro pra França, pra Espanha não podia ir. Quando chegava o fim-de-ano, já tínhamos os nomes dos que estavam presos, então mandávamos pelo correio Nescafé, cigarros...

Quando saía um da cadeia, a família nos escrevia e falava: “Olha, ele já saiu, agora vamos dar o endereço de outra família que está precisando mais que a gente” – mesmo que eles não tivessem nada, não tivessem emprego, quando saíam mandavam outro endereço pra gente ajudar... Eu fiquei quatro anos sendo presidenta da Seção Feminina.

A gente também tinha o bar no Centro Democrático e cada semana ficavam duas: fazíamos a comida em casa, levávamos sem cobrar nada e o dinheiro das vendas a gente ia guardando para mandar para os presos... E mesmo que não ficasse ninguém no bar, cada um que chegava, pegava uma cerveja, pegava qualquer coisa e marcava... Éramos todos como uma família; hoje em dia, aqui neste clube, nem pensar que seria igual...

A gente fazia muito *pic-nic*, também para arrecadar dinheiro para os presos. Mas um dia, em 72, quando íamos fazer um *pic-nic*, meu marido teve um acidente e faleceu... Eu continuei indo lá, continuei a lutar... Tinha dois filhos: um menino de doze e uma menina de oito...

Quando ele morreu, minha sogra, minha cunhada e meu cunhado tentaram que eu me afastasse do *Democrático*, pois já não tinha função, meu marido já não vivia – essa coisa familiar, retrógrada... Mas eu continuei a mesma, porque amigos como eles nunca tive na minha vida: me deram muito apoio, eu sempre tinha gente em casa, aos domingos me levavam pra passear com os filhos na chácara de alguém... Pablo também estava junto, também conhecia meu marido... Então eu preferi deixar a família de lado para estar junto dos amigos e assim continuei na luta.

Eu fiquei com uma aposentadoria razoável: ele era sócio de uma firma, dava para viver... Meus filhos estudavam no colégio espanhol, eu morava no sobrado que a gente tinha comprado aqui na Serra de Bragança – quando meu marido faleceu levávamos 15 anos de casados: durante 14 anos, moramos com a família dele e só um ano moramos sozinhos nesta casa que compramos... Depois de um ano que meu marido faleceu, em 74, o irmão dele foi embora pra Espanha...

Quando eu fiquei viúva, não sabia o que fazer: se ia com meus dois filhos para a Espanha, se ficava... Então no *Democrático* eles ganharam uma passagem pra Espanha e deram para mim, fui sozinha pra ver se vendendo aqui a casa, as coisas, comprava um apartamento como eu queria. Tinha três irmãos lá e fiquei um mês. Gostei de ficar lá, mas eu pensava: “A aposentadoria quando chegar será pouco; terei que trabalhar... Pra trabalhar, eu profissional de nada não sou... Sou dona-de-casa, não? No Brasil, sem precisar disso – mesmo que precisasse eu faria: lavar, passar, meus filhos nunca vão passar fome – mas sem precisar disso dá pra eu viver, pra pagar escola, tenho meu carro...” Também lembrava muito dos amigos que eu tinha aqui. Lá eu teria que começar a fazer amigos, não? Porque as amigas que eu tinha deixado quando moças de 20, 22 anos, cada uma tinha sua vida, aquela amizade se esfria... Na família eu era como uma visita, depois de vinte anos sem ter visto o irmão! Aí pensei, pensei muito e quando voltei, decidi ficar aqui...

Eu continuava sempre indo no *Democrático*, Pablo também; ele estava casado, a esposa dele estava doente e ele ficou viúvo também... Sem saber como nem porque a gente começou a namorar e aí nos casamos; ele tem duas filhas, eu tenho dois filhos... E com o segundo marido, aconteceu que era o mesmo pensamento, a mesma posição de esquerda, ateu, que o primeiro...

Eu e o Pablo nos juntamos, não nos casamos; para ser feliz, não precisa de um papel... E sempre fomos felizes, suas filhas gostam muito de mim...

Nesta época, os presos políticos já tinham saído das cadeias, a gente já não tinha nada pra fazer, então acabamos com o Centro

Democrático em 75... Muitos amigos foram embora pra Espanha, não tinha mais possibilidade de manter o Democrático porque eram poucos sócios... E aí começaram a juntar as casas de Espanha. A gente primeiro foi pra Casa de Espanha e lá fizeram uma fusão com o Socorros Mútuos.

EU NÃO TIVE ESTUDO mas sempre gostei de ler jornal, não passa um dia que não leio; me interessa em ler e gosto muito de perguntar... Meu marido também é uma pessoa – ele já te falou, não? – que não estudou nem nada, mas só de ler, de comunicar-se, aprendeu muito. Naquela época que eu estava na Espanha, estudar, quem estudava? Era difícil...

Hoje, a gente procura saber os acontecimentos de fora, procura saber as coisas do Brasil, se tem manifestações a gente vai, eu vou... Nessa última que teve na sexta-feira, pelo *impeachment*, ficamos molhadas de cima em baixo! Foi a Carmem, foi a Tina, toda uma turma... Até os brasileiros que estavam perto falavam: “Oh, vocês são espanholas, que bom!” E eu falava: “Olha: sou espanhola, não voto, mas estou aqui pra reclamar. Porque vocês têm que aprender a reclamar, as coisas não caem do céu assim! Ainda bem que vocês estão começando a reclamar, porque não é vergonha reclamar...” E eles ficavam brincando com a gente...

A gente gosta muito do Brasil, eu tenho meus filhos brasileiros... Uma vez a cada 2 anos nós vamos pra Espanha, passear... Eu vejo que a vida virou... A gente vinha pra cá e achava que era um paraíso! Viviam-se muito bem, pra quem trabalhava não faltava. Meu marido chegou aqui e acho que 2 ou 3 dias depois já estava trabalhando. Era difícil um espanhol que chegasse, profissional, que não encontrava serviço...

E a dificuldade que a gente passava lá na Espanha! Aqui, nos primeiros 3 meses eu engordei 20 quilos!... Comprava uma dúzia de bananas, comia inteira, e uma bengala inteira com manteiga! E me lembrava muito de minha avó, me lembro ainda muito... A gente

quando era mocinha, menina, não captava, não chegava a saber porque ela era tão seca, tão miserável – eu falava que ela era miserável... Quando é maior que compreende porque ela era assim: numa idade avançada, criar 3 netos, ter quatro filhos – e era um só que dava de comer a todo mundo...

MEU FILHO ESTÁ COM 32, minha filha está com 28... Quando eu me casei *de segunda*, com o Pablo, eram quatro solteiros: as duas filhas dele e os meus dois... Um ano depois, em 79, casou a mais velha dele; em 82 casou a segunda... Em 88 casou a minha e em 89 casou o meu, agora estamos sozinhos...

Eu não sei expressar-me muito bem de política, assim com palavras... Eu sinto, mas não sei... Eu me revolto muitas vezes em lugares que vou, no açougue, ou na cabeleireira. Sexta-feira de manhã, no dia da manifestação, saí de lá que todo mundo me olhava feio! Quando falavam da manifestação: “Eu não vou, que é isso? Pra que uma manifestação? Será que vai adiantar alguma coisa?” Eu ficava calada, não queria falar... Perguntei pra menina em quem ia votar: “Maluf”

– Por quê?

– Imagina, coitado, que falta de respeito com o presidente, falaram palavrão... Imagina se vou votar no outro...

– Por que? Você vai perder mais se votar no Suplicy ou em outro, você vai ter menos do que você tem? Está com medo de perder o que tem? Pensa!

Eu não voto, mas se votasse? Suplicy. Porque é um partido que pelo menos são honestos, estão lutando pelos menos favorecidos, contra a injustiça social, essa diferença de classe, que antigamente a gente não via tanto... Claro, quando nós viemos da Espanha pra cá, a diferença de classes era muito grande, havia muita miséria, mas atualmente...

---

# Florentina Canto

---

Nascimento: Pola de Laviana, Oviedo, 1932

Imigração: 1955

Entrevista: 22 de setembro de 1992

*Já corri da polícia muitas vezes [...] Por isso meu filho diz: “Mamãe, porque tens que ir a isso?” Dentro de mim, eu sinto um prazer enorme! Vão me dar com o pau na cabeça? Tudo bem: me dar, me dán... Eu já corri muitas vezes da polícia, mas sinto satisfação, não posso negar...*

COMEÇAMOS DESDE A ESPANHA? DESDE QUE EU ERA CRIANÇA, MEU PAI ERA socialista. Então, quando Franco tomou o poder – eu já tinha sete anos – *empiezarán* as perseguições e meu pai teve que ficar muito tempo escondido na casa da minha madrinha... Minha mãe ficou com sete filhos e foi uma luta muito grande, porque depois prenderam meu pai e deram pra ele três penas de morte... Ele era o orador da cidade que morávamos, em Astúrias; todo domingo ele vinha nos *meetings*, os discursos, e orava no balcão da prefeitura... Então quando o pegaram, levaram para a *Penal de Burgos* e recebeu três penas de morte... E aí, por bom comportamento, quando era o aniversário de Franco ou outra festividade, sempre rebaixavam um pouco a *condena*... Então, das três penas de morte ele ficou com trinta anos e um dia – o pior não seriam os trinta anos, seria o dia, que nunca sabes quando vai ser!

Então, minha mãe teve aquela vida... Coitada: cuidava dos sete filhos! Enquanto meu pai esteve preso, mataram um irmão da minha mãe, com 19 anos: assassinaram. Outro que nos poderia ajudar seria meu tio, irmão de meu pai, mas este foi para um campo de concentração e ficou muitos anos... Então só ficou meu avô, que começou a beber que nem um condenado, porque mataram a metade da família...

Quando eu tinha uns 9 anos, de um dia pra outro, incendiaram a casa da minha avó, não soubemos como... Nessa época ainda procuravam meu pai e queimaram a casa... E queimou minha avó dentro... Como éramos crianças, não nos falaram quem foi. Então foi... um pedaço bastante duro...

Eles pegavam minha mãe, junto com outras, levavam para o quartel de polícia, pelavam a cabeça delas e as faziam varrer as ruas todos os dias, ou se iam a cimentar uma rua, jogavam o piche e elas tinham que ir atrás espalhando... E assim muitos anos... Um de meus irmãos nasceu depois de 4 meses que meu pai estava na cadeia.

Então desde muito crianças já nos tocou trabalhar, de um jeito ou de outro; desde pequeninhos... Nós íamos ao rio – duas irmãs que tenho na Venezuela e eu –, pegávamos aquelas pedras grandes, bonitas, e na porta de casa ou na calçada batíamos, peneirávamos e fazíamos sapólio... Colocávamos numa lata grande e com uma latinha mais ou menos como essas de palmito, íamos pelas casas vendendo o que nós chamávamos *arena*...

Como já nos conheciam naquela cidade e sabiam do nosso problema – da prisão de meu pai, de tantos filhos que minha mãe tinha –, todo mundo tinha simpatia, todo mundo ajudava nesse aspecto, comprava... Olha: trabalhar, trabalhava mais que uma burra, sabes? Trabalhava mais que uma burra para poder sobreviver...

Porque tinha até isso: se ias comer numa escola do governo, como eras filha de um *rojo*, como eles diziam, um socialista, faziam distinção: se tinha bastante comida, te davam, se não, te mandavam pra casa... Não tinham nem respeito de que nós não entendíamos nada do que estava se passando com nosso pai; até mesmo sendo crianças nos judiavam, nos obrigavam a ir ao catecismo, nos obrigavam a ir à missa... No Natal e no dia dos Reis Magos o padre dava presentes, e eu me lembro que uma ocasião me tocou uma boneca e o filho da mãe não me quis dar, por eu ser filha de um socialista... E eu voltava pra casa, nervosa, chorava...

Minha irmã, a maior, costurava um pouco de roupa pra ganhar um dinheirinho. E tinha um irmão – o único irmão que tínhamos, que agora faleceu, infelizmente; novinho... Minha mãe não queria que ele fosse à mina de carvão, que era perigoso, então um senhor dali, um socialista que tinha uma sapataria, o ensinou o ofício de sapateiro; depois, se tornou sapateiro de *artesanías*, se dedicava só a fazer sapatos, não a remendar... E aquele rapazinho também ajudava minha mãe...

Aí, passaram os anos, até que meu pai saiu, com liberdade condicional... Mas não poderia sair de Burgos, tinha que ficar lá... Eu estava em Madri com minha madrinha, mas como meu pai quis que nós todos fôssemos morar em Burgos, fomos para lá... Ele estava

muito doente, tiveram que soltá-lo da cadeia porque ele estava com um furúnculo muito grande e o hospitalizaram... A certa altura já estava morrendo e as freirinhas do hospital, *muito católicas*, tiraram ele às tantas da noite para o quintal: como ele não queria tomar a comunhão, não queria a extrema-unção – pois ele se negou, dizia com a cabeça que não, já não falava – tiraram ele do hospital e puseram no jardim, para que morresse... E um enfermeiro – eu batizei depois um filho dele – chamou um médico socialista e foram correndo: foi o médico com um policial, colocaram meu pai para dentro, em tratamento, e depois de algum tempo ele ficou em liberdade e reuniu a família em Burgos...

Em Burgos, começamos a trabalhar todos os filhos: éramos sete. Já começamos todos a trabalhar, cada um numa fábrica... Depois, *empiezamos* a namorar e meu marido veio para o Brasil – então éramos noivos...

O MEU MARIDO, não é bem que imigrou por política, apesar de ser um homem bem de esquerdas... É que na Espanha, a situação nos 54, 55 estava ruim... O emprego era difícil, muito difícil, e ainda mais para o pessoal de escritório. Porque aquele que era de fábrica, ou um pedreiro, todos precisavam... Mas aqueles do escritório não tinham condições de trabalhar ali... Por exemplo: meu marido, quando veio para cá, trabalhava numa firma que tinha um contrato de um ano, porque um garoto tinha ido para o exército, então precisavam de alguém no escritório. Mas depois que acabasse esse ano, onde ficava? E depois, todos escritórios ali eram com *cartucho*, como se diz em espanhol... Falta uma pessoa aqui, entra com *cartucho*...

Aí, um dia ele saiu com três amigos e disse: “Vamos embora daqui...” “Aonde vamos?” Um dizia: “Pra Venezuela”, “Não, pra Venezuela não, pra Bélgica”, “Pra Bélgica também não, vamos para o Brasil!” Então viemos para cá, em 1955.

E aqui, eu vou dizer: o clima é maravilhoso, mas a coisa é dura... Há muita injustiça, muita corrupção, a política é uma porcaria mesmo

– tem muita gente que diz que isso é o *cu do mundo*! Eu pessoalmente, acho o povo em si um povo fabuloso! Só falta ter um pouco mais de iniciativa, parece que o pessoal é masoquista! Porque o povo é um povo bom, todo mundo quer ajudar; eu vinha agora no Metrô, já começou um papo... Um povo simpático, um clima maravilhoso... Só os governos que não ajudam. Os operários não ganham nada, então em boa parte são completamente marginais... Acho que deve ser um dos únicos países do mundo que tem essa quantidade de favelas que tem aqui...

*HOMBRE*, CHEGAR AQUI FOI UM POUCO DIFÍCIL, porque não entendia nenhuma palavra! Menos mal que era casada com espanhol... Quando cheguei, eu fui morar num quarto com direito a cozinha – que ia fazer? A mulher da casa falava comigo e me dava aquela vontade de chorar, sabe? Apesar de eu ter um caráter bastante alegre e dar risada de tudo... Eu esperava a hora que meu marido chegaria para dizer: “Olha, essa gente me *habla*, eu não entendo nada...” Então, ficava no quarto, fechada... Quando levávamos oito meses aqui, mandamos a papelada pra lá, para casar...

E as amigas, assim, foi com o passar do tempo que nós fomos nos conhecendo, nos reunindo... Mas foi... uma época que *uno sufre*, porque primeiro larga a família, larga pai, larga mãe, irmãos; já tens uma vidinha ajeitadinha ali... Minha mãe tinha aquele orgulho de sempre dizer: “Nunca envergonhem vosso pai”, Então, na cabecinha, se eu fizesse alguma coisa vergonhosa, eu ia envergonhar meu pai e os fascistas iam rir! Se nós fazíamos uma coisa errada, ela achava que os fascistas iam rir de nós: “Ah, o pai preso e as filhas aprontando...”

Então tínhamos aquela vidinha bem controlada: fazíamos o serviço de casa, nos domingos íamos dançar na praça, a banda tocava música, minha mãe ali sentadinha, tristonha... E quando acabava a música, voltávamos pra casa direitinho, os sete filhos... Então, a vida ali na Espanha foi dura! Mas dentro dessa dureza, tens uma família... Tens avó, tens mãe, tens irmãos, que sempre estão olhando por ti,

tens vizinhos... E de um minuto pra outro, chegas ao Brasil e não conheces ninguém! Mas eu me adaptei bem, me adaptei... Depois de alguns anos, mal ou bem já entendia – o que não entendia não respondia e o que entendia respondia em espanhol, porque *hasta hoy* não falo português...

E AOS POUCOS NÓS INGRESSAMOS nas atividades da colônia espanhola, que era no parque D. Pedro, na rua das Figueiras... *Teníamos* um clube muito bonito, que se chamava Centro Democrático Espanhol... Era como uma família, ali éramos todos como irmãos... Se eu tinha que ir a um lugar, o marido dela, o marido da outra, me levavam, levavam a outra, sempre com aquele respeito, aquela amizade, companheirismo, que nunca se ouvia: “Olha, eu não vou com fulano porque é muito descarado...” Não tinha isso, era uma família... Apesar de serem bastantes, era uma verdadeira família; a coisa mais linda, aquele clube nosso! Muitas vezes recordamos que depois de tanto que nós trabalhamos, ainda nos lembramos como os momentos dos mais bonitos que nós passamos aqui no Brasil...

Neste clube eram anarquistas, eram socialistas, eram comunistas, mas um grupo assim fabuloso, fabuloso! Umhas atividades fora do comum, com força mesmo! E ali se formou, em 1963, a Seção Feminina, através da esposa do Guardiola, que veio do Uruguai. Então desde esta época começamos a participar das atividades – *bien*, atividades todas escondidas, pois não poderíamos intervir na política do Brasil, sendo espanhóis...

As companheiras do Democrático faziam teatro... Representaram *La Camisa*, representaram *Yerma*, representaram *La Rede*, um monte de peças muito bonitas, em vários teatros... E todo esse dinheiro que se arrecadava, já em 63, podem dizer que era todo manipulado pelo Partido – mas *bueno*, nós tínhamos a liberdade de mandar para um preso político, de mandar para a família... Tivemos uma atividade muito bonita, sempre fazendo *pic-nics*, arrecadando dinheiro, peças de teatro, rifas...

E aí, creio que a companheira Juana entrou, creio que faz já bastantes anos que está junto – o marido dela foi presidente do Centro Democrático Espanhol, era uma belíssima pessoa... Tivemos presidentes muito bons, como Juan Vendrell, um homem com uma capacidade intelectual, jornalista, falando francês, inglês...

Então, tivemos essa atividade durante muitos anos, ajudávamos as famílias dos presos políticos... A princípio teve aqui também a “Comissão Pró-Anistia de Portugal e Espanha” – depois se separaram e ficou o grupo de espanhóis que levava isso à frente... Íamos ao consulado reclamar de coisas que aconteciam na Espanha, como a morte de Julián Grimau... E sempre ficou o grupo de mulheres, que na maioria eram espanholas, ou alguma brasileira casada com espanhol que se entrosou muito bem na luta contra Franco...

Eu me escrevia com um senhor que se chamava Narciso Julián, que conheceu a filha no presídio... Ele se casou, a esposa estava grávida, ele foi pra *Penal de Burgos* e a esposa levaram para a Alemanha... E quando estava na Alemanha nasceu a garotinha. Então da França a pediram: como o pai e a mãe eram espanhóis, quiseram a garota na Espanha... Então, esse Narciso Julián conheceu a filha no cárcere – aliás, a filha e os netos, porque o Narciso Julián esteve muito tempo preso... Marcos Ana deve ter ficado 20 anos... Só teve um *muchacho* de Madri que esteve 22 anos, e o Narciso Julián deve ter ficado uns 18 anos preso...

Então, cada companheira se correspondia com um preso... A mim me tocava esse Narciso Julián, que eu chamava de tio – se não, ele não podia responder à minhas cartas... Ele tinha paralisia progressiva; quando vinha uma visita, o punham na cadeira, ele não andava. Diziam que era consequência de uma infecção que tinha na boca...

Uma vez veio aqui um padre, na Conselheiro Furtado, a Juana estava: monsenhor “não-sei-o-que” – como não éramos muito católicas, não perguntamos muito... E aproveitamos a oportunidade que ele quis falar com as mulheres e lhe pedimos para que entrevistasse no que estava acontecendo com esse senhor... Foi muito atento – aí já

era uma época que eles queriam dar uma de bonzinhos – então quando voltou pra Espanha, solicitou para que esse senhor saísse com dois policiais ao dentista... Se tratou, muito direitinho, e teve a delicadeza de escrever uma carta para o padre, aquele que *se morió* – padre Pablo! Ele recebeu uma carta e mandou me chamar, fomos o Vendrell e eu a saber das coisas...

Nós fazíamos *comidas*, trabalhávamos, viu! Fazíamos *comida* para 120 pessoas! E tudo fazíamos nós! Pedíamos aos espanhóis: aquele que sabíamos que tinha uma padaria, eu ia lá, pois ele era da minha terra: “Não podia nos dar o pão? Estamos precisando de 200 ou 300...” Íamos ao mercado central, falávamos com todos: ao Ponces, bonzinho – que em paz descanse – pedíamos *garbanzos*, ele nos dava o grão-de-bico; outro patrício nos dava batata, tinha um senhor que fazia *chorizos*...

Preparávamos almoço para 200 ou 300 pessoas, mas ninguém nos ajudava, só nós, um grupo de mulheres fantásticas! Com vontade de fazer algo, com vontade de lutar, com vontade de ver o lucro, aquele dinheiro, que separávamos: tanto para esse preso, tanto para mandar para a família... Uma coisa maravilhosa, que ias para a casa esgotada, mas ias feliz, porque sabias o que tinhas feito... Nós cozinávamos, limpávamos o salão, lavávamos as toalhas de mesa... Os homens também, punham a mesa para nós, Pablo nos ajudava muito, e outros companheiros... E assim nós passamos anos!

Nós mandamos uma quantidade de pijamas para o inverno: nos deram a fazenda, mandamos fazer... Quando chegava o Natal, mandávamos Nescafé, cigarros, castanhas de caju, latas de abacaxi... A parte que pertencia a Burgos chegava pra meu pai, que já estava solto, e ele levava ao presídio; quando era dinheiro, ele entregava para os familiares dos presos. Depois, eles escreviam dizendo que até os policiais que tomavam conta ficavam com inveja daquelas mesas fartas e diziam: “Puxa, Nescafé do Brasil... Quem ia imaginar que de tão longe, podem estar ainda pensando nos presos que nós temos na Espanha...” Então, punham a mesa de Natal e tinha Nescafé, abacaxi... Chegava daqui, da Alemanha, da França, da Iugoslávia, de todos

os lugares... Em 2 ou 3 dias tinham comida de todo o mundo, até os policiais se revoltavam...

Tivemos o Clube na rua da Figueira, depois foi pra Conselheiro Furtado, depois fomos para a rua Vandencolk e dali fomos para a Casa de Espanha... O que acontece? Quando morreu Franco, como a maioria era gente política, lhes pareceu que seria melhor voltar pra Espanha, tinha que haver uma mudança grande. Então a maioria foi embora quando viu *que palitos tocava o rei* – porque todo mundo esperava que o Rei, como o professor dele foi Franco, seguisse como Franco, mas foi completamente diferente... Apesar de nós não gostarmos muito de reis, o nosso, há de compreender que não é dos piores, não é dos piores não... É uma pessoa bem decente e se interessa pelos problemas espanhóis...

Então, como começou a ir muita gente, nós sentimos a obrigação de *cerrar* o clube, porque era muito caro para sustentar, muitas contas a pagar... Mas continuamos com nossa amizade, porque a amizade nossa é de vinte e tantos anos... Um grupo de mulheres continuou se reunindo a cada 15 dias, para falar de política, da Espanha, de cinema, de tudo o que se pode...

*ENTONCES* FORAM PASSANDO OS ANOS... Meu marido trabalhou aqui na propaganda médica, durante vinte e tantos anos... Depois saiu e trabalhou na IOB, mas agora já não encontra serviço... Entrou na aposentadoria no ano passado, mas até agora não recebeu nada... Tem 3.000 pessoas pra receber esse mês; ele não está entre as 3.000, coitado! Será que Manolo está?

Mas não estamos tão mal, temos casa própria, tenho um filho só, ele trabalha também, um menino – para mãe é sempre menino, está com 28 anos! Um menino muito bom, nunca nos deu um desgosto – nem se mete muito em política, *a mí me gustaria* que se metesse um pouquinho mais... Mas não gosta, ele acha que é uma bobalheira... Ele fala: “Mãe, porque a Sra. vai sair agora de casa para ir à praça da Sé?” Bem, não gosta de política, eu não posso obrigar...

Mas nunca nos deu um desgosto de ficar fora de casa, de qualquer problema... Então hoje estou com uma vidinha acomodada. Não preciso trabalhar, meu marido também está esperando a aposentadoria... Para nós não foi tão desgraçado porque tem outras pessoas que ainda estão passando fome por aí; tem muitas pessoas que estão passando fome...

Quando viemos para cá, sempre pensamos em voltar, sempre! Uma música que escutamos, choramos; uma cantora na televisão, por pior que seja, ficamos de boca aberta; uma coisa que anunciam da Espanha, um filme espanhol, vai todo mundo assistir... Ou seja, qualquer concentração que fosse da Espanha, estava todo mundo! Até que meu marido dizia: “Quando tivermos um dinheirinho pra comprar uma casinha módica, não vamos comprar! Porque se compramos a casa, aí vamos ficar pensando na casa, vai ser difícil pra vender e aí não vamos pra Espanha...” Então não compramos casa, porque pretendíamos ir pra Espanha...

Isto não acontece só comigo, são todos os espanhóis... O que *pasa* é que depois nascem os filhos, crescem os filhos, depois se *enamoram*, depois se casam e agora, se vou pra Espanha, meu filho fica aqui... Eu ali e ele aqui, vai ser a mesma tristeza de estar pensando no que está lá... Como a companheira Juana poderia ir agora pra Espanha e deixar os dois filhos casados aqui? Bobagem! Não há um espanhol que não tenha pensado em voltar – a não ser algum fascista, esses fascistas que vieram a fim de fazer dinheiro mesmo, esses vieram em definitivo... A classe mais proletária veio por questões de política, com a ideia de ficar aqui 8, 9 ou 10 anos, enquanto não morria aquele canalha de Franco, pegar o navio e voltar pra Espanha... Mas depois a coisa muda, e como os espanhóis se adaptam em qualquer lugar... Brasileiro já não tem tanto espírito de adaptação; eu já falei com muitos brasileiros, que foram por exemplo para Cuba: *sí*, gostaram de Cuba, mas queriam voltar para o Brasil, lembravam até do feijão e do arroz... Eu escutei alguns, políticos...

E os que estavam ali em Moçambique, também falei com alguns, muitas vezes se embebedavam pra esquecer-se que estavam

em Moçambique, não se adaptavam... O espanhol, de qualquer parte da Espanha, se adapta com facilidade em qualquer país... Eu tenho duas irmãs na Venezuela, *pasó* o mesmo que comigo: “Vamos ficar aqui até ter algum dinheiro, depois vamos embora pra Espanha...” Uma delas comprou casa na Espanha, tem propriedades na Espanha, mas que aconteceu? A filha casou, é química, o marido dela também, e já têm a vidinha deles feita na Venezuela... E o filho está estudando arquitetura na Itália... Ele diz: “Mamãe, quando eu terminar minha carreira, estou em dúvida se vou pra Espanha ou pra Venezuela.” Aí minha irmã fala: “O que vamos fazer?” Ela quer viver em algum lugar com os dois filhos, mas vai ser impossível!

Mas sofremos um bocadinho aqui, sabe? Pelo menos conhecemos o Brasil, e sabemos que no fundo, no fundo, é um povo bom... Eu acho que em certos momentos, se encontra um pouco acomodado, concorda comigo? É aquele de deixar como está para ver como é que fica... Na rua onde eu moro eu não consegui levar uma mulher para essa manifestação do outro dia... A única cretina espanhola, eu falei pra ela: “Vamos, vamos, que você vai ser feliz lá; todas as caras são amigas! Você vai nesses comícios, todo mundo parece conhecido da vida inteira...” Não consegui levá-la! O filho dela que é advogado estava lá, ele foi, é do PT... Mas, da minha rua não tinha uma alma – e eu que sou espanhola, que podia dizer “se dane”, vou a todas!

Já corri da polícia muitas vezes... Corri muitas vezes da polícia, na época do Erasmo Dias, lembra? Filho da mãe! Olha! Corremos mais de uma vez da polícia, que batiam com os pés na bunda, iam com os cachorros, iam jogando... Por isso meu filho diz: “Mamãe, porque tens que ir a isso?” Dentro de mim, eu sinto um prazer enorme! Vão me dar com o pau na cabeça? Tudo bem, me dar me *dán*... Eu já corri muitas vezes da polícia, mas sinto satisfação, não posso negar... Talvez porque eu tenha aquele espírito de lembrar-me do que sofreu meu pai, 14 anos no presídio, que são muitos anos! O sofrimento dele, de pensar que tinha sete filhos, que não poderiam ir à escola – porque tínhamos que ajudar à minha mãe, senão, o que nós íamos comer? Então, desde os sete anos, oito, fazíamos o que

podíamos para trabalhar... Pedíamos a uma mulher que tinha um pomar com maçãs: “Quer me vender maçãs?” Íamos com uma cesta, metíamos as maçãs na cesta, e íamos de porta em porta: “Quer comprar maçã?” Então essa era uma maneira de trabalhar, de ajudar... E no fim do dia entregávamos o dinheiro pra minha mãe, porque tínhamos o aluguel para pagar...

Na época, morávamos numa casa enorme, e a dona da casa era a maior reacionária daquele *pueblo*... Era uma fascista, tinha uma tabacaria e minha mãe tinha que ir pagar a mulher lá... E coitadinha, meu pai preso, ela ameaçava minha mãe... Chamava de sem-vergonha, de *roja*, de socialista, que iam fuzilar o marido, então minha mãe saía de lá deprimida... Quando eu cresci um pouco, muitas vezes eu fui pagar o aluguel pra minha mãe – eu era muito machona, comigo não havia ninguém que se metesse, porque eu repartia tapas a torto e a direito! Era pior que o diabo em pessoa! Minha mãe me *llamava* o homem de casa... Eu era triste! Alguém olhou feio pra mim, ou falou alguma coisa de meu pai, já ia sentando a mão! E se não, pegava cada pedra desse tamanho e jogava que não media consequências, não media nada!

E quando eu ia pagar o aluguel, elas falavam: “Essa *rojas*! Tínhamos que *colgárlas* bem altas, para que não fique nenhuma!” E eu respondia pra elas, eu xingava! E aí minha mãe, enquanto eu não chegava em casa, ficava preocupada: “Qualquer hora pegam ela e começam a dar tapas” – mas eu me defendia mesmo!

No Brasil, estão um pouco acomodados porque não sofreram como nós sofremos lá! Aqui, uma empregada doméstica, ganha um dinheiro bem bonito, viu? E aí não tinha nada disso... Era uma miséria, todo mundo mal ganhava pra comer, então quem tinha uma filha, ajudava em casa, limpava... Eu tive muito tempo ajudando minha mãe nas casas – a cidade tinha 20.000 habitantes e não tinha água nas casas; então aquelas que se consideravam um pouco grã-finhas, que não queriam ir àquelas fontes, aquelas fontes bonitas, pagavam pra pegar água... Então me chamavam a *mí*... Tinha dia que eu levava pra uma casa 20 baldes de água! E garotinha, heim!

Eu pesava 60 quilos, porque eu era mais larga que alta! Pegava um balde nessa mão, outro nessa, enchia de água, e levava para a casa até contar uns 20! E a cada semana, no sábado, me davam aquela miséria... Aí, ia pra outra casa, levava outros baldes de água... E isso tudo pra ajudar a minha mãe – uma mulher que era forte, bonita, chegou a ficar magrinha, com sete filhos pra criar, sem marido... Mas *que* passamos muito, viu? Passamos muito em Espanha... *Así que...*

---

# Enrique García

---

Nascimento: Jerez de la Frontera, Cádiz, 1937

Imigração: 1963

Entrevista: 10 de junho de 1991

*Se você vive em um universo de pessoas que não sabem nada de política, não tem alguém que te abra os olhos [...], que preocupações políticas você pode ter?*

EU NASCI DURANTE A GUERRA, NO ANO DE 1937, NA PROVÍNCIA DE CÁDIZ – um lugar onde não houve conflito, a parte baixa da Andaluzia sempre foi franquista. A província de Cádiz é a que divide a Espanha entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico, se estendendo como num triângulo. Eu sou da cidade onde tem a corrida de Formula 1, Jerez de la Frontera. Nessa e em outras províncias da Andaluzia não houve enfrentamento militar, então eu não conheci a Guerra e não escutava nada sobre ela. O único que eu escutava – devido às matanças que Franco fez e à perseguição a todo aquele que era opositor ou tinha algo de esquerdista –, era o seguinte: “Você de política não sabe nada. Não pergunte nada, nunca se interesse em saber nada de política; política só pode te levar ao fuzilamento ou à cadeia.” Era um tipo de conversa que você escutava mas não sabe precisar quem te falava, se eram os pais, se era um parente ou outra pessoa: era aquela voz predominante.

Na Espanha não houve apenas uma Guerra Civil, mas uma limpeza geral: todo aquele que era esquerdista ou cheirava a esquerdista era fuzilado. Não tinha isso de dizer: “Ele pode estar equivocado, pode ser que não seja...” Nada disso: na Espanha se fuzilou chegando no sindicato e pegando as listas do que eram sindicalizados; iam nas casas deles e fuzilavam, só por serem sindicalizados. Então, sobre política eu nunca escutei nada... Claro que sempre se escuta alguma coisa, mesmo que não se possa precisar de alguém específico que contava histórias.

Eu conheci muito mais da Espanha fora da Espanha do que dentro da Espanha. Lá, eu conheci a Espanha de Franco; a outra Espanha, que tinha existido antes, era totalmente desconhecida dos espanhóis, não se falava sobre ela. Só poderia falar alguém que conhecesse – e particularmente – o que não foi o meu caso. Eu nunca conheci uma pessoa que tivesse ideias diferentes ou tivesse conhecido o outro lado da Espanha e contasse: “Olha, o que aconteceu na

Espanha foi tudo isso...” Meus pais nunca foram políticos, nunca se metiam em política, então eu não posso te dizer que eu tivesse uma preocupação política ou conhecesse algo de política, eu não conhecia nada.

No meu caso específico, eu sempre tive uma preocupação de ler, sempre gostei. Até hoje eu gosto de ler e só não leio mais porque não tenho tempo. Não é apenas ler romances, mas saber das notícias internacionais, sobre política... Tenho minhas próprias ideias, me considero uma pessoa mais ou menos esclarecida, mas em função de uma preocupação que eu tive que nem todo mundo tem. Eu sei que a maioria das pessoas só liga a sua televisão, assiste seu noticiário e fica sabendo das coisas superficialmente.

Hoje eu sei da Guerra não pelo que aprendi *allá*, mas pelo que aprendi fora da Espanha, pela leitura, pela conversa com as pessoas que lutaram na Guerra. Na minha infância, eu só sabia que não se mexia com política que coisa boa não era, só podia trazer desgraça.

A minha família era constituída de meu pai, minha mãe, mais dois irmãos e duas irmãs; moram todos lá na Espanha. Meu pai morreu em 1960. Ele era motorista de caminhão, vivia num tipo de classe média, então sempre moramos numa casa decente. Eu nunca tive que tirar água do poço, nem nunca ouvi falar de casa que não tivesse esgoto – eu nem sabia o que era “fossa”!

Quando eu cheguei aqui e ouvi a palavra “fossa”, perguntei: “Mas o que é fossa?” “Fossa é assim, assim...” “Poxa, mas existe isso!” A Espanha, dentro do seu atraso com relação aos países europeus, está adiantada em relação a esses países aqui sei lá quantos anos! Isso de favelas não existia na Espanha, na minha região não me lembro – não é que não existisse, mas era bem reduzido isso daí.

O que tenho que dizer sobre Franco é que dentro do regime que existiu sempre houve uma preocupação de resolver vários problemas sociais. Uma das coisas que Franco resolveu foi o problema da habitação. Na Espanha existia muito cortiço e o Franco, na década de 50, 55 mais ou menos, começou a construir casas populares, que se chamavam *viviendas sociales*. A pessoa tinha que demonstrar que

tinha pouca renda e o governo cedia uma casa; ela dava uma entrada e pagava em 25, 30 anos, uma coisa mínima – até hoje existe isso. Franco construiu milhões dessas vivendas sociais, talvez seja o país que melhor resolveu o problema da habitação em toda a Europa, acabando aqueles cortiços que se via muito lá.

Alguém pode dizer que eu fui mais privilegiado do que muita gente, porque eu sempre morei numa casa com quarto, sala, cozinha... Eu sei de muita gente que morava em cortiços: tinha um tio meu, eram 4 filhos e o casal; tinham que dormir em dois quartos só, a cozinha e o banheiro eram fora, coletivos. Minha avó também morava num cortiço, eram dois banheiros para não sei quantas famílias, viviam apertados...

Então, eu não posso te dizer que eu vivi uma infância com marcas de pobreza, de miséria, que pode criar em você uma revolta contra o regime que provocava essa pobreza. Eu não tenho aquele tipo de lembrança de miséria e de pobreza.

Lá na Espanha, o regime dominava de tal forma todo o país, a repressão era tanta! Vou contar-te um caso: meu irmão formava parte de um clube de jovens, para jogar dominó, conversar, coisa assim... E existia uma lei na Espanha que qualquer reunião de mais de quatro pessoas, nem que fosse numa casa particular, tinha que ser comunicada à polícia. Então, eles se reuniam num clube de cegos – lá tem a associação de cegos bem organizada, inclusive eles têm uma loteria própria, o “Cupom dos Cegos”, que corre todo dia. E estavam um dia assim reunidos, aquela coisa de amizade, não era nada político, a polícia se apresentou e levou todos eles presos. Pelas leis do país estavam na ilegalidade, porque qualquer reunião de mais de quatro pessoas tinha que ser comunicada à polícia! E isso numa cidadezinha pequena, perdida no meio do mato... Veja até que ponto chega a repressão: o controle do Estado em cima das pessoas, de todos os meios de comunicação, era algo fabuloso!

Aqui no Brasil, ainda com toda a repressão, você lia coisas contra os militares. Existiam vários jornais, não sei se você conheceu o jornal *Opinião*, o *Pasquim*, ou outros que de certa forma enfrentavam o

regime; não enfrentavam frontalmente, porque não podiam, mas faziam oposição ao regime e na Espanha isso não acontecia. Agora, se você não se metesse em política, se você não se metesse em nada que fosse contra os interesses do regime, você não era perturbado. Existia uma tranquilidade social, você podia andar na rua que não era assaltado, podia ter sossego...

O regime era uma ditadura, mas não uma ditadura do tipo de procurar benefícios em função de uma camarilha que nem fazem aqui. Aqui entra uma turma no poder e procura os benefícios pra ela, porque sabe que depois vai entrar outra turma que também vai se beneficiar, então eles procuram se aproveitar ao máximo do poder que eles têm. Ali não era assim; acho que eles se consideravam perpétuos, o tipo de regime era pra sempre, então eles tinham uma preocupação social; aqui o último que pensam é no social, o primeiro que pensam é nos interesses deles...

Eu era apolítico em função de desconhecimento: uma vez que eu comecei a conhecer, a ler, a me informar, a escutar pessoas que participaram da Guerra, minhas ideias foram se esclarecendo, assim eu tomei posição segundo o que me parecia certo. Sou um antifranquista “esclarecido”, não por ter sofrido na pele a repressão política, ou alguém de minha família. Na minha família não falavam nem bem nem mal de Franco, se entrasse outro tipo de regime continuaria a mesma coisa – eu acho que em todos os países do mundo a maioria da população é apolítica.

Eu estudei mais ou menos até os dezessete anos e então comecei a trabalhar – com carros, como eletricitista mecânico. Logo fui para o Exército, que é obrigatório lá; fiquei um ano e meio – hoje acho que são 8 ou 10 meses, já diminuiu o tempo de serviço militar – e aquilo me chocou! Aquela disciplina era muito rígida, não era fácil... Por isso que eu faço uma diferenciação entre a ditadura na Espanha e da ditadura aqui: a ditadura aqui é uma piada!

No exército espanhol, no ano 60, a coisa era brava mesmo – agora já não é mais assim. O poder militar era tão absoluto que às vezes você escutava coisas revoltantes, de se perguntar: “Como uma

coisa dessas pode acontecer?” Você se choca – naquele tempo já chocava, hoje choca ainda mais...

Eu me lembro de uma história que meu irmão contou: quando ele estava no Exército, chegou um cabo, que tem um pouco de mando e começou a bater em várias pessoas. Ele deu um tapa num camarada que não tinha nada a ver com o peixe, que revidou o tapa. Aquilo custou pra ele não sei se foram 4 ou 5 anos de cadeia: agressão a um superior... Nossa Senhora! Nem que você demonstrasse que o errado era o outro, você não tinha razão nenhuma só pelo outro ser superior a você, sua razão não valia nada. A disciplina no Exército era pesada! Comentava-se que o exército espanhol, junto com o exército alemão, eram os dois exércitos de maior disciplina em toda a Europa. Não sei até que ponto isso era verdade, mas não me estranha que fosse.

O exército espanhol tinha a Legião de Estrangeiros, que eram voluntários para os destacamentos que ficavam na África – tinha a Legião Francesa e a Legião Espanhola. Existia toda uma fantasia a respeito da Legião Estrangeira, comentava-se que quando uma pessoa era criminosa, ou estava fugindo da justiça, alistava-se lá que ninguém perguntava de onde vinha, qual o seu nome, nada. Ele entrava lá, dava o nome que queria e ficava isento, ninguém jamais podia pegar nele. Só que a coisa era pesada!

Os destacamentos que ficavam junto com a Legião – acho que eles se chamavam Exército espanhol “*corrigindo*” – funcionavam assim: a pessoa que durante o período militar cometia um delito, era julgado pelo tribunal militar e pegava uma condenação que tinha que ser cumprida no presídio militar – que era algo pesado também! Digamos que ele tivesse servido no exército um ano, cumpriu a pena, mas ainda faltavam seis meses para ele se quitar; então ele não ia pro quartel dele, ia pros *corrigindo*. Pessoas que estiveram ali me falaram que o que você via ali era de cair o queixo; era só olhar diferente pro camarada que eles já te pegavam no pé. Uma das penalidades que tinha lá era amarrar no corpo com arame um saco de areia de vinte quilos, molhado, e ficar com isso uma semana, ou quinze dias, não podia tirar pra nada.

Outra coisa, isso eu vi fazer no Exército: tinha um colega meu que se revoltou, ele ameaçou, mas não chegou a agredir o superior – se ele faz isso ele *tá* ferrado. Então chegou lá pro camarada, delimitam uma área de um metro quadrado, dão um pá e uma picareta e falam: “Faz um buraco de um metro de profundidade.” Ele tirava toda a terra de lá, fazia o buraco de um metro de profundidade – ou o que de-terminasse o superior:

– Está pronto?

– *Tá* pronto.

– Agora fecha o buraco; agora abre outro aqui, de outro metro. Tá pronto? Agora fecha o buraco e abre outro lá...

Isso eu vi fazer; conforme a penalidade que o superior queria dar para aquele que tinha cometido a infração, mandava ele cavar buracos. A coisa naquela época era pesada!

Então, esse tipo de disciplina, essa ditadura, vão te deixando marcas e você se questiona – pelo menos é o meu caso: “Será que não existem outros países onde a coisa seja diferente?” Você lê, se informa o que foi antes da Guerra, anda no outro lado e chega à conclusão de que ali não é o certo para você viver; aí você sai fora do país – é o meu caso, eh?

Não é que eu tenha saído da Espanha em função da disciplina militar, aquilo foi uma época; fiquei um ano e meio ali e nunca fui penalizado – também nunca fui um sujeito contestador, se tivesse sido estaria preso até hoje, porque aqueles camaradas eram bravos! Eu não fui aquela pessoa de contestar as normas, de querer enfrentar ninguém, eu nem tinha porque enfrentar aquilo. Mas tudo aquilo te deixa marcas...

ASSIM COMO EU, muitos jovens vieram: uns por motivos econômicos, outros por motivos políticos. A maioria das imigrações acontece por motivos econômicos, o fundo de todas as imigrações é o motivo econômico... O motivo político de imigrações é quando um regime se impõe a outro, como ocorreu em Cuba, depois que o Fidel Castro

tomou o poder, ou na União Soviética, depois que os soviéticos tomaram o poder. Existe toda uma emigração política, são pessoas que fogem desses países porque não estão de acordo com os regimes.

Na Espanha também existiu uma emigração política depois que o Franco tomou o poder. Muitos saíram da Espanha porque eram pessoas formadas: era alguém que já tinha uma consciência política e via que lá ele não teria condições de sobrevivência. Aquilo afogava ele, ele se sentia perseguido, isolado... Teve alguns que eram contra o regime mas ficaram e lutaram, mas outros se sentiram coibidos, viram que a repressão era tanta...

Já a imigração que veio depois é de motivo econômico; são pessoas que querem sair porque lá não existe uma condição econômica para eles sobreviverem. Mas a maioria dos que imigraram por motivos econômicos, uma vez aqui são esclarecidos; começam a ler, escutam a opinião dos outros, integram-se no Partido Comunista ou no Centro Democrático... Hoje em dia já se perdeu tudo isso, as próprias condições da Espanha fizeram mudar tudo.

Bom, já no meu caso não teve um motivo específico para eu sair da Espanha. Eu tinha minha família lá, tinha emprego... Não se ganhava muito porque naquele tempo os salários eram baixos, em função de uma crise profunda: a Espanha era um país subdesenvolvido que tinha saído de uma guerra civil e pra remontar aquilo foram muitos anos de dureza; trabalhava-se muito, tinha que produzir muito. As coisas eram caras mas podia se dizer que dava pra sobreviver, não se vivia nesse nível de miséria daqui...

Com todos esses tipos de sufoco, eu me sentia meio isolado dentro daquele clima e tive vontade de sair. Acho que é a mesma coisa com o brasileiro que sai hoje do Brasil; se você vai perguntar:

- Você está desempregado?
- Não.
- Você ganha assim, um salário mínimo?
- Não, eu ganho mais ou menos...
- Você tem família estabelecida?
- Tenho.

- Você mora numa casa?
- Moro, não moro em favela não.
- Então você está saindo do Brasil porquê?

Muitos deles não vão saber te dar a explicação disso; inconscientemente ele sabe que está saindo porque existem mundos melhores do que esse aqui, que não é o país dos sonhos, mesmo que seja o país dele... Comigo aconteceu a mesma coisa, acho... Eu saí da Espanha não em função de um ou outro motivo específico, mas em função de uma série de circunstâncias, que me fizeram chegar à conclusão de que era melhor mudar de país...

EU VOU TE EXPLICAR PORQUE EU VIM PRO BRASIL: se tem uma coisa que eu não gosto é frio... Eu detesto frio e na Espanha faz bastante frio. Eu poderia ter ido, como a maioria das pessoas que saía da Espanha naquela época, para a França, para a Alemanha, Suíça... Tinha uma vantagem: a facilidade de ir uma ou duas vezes por ano à Espanha passar o Natal, ou as férias de julho. Mas eu, devido ao frio, me perguntei: “Vou sair da Espanha para me enfiar num país que faz mais frio ainda?” Então, um dos motivos de eu vir para esse lugar aqui, foi em função de eu procurar um clima mais ameno.

Mas tem mais: o Brasil, naquela época, era um país que tinha um certo nome no mundo, tinha um respeito, era um país democrático. Hoje em dia a decadência do Brasil é tanta que ninguém dá mais atenção ao Brasil, o país ficou superado totalmente, mas naquele tempo – no ano 62, 63 –, o Brasil tinha um nome, impunha respeito... Era um país que estava em gestação ainda, mas já se via o desenvolvimento – já tinha tido a época do Juscelino, Jânio Quadros saiu fora mas tudo bem, tinha o João Goulart –, ou seja, existia no mundo um respeito pelo Brasil, país democrático, país que atraía.

E tem mais um motivo: eu fui pra Argentina primeiro, em função do meu ofício. Eu trabalhava de eletricitista de carro e na Argentina davam facilidade para entrar. Então eu fui pra Argentina mas não gostei de lá e fiquei só seis meses.

Em 62, quando eu vinha pra Argentina, no navio eu conheci um espanhol que vinha aqui para o Brasil. Era a mesma coisa que eu, ele vinha sozinho também; a gente não sabia nada, coisa de juventude, vinte e cinco anos, e fizemos um trato. Ele me falou: “Se você vê que na Argentina está bom, você me escreve uma carta e eu vou pra lá... Agora, se eu vejo que aqui no Brasil tá bom, te escrevo uma carta e você vem aqui pro Brasil...”

Daí eu fui pra Argentina mas não gostei. Ali já não havia liberdade política – eu não me metia em política, mas você sentia algo. Era uma ditadura militar e a coisa já estava começando a ficar feia. Na Argentina vivia-se muito bem, o padrão de vida era muito alto, corria muito dinheiro, mas o país estava começando a enfrentar uma série de crises.

E também não gostei do caráter do argentino, via coisas que me chocavam... O caráter do argentino é muito soberbo – nós chamamos na Espanha *engreído*, uma pessoa que se considera muito por cima dos outros e gosta de humilhar os outros. Como na década de 10, de 20, de 30, a Argentina era considerada um dos cinco países mais ricos do mundo, aquilo ficou na mente do argentino e eles se achavam os donos do mundo.

Eu me lembro que em conversas com argentinos, eles se achavam tão superiores em relação aos outros países, que não admitiam que um estrangeiro de forma alguma falasse sobre o seu país – só se fosse pra falar coisa bonita: “Puxa, como é bonito aqui...” Agora, você questionar alguma coisa eles não admitiam, já te jogavam na cara: “O que você faz aqui? Por que você não vai para a sua terra?” Você via que o relacionamento com o estrangeiro, com o espanhol, era difícil. Na Argentina tem mais italiano e descendentes de italiano do que espanhol, você pode ver pelo sobrenome, e eu não sei porque lá se fala espanhol, era pra se falar italiano. Na época que eu fui tinha também muito imigrante grego, acho que pela fama que fez aquele Onassis, que era grego e fez a fortuna dele na Argentina. Aquilo foi um imã que trouxe grego, então o que tinha lá de grego não era fácil. Mas os argentinos não gostavam deles, detestavam, você sentia

no relacionamento que eles colocavam um tipo de barreira. Porque no fundo era uma imigração econômica, o camarada ia pra lá pra melhorar de vida – talvez eles achassem que iam tirar um pedaço deles, não sei...

Aí eu escrevi aquela carta pro meu colega, que eu tinha conhecido no barco, acho que ele também escreveu, mas faz tantos anos que a gente já se esquece. Ele me deu o endereço, eu vim aqui pro Brasil e aí eu gostei, vi outra coisa. Era um país que enchia os olhos de quem chegava naquela época, você respirava a liberdade, via que o país estava progredindo.

Eu não me lembro bem quanto eu ganhava naquele tempo, nem me preocupava se eu ganhava muito ou pouco: dava pra eu viver, eu era solteiro... E eu sentia um país democrático – eu cheguei aqui em 63, vindo de uma estrutura mais fechada, de um país de ditadura, de desmandes...

TODOS OS ESPANHÓIS, quando vieram para cá, sentiram-se felizes... Pode perguntar para outros espanhóis o que sentiram quando chegaram ao Brasil, que eles vão falar: “Felicidade; liberdade...” Mesmo todos problemas que já existiam em política, a corrupção, não chegavam aos desmandos de hoje em dia, então aqui a pessoa se sentia livre. Politicamente era um país livre, se podia falar o que quisesse, ler no jornal o que quisesse e tudo bem. Hoje em dia você vê que o país está apagado, a pessoa não tem ânsia de coisa nenhuma, não tem espírito de luta, está um país morto.

Eu me lembro que na Praça da Sé – acho que você não conheceu isso aí –, formavam-se aquelas rodas de pessoas conversando de política. Tinha lá um anarquista falando, discutindo com um comunista, com um socialista, ou com outro de direita... Em plena praça você via a turma conversando: “E a ditadura... porque Carlos Lacerda... não sei quê...” Eu chegava e ficava escutando.

É como falam que tem na Inglaterra – não sei se ainda existe isso –, num parque em Londres, uma tribuna livre onde a pessoa

chega e dá o discurso que quer; pode falar do que quiser que não vão te proibir, pode atacar o governo... E quem quiser escuta, quem não quiser não escuta!

Então, o espanhol vinha aqui e sentia uma coisa diferente, uma liberdade de respirar. Você podia ler num jornal uma coisa oficial, mas também lia a notícia num jornal independente. E livros, você podia ler o que queria; sobre marxismo, sobre qualquer coisa. Na Espanha não existia nada disso! Então, o espanhol via o sentido da liberdade. E se a pessoa tivesse uma preocupação maior, integrava-se num clube ou algo assim, então se sentia praticamente realizada...

Podia se integrar em qualquer clube aqui, só que os outros clubes espanhóis que existiam, ou Centros espanhóis, eram mais de tipo regionalista... Aquela turminha – normalmente da mesma terra, mais de tipo familiar –, se reunia, fazia um *pic-nic*, conversavam, jogavam dominó... O *Democrático* não, o *Democrático* era mais amplo...

Que eu saiba nenhum desses clubes desenvolvia atividade política; se tem alguém que fala que sim, que fizeram, eu não estou sabendo. O único que fazia algum ato cultural, uma conferência, era o Asturiano, que era na Barão de Jaguaré.

EU ENTREI EM CONTATO com o Centro Democrático quando eu estava trabalhando numa oficina lá na Domingos de Moraes. Eu conheci um espanhol que já tinha ido algumas vezes no Centro com um colega e ele falou: “Vamos lá um dia, vamos lá pra conhecer...” Você vai uma vez, assiste um ato, uma conferência, vai no bar, toma uma cerveja, conversa com um, conversa com outro... “É espanhol? Ah, é espanhol...” Os interesses começam a ser os mesmos e sem perceber você vai se entrosando, vai se integrando na coisa...

Aí eu comecei a ler... Eu sempre fui interessado em ler, até hoje eu sou assinante da *Folha de São Paulo* – acho que é o melhor jornal do Brasil, ainda que agora não acompanhe os outros, mas sei, pois já teve épocas que li outros jornais. Quando eu morei no Rio de Janeiro, eu lia o *Jornal do Brasil*, que naquela época – no ano de 63 – era um

jornal e tanto, tinha fama de ser um bom jornal. Em outras épocas, quando vim aqui pra São Paulo, acompanhei *O Estado de São Paulo*, na minha opinião *O Estado de São Paulo* é um jornal muito tendencioso, eles desvirtuam a coisa, dão aquele enfoque ideológico; a *Folha* dá um enfoque mais independente, já respeita as várias opiniões.

Então, como eu estava me referindo, eu sempre fui uma pessoa que gostou de ler, desde pequeno, e na Espanha eu nunca tive ocasião de ler algo contra Franco, contra o regime, não tive acesso a nada disso. Pode ser que se eu tivesse procurado, se eu tivesse tido uma orientação de alguém, eu poderia ter lido alguma coisa. Mas como na minha família eram todos apolíticos, não se metiam em nada com política, não houve quem me orientasse... Se você vive em um universo de pessoas que não sabem nada de política, está por fora de tudo, não tem alguém que te oriente, que te abra os olhos, que preocupações políticas você pode ter?

A única coisa que existia lá na Espanha, que eu escutei várias vezes, era a Rádio Pirenaica, uma rádio clandestina, que transmitia da Tchecoslováquia para a Espanha. Essa rádio já dava uma orientação que os espanhóis de não sei que parte da Espanha escutavam, mas uma pessoa que não tem uma formação, não tem uma orientação política, escuta aquilo e não chega a captar o que é. E livros assim de marxismo, coisa assim, imagina, que piada! Nem sabiam o que era marxismo... Não eu, mas qualquer espanhol de tipo médio não sabia o que era o marxismo. García Lorca eu conheci aqui no Brasil, nem sabia quem era García Lorca! Isso você pode perguntar para outros espanhóis: a maioria deles só ficou conhecendo García Lorca aqui no Brasil. Então quando eu cheguei aqui eu conheci o outro lado da coisa. Eu sou uma pessoa que sempre teve uma preocupação política, uma preocupação em saber, em ter conhecimento. Não é apenas em me instruir, mas em conhecer o porquê das coisas. Eu nunca fui uma pessoa conformista: “Ah, isto é assim? Tudo bem, se é assim me conformo.” Não, eu sempre fui uma pessoa que me interessei por quê. “É assim? Tudo bem, é assim, mas por quê?” Se me explicam, eu posso ficar convencido ou não...

Eu comecei a frequentar o Centro Democrático e lá havia comunistas, haviam pessoas de outras ideologias, de outras formas de pensar. Então você começa a ler, te emprestam livros, você começa a se informar, a conversar com pessoas que lutaram na Guerra, com uma série de ideias e preocupações que eu não tive oportunidade de conhecer na Espanha. Então você vê a claridade da coisa: não precisa ser muito inteligente, basta ter um pouco de clareza das ideias. E sem querer você se integra no movimento antifranquista, não só eu, mas muitos jovens que vieram da Espanha.

Naquele tempo publicava-se aqui um jornal espanhol, um semanário, acho que o nome era *Prensa Hispano-Brasileira*. Eu tinha uns números, mas a gente muda de casa e vai perdendo as coisas. Mas publicou-se aqui esse *Prensa Hispano-Brasileira*, era um jornal que trabalhava na coluna do meio. Eu acho que muitos espanhóis esclarecidos, com um pouquinho mais de visão da coisa, sabiam que Franco devia ceder, que aquilo não seria eterno... Eu não posso dizer se essas pessoas eram oportunistas ou realistas, mas não eram nem antifranquistas, nem a favor de Franco. Ou seja: se Franco continuasse, tudo bem, mas se não continuasse, ninguém podia acusá-los de serem franquistas. Aquela *Prensa Hispano-Brasileira* publicava uma série de coisas dentro da coluna do meio, porém saiam algumas notícias da Espanha que na Espanha não podiam ser publicadas.

Então eu li jornais publicados fora da Espanha que mostravam o outro lado da coisa, li livros sobre a Guerra Civil Espanhola publicados não pelo lado de Franco, mas pelo outro lado, e se a pessoa tem uma preocupação de saber, de conhecer os diferentes lados, não tem nenhuma dúvida na opção... É claro, é evidente: aquilo era uma ditadura! Não tem porque duvidar de que aquilo era uma ditadura e por princípio o ser humano é contra a ditadura.

É claro que há pessoas que não procurem visão política e pensem: “É uma ditadura, mas dentro dessa ditadura eu posso me integrar, ou eu posso subir na vida...” A pessoa pode até aceitar, por questão econômica ou porque tem ambição política dentro dessa ditadura, mas não era o caso da maioria dos que estavam no Centro

Democrático Espanhol. Todos eram trabalhadores, então não tinham nenhuma ambição política de subir dentro de uma ditadura ou ambições pessoais econômicas.

Então, o que acontecia não é que a pessoa deixava de ser franquista, *sino* começava a ser antifranquista em função de uma vivência, de uma realidade. Eu não conhecia nada lá na Espanha, me tornei antifranquista aqui – e não em função de alguém que me orientou a ser antifranquista, mas porque eu tomei consciência daquilo através do conhecimento, do saber. Não por isso eu deixava de ler jornais da Espanha que me chegavam à mão, eu lia também, mas você já faz esse tipo de comparação.

Então, o que é o Centro Democrático? É uma vanguarda contra o franquismo. Você tem que ter uma bandeira, e qual é a bandeira que você pode montar aqui? – não digo como fachada; a bandeira é o que dá conteúdo à coisa – é o antifranquismo.

O franquismo é uma ditadura que foi imposta pela força das armas, não pela razão ou porque ganhou uma luta ideológica. Foi através da força das armas, de todo um contexto mundial, que se impôs o franquismo lá. E o que aprontou o franquismo não foi brincadeira! Isso criou um ódio dentro de um povo.

Então quem vem aqui ao Brasil, de uma forma ou de outra, porque tem senso do que é justiça, ou porque ele viu ou porque tem outros de mais idade que viveram aquela época, integra-se neste movimento. Outros não; outros ainda que tenham convivido com todas aquelas injustiças, vêm ao Brasil e só se preocupam em fazer sua vida e em ganhar dinheiro. Mas uns têm consciência política e se integram.

Não sei qual a origem do Centro Democrático, ou quando o Partido Comunista passou a dominá-lo, pois quando eu cheguei aqui isto já estava formado. Sua bandeira era o antifranquismo, mas também tinha o lado do que forma uma sociedade: você não pode manter uma sociedade apenas por uma ideologia ou por uma ideia. Dizer: “No Centro Democrático todo mundo é antifranquista”, tudo bem, todo mundo é antifranquista, mas o que faz com que aquelas pessoas

se reúnam *allá*, se sintam unidas e convivam juntas, o que faz? Não é apenas ser antifranquista, *sino* toda uma série de ideias dentro daquele núcleo de pessoas, que de uma forma ou de outra conseguem se expressar lá.

Todos eram antifranquistas mas nem todo mundo tinha o mesmo pensamento; nem todo mundo era comunista, ou anarquista ou qualquer coisa. Porém essas pessoas se sentiam bem ali porque se criou um grupo de teatro, um coro, se criou um time de futebol, uma associação de jovens – jovens assim da sua idade, faziam um mural onde expressavam suas ideias... Projetavam filmes, fazia-se uma revistinha, um jornalzinho, faziam-se *pic-nics*, ou seja: a pessoa se integrava em toda uma série de coisas, não se sentia integrada só em função do franquismo *sino* em função de outras coisas.

Vou explicar do jeito que eu entendi como era a política interna do Centro – não sei se estou certo, às vezes a minha opinião não é a mesma das outras pessoas... Aqui se criou uma célula comunista, com pessoas do Partido Comunista da Espanha que lutaram durante a Guerra e não sei como chegaram aqui – estou falando de antes de eu chegar. Então essa célula se integrou ao Centro, porque eles precisavam de uma legalidade.

Esses comunistas se integraram no Clube e depois, ou bem por seu trabalho, ou pela *labor* política, conseguiram maioria. Então, a diretoria do Clube, quando eu cheguei, já no ano de 63, era praticamente de comunistas – não todos: dentro da diretoria existiam pessoas que não eram. Agora, dentro do Clube todo mundo sabia e toda a coletividade espanhola sabia que os comunistas dominavam o Clube... Mas dominavam assim: não de impor: “Aqui só se faz o que os comunistas mandam...”, não era aquele “Ordeno e mando”. Eles eram maioria ali, ou até nem eram maioria mas estavam mais unidos, tinham uma linha comum.

E frequentando o Centro, eu conheci quem eram os comunistas; eles se *acercavam* dizendo: “Eu sou comunista, pertenço ao Partido Comunista, não-sei-o-quê...” E te ofereciam: “Você quer participar de uma reunião, quer ver como funciona?” E você aceitava...

Eu lembro que quando eu fui convidado pra assistir uma reunião, fui eu, um outro espanhol que conheço até hoje, o Ángel e o irmão do Ángel – o Ángel é um espanhol que em 82 foi embora pra Espanha. Ele casou com uma brasileira, filha de espanhóis, tem dois ou três filhos que nasceram aqui, mas não volta pra cá nem que paguem a viagem pra ele! Não vem mais porque está ganhando bem e do jeito que está o Brasil... O Ángel também era do Partido, inclusive ele está integrado no Partido Comunista da Espanha. Bom, eu me integrei no Partido, o Ángel se integrou, mas os outros dois não: um deles ficou meio assim mas o irmão do Ángel não quis... É a opção da pessoa, né?

O pessoal do *Democrático* não participava do Partido Comunista Brasileiro. Eles se conheciam, às vezes por afinidade podiam se encontrar, conversar, bater um papo, mas não era uma coisa integrada um no outro, tanto é que nunca a polícia se meteu com eles. Todo mundo sabia que no Centro Democrático tinha comunista, o consulado sabia, todos os outros centros espanhóis sabiam... Você falava com alguém sobre o Centro Democrático, todo mundo dizia: “Ih, só dá comunista lá...” Mas nunca veio a polícia aqui nem nada, em função que nunca se integraram aqui, souberam fazer essa diferenciação. Não é que não dissesse nada a respeito: é logico que você se preocupa com o país em que você está, quando menos tem uma afinidade, mas todo mundo sabe que você não vai resolver nada, que você é um estrangeiro, que existem leis que te proíbem uma série de coisas; então você procura se manter à margem daquilo.

Dentro do Partido Comunista eu conheci pessoas de muito valor moral – não é gente que fez ato heroico na vida, nada disso, são pessoas que você vê seus valores morais quando convive com elas; dá pra perceber, porque é difícil encontrar pessoas desse tipo.

Eu conheci alguns, vou até citar nomes, porque se algum dia você for fazer a história do Centro Democrático, vai ter que falar no nome deles... Não sei se você já escutou falar no Sabaleta, lutou na Guerra da Espanha, levou um tiro na perna; no Linares, que também esteve na Guerra, um comunista... No Exército Republicano ele

era comissário político, dava explicação política para os militares. Bom, esse aí não foi fuzilado porque tinha pessoas importantes da família dele que eram do lado de Franco e conseguiram comutar a pena de morte. Quando pegaram ele vieram duas ou três penas de morte, não fuzilaram ele por um daqueles milagres que acontecem; era pra ser fuzilado no primeiro dia, ele era comissário político!

Vou dizer uma coisa: na minha vida conheci poucas pessoas inteligentes como esse homem... Ele nos dava aula de matemática, de geografia, de gramática, de geometria – e explicando direitinho, ele foi professor... O camarada era *crânio*! Ele contou uma vez um caso, que foi o seguinte: ele prestou um concurso pra ingressar num Banco na Espanha, e lá para ingressar num Banco é difícil, não é que nem aqui que qualquer sujeito vai trabalhar de caixa – em compensação quem entrava num Banco podia dizer que estava sossegado pro resto da vida, porque os salários eram bons. Então, colocaram as perguntas lá na lousa e tinha uma que ele pensou: “Não tem resposta, essa pergunta...” Ele escreveu na folha dele: “Não entendi a pergunta tal.” Sabe qual era a resposta? A resposta era essa! Eles colocaram aquela pergunta para ver quem se achava muito esperto e respondia com um chute. Ele respondeu certo e passou, lógico, o camarada era *crânio*!

AGORA, O QUE ACONTECE COM O Centro Democrático Espanhol a partir dos anos 67, 68? Primeiro começa a crise aqui, mais ou menos no ano 68. A coisa começa a ficar feia e eu lembro que naquela época, pra vender carro, começaram a fabricar o Gordini e o Fusquinha chamados “pé-de-boi”, sem um friso, sem nada; coisa mais simples pra poder vender porque a indústria automobilística não conseguia nem vender os carros.

Ao mesmo tempo, muitos espanhóis começam a ir embora. Nessa época aí, 67, 68, a África do Sul abre as portas à imigração; há espanhóis que vão à África do Sul, porque as condições ali eram bem melhores, ganhavam bem mais. Eu conheci alguns que foram, mas

dois voltaram. Um deles, que era do *Democrático*, não se adaptou lá; ele falava: “O mesmo serviço que eu fazia, um negro fazia ao meu lado; eu ganhava quatro vezes mais que o negro, só por ser diferente de cor.” Ele não aceitava aquilo, e voltou, criou uma consciência política nesse sentido. Na África do Sul, não permitem que os negros ganhem bem por quê? Para que não consigam padrão de vida, não consigam ser proprietários de terras, é proibido. Não sei se até agora tem essa lei: não pode ser proprietário de terras, pra nunca ser patrão, nunca estar por cima. O negro é para estar por baixo, em função das próprias leis do país. Então uma pessoa que tem uma certa consciência não aceita esse tipo de coisa e vai embora de lá.

Depois, a própria evolução dos dois países... No Brasil acontece tudo ao contrário da Espanha: a Espanha é um país que vai evoluindo; saiu de uma Guerra Civil, de uma crise de fome, de miséria e devagar vai evoluindo. O Brasil, que tem uma classe média com alto padrão de vida – porque aqui a classe média sempre viveu muito bem – é um país que vai regredindo. Então o que acontece? A Espanha vai evoluindo, o Brasil vai regredindo e muitos espanhóis *se ván*.

Logicamente, com a evolução econômica de um país, as condições políticas vão mudando. Ainda que o Franco tenha mantido a sua ditadura até o último instante, chegou uma hora em que a coisa foi se abrindo, já não era aquela coisa tão férrea. A ditadura foi mantida até a última hora, porque os últimos fuzilamentos de Franco, quatro ou cinco bascos, foram um ano antes dele morrer, mas já não estava tão sólida, pelas próprias condições econômicas, pela pressão universal. Então, quem fugiu da Espanha e dizia: “Ali não tenho liberdade”, agora já pode voltar, existe um princípio de liberdade. Daí morre o franco, acaba o franquismo – que é uma coisa que não se sustentaria nem com ele, como aconteceu em Portugal – e a Espanha passa por uma evolução, enquanto isto aqui caminha pra trás; um rio de espanhóis volta para lá, conheci um monte de espanhóis que se foram pra Espanha.

E o que acontece com o Centro Democrático? Todo o fundamento que sustentava o Centro Democrático perde sua essência e aí

surge uma contradição: o que mantém o Centro Democrático? É a ditadura de Franco? Se não existisse a ditadura não se mantinha o Centro? Poderia existir o Centro, como existem centros de outros países que não têm ditaduras? Mantêm-se clubes de países sem ditadura aqui – nós chamamos de colônia, mas a palavra colônia é muito feia, que vem de “colonial”... Agora, o que mantinha o Centro Democrático era uma ideia, uma bandeira. Acabou o franquismo, e ainda com as circunstâncias econômicas que passava o Brasil, muitos vão embora, porque veem que aqui não têm futuro nenhum. O Brasil era o “país do futuro”, mas ficou sem futuro nenhum; as pessoas percebem e se *ván*.

E outra coisa que mantinha o Centro Democrático em evidência era aquele núcleo de espanhóis novos, a imigração que chegava até 62, 63, 64... Em 65 eu já não sei se vinha alguém, não sei em que ano que parou a imigração, devido às condições da Espanha, que foi evoluindo economicamente. O camarada já não precisava sair, já que a maioria das imigrações é por questão econômica. E se sai por questão econômica da Espanha já tem lugar melhor aonde ir: tem rios de espanhóis que vão embora para a França, pra Alemanha, pra Suíça, não vêm mais pra cá. Então falta uma sequência, algo que dê continuidade àquele trabalho.

Além disso, alguns vão morrendo... Daquela “velha guarda” – aqueles que chegam aos sessenta anos, que lutaram na Guerra Civil, que conheceram tudo –, alguns vão morrendo. E não vem gente nova, por causa das condições econômicas do Brasil, da evolução da Espanha, e de outros países que te criam um futuro, então o Centro Democrático tende a desaparecer.

E tende a desaparecer também por outro motivo: não sei se foi falta de visão dos diretores do Clube, mas os mais pensantes, aqueles que tinham mais experiência, nunca se preocuparam em criar aqui algo sólido. Nunca pensaram: “O que sustenta o Centro Democrático? É aquela bandeira; o Centro Democrático é a vanguarda da luta antifranquista aqui no Brasil, ou em São Paulo. Um dia isso vai acabar, porque o regime de Franco vai acabar, então vamos criar algo de

sólido aqui, para dar uma continuidade, ainda que não seja dentro dessa bandeira, mas algo que seja do núcleo de espanhóis residentes aqui no Brasil”. Nunca se preocuparam com isso, nunca compraram um cemitério, construíram algo...

Não sei se foi falta de visão deles ou se foi porque pensavam que uma vez que acabasse o regime de Franco, o tipo de regime que se instalaria ali seria tão democrático, tão de esquerda, que seria o paraíso. Mas muitos ficaram aqui, que nem é o meu caso: eu casei com uma brasileira, meus filhos são brasileiros...

A IMIGRAÇÃO CRIA NAS PESSOAS uma ilusão – e não falo apenas por mim, falo pelo que eu conheço da imigração; você pode perguntar pra qualquer brasileiro que esteja no estrangeiro, que a maioria deles vai falar que quer voltar para o Brasil, que aqui é melhor, que não-sei-o-quê. Mas a maioria não volta! Na imigração, a pessoa sempre tem um dia um pensamento de voltar; eu também tinha um pensamento de voltar...

E tem uma coisa interessante que me falou uma vez um espanhol: como você sabe se o espanhol tem vontade de voltar pra Espanha? Se você vai na casa do espanhol e vê pouca coisa pendurada nas paredes é porque ele está com muita vontade de voltar pra Espanha; cada coisa que ele pendura é uma coisa que o segura no país, é uma raiz que ele cria. Isso me falou uma vez um espanhol e eu não sei se tem um fundo de verdade ou não...

Se você comprou um terreno, já cria uma raiz; comprou uma casa, cria uma raiz; monta um negócio, cria uma raiz, isso te amarra. Agora, se você não é ligado a nada, não tem terreno, não tem uma casa, mora de aluguel, faltam as raízes pra você ficar aqui, ainda que se case com uma brasileira.

Eu tinha pensado em voltar, mas hoje em dia eu não penso mais – quer dizer; voltar, eu voltaria, mas dentro de algumas circunstâncias: se eu ganhasse *aquela* dinheiro eu voltaria, porque aqui a coisa está muito ruim. Não estou falando apenas pela parte

econômica do país, a mim afeta como aos outros – quem sabe até não afete tanto, porque eu tenho um pequeno comércio e me defendo. Mas reconheço que a coisa não está boa; aqui a coisa está feia e a Espanha está cada vez melhor. Esta semana vai vir minha mulher que passou uns meses na Espanha e ela pode te contar... Ela passou uma semana com minha mãe, com minhas irmãs, e andou passeando em vários lugares da Espanha. Manolo também veio agora, esteve dois meses lá, e eu sei também porque leio jornal espanhol e acompanho como está a coisa lá.

Minha mulher é brasileira. Ela é neta de italianos, por parte de mãe e de pai – o pai já é falecido. Já faz vinte e cinco que eu estou casado com ela e tenho dois filhos: um menino de 24 e uma menina com vinte. Ele estuda matemática na FMU e trabalha comigo – eu tenho uma lojinha, uma loja pequena lá no Cambuci e minha mulher e meu filho trabalham comigo. Minha filha estuda estatística em São Carlos, na Federal; nos fins-de semana ela vem, ontem mesmo ela voltou pra lá. Eu casei com a minha mulher aqui, eles nasceram aqui, então eu nunca mais pensei em voltar, só fui pra Espanha passear, já umas cinco vezes...

Para viver aqui precisa ter peito, porque não é apenas o problema econômico, é um problema de segurança: o país está muito violento. O grau de violência aqui tem índices que são inconcebíveis num país europeu. Para um camarada que está acostumado com um país de primeiro mundo – não só de primeiro mundo, mas um país onde se respeite mais as leis –, isso ofende a consciência... Não é apenas a violência nas ruas, mas o desmando que se comete na política, a roubalheira, a corrupção... Você vê que isso aqui é montado numa estrutura de roubalheira, de saque. Te saqueiam por todos os lados, não existe nada que você veja que não exista o saque... É um país totalmente *podrido*.

Agora, o que acontece com a pessoa que tem sua família montada aqui, que tem seu meio de vida aqui? Ele poderia até pensar em mudar para a Espanha, onde poderia viver com um certo padrão de vida. Acontece uma coisa: no meu caso, minha mulher é brasileira,

meus filhos são brasileiros... Seria um choque de cultura! Não é qualquer um que se adapta. Eu me adaptei aqui, tudo bem, mas não sei se minha mulher ou meus filhos se adaptariam.

Eu tenho lido em revistas espanholas de espanhóis que foram morar na França, na Alemanha, em outros países e depois, quando seus filhos já tinham 17, 18, 20 anos, voltaram para a Espanha; os filhos se sentiam estranhos na Espanha, um estrangeiro dentro de seu próprio país. E nesses países – pelo menos na Alemanha, que é um dos países mais racistas da Europa – filho de imigrante nascido lá não é reconhecido como cidadão; ainda que seja registrado lá, não sei quanto tempo tem que passar lá para conseguir a cidadania. Aqui, nasceu aqui já é reconhecido como brasileiro; as leis são bem democráticas, assim como nos Estados Unidos.

Meus filhos não pensam em morar lá, também por causa da idade já mais avançada. Você se lembra o Ángel, eu já falei dele: ele foi embora pra Espanha no ano de 82, durante a Copa – eu me lembro que foi durante a Copa porque naquele ano eu fui passear e ele foi para ficar. Ele levou três filhos, que tinham oito, dez, onze anos, e eles se integraram lá. Agora, se você já está formado, depois de dezessete, dezoito, dezenove anos, é um choque! O Pepe Benito, que *tivemos* juntos outro dia, ele tem dois filhos: um foi para a Espanha, mas o outro está aqui e fala que daqui não sai... E agora? O que fazem os pais? Se vão embora pra Espanha, deixam um aqui; se ficam, deixam um na Espanha. Um filho diz que daqui não sai e o outro fala que aqui não quer, prefere ficar na Espanha... É um problema, não?

E tem outra coisa: minha mulher é brasileira; a mãe dela, que é viúva, mora conosco. A irmã e o irmão moram aqui também, ela tem toda sua família aqui. Se eu levo ela para a Espanha, eu apenas vou transferir aquele problema que eu tenho de viver fora da minha terra. Então, já que fui eu que escolhi vir aqui, me casei com uma brasileira, meus filhos são brasileiros, é mais lógico que eu continue aqui do que vá com eles para lá.

E também existe outras coisas, ou seja, o lado econômico também. Eu tenho 53 anos; já pensei muitas vezes: “Eu vendo tudo que

eu tenho aqui: tenho a casa, um pequeno comércio, um carrinho...” E chegando na Espanha, vendendo tudo isso eu não compro nem a metade lá, em função de mudança de moeda, do baixo que está a moeda aqui. Não tenho capital pra começar, montar um comércio, alguma coisa. Isto que estou te falando, é uma coisa que se questionam muitos espanhóis – não sei se imigrantes de outras nacionalidades também se questionam. Você depois de toda uma vida de luta aqui no Brasil conseguiu se tornar independente – não economicamente, *sino* trabalhar por sua conta: você montou um pequeno comércio, alguma coisa. De repente você se desfaz de tudo isso que você montou e vai pra Espanha trabalhar de empregado! Você não tem capital para começar lá, vai ser muito difícil.

Essa situação que está se dando hoje no Brasil, se fosse 15 ou 20 anos atrás, com meus filhos ainda pequenos, acho que eu iria voltar pra Espanha... Agora hoje, diante de uma série de circunstâncias, a minha idade e a idade deles, eu só voltaria pra Espanha dentro de condições muito especiais, não seria assim de ir de aventura – só se aqui ficasse a coisa montada, então você chega lá e decide se já tem as condições de sobrevivência, que não é o meu caso.

Então você vai levando a coisa, mesmo com todos esses problemas que enfrenta o Brasil e que você não passaria lá. É porque depois de tantos anos assim, você já se acostumou! É o que eu falo às vezes pros camaradas, quando me perguntam: “Você não é brasileiro?” Eu falo:

- Não, eu sou espanhol.
- E quantos anos você leva aqui?
- Eu levo mais anos do que você, no Brasil! – Então ficam me olhando...
- Como mais anos que eu no Brasil?
- É lógico que eu tenho mais anos que você no Brasil; quantos anos você tem?
- Eu tenho vinte.
- Então, no Brasil eu tenho 26, portanto eu tenho mais anos de casa que você. – Eu conheço mais o Brasil que a maioria dos brasileiros

– não é conhecer de passear, *pero* conhecer de conhecimento. Eu sei muito mais como o brasileiro é do que a maioria dos brasileiros.

Eu gostei do Brasil, conheci um núcleo de pessoas como aquelas do Democrático, me senti à vontade, tive emprego. E devagarzinho o tempo foi passando, conheci uma mulher brasileira, me casei, tive filhos e pensei em voltar pra Espanha, evidente. Eu sempre escutava minha avó me falando que achava que eu ia voltar pra Espanha mas o tempo foi passando, veio o filho, o filho vai crescendo, uma coisa, outra... Chegou ao ponto que chegou e pronto...

ALGUMA OUTRA COISA? Se quer saber outra coisa, pode perguntar... Já entrevistou alguém ou não? O que eu falei é uma opinião, existem muitas outras opiniões diferentes. É bom que se faça uma história do *Democrático*, alguma coisa. Naquele tempo acho que faltou visão por parte das pessoas que tinham mais idade, mais experiência, para guardar a memória do *Democrático*, de tudo aquilo que se fez.

Tem um espanhol que foi do *Democrático*, seria até bom você entrevistar – ali no Clube Espanhol tem vários do *Democrático* – chama Bienvenido, ele trabalhava no teatro. Esse é antifranquista roxo, mas porque tem motivos próprios, não sei se o pai foi preso... Eu sou antifranquista por convicção, não por motivos próprios...

---

## 8. Paula Alonso Jimenez

---

Nascimento: Toral de los Vados, León, 1944

Imigração: 1956

Entrevista: 8 de julho de 1994

*Na loucura dele, meu avô só lembrava dessas coisas: sempre querendo negar aquilo, achando que tudo aquilo era mentira... A mente dele não queria aceitar tanto sofrimento...*

EU JÁ COMECEI A ESCREVER UM POUCO SOBRE MINHAS ORIGENS, ESTOU nos meus avós – eu parei um tempo, mas pretendo continuar escrevendo... Eu sou da região de León, no norte da Espanha. Morávamos numa cidade pequenininha, chamada Toral de los Vados, no interior, quase na fronteira com a Galícia. Depois dela só tem mais uma estação de trem até a Galícia, são 40 ou 50 quilômetros... É um lugar muito bonito, um vale muito lindo, chamado Valle del Bierzo... Mas depois que acabou a Guerra, houve uma represália, uma coisa desnecessária... Eles fizeram tanta barbaridade, um absurdo! Vizinhos nossos foram tirados de casa, mortos, fuzilados... Algumas mães com dois filhos, outras com um, foi uma barbaridade lá...

Numa cidade de não sei quantos *vizinhos* – hoje parece que tem cinco mil habitantes –, num dia só, depois da guerra, chegaram treze cadáveres... Fuzilados pelo que se chamava a “nova ordem da Espanha”... Treze pessoas, numa cidade tão pequena, fuziladas! Isso são depoimentos que minha mãe e minha família me transmitiram, naquela época eu era muito pequena – aliás, eu nasci *no 44*, não tinha nascido ainda...

Meu avô, pai de cinco filhas e um filho, também lá de Valle del Bierzo, era um homem analfabeto – no sentido que não frequentou escola – mas tinha uma cultura adquirida através do trabalho, da convivência com as pessoas, e pelo que me contam, era um homem muito inteligente. O sonho dele era construir uma casa para cada filha... Começou com a dele, com blocos de pedras, ajudado pelos vizinhos – faziam como se fosse um mutirão: ele ajudava uns e os outros ajudavam ele... Ele tinha só um filho, chamado Cláudio, e queria construir uma casinha pra cada filha – algumas já estavam casadas e outras com noivos...

Na época da República, naquela cidadezinha, se falava em política nas tertúlias, nas reuniões, porque havia liberdade. Então, como era uma aldeia pequena, todo mundo sabia a opinião de todo o mundo.

Quando chegou a ditadura, com Franco, o único filho de meu avô foi morto: foi tirado de casa, levado e fuzilado... Ele era republicano...

O marido da minha tia, irmã da minha mãe, pertencia ao sindicato, então já fugiu de casa porque sabia o que poderia acontecer com ele e com a família... Ele fugiu parece que em direção à França, só que eles o mataram no caminho, foi morto no caminho... Os companheiros que testemunharam falaram que ele foi ferido; tentaram ajudar, mas não deu mais e ele morreu...

A esposa dele tinha três crianças pequenas e estava grávida de outra... Então, os falangistas – que eram a favor do Franco – vinham na casa dela, que era pegada à do meu avô, levavam-na e intimidavam-na pra que falasse onde estava o marido – ela não sabia! Ele tinha saído de casa, ela nem sabia que estava morto! E intimidavam ela, mesmo grávida; eles levavam pro monte, às vezes até minha avó junto, pois ela não deixava a filha ir só, e ameaçavam de matar ela, matar a mãe... Faziam ameaças brutais! E quando se cansavam de ameaçar, de judiar delas, abandonavam no monte... Algumas vezes elas foram encontradas perto de aldeias, as pessoas recolhiam e aqueciam – era muito frio... Davam, se possível, alguma coisa quente para elas beberem...

Vendo que ela não falava onde estava o marido, levaram ela presa, junto com as três crianças, pequenininhas... Meu avô conseguiu falar com algumas pessoas influentes da cidade e soltaram as três crianças, mas ela continuou presa e teve o nenê dentro da cadeia... Parece que quem ajudou foi a mulher de um militar, que era mais humana e vendo caso resolveu ajudar... Com o desgosto, ela nem pode amamentar o nenê, o leite secou... Como o nenê ia morrer, eles liberaram para meu avô trazê-lo pra casa... Naquela época não tinha mamadeira, não tinha nada, fomos criados precariamente... Mais tarde soltaram ela e ela teve que criar esses filhos, ajudada pela família, sem aposentadoria, sem nada! Nada, nada, nada! Irmã da minha mãe, se chama Isabel, até hoje ela está viva...

Outra irmã da minha mãe, estava noiva, pra se casar com um rapaz da mesma rua... O noivo dela foi assassinado também; foi tirado

de casa e levado... Foi torturado, muito torturado... Inclusive há o depoimento de uma pessoa que assistiu à tortura, falangista: ele não aguentou, começou a vomitar, falou que estava com muita dor de cabeça e se retirou... Mais tarde ele contou que foram insuportáveis as torturas que eles fizeram...

Outra irmã da minha mãe, também mataram o marido e ela ficou com o nenê, uma menininha...

Não contentes com isso, uma noite eles incendiaram a casa do meu avô e lá onde ficava o gado, o alimento do gado... E no fundo do quintal do meu avô, depois do celeiro, passava um córrego de água... Eles foram tão malvados, que desviaram o córrego pro rio e quando se deu a voz de fogo, não tinha água no córrego, que era tão fácil apagar o fogo... E foi queimado tudo – menos a casa, que os vizinhos ajudaram a apagar... Ia queimar toda a família, moravam todas as filhas juntas... Ia ser tudo queimado, mas felizmente com a família não aconteceu nada...

Quando queimou a casa do meu avô – porque mataram o filho, mataram três genros, meu pai que era muito ligado com o sogro, muito mesmo, também esteve quase pra ser morto – ele acabou enlouquecendo, meu avô... Quando queimaram a casa ele teve um derrame, então ele praticamente morreu louco... Diz que na loucura dele, meu avô só lembrava dessas coisas: sempre querendo negar aquilo, achando que tudo aquilo era mentira... A mente dele não queria aceitar tanto sofrimento... E minha avó, que passou pelo mesmo, ela faleceu com 96 anos, também lúcida, lúcida...

Meu pai também esteve escondido, porque ele era tesoureiro do sindicato socialista, da fábrica Cimentos Cosmos e estava numa lista, com outras pessoas que eles iam fuzilar... Só que dizem que o prefeito, “sensibilizado” – entre aspas, não vejo sensibilidade em pessoas assim – vendo que meu pai era uma excelente pessoa e tinha muitas crianças pequenas, intermediou para que tirassem ele da lista – isso é o que a gente está sabendo... Para mim, não tem muito valor, porque se ele tinha poder pra tirar, tinha que ter tirado mais gente, não é verdade?

E meu pai, vendo muitos amigos falecerem, muita família morrer, adoeceu... Ele teve que sofrer as consequências da guerra, foi ajudado por vizinhos – demos a sorte que algum vizinho ajudava, mas adoeceu e posteriormente morreu do coração, eu tinha três anos...

Minha mãe ficou viúva e sem recursos, sem nenhuma *paga*... Só ficou com uma herança por parte do meu pai, um pedacinho muito pequeno de terra... Dessa época eu lembro de muita miséria: a gente trabalhava na lavoura, meus irmãos ajudavam e a gente foi sobrevivendo assim. Éramos sete irmãos... Nós comíamos o que minha mãe e meus irmãos trabalhavam, não tinha outro meio de vida...

O meu irmão Gilberto, ele era ainda mocinho, tinha 16 anos, na cidade que a gente morava... E a Guarda Civil, a polícia de lá, podia fazer o que quisesse, que ninguém podia contestar. Nós éramos muito pobres, sempre fomos – sem pai, sem nada... E parece que desapareceram uns ferros da estrada de ferro, uns ferros redondos, noticiaram a falta de uns três ou quatro. E a polícia foi logo nos ferro-velhos... Perto da nossa casa tinha um desses senhores e pressionaram ele pra falar quem que havia vendido aquilo para ele... Ele achou que se ele nomeasse algumas crianças, não ia acontecer nada com essas crianças e assim ele não prejudicava um pai de família que fez isso por necessidade... Então ele falou o nome de dois meninos e do meu irmão que tinha uns onze doze anos, o Ângelo.

Então eles foram chamados lá no quartel da Guarda Civil. Meu irmão Gilberto, que era um pouco maior, acompanhou o mais novo à delegacia... Chegando lá, eles já viram as outras crianças machucadas, as nádegas todas cheias de sangue, de ter levado paulada para que dissessem quem é que tinha mandado roubar aquilo... E as crianças simplesmente não estavam sabendo de nada...

Na hora que o Gilberto viu que iam bater no meu irmão Ângelo, ele falou: “Corre!” e meu irmão, morrendo de medo de apanhar, saiu correndo e foi pra casa apavorado... Minha mãe perguntou onde estava o Gilberto e ele falou: “Ficou lá”. Bom, meu irmão mais velho, que ajudou minha mãe a criar-me, ia trabalhar mas já esperou, ficou lá aguardando... Aí chegou esse meu irmão, tirou a camisa, estava

todo ensanguentado... A camisa, as costas, estava tudo ensanguentado... Bateram nele porque ele tinha falado pro outro fugir...

Aí a revolta em casa foi enorme, vendo o meu irmão todo machucado... Então ele foi falar com o prefeito da cidade, que tinha sido seu professor e tinha uma certa estima por ele... Este prefeito deu uma chamada na polícia, uma repreensão... Aí vieram e chamaram meu irmão outra vez... Ele correu no prefeito e falou: “Olha que eles estão me chamando outra vez...” O prefeito falou: “Gilberto: vai que agora não vai ter qualquer problema... Eu já falei com eles, eles não vão te fazer nada; talvez eles queiram fazer alguma pergunta, você vai tranquilo.” Aí meu irmão foi, só que não foi tranquilo: eles amarraram ele em cima de uma mesa e falaram que ele ia pagar caro por ter falado com o prefeito... E bateram, bateram, uma coisa bárbara... Bateram nas solas dos pés, que dizem que não fica marcas mas prejudica muito uma pessoa. E encostavam o revólver na cabeça dele... E claro: meu irmão com a dor soltava palavrão e a cada vez o cara batia mais: “Você é muito valente!...” E tinha só 16 anos, um menino...

Aí... fizeram de tudo, bateram à vontade, mas não deixaram marcas... Só bateram nos pés e intimidaram com o revólver na cabeça... E falaram: “Você é tão valente, vê o que você vai fazer agora!” e soltaram... Aí ele nem veio pra casa, foi falar direto com o prefeito... Aí o prefeito falou: “Vá lá pra casa, em hipótese alguma você atenda nenhum chamado da polícia, que agora a coisa é comigo, porque eles não tinham o direito de fazer isso... Eu só dei uma chamada...”

Aí meu irmão se escondeu na casa de um vizinho nosso – que era como da família, muito amigo mesmo –, num lugar que ele tinha estado escondido no tempo da Guerra... Então a polícia começou a frequentar a nossa casa quase que diariamente... A mim me intimidavam: “Sobe e procura teu irmão, olha em baixo das camas...” Eu era criança, e ficava apavorada; eram dois policiais, eu morria de medo... Eu nem sabia onde ele estava, só minha mãe acho que sabia, e meu irmão mais velho... Eles vinham uma, duas vezes por dia, intimidar minha mãe, meus irmãos... Essa imagem nunca vai sair da minha cabeça, nunca mesmo, porque eu morria de medo!

Parece que o prefeito abriu um processo contra os guardas, na capital, em León... Esse prefeito tinha um irmão padre, era professor, então tinha influências. Só que o meu irmão não podia aparecer... Eles desconfiando dos vizinhos, e sabendo a amizade que a gente tinha com essa família, prenderam o vizinho também, pra que ele falasse onde estava meu irmão... Prenderam ele uma noite no galinheiro do quartel, intimidando a noite inteira ele, desafiando, mas ele não falou – estava na casa dele, mas ele não falou...

Então, aconselhado e orientado pelo prefeito, se compraram as passagens escondidas... Ele entrou de escondida pelo trem, disfarçado, acompanhado por uma pessoa de confiança, e o prefeito tomou o trem em outra estação para desviar a atenção dos guardas – que depois a gente ficou sabendo que tinham ordens de matar o meu irmão – ele não comparecendo, acabava a causa; desaparecia o corpo dele e acabou! Isso a gente ficou sabendo através do prefeito... Aí teve o processo, teve a audiência, meu irmão por ser menor quase não falou, quem falou foi o prefeito e algumas testemunhas da cidade, este nosso amigo... Diz que tiraram as fardas deles...

Aí meu irmão ficou revoltadíssimo, muito revoltado, adoeceu e minha mãe achou que ele tinha que ser voluntário no exército, pra sair da cidade... Meus irmãos aconselharam ele a ir pro Exército porque ele estava super revoltado, porque apanhou muito... E ele foi, só que os médicos constataram que devido à surra que ele levou, ele ficou com o organismo abalado... Dizem que quando bate na palma do pé mexe com todo o sistema nervoso... E o médico forense do Exército que tirou o laudo, constatou que aquela surra era mesmo criminosa! Era pra acabar com ele mesmo; pra não deixar marcas mas pra acabar com ele! Aí, ele esteve no Exército quase todo o tempo no hospital, internado, doente...

Aquilo foi muito ruim pra toda a família... Bem depois da Guerra, eles continuavam atuando violentamente – isso eu já vivi, me lembro perfeitamente. Agora, o resto eu lembro de ouvir falar, da família comentar... E depois, quando viemos para aqui, ele veio... Também estive muito doente aqui, vários anos sem poder trabalhar

na Caixa – as dores que ele sentia por dentro os médicos não sabiam o que eram... Foi operado duas vezes, fizeram biopsia, teve reunião de junta médica, pra saber o que ele tinha, e não descobriram o que ele tinha, não falaram... Aí ele melhorou um pouquinho, mas faleceu com 52 anos... Ele tinha uma deficiência renal e quando foram ver nos exames, ele só tinha um rim; não se sabe se ele nasceu só com um rim, ou então a surra... Ele acabou entrando num hospital aqui em Piracicaba, pegou uma infecção hospitalar e morreu em poucos dias, com 52 anos... Deixou três crianças pequenas, ele se casou bem tarde... Aquilo marcou demais a vida dele, marcou mesmo... Tinha uma época que ele foi super revoltado...

NÓS IMIGRAMOS PARA O BRASIL devido à situação precária que havia naquela época, devido à ditadura... O primeiro que veio foi o terceiro irmão – ele havia aprendido a profissão de alfaiate e veio pro Brasil... .Pedi dinheiro emprestado – nós não tínhamos dinheiro, era uma miséria – e veio. Ele passou dificuldades aqui – nem sabia a língua, nem trazia dinheiro – mas conseguiu se estabelecer aqui, com outro sócio... Mais tarde ele teve uma alfaiataria aqui e muitos fregueses dele eram espanhóis... Ele veio *no* 51 mais ou menos...

Nisso, transcorreram cinco anos, após os quais ele achou melhor trazer a família – minha mãe e os que estavam lá em casa, solteiros; dois já estavam casados. E viemos; fomos morar lá no Carrão: numa casinha que o meu irmão já tinha montada... Melhorou *bem* a nossa vida, que minha mãe tinha que trabalhar muito lá na Espanha, plantar tudo pra gente comer e aqui nós melhoramos financeiramente – de momento, deu pra comer, viver normalmente, trabalhar, estudar... Foi bom... Meus irmãos acharam emprego, eu era muito nova, tinha 12 anos e fui estudar... E as coisas foram se encaminhando...

Meu irmão Gilberto, que veio seis meses depois, logo entrou em contato com o pessoal do Centro Democrático, que eram pessoas que vieram principalmente por causas políticas... Ele era uma pessoa politizada e lá ele tinha o ambiente que gostava, encontrava pessoas

com uma ideia social diferente... Ele participava de greves, de tudo... Ele estudou aqui, tornou-se projetista; fez o curso em tempo recorde, com notas muito boas – levou até um prêmio quando ele se formou... Ele aprendeu inglês... Ele participou também do sindicato dos metalúrgicos, lá na rua do Carmo... E aos sábados e domingos ele ia ao Centro Democrático...

MAIS TARDE, QUANDO CRESCI, passei a frequentar o Centro... Estive em contato com o pessoal do grupo de teatro, com pessoas muito bacanas que tinha lá, jovens... Eu participei do teatro... Tínhamos a Associação Feminina – não sei se alguma das companheiras do Centro Democrático já falou sobre isso... Às terças feiras a gente se reunia e pegávamos o bar, cada semana ficavam duas mulheres para arrecadar dinheiro, para ajudar as famílias dos políticos... O que arrecadávamos aqui no Centro Democrático era mandado para França e depois eles faziam entrar lá... Eu lembro que chegamos a comprar Nescafé, cigarros, algumas coisas pra mandar não para a família, *sino* para os presos, perto do Natal... E parece que chegou...

A gente fazia comida típica, lanches, as pessoas iam lá, jogavam, dominó, xadrez, conversavam... As mulheres que estavam há mais tempo, mais entrosadas, escreviam para os familiares dos presos políticos... De vez em quando se fazia *pic-nics*: nos reuníamos todos e saíamos pra *pic-nic*, reuniões... Era uma convivência paralela às amizades que nós tínhamos aqui. Também participavam brasileiros, eles gostavam, mas era mais um grupo de espanhóis...

Depois, eu conheci o meu marido lá, num festival de dança que teve... Ele é do sul da Espanha, de Cartagena, Múrcia. Posteriormente, a gente se casou e fui ficando por aqui... Montamos uma loja lá no Bresser, pedindo dinheiro emprestado porque não tínhamos nada... E continuamos frequentando o Centro Democrático. Meus filhos nasceram e a gente levava lá porque tinha crianças também de outros pais espanhóis; eles aprenderam a falar o espanhol e lá eles participam...

Foi muito bom pros meus filhos, porque eles conheceram os costumes, conviveram com pessoas que falavam a língua dos pais, inclusive eles hoje têm dupla nacionalidade... Meus filhos são brasileiros mas gostam muito também da cultura espanhola. Foi muito bom pra todos nós...

Mais tarde, em 79, eu viajei pra Espanha: fiquei morando nove anos e meio em Cartagena... Meu marido quis ir ver como estavam as coisas, vendemos a loja, vendemos algumas coisas que a gente tinha e fomos pra lá... Quando chegou lá, ele falou que não queria mais voltar, queria montar a vida lá. Compramos uma loja lá e começamos a trabalhar. O motivo da volta para aqui não foi financeiro: estávamos bem lá, em Cartagena... Tínhamos a loja, tínhamos uma casa na praia, carro... Foram motivos familiares, pessoais; divergências entre o casal... Então eu achei que talvez aqui eu tivesse o apoio da minha família: meus irmãos, minha irmã e minha mãe... E lá eu tenho dois irmãos casados, um em Salamanca, e outro na cidade natal minha... O que mora em Salamanca veio e ficou cinco anos, mas não se deu bem, não foi bom pra ele... Ele ficou doente, então voltou. Meus sobrinhos são muito bacanas... Meu outro irmão chegou a vir uma vez para visitar minha mãe...

Lá pelo ano de 86 ou 87 voltamos pro Brasil... Agora meus filhos estão estudando... Um já se formou aqui, em zootecnia. Outro está estudando biologia na USP e o outro está fazendo cursinho pra ver se entra na USP também... Meu marido está viajando na Espanha e eu estou aqui, lutando com a vida... Aqui não está bom: a economia está péssima, no Brasil, muito tumultuada... Mas, no momento, eu não tenho perspectiva pra voltar...

A minha mãe tem 93 anos e está lúcida, mas agora não é possível trazer ela aqui... Porque ela guarda relatos, se lembra de cada pormenor daquela época e passa pra gente... Por isso que eu já comecei a escrever tudo isso, é muito importante... Ela nasceu em 1901. E essa é das espanholas que sofreu, sofreu muito – imagina quantas pessoas ela perdeu na família! Ela perdeu quase todos os homens...

Essa é a minha pequena história...

### III

## META-HISTÓRIA

#### SUEÑO

*Iba yo montado sobre  
un macho cabrío.  
El abuelo me habló  
y me dijo:  
– Ese es tu camino.  
“¡Es ese!”, gritó mi sombra,  
disfrazada de mendigo.  
“¡Es aquel de oro!”, dijeron  
mis vestidos.  
Un gran cisne me guiñó,  
diciendo: “¡Vente conmigo!”  
Y una serpiente mordía  
mi sayal de peregrino.  
Mirando al cielo pensaba:  
“Yo no tengo camino.  
Las rosas del fin serán  
como las del principio. [...]*

Federico García Lorca  
*Libro de Poemas*

---

## Pensando a História Oral

---

## A Pré-História Oral

---

EM BUSCA DE JUSTIFICAR a legitimidade da História Oral, vários autores estenderam sua ascendência até os primeiros historiadores, como Heródoto e Tucídides, que utilizaram fontes orais em seus relatos (THOMPSON, 1988; JOUTARD, 1986). Como nota Philippe Joutard a respeito deste fenômeno, “toda nova disciplina busca antepassados prestigiosos com maior força quanto mais vulnerável se sente e mais deve justificar sua audácia” (JOUTARD, 1986, p. 13), e a História Oral não escapou disto. Nas primeiras décadas de existência, de fato, este método foi duramente criticado por aqueles que se atinham a um rigoroso fetichismo do documento escrito, desdenhando como “distorcida” ou mesmo “falsa” qualquer evidência baseada na oralidade. Seus defensores esforçaram-se por reconhecer em autores passados a utilização de fontes orais, fosse como documentação principal ou como subsidiária de estudos históricos, sociológicos, folclóricos ou mesmo de romances.

É importante notar que a oralidade esteve sempre presente na historiografia, ainda que mais ou menos disfarçada – o que é muito diferente de afirmar que Heródoto ou Michelet tenham feito “História Oral”. Os exemplos de historiadores que recorreram a testemunhos orais são muitos. Faz-se necessário, no entanto, diferenciar inicialmente aqueles que assim o fizeram por uma escolha metodológica, daqueles que *não contavam com documentos escritos* com os quais escrever a sua história. Afinal, de que outra forma poderiam proceder Heródoto, Tucídides e posteriormente Políbio e Tito Lívio, em épocas em que a palavra escrita tinha muito menos importância que a oral?

Na Grécia Antiga, o termo “história” estava mais próximo da sua raiz original indo-europeia, *weid* – “ver” –, da qual vem o sentido de “eu vi”. Mas aquele que vê é também aquele que sabe: *historein* em grego antigo é “procurar saber”, “informar-se” (LE GOFF, 1990, p. 17). Do ponto de vista etimológico, portanto, o historiador surge como uma pessoa que se informa por si mesma da verdade; um verdadeiro pesquisador de campo, que viaja, interroga, não se limitando a transcrever os dados à sua disposição, sem estabelecer relações entre os acontecimentos ou distinguir fatos reais de relatos imaginários. É neste sentido que Heródoto é considerado o primeiro historiador, pois apesar de bastante crédulo em relação aos oráculos e à religiosidade, manifestava cuidado com as informações, distinguindo o que ele mesmo viu do que apenas ouviu, e questionando a veracidade das narrações de outros. Nos trechos seguintes, Heródoto indica quais foram os critérios para a investigação e a redação de suas *historíai*, dando verdadeiros conselhos de prudência aos historiadores que o sucederam:

Quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante. [...] Em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra). (HERÓDOTO, 1985, Livro II, 123; Livro VII, 152).

Não só os historiadores antigos, no entanto, enfrentaram a falta de documentação escrita para suas investigações. Isto ocorre também com os estudiosos de culturas iletradas contemporâneas, como as sociedades pré-literárias africanas, onde as tradições são as fontes mais importantes para a história. Este caso, centro das atenções de antropólogos, etnólogos e linguistas contemporâneos, apresenta problemas distintos para o debate historiográfico, que aqui serão considerados de passagem. Nestas sociedades, há uma grande variedade de tradições orais, classificadas por Jan Vansina, em *Oral Tradition*;

a *study in historical methodology* (1965) (cf. THOMPSON, 1988, p. 30), em cinco categorias: as fórmulas (de aprendizagem e rituais, lemas e títulos); os nomes de lugares e pessoas; a poesia oficial e privada; as narrações (históricas, didáticas ou pessoais) e os repertórios legais. Estas tradições, que não ocorrem homoganeamente em todas as sociedades africanas, cristalizaram-se através de sistemas de transmissão de geração em geração com uma margem mínima de erro – certas práticas, como juramentos ou récitas em rituais, chegam a conservar sentenças exatas por séculos, incluindo arcaísmos que não são mais compreendidos. Estas práticas constituem-se em algo semelhante a livros sagrados ou documentos legais e os responsáveis por sua “conservação” são funcionários altamente especializados, como os genealogistas, memorialistas e rapsodos. A interpretação destes “documentos” pelos estudiosos, assim, deve voltar-se prioritariamente à mitologia e não à história, procurando considerar o simbolismo daquilo que foi conservado e não sua relação direta com a realidade.

Mais próximos da moderna História Oral estão aqueles que escolheram trabalhar com fontes vivas quando dispunham de documentação escrita sobre o objeto estudado, levantando assim outros tipos de questionamentos e abordagens. O mais representativo deste tipo de historiador é Jules Michelet, autor do clássico *Histoire de la Révolution Française* (1847), que em *Le Peuple* (1846) estabeleceu os antecedentes da observação participante e da “história dos marginalizados”:

Este livro surge de mim mesmo, de minha vida, do meu coração. Saiu da minha experiência, muito mais do que do meu estudo. O extrai de minha observação, de minhas relações de amizade e vizinhança. Fui recolhendo-o nos caminhos. [...] Para conhecer a vida do povo, seus trabalhos, seus sofrimentos, bastava interrogar minhas lembranças. (MICHELET, 1991, p. 7)

Como o autor reconhece que a trajetória do intelectual é indissociável de sua obra, apresenta ainda no prefácio uma pequena autobiografia, destacando seu passado operário e a aprendizagem com os estudos e o magistério. A preocupação em realizar a história das classes inferiores surgiu na leitura de livros contemporâneos, onde encontrava visões contraditórias com as suas lembranças. Decidiu então fechar os livros e voltar ao povo:

O escritor solitário voltou a se misturar com a multidão, escutou dela os ruídos, tomou nota de suas vozes. Fui consultar os homens, escutá-los falar de sua própria sorte, ouvir de seus próprios lábios o que muitas vezes não se encontra nos escritores de maior brilho: palavras cheias de senso comum. (MICHELET, 1991, p. 8)

Sua pesquisa durou dez anos, nos quais percorreu grande parte do território francês estudando a situação do campo e das cidades; deu como frutos não só o pequeno *Le Peuple*, inteiramente construído sobre suas investigações de campo, como certas passagens de *Histoire de la Révolution Française*, onde utiliza uma documentação escrita mais abundante.

Na metade do século XIX, outros autores mostraram interesse pela coleta de depoimentos da gente comum, antes que essa prática fosse completamente abolida pela história positivista ao final do século. Nos Estados Unidos, em 1840, o bibliotecário Copeland, de Wisconsin, recolheu 486 volumes de testemunhos de velhos soldados da Revolução norte-americana, formando a documentação que foi utilizada posteriormente por Frederick Jackson Turner para o estabelecimento da sua teoria da *Fronteira*. Na Europa, o recolhimento de testemunhos era marcado pela atenção à cultura popular, como o trabalho de Walter Scott, que enriqueceu seus romances com as tradições orais que recolheu por toda a Escócia, ou do conde Hersart de Villemarqué, que durante trinta anos recolheu cantos populares bretões.

Estas e outras tentativas, no entanto, não bastaram para tornar a prática comum, e ao final do século, os historiadores franceses Langlois e Seignobos (1946, p. 127) afirmavam em *Introdução aos Estudos Históricos* que *se não há documentos escritos, não há história*. O método que convertia a história em ciência, a filologia, abarcava somente o texto escrito, disponível nos incontáveis arquivos que se formaram junto com os estados nacionais. Os historiadores passaram a se interessar assim unicamente pela Europa, pela história política, pela vida dos príncipes e dos grandes, não havendo necessidade de buscar outro tipo de documentação – o que só voltou a ocorrer mais de meio século depois.

## A moderna História Oral

---

APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, surgiram novas tendências no sentido inverso ao da história política e das elites. A escola sociológica de Chicago utilizava a entrevista, a observação participante e a biografia como meios privilegiados para a análise da realidade social. Certos autores demonstraram então um interesse especial pelo método de histórias de vida: W. I. Thomas e F. Znaniecki apresentaram um trabalho pioneiro sobre imigrações, *The Polish Peasant in Europe and America* (1918-1920), construído a partir de autobiografias, cartas, diários e entrevistas realizadas com velhos imigrantes poloneses; Clifford Shaw trouxe uma contribuição básica à criminologia em suas obras, como *The Jack Roller: a Delinquent Boy's Own Story* (1930) ou *Brothers in Crime* (1938), compostas com apenas algumas histórias de vida das centenas que recolheu entre a juventude dos subúrbios de Chicago.

Um programa que chama atenção entre os antecessores da História Oral tomou corpo durante a *New Deal*: o *Federal Writer's Project*, surgido da vontade de combater o desemprego dos intelectuais norte-americanos, assim como do sentimento de um passado nacional que não era somente WASP (branco, anglo-saxão e protestante). Neste projeto, centenas de escritores e estudantes desocupados foram contratados para interrogar antigos escravos negros, trabalhadores e agricultores; entre 1935 e 1943, foram recolhidas pelo menos 180 mil páginas de histórias de vida, cuja riqueza só duas décadas depois começou a ser conhecida em toda a sua extensão (JOUTARD, 1986, p. 117).

Os historiadores estão de acordo, entretanto, sem desmerecer essas iniciativas pioneiras, que o verdadeiro nascimento da História Oral deu-se nos Estados Unidos, após a segunda Guerra Mundial, quando os gravadores portáteis tornaram possível o registro efetivo da voz. Consideram-se as primeiras gravações de Alan Nevins, em 1948, como o marco de criação deste método. Nevins era um jornalista e historiador, interessado sobretudo em política, que desde 1939 esforçava-se por criar um organismo que obtivesse as histórias de vida de norte-americanos “significantes”. Em 1948, o legado de um historiador permitiu a Nevins criar na Universidade de Columbia, em Nova York, o primeiro centro de História Oral do mundo, institucionalizando a prática, reforçando seu caráter sistemático e ensinando e difundindo a técnica.

Dentre os principais pontos da metodologia empregada pelos estudiosos do *Oral History Research Office*, destaca-se que *a gravação é considerada só um meio* e a fita magnética um estado provisório da constituição do documento. Cada entrevista é sistematicamente transcrita e enviada às pessoas interrogadas que releem a transcrição, corrigem-na e eventualmente a modificam; os pesquisadores estabelecem então um índice de nomes e temas, anexando fotografias e materiais complementares. Sob esta perspectiva, o documento original não é a fita, mas o *texto escrito e corrigido* (JOUTARD, 1986, p. 111).

Ironicamente, a História Oral começou com projetos que visavam entrevistar “americanos significantes”, mantendo-se, assim, a serviço de uma epistemologia histórica um pouco arcaica: a história fática das elites. Nas primeiras entrevistas realizadas por Alan Nevins, com políticos aposentados, ou em seu projeto sobre a empresa Ford, buscava-se estabelecer os “fatos” e as motivações conscientes, elegendo-se os informantes pelo papel que desempenharam nos acontecimentos. Por duas décadas a História Oral norte-americana alimentou-se deste filão, recebendo financiamentos privados dos mesmos “grandes homens” que eram tema de suas monografias. Esta situação só veio a mudar após 1970, quando se restaurou o método

visando novos objetos e novos questionamentos, como as posturas assumidas diante da História das Comunidades, da Família ou das Minorias, surgidas a partir de uma questão inevitável no âmbito da História Oral: “história de quem?”, “para quem?” (GALLIÁN, 1992, p. 26).

Nos anos que se seguiram à institucionalização da História Oral nos Estados Unidos, conheceu-se uma intensa propagação do método: em 1965 eram registrados 89 centros de pesquisa no país, número que saltou para mais de 1000 em 1977, quando a Associação de História Oral norte-americana completava dez anos. O movimento espalhou-se inicialmente pelos países de língua inglesa, como Inglaterra, Austrália e Canadá (que fundaram suas associações nacionais em 1973 a primeira e em 1974 as demais), contagiando em seguida outras terras desejosas de renovar sua historiografia, como México, Itália, Alemanha e os países escandinavos (JOUTARD, 1986, p. 136-170).

Hoje, a prática da História Oral tornou-se conhecida e aceita em todo o mundo, ocupando um lugar privilegiado no universo historiográfico e das Ciências humanas; somente em poucos espaços ainda se recusa a documentação oral por não ser “fiel aos fatos” ou “representativa”. Esta discussão, a nosso ver, é superada quando se mudam as premissas básicas na abordagem do sujeito e do “fato histórico”, considerando-se que as histórias de vida não nos apresentam a “realidade”, mas a sua *evocação verbal por um indivíduo particular numa situação específica* (PATAI, 1989, p. 15).

## Tendências atuais: teoria

---

Um panorama das atuais tendências da História Oral pode ser apreciado através do diálogo entre dois autores – Paul Thompson e Philippe Joutard –, que em seus trabalhos teórico-metodológicos estabelecem os preceitos mínimos para a utilização deste método, não obstante suas divergências quanto à forma de criação e tratamento da documentação oral (ver MEIHY, 1994, p. 52-60). A estes, vêm opor-se autores mais recentes, como Alessandro Portelli, preconizando uma reavaliação dos objetivos da História Oral. A própria dinâmica deste método faz com que as teorias não se uniformizem, e o debate constante entre elas cria a cada instante novas formas de se pensar a evidência oral.

O livro *The voice of the Past (A voz do passado)*, de Paul Thompson (1984), é frequentemente tido como um manual obrigatório, apesar de refletir uma postura particular a respeito do sentido deste método, determinada por uma concepção factual da História. Objetivos e preocupações distintas assumidas por outros estudiosos, porém – e pelo próprio autor, em livro 16 anos posterior à data de seu clássico (SAMUEL e THOMPSON, 1990) –, levaram à fundamentação de perspectivas mais amplas e complexas para a História Oral.

Neste sentido, é mais abrangente o trabalho de Phillipe Joutard (1986), *C'est voix que nous viennent du passé (Essas vozes que nos chegam do passado)*, título que é uma referência direta ao livro de Thompson), pois não se pretende rígido definidor de um método. Joutard abre espaço para a experimentação de novas formas de condução de projetos, entrevistas e textualizações, delegando ao critério

do pesquisador, e em função do objeto e dos objetivos do estudo, a formulação de novas possibilidades metodológicas e técnicas.

Outro importante trabalho teórico (e prático também) é o recente *The death of Luigi Trastulli and other stories*, do italiano Alessandro Portelli (1991), que não encara a História Oral como uma técnica que possa recolher informações precisas sobre o passado. Para o autor, o que interessa é a *subjetividade* dos narradores, que tem suas leis “objetivas”; seu estudo centra-se nas formas culturais e processos pelos quais os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história. Nestes e em outros autores, vários pontos de importância para a definição da História Oral são discutidos, como o caráter político e militante deste método, surgido com as mudanças nas perspectivas da historiografia a partir da década de 1970. Para Paul Thompson (1984, p. 11, 296), apesar de não ser necessariamente um instrumento de mudança, pois depende do espírito com que é utilizada, a História Oral tende a democratizar a história, transformando seu conteúdo e propósito, delegando voz àqueles que estariam marginalizados pela história oficial.

A História Oral favorece o aparecimento de um novo tipo de fonte, o registro oral, que, diferentemente da autobiografia, é produzido pela interação entre entrevistador e entrevistado, assumindo o primeiro um papel fundamental. Para Saul Benison (1984, p. 127), o resultado desse processo é um novo tipo de documento histórico: “Apesar de ter sido criado por um participante nos eventos passados, é também a criação do historiador-entrevistador, que de fato determinou os problemas históricos e as relações a serem examinadas.”

Para Norman Hoyle (*apud* HOFFMAN, 1984, p. 72), a entrevista é um tipo de transação social “na qual cada parte tem um efeito direto, embora talvez indeterminado, sobre o outro. Todo o conjunto de estímulos emitidos pelo entrevistador – sua idade, sua aparência, sua maneira de falar, suas ações, sua preparação, suas credenciais – irá determinar como ele é percebido pela pessoa entrevistada. E a maneira como ele é percebido certamente determinará o conteúdo, estilo e qualidade da resposta que ela elege”.

Alessandro Portelli (1991, p. 29-43) também destaca que a situação de campo é um *diálogo*, no qual estaremos falando com pessoas e não estudando “fontes”. Um importante capítulo de seu livro é dedicado ao estudo das relações de igualdade e hierarquia, identidade e alteridade no trabalho de campo. Para o autor, o pesquisador tem interesse na igualdade como a condição para uma comunicação menos distorcida, portanto de uma entrevista mais confiável – destacando porém que apenas a diferença torna-a relevante.

Para os historiadores que trabalham com depoimentos orais visando a “informação histórica”, surge a necessidade de reconhecê-los como “fiéis”, “autênticos”, da mesma forma que os documentos escritos. São estabelecidas, assim, formas de confrontação do relato oral com outros depoimentos e com fontes escritas, como sugerido por Trevor Lummis em *Listening to History* (1987), manual totalmente dedicado a considerações sobre a autenticidade da evidência oral. O autor acredita que o desejo de se colher e interpretar informação oral com máxima fidelidade é comum a todos que trabalham com História Oral; quem sai com um gravador para coletar “informações históricas”, portanto, deve fazê-lo o mais acuradamente possível.

O que distingue para estes autores a História Oral (entendida aqui como História Oral *temática*) e a História de Vida é que a primeira visa a obtenção de informações sobre uma realidade comum a uma determinada comunidade ou sociedade, enquanto a segunda restringe-se à verdade individual, mais subjetiva, onde os temas sociais apareceriam filtrados pelo discurso do depoente (MEIHY, 1991, p. 55-59).

Quando se considera a História Oral temática como “técnica” recolhadora de informações precisas sobre o passado, destaca-se a questão da representatividade e a solução adotada por Paul Thompson em *The Edwardians*, onde se procurou selecionar o grupo mais representativo do universo estudado quanto possível. Elaborou-se assim o chamado método de “mostra de cotas”: uma lista de categorias das diversas proporções na qual as pessoas se haviam de agrupar de maneira que pudessem ser contadas. A amostra baseava-se no censo

de 1911 e contava 444 pessoas; a proporção entre homens e mulheres era aquela verificada na época, assim como a proporção de habitantes na cidade e no campo, a distribuição regional e segundo grupos ocupacionais (THOMPSON, 1984, p. 145-149).

Phillipe Joutard (1986, p. 347-348) descarta este tipo de rigor estatístico na formação da rede de informantes, sugerindo um princípio mais empírico, adotado neste trabalho: “se podem encerrar as entrevistas quando o tempo e a energia gastos já não são compensados pela quantidade e a qualidade das informações recolhidas. Em história oral, assim como em economia, existe uma verdadeira *lei dos rendimentos decrescentes*. Certamente, o aproveitamento não é nulo e cada encontro oferece uma pequena riqueza, porém que não está à altura do esforço despendido.” Joutard considera que esta é a característica de toda pesquisa histórica: o investigador sabe que nunca esgota sua documentação, portanto há que saber concluir, mesmo que provisoriamente.

Quanto à condução da entrevista, Paul Thompson (1984, p. 221-225) é bastante específico para aquele que trabalha com o objetivo de recolher “informações” sobre o passado. Como esta necessidade por parte do investigador se contrapõe ao desejo de encaminhar a entrevista por parte do entrevistado, a dimensão deste conflito dependerá da capacidade do entrevistador em reconhecer ou não a importância da alteridade. O historiador tem que ser um bom ouvinte e um ajudante ativo; deve demonstrar interesse e respeito pelo entrevistado enquanto indivíduo. Thompson sugere ainda como se realizar as perguntas, que devem ser simples, claras e diretas, evitando-se uma formulação que tenda a obter uma resposta pouco clara ou que inclua a esta na própria pergunta.

Já a abordagem dada por Alessandro Portelli à prática da entrevista atém-se mais à questão política e ética, visto tratar-se de uma troca entre dois sujeitos, literalmente uma “vista mútua”. Para o êxito desta troca, é necessário que se estabeleça algum tipo de mutualidade: “O trabalho de campo é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem um no outro como sujeitos, e

portanto separados, e buscam construir sua igualdade sobre sua diferença de maneira a trabalhar juntos” (PORTELLI, 1991, p. 43).

Outra questão importante enfrentada pelos oralistas diz respeito à forma na qual se apresentará o documento para estudo. Thompson considera a gravação oral o documento mais preciso, já que a comunicação original foi oral. O trabalho analítico do historiador, no entanto, deve realizar-se sobre a transcrição literal, o que permitirá a tomada de citações. Esta transcrição deve ser o mais fiel possível à entrevista, registrando todas as vacilações, balbuceios e repetições da fala, sendo recomendadas apenas pequenas correções na forma quando o caráter da fala original torne a transcrição ininteligível.

Posição oposta é assumida por José Carlos Sebe Bom Meihy, para quem a entrevista deve passar pelos processos de transcrição, textualização e transcriação antes de se tornar um documento válido para a análise (ou não) do historiador. O autor descarta totalmente o uso da transcrição literal por parte deste, por não se tratar de um documento que reflita as nuances da comunicação oral. Assim, apropria-se de dois termos e processos da criação literária para auxiliar na realização do texto final: o “teatro de linguagem” e a “transcriação”, sobre os quais voltaremos a falar no capítulo referente à criação do documento escrito, a *textualização* (MEIHY, 1990, p. 22; 1991, p. 29-33).

Já para Joutard, o problema é mais amplo e depende essencialmente dos propósitos da investigação. A gravação é essencial, por ser o único meio de se ter um texto no qual se poderá exercer a análise escrita. Este texto, porém, não precisa ser necessariamente a transcrição literal, que apresenta muitos problemas para a leitura. Joutard cita Maurice Pons, para quem “entre o falado e o escrito existe uma diferença pela qual escapam sutilmente a verdade e a vida” (JOUTARD, 1986, p. 333). Por tratar-se de dois códigos, a transcrição deve ser uma tradução, que é em certo modo uma traição; neste caso oscila-se entre dois perigos: apegar-se à expressão do interlocutor em seus mínimos detalhes com o risco de tornar quase impossível a

leitura e desvalorizar seu discurso ou reescrever o texto oral arriscando perder sua especificidade e uma parte da informação que lhe é própria. A solução de Joutard é tão somente precisar os princípios utilizados na transcrição.

Superado o problema da transcrição da entrevista, resta o da interpretação das fontes orais, assunto também bastante discutido pelos teóricos e que apresenta diversas soluções. Para o Paul Thompson de *A voz do passado*, o historiador, utilizando-se da experiência do “informante” (termo extraído da velha antropologia), pode produzir um novo documento, onde as nuances históricas sejam ressaltadas. Busca-se com este tipo de documentação a “experiência de vida”, “o lado subjetivo da História”, a “atmosfera” do cotidiano, numa tentativa de se empreender uma “reconstrução mais realista do passado” (THOMPSON, 1984 e FRASER, 1978).

Já no recente *The Myths We Live By*, o autor inglês faz uma revisão dos primeiros anos da História Oral, reconhecendo que os primeiros oralistas praticaram um *realismo ingênuo*, ele mesmo entre os pregadores deste “fetiche do cotidiano”. Na introdução deste trabalho, afirma-se: “Agora, quando ouvimos uma história de vida, a maneira como foi narrada nos parece mais importante do que aquilo que foi narrado.” Reconhecendo-se o valor do subjetivo nos testemunhos orais, desafiam-se as categorias aceitas de história, passando-se a considerá-la como uma construção narrativa. Introduzem-se a emoção, os medos e as fantasias conduzidas pelas metáforas da memória, “que os historiadores estiveram tão ansiosos em excluir de seus relatos formais” (SAMUEL e THOMPSON, 1990, p. 2. Grifo meu).

Na antologia citada, de textos sobre mitos produzidos por historiadores, sociólogos, antropólogos, literatos e até psiquiatras, destaca-se o primeiro capítulo, da antropóloga Elizabeth Tonkin, destinado a mostrar que *o realismo é um mito para os historiadores*. Segundo a autora, os historiadores não estão imunes ao apelo do mito, como pode ser visto pelas categorias que se empregam nesta disciplina (como “a nação” ou “a gente comum”), pelas grandes teorias que se subscrevem ou pelo fetichismo dos fatos. Há uma grande dificuldade,

entre os historiadores, para reconhecer que o *realismo racionalista é o mito especial da cultura ocidental* (TONKIN, 1990, p. 25).

Em relação ao uso da História Oral, Elizabeth Tonkin afirma que se deve compreender e identificar como as histórias de vida são estruturadas segundo certas convenções, obedecendo ao desejo do narrador de apresentar um “*self*” ao entrevistador, naquele momento particular (*Idem*, p. 35).

Esta abordagem, que considera a narrativa mais importante que o narrado, se é nova entre os muitos que trabalharam seguindo os cânones da escola thompsoniana, não o é para os oralistas italianos, que têm em Luisa Passerini e Alessandro Portelli dois grandes estudiosos da narrativa enquanto simbolismo, mitologia e construção consciente e eficiente da memória.

Para Alessandro Portelli, a discrepância entre o fato e a memória destaca o valor das fontes orais como documentos históricos. Esta diferença não é causada por lembranças falsas, mas gerada *ativamente e criativamente* pela memória e a imaginação num esforço para dar sentido a eventos cruciais da vida pessoal do depoente ou da história em geral (PORTELLI, 1991, p. 26). O autor preocupa-se com a maneira pela qual o “*événement*” foi elaborado, mudado e interpretado na longa duração da memória e da cultura, como mostrado pela relação das fontes orais com as escritas. Portelli dá atenção essencialmente às fábulas, às histórias “erradas”, como as muitas versões da morte do operário Luigi Trastulli ocorrida na cidade de Terni (Itália), que examina em seu livro.

Caberia aqui, falando-se da importância da confrontação de versões, citar rapidamente o texto *O curto verão da anarquia*, de Hans Magnus Enzensberger (1975), que recolhe diversos testemunhos, escritos e orais, sobre a vida do anarquista espanhol Buenaventura Durruti. Ao contrário dos que acreditam que História só se faz com versões concordantes, Enzensberger mostra que podemos estudar e conhecer o passado sem ter necessariamente que assumir ou valorizar uma das interpretações existentes. O autor parte da constatação elementar de que *a história é uma invenção para a qual a realidade*

*fornece os elementos*, portanto, quem pretende dar-se ao trabalho de “reconstrução” histórica deve assumir sua autoria e sua parcialidade.

Alessandro Portelli (1991) também ressalta a importância de se considerar a interferência do pesquisador na realidade observada. Deve-se abandonar o fetiche positivista da neutralidade, reconhecendo-se salutarmente a presença do cientista social no campo. Ao contrário das fontes escritas, onde os dados existem independentemente das necessidades do pesquisador, nas fontes orais o conteúdo depende do que este põe em termos de perguntas, diálogo e relação pessoal. A parcialidade do pesquisador, e de qualquer documento, não devem ser negadas; não devem tampouco servir de alibi para o abandono total da pesquisa em Ciências sociais. É imperativo um tipo de tratamento a qualquer documento, seja ele oral ou escrito – por extensão, à própria pesquisa como documento em elaboração: a crítica.

## Tendências atuais: prática

---

OS TRABALHOS PRÁTICOS EM HISTÓRIA ORAL produzidos nos últimos dez anos dividem-se basicamente em dois grupos: História Oral temática, mais vinculada ao testemunho sobre algum assunto específico, e História Oral de vida, remetendo prioritariamente à experiência pessoal e à subjetividade (MEIHY, 1994, p. 56-57). Dentre os primeiros, podemos destacar os livros de Ronald Fraser, *Blood of Spain: an Oral History of the Spanish Civil War* (1978); de Luisa Passerini, *Fascism in Popular Memory* (1987); de Alessandro Portelli, *The Death of Luigi Trastulli* (1991); de Antonio Soriano, *Éxodos* (1989) e a produção mexicana representada pelos livros da série *Palabras del exílio* (ALONSO e BARANDA, 1984; ALONSO *et al.*, 1988; FUNES e TUÑÓN, 1982) e *Los niños de Morelia*, este de Dolores Pla Brugat (1985). Tais trabalhos fazem recortes nas entrevistas para ajustá-las aos temas estudados, utilizando frequentemente a documentação escrita em conjunto com a oral.

O livro de Ronald Fraser (1978) buscou recriar a “atmosfera” dos eventos da Guerra Civil Espanhola na retaguarda, numa tentativa de entender melhor as contradições e realidades dos movimentos individuais na História. Para isso, o autor valeu-se de mais de 300 entrevistas, realizadas dentro e fora da Espanha nos anos de 1973 a 1975, além de farta documentação escrita, composta sobretudo por jornais e panfletos da época que ilustram as informações e impressões. Fraser escolheu cinco regiões da Espanha (duas tomadas pelos nacionalistas, duas mantidas pelos republicanos e uma que viveu as duas experiências), construindo sua narrativa cronologicamente,

segundo as regiões, utilizando-se das palavras dos participantes na narrativa dos eventos, além de farta bibliografia e documentos primários. Ele não pretende uma nova história do conflito, uma nova verdade a respeito dos fatos, mas a visão que os participantes têm dos acontecimentos.

Um aspecto discutível do trabalho de Fraser remete à questão da “veracidade”. Não sendo possível conferir cada assertiva, cada experiência, exceto quando há evidências documentais, o autor permitiu-se omitir as informações incertas. Para Fraser, no entanto, uma assertiva de um fato que é demonstradamente falsa constitui parte da “atmosfera”; assim, deve ser mantida, contanto que sua validade seja contestada em seguida.

Trabalhos temáticos realizados no México pela equipe da *Dirección de Estudios Históricos* do *Instituto Nacional de Antropología e Historia*, como a série *Palabras del Exilio* ou o estudo *Los niños de Morelia*, permitem outras constatações. Nestes casos, também a tentativa é de contar a história através das palavras dos participantes nos eventos passados. Como afirmam as autoras de *Palabras del Exilio II – El Sinaia*, a História Oral é o instrumento idôneo para se recuperar a dimensão dos processos históricos que se perde em outros trabalhos históricos: “a dimensão viva e maleável da vida cotidiana dos indivíduos imersos na história; os matizes emotivos e pessoais; a ótica irredutível, abrupta e contraditória dos homens de carne e osso; sua maneira de sentir e perceber os acontecimentos e de perceber-se a si mesmos dentro deles” (FUNES e TUÑÓN, p. 15).

Apesar desta intenção, as autoras delegam bastante importância aos documentos escritos e fazem frequentes cotejamentos e comparações entre os dois tipos distintos de documentos. Os entrevistados são tratados como “informantes”, portanto suas “informações” devem ser averiguadas com base em documentos primários ou em outros depoimentos.

Nestes trabalhos, a narrativa é elaborada à maneira do livro de Ronald Fraser: cronologicamente, numa alternância contínua entre a palavra do historiador e a palavra dos depoentes. O que se questiona

então é a impressão de que os trechos dos depoimentos foram escolhidos unicamente para reforçar as teses dos autores, já que não se pode conhecer a entrevista em seu todo. No entanto, o resultado são livros convincentes, principalmente no tocante às experiências dos anos posteriores à Guerra e do fluxo migratório, como as histórias que descrevem a vida nos campos de concentração na França ou a viagem para o exílio.

A mesma impressão é causada pelo trabalho de Antonio Soriano, *Éxodos* (1989), que tem como tema central o exílio dos espanhóis republicanos na França durante os anos da II Guerra Mundial. Campos de concentração, rotas de fuga e o *maquis* são os espaços dos heroicos depoimentos – heroicos não só para os depoentes, que se consideram como tais, mas também para o autor, como se nota pelas perguntas diretivas constantes do texto. Após uma breve introdução histórica, este autor apresenta individualmente os depoimentos, referidos apenas ao momento histórico estudado. Da mesma forma que os livros da série mexicana sobre o exílio, esta obra tem interesse e importância mais pela própria intensidade das histórias relatadas do que pelo trabalho do historiador, aqui quase restrito ao de um editor.

Um texto de especial importância é o livro *Fascism in Popular Memory*, de Luisa Passerini (1987), que traz uma abordagem distinta dos testemunhos orais, usados no trabalho pelo que dizem, direta ou indiretamente, sobre o lado cotidiano da cultura, abrindo caminho para a análise do comportamento na sociedade. A autora acredita que é essencial para o entendimento da história não só o conhecimento das vidas “obscuras” e “ordinárias”, como também das ideias que alimentam suas experiências cotidianas, ligadas à realidade, e que formam a outra face desta.

No texto referido, foi dada atenção especial não só ao conteúdo das memórias, mas também à *forma* que essas memórias tomam quando narradas por solicitação de um entrevistador. Buscando compreender como se deram as relações entre a classe operária de Turim, Itália, e o fascismo, a autora vale-se da História Oral para saber

como se estruturam no presente, através das entrevistas, as representações coletivas daquele processo. Percebe-se ainda nos depoimentos como a tradição e a ideologia relacionam-se dentro de um padrão cultural, explicitando uma “mentalidade coletiva” que determina as atitudes individuais face ao contexto histórico-social.

Através da História Oral de vida, Passerini compõe em seu estudo uma verdadeira “galeria de autorretratos”, em que a análise dos estereótipos e formas narrativas permite a identificação de identidades coletivas. Tais identidades explicam não só as posturas atuais da classe trabalhadora frente a seu contexto social, mas ajudam a compreender também as do passado.

A autora reconhece ainda o papel do sujeito, que combina sua memória pessoal com a memória coletiva, criando uma espécie de mitologia individual. Esta “mitologia”, entretanto, não lhe interessa em si mesma, mas como agente recriadora de uma imagem coletiva. Os “autorretratos” refletem antes uma questão social do que psicológica ou individual, por isso a autora assume a opção de fragmentar os depoimentos recompondo-os a partir dos eixos temáticos. Seu texto define-se na identificação e análise das formas narrativas e da incidência de certos estereótipos, como os tipos cômico, hagiográfico, irreverente, militante etc.

A pesquisa empírica do livro de Alessandro Portelli (1991), intitulada *Two Industrial Cultures*, é composta de diversos artigos independentes que tratam das principais características narrativas reconhecidas pelo autor no *corpus* documental, constituído de 90 entrevistas com ex-operários das cidades de Terni (Itália) e Harlam (Kentucky, EUA). Entre estes temas, pode-se citar a percepção do espaço físico e a utilização da língua na transição cultural, assuntos que se perfilam com outros: os “mundos-possíveis” da memória da classe operária, os esportes, o trabalho, a política e os padrões de paternalismo nas duas cidades industriais que examina.

Apresentando e discutindo trechos das entrevistas, Portelli explica como se desenvolve a formação de uma memória coletiva, ou individual, “distorcida” a respeito de determinado fato, como e por

que esta distorção operou-se, ou seja, obedecendo a quais objetivos? Realiza-se um estudo não sobre *o que* foi dito, mas sobre *como* e *porque* isto foi dito. O autor associa os desvios das narrativas dos operários à busca de uma identidade própria, condição difícil de ser alcançada dentro de uma sociedade que se baseia não em castas, mas em classes, com alto grau de mobilidade social, como a Itália ou os Estados Unidos dos anos posteriores à II Guerra Mundial.

A HISTÓRIA ORAL DE VIDA, segunda principal variação do método, pode ser conhecida em seus diversos matizes por meio dos livros *Brazilian Women Speak*, de Daphne Patai (1989), *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi (1979) e dos trabalhos de José Carlos Sebe Bom Meihy, *A Colônia Brazilianista* (1990) e *Canto de Morte Kaiowá* (1991).

No livro de Daphne Patai (1989), o termo “informante” perde totalmente seu significado; a relação entre o entrevistador e o entrevistando passa a ser vista antes de tudo como a intersecção entre as duas subjetividades, os dois “*selves*”, que se constroem mutuamente em todas as etapas da pesquisa. Trabalhando com História Oral mais como um diálogo do que como uma entrevista dirigida, Patai explicita a importância da colocação do “*self*” do pesquisador como fundamental na definição do projeto; o entrevistador não é um observador passivo, mas um participante ativo na formulação do depoimento.

Patai não vê a História Oral como meio para se chegar ao “real objetivo”, porém como verdadeira invenção ou construção textual que deixa transparecer a forma como o indivíduo recria a partir de sua subjetividade o seu universo cultural. Para a autora, uma mulher que lhe conta sua história de vida não é um transmissor neutro ou passivo mas, ao contrário, um agente moldando e construindo ativa e criativamente sua narrativa. Os entrevistados *criam um passado* que levam ao seu “*self*” presente.

O produto da História Oral, portanto, é uma *construção verbal* mais do que uma fonte objetiva, passível de fornecer informações e

verdades sobre determinados fatos. Interessada no impacto de gênero, classe e raça para as mulheres comuns de aglomerados urbanos brasileiros, Patai não conduziu as entrevistas “armada com um protocolo”, como sugere Paul Thompson; ao contrário, partia de perguntas simples para que as entrevistadas elaborassem sua narrativa livremente. Como Patai considera o teor literário essencial para a História Oral, ocorre uma profunda redefinição dos procedimentos técnico-metodológicos adotados, como a forma de transcrição, guiada pelas ideias e não pelas palavras exatas do entrevistando – os depoimentos foram reescritos de forma a tornar sua leitura mais clara, sem no entanto perder a característica original da fala de cada depoente.

Além da introdução, em que explicita seus procedimentos metodológicos, Patai não faz outros comentários durante as narrativas, que são apresentadas separadamente e integralmente, ao contrário dos trabalhos de História Oral temática, que recortam as entrevistas.

Desta forma também são construídos os trabalhos de Bom Meihy, *A Colônia Brazilianista* (1990) e *Canto de Morte Kaiowá* (1991) que, ao contrário de *Brazilian Women Speak*, tratam de pessoas visíveis e não anônimas,<sup>6</sup> trazendo à tona outros problemas éticos que tiveram que ser resolvidos. Tratando de reconhecidos professores norte-americanos no primeiro caso, e de ativas figuras políticas da

---

6 O trabalho em História oral pode ser realizado com pessoas visíveis ou anônimas, dependendo dos problemas levantados pelo pesquisador. É uma decisão que está diretamente relacionada com a escolha do objeto de estudo, mas tem bastante importância do ponto de vista ético e político. Os depoimentos de pessoas “visíveis” – personalidades públicas como artistas, políticos ou profissionais conhecidos – são mais controlados, mais “oficiais” e frequentemente levantam problemas de ordem política. Por outro lado, as pessoas “anônimas” – gente comum, desconhecida –, são menos preocupadas em contar sua “História oficial”: falam sobre temas mais cotidianos, com maior liberdade e menor preocupação formal.

comunidade indígena Kaiowá de Dourados-MS no segundo, o autor teve que equilibrar os depoimentos de maneira a confrontá-los sem os desvalorizar, num complicado exercício político.

Mais do que as mulheres “comuns” entrevistadas por Daphne Patai, os personagens de ambos os livros de José Carlos Sebe têm plena consciência de que estão falando para o presente e para a História, formulando *histórias oficiais* que sabemos nem sempre serem “honestas”. Deve-se, porém, contar com isso, e a “desonestidade” no relato passa a fazer parte da própria análise que o leitor empreenderá. É importante ressaltar o fato de que as entrevistas realizadas e textualizadas pelo autor são posteriormente reencaminhadas aos entrevistados para sua conferência. Nesta fase do processo, o depoente tem a liberdade de corrigir e alterar seu texto, só então legitimando-o para uso do historiador.

Uma questão importante que surge nos dois trabalhos do professor José Carlos Sebe Bom Meihy diz respeito à forma da transcrição. O autor estabelece a possibilidade de recriação do texto falado em texto escrito através do mecanismo de *transcrição*, termo proposto por Haroldo de Campos para a realização de traduções. Segundo este conceito, a transcrição (ou a tradução) deve fiar-se nas *ideias* e não nas *palavras* do depoente, assim como o defendido por Patai. Meihy no entanto chega mais longe ao propor a completa reescrita do texto, onde um novo elemento entrará: o *teatro de linguagem*, termo este emprestado de Roland Barthes. Enquanto a transcrição surge da necessidade de se adaptar o texto falado ao texto escrito, o teatro de linguagem pretende incorporar a este os elementos não-verbais da entrevista, tão importantes quanto as palavras ditas, mas perdidos na transcrição literal.

O autor propõe então a seguinte metodologia para a transcrição: primeiramente, realiza-se a chamada “transcrição literal”, onde a entrevista é rigorosamente passada para o papel, com todos os seus lapsos, erros, vacilos, repetições e incompreensões, incluindo as perguntas do pesquisador. Num segundo momento, o da “textualização”, as perguntas são incorporadas à fala do depoente, a narrativa

recebe uma pequena reorganização para tornar-se mais clara e os equívocos linguísticos são sanados. É na etapa final, a “transcrição”, que se atua no depoimento de maneira mais ampla, invertendo-se a ordem de parágrafos, retirando ou acrescentando-se palavras e frases e, enfim, realizando-se o “teatro de linguagem”, que incorporará à narrativa os elementos não-verbais da entrevista como risos ou choro: “Teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato e, como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra” (MEIHY, 1991, p. 30-31).

Outro importante estudo que merece ser citado não vem propriamente do campo da História, mas da Psicologia Social: *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi (1979), livro pioneiro no trabalho com História de Vida no Brasil. Após uma longa introdução em que discute duas teorias concorrentes sobre a memória (aquelas de Henri Bergson, que se atém à fenomenologia da lembrança, e de Maurice Halbwachs, destacando os quadros sociais da memória), a autora apresenta oito histórias de vida de velhos moradores da cidade de São Paulo, textualizadas livremente.

Estas histórias, por si só, implicam visões bastante ilustrativas e esclarecedoras da vida cotidiana na cidade de São Paulo, principalmente na primeira metade do século, entre classes sociais distintas. Não é a vida cotidiana ou a História, no entanto, o objeto da autora e sim as lembranças como expressão de uma memória individual indissociável da memória coletiva. Assim, analisam-se as histórias de vida segundo a ótica proposta por Halbwachs, que interliga a memória e a sociedade, a memória e o tempo, a memória e o espaço. Distinguem-se ainda a memória-evocação e a memória-convenção: a primeira tratando-se de lembranças “ingênuas” da infância, a segunda da memória dos fatos políticos e sociais, que carrega em si uma forte carga ideológica.

## Multidisciplinaridade e História Oral

---

COMEÇAREI ESTA ÚLTIMA SEÇÃO estudando a narrativa através das abordagens linguísticas e semiológicas dadas por Roland Barthes (1973) e por Alessandro Portelli (1991). É difícil falar de “narrativa”, no entanto, sem antes mencionar o texto *O Narrador*, de Walter Benjamin (1990), que já em 1936 percebia os rumos que tomavam as tradições frente à valorização crescente da informação imediata. Apesar de Benjamin não ter conhecido o verdadeiro *boom* da mídia eletrônica, seu texto continua mais do que nunca atual, refletindo uma tendência que se foi aguçando durante o século: o passado deixa de ser referência; o instante vem a ser a medida da temporalidade.

Segundo Benjamin, a arte de narrar encontra-se em vias de extinção; perde-se a faculdade de intercambiar experiências, que é a fonte a que recorreram todos os narradores, em benefício do acesso à informação, em que os fatos já chegam acompanhados de explicações. A narrativa, ao contrário desta, não tem um fim, não promete uma solução. “Metade da arte narrativa está em evitar explicações” (*Idem*, p. 199): seu final parece estar sempre em aberto, pois a própria vida é passível de um novo prolongamento. O narrador é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.

Benjamin destaca que a natureza narrativa tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária: um ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio, uma norma de vida. O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos – que retira da própria experiência ou da experiência relatada por outros

– não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio.

Um conceito importante discutido por Benjamin é o da narrativa como forma artesanal e comunitária de comunicação, oposta à informação atual, onde o trabalhador encontra-se isolado do processo global de produção. Segundo o autor, *imprime-se na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso*. Contar histórias é a arte de contá-las de novo. Benjamin evidencia que a relação desarmada entre ouvinte e narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução.

Outro ponto discutido por Benjamin parece-me de vital importância: a distinção entre o historiador e o cronista. Para o autor:

[...] o historiador é obrigado a explicar de uma outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos de história do mundo. É exatamente isto que faz o cronista, especialmente seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna. Na base de sua historiografia está o plano da salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios, e com isso desde o início libertaram-se do ônus da explicação verificável. (*Idem*, p. 209)

Delegada ao historiador a obrigação de explicar de alguma forma os “episódios com que lida”, vemo-nos na incumbência da compreender como acontecem os *nossos fatos*, isto é, como se articulam as narrativas a partir das entrevistas. E o instrumental preciso para tal empreendimento é fornecido pela linguística, pela semiologia e pela teoria literária, disciplinas que têm em Roland Barthes um de seus grandes intérpretes.

Em *Introdução à análise estrutural da narrativa* (1973), Barthes formula uma teoria, ou um *modelo hipotético de descrição*, a ser aplicado à análise das espécies narrativas. Estruturalmente, propõe

três níveis no qual se decomporiam as narrativas: o nível das *funções*; o nível das *ações*; e o nível da *narração*.

O nível das *funções* comporta a correlação entre as unidades mínimas do discurso narrativo, determinadas pelo seu caráter *funcional*. Para Barthes, tudo na narrativa é funcional: “na ordem do discurso, o que se nota é, por definição, notável” (*Idem*, p. 22). Há no entanto vários tipos de funções, destinadas a preencher diversos requisitos da narrativa. A primeira diferenciação faz-se entre as verdadeiras *funções* (ou *funções de Prop*), que se correlacionam ao longo da narrativa, implicando uma sanção sintagmática; e os *índices*, cuja finalidade é transmitir conceitos mais difusos, numa relação paradigmática.

As primeiras podem ser *funções cardinais*, que são a verdadeira articulação da narrativa, seus “momentos de risco”, ou *funções catálises*, que preenchem espaços, criando uma funcionalidade cronológica e estabelecendo “zonas de segurança”. Entre os índices, podemos ter os verdadeiros *índices*, que carregam significados implícitos sobre o caráter ou sentimento de personagens, a atmosfera, ou as *informações*, imediatamente significantes, que situam no tempo e espaço a história, conferindo autenticidade ao relato.

Todas estas funções obedecem a certas regras de combinatória, sendo que a mais importante relação é a que une as funções cardinais. Uma função desta espécie obriga a outra e reciprocamente, e a correlação entre estas funções define a armação da narrativa. Catálises, índices e informantes são expansões com relação aos núcleos. Estes, são regidos pela lógica, são necessários e suficientes.

O nível seguinte de análise inicia-se quando a pirâmide das funções toca na das *ações*, que é de fato o nível dos *personagens*. O autor considera no entanto que o estatuto estrutural do personagem não o supõe como um “ser”, mas como um “participante”: a noção de personagem submete-se inteiramente à noção de ação. Como esta desenvolve-se a partir e ao redor de personagens, serão as categorias gramaticais da pessoa, os pronomes, que darão a chave do nível *acional*. Como estas categorias, porém, não se podem compreender

a não ser em relação à instância do discurso, e não da realidade, os personagens, como unidades do nível acional, só encontram sua significação se são integrados ao terceiro nível de descrição, o da *narrativa*.

O nível da narrativa exige a interpretação do texto como *objeto*, como alvo da comunicação. Sabe-se em linguística, que *eu* e *tu* são absolutamente pressupostos um pelo outro; do mesmo modo, não pode haver narrativa sem narrador e sem ouvinte (ou leitor). Há um “doador” da narrativa, assim como há um “destinatário”. Barthes distingue então os três tipos de “doadores” da narrativa: no primeiro caso, a narrativa é emitida pelo autor como pessoa, expressão de um eu que lhe é exterior; no segundo, o narrador tem consciência total, é interior e exterior aos personagens; no último caso, o narrador limita o discurso ao que sabem os personagens. Todas estas concepções são “realistas”, como se a narrativa se determinasse originalmente em seu nível *referencial*. Narradores e personagens, no entanto, são essencialmente “seres de papel”. O autor material da narrativa não se confunde com o narrador: “quem fala (na narrativa) não é quem escreve (na vida) e quem escreve não é quem é” (*Idem*, p. 46). Roland Barthes afirma, pois, que nas literaturas orais o autor não é aquele que inventa as mais belas histórias, mas o que domina melhor o código cujo uso partilha com os ouvintes; nessas “literaturas”, o nível narrativo é tão nítido, suas regras tão estritas, que é difícil conceber um “conto” privado de signos codificados da narrativa.

O trabalho de análise da narrativa empreendido por Alessandro Portelli guarda algumas relações com o de Roland Barthes, sendo menos elaborado porém mais facilmente aplicável à análise das entrevistas. Portelli estuda a *fonologia do tempo* da narrativa, quebrando-o em dois eixos: o *sintagmático* e o *paradigmático*. Para o autor, quando um narrador localiza um evento no tempo, ele o deve fazer em dois níveis: o primeiro processo, e mais familiar, é a *periodização*, onde se quebra o *continuum* do tempo em pontos discretos, dividindo-o horizontalmente em períodos e épocas consecutivos. Estes períodos são separados pelos “*eventos-chave*”, caracterizados por ocasião da narração como momentos de ruptura.

Mas o tempo também é quebrado em vários níveis no eixo paradigmático – o da simultaneidade –, como uma nota musical é desmembrada em seus sons harmônicos: todos os níveis ocorrem ao mesmo tempo e inseparáveis uns dos outros, mas, apesar disto, são logicamente distintos. Se tomarmos uma unidade de tempo convencional, seja um segundo ou um ano, nela sempre estará ocorrendo mais de um evento. Estes eventos concorrentes, no entanto, concernem a áreas diferentes de significação e experiência: o tempo, a política, o trabalho, a família etc. Eles podem portanto ser agrupados com eventos que se referem à mesma área de significado mas ocorrendo em outras épocas, formando linhas sintagmáticas que correm paralelamente entre si.

Portelli, em cada entrevista, busca verificar qual destes níveis paradigmáticos é o dominante na periodização e interpretação da narrativa, definindo três estratos verticais ao redor dos quais as narrativas são dispostas na maioria dos casos: o *institucional*, esfera da política, governo, história e ideologia; o *coletivo*, que engloba a vida da comunidade, da vizinhança e do trabalho; e o nível *pessoal*, concernente à vida familiar, ao ciclo dos nascimentos, casamentos, mortes. Cada um destes níveis tem um referente espacial, respectivamente: a nação e o mundo; a cidade, a vizinhança e o trabalho; o lar (PORTELLI, 1991, p. 69-73).

Trabalhando com Histórias de vida, estamos de fato lidando com um tipo de *autobiografia*, ainda que não escritas pelo próprio autor de maneira memorialista, mas elaboradas conjuntamente com a participação do historiador. Colocam-se assim alguns problemas sobre a construção da autobiografia, que analisarei a partir do abrangente trabalho de Georges Gusdorf, *Condiciones y Límites de la Autobiografía* (1991).

Segundo Gusdorf, o autor de uma autobiografia impõe-se como tarefa contar sua própria história. Trata-se, para ele, de reunir os elementos dispersos de sua vida pessoal e de agrupá-los em um esquema de conjunto, tentando conseguir uma expressão coerente e total de seu destino. O autor deve situar-se a certa distância de si mesmo,

a fim de reconstruir-se em sua unidade e sua identidade através do tempo. Esta unidade vivida de comportamento e de atitudes não procede do exterior: é certo que os fatos influem, às vezes nos determinam e sempre nos delimitam; mas os temas essenciais, os esquemas estruturais que se impõem ao material dos fatos exteriores são os elementos constituintes da *personalidade*.

Tratando das análises possíveis para a autobiografia, Gusdorf considera primeiramente o estado da historiografia atual. Para o autor, o ídolo da história objetiva e crítica, adorado pelos positivistas do século XIX, desmoronou; a esperança de uma “ressurreição integral do passado”, mostrou-se carente de sentido; “o passado é o passado, e não pode habitar de novo no presente a não ser à custa de uma perda total de sua natureza” (GUSDORF, 1991, p. 14).

Como a criança, o jovem, o ser maduro de outros tempos desapareceram e não podem se defender, só o homem atual tem a palavra, o que permite negar o desdobramento e postular exatamente o que está em questão. “Nenhum artifício de apresentação, ainda que se veja ajudado pela genialidade, pode impedir ao narrador saber sempre a continuação da história que conta, ou seja, partir, de alguma maneira, do problema resolvido” (*Idem*, p. 15). A narrativa dá sentido ao acontecimento, o qual, enquanto ocorreu, talvez tivesse muitos, ou nenhum. Esta postulação de sentido determina os fatos que se elegem, os detalhes que se ressaltam ou se descartam, de acordo com a exigência de inteligibilidade preconcebida. Os esquecimentos, as lacunas e as conformações da memória originam-se aí: não são consequência de uma necessidade puramente material resultado do acaso; pelo contrário, provêm de uma opção do escritor, que recorda e quer fazer prevalecer determinada versão revisada e corrigida de seu passado, de sua realidade pessoal.

A crítica externa e objetiva, portanto, pode sinalizar aqui ou ali um ou outro erro de detalhe ou algum engano, mas não pode pôr em tela de juízo o essencial. Na autobiografia, *nos concerne outra verdade*. A verdade dos fatos subordina-se à verdade do ser, pois é sobretudo o narrador que está em questão. A narrativa traz-nos o

testemunho de uma pessoa sobre si mesma, o debate de uma existência que dialoga com ela própria, na busca de sua fidelidade mais íntima. Daí a necessidade de um tipo de crítica que, “em lugar de mostrar a correção material da narrativa ou de mostrar seu valor artístico, procure compreender a *significação íntima e pessoal*, considerando-a como o símbolo, ou a parábola, de uma consciência em busca de sua verdade individual, própria” (GUSDORF, 1991, p. 16).

Outro ponto sobre a análise das autobiografias – e por extensão as histórias de vida –, diz respeito ao *estilo*, que Gusdorf entende não somente como uma regra de escritura mas como uma linha da vida. A verdade da vida não é distinta, essencialmente, da verdade da obra. Há um estilo de vida romântico, como há um clássico, barroco, existencial ou decadente. A vida, a obra e a autobiografia, aparecem-nos assim como três aspectos de uma mesma afirmação, unidos por uma constante imbricação – conceito que considero de vital importância.

Consideradas as contribuições trazidas pela linguística, a semiótica e a teoria literária a esta pesquisa, resta agora examinarmos os aspectos teóricos levantados pela antropologia dos quais nos apropriamos para o estabelecimento de um estatuto da autoria do texto em História Oral. Apesar da questão da escrita etnográfica ter sido levantada em vários textos, limitar-me-ei aqui a comentar os posicionamentos de Clifford Geertz (1989) e de James Clifford (1986) (outros textos que discutem o fazer etnográfico são: GEERTZ, 1989.; SIMÕES JR., 1992; ver também GALLIÁN, 1992, p. 38).

A noção de que os procedimentos literários permeiam qualquer trabalho de representação cultural é uma ideia recente na antropologia. Para Clifford Geertz, os processos literários – metáfora, figuração, narrativa – afetam os modos pelos quais os fenômenos culturais são registrados, das primeiras “observações” anotadas, ao livro completo e às maneiras como essas configurações “fazem sentido” em determinados atos da leitura. O etnógrafo “inscreve” o discurso social: *ele o anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser

consultado novamente. Para o autor, esta é no entanto uma situação delicada, pois o pesquisador não inscreve o discurso social bruto, mas apenas uma pequena parte que os informantes podem levá-lo a compreender (GEERTZ, 1989, p. 29-30).

Assim como Geertz, James Clifford acredita que os gêneros acadêmico e literário interpenetram-se inegavelmente no trabalho etnográfico em geral; além disso, a escrita de descrição cultural é propriamente experimental e ética. Focar a atenção na feitura do texto e em retórica serve para iluminar a natureza artificial, construída, de qualquer contar cultural.

Para estes autores, a palavra *arte* retoma o sentido empregado no século XVIII: arte como a habilidade de dar forma a objetos utilitários. A palavra *ficção* também assume na teoria textual recente seu sentido mais explícito: perdendo a conotação de falsidade, de algo meramente oposto à verdade, *ela sugere a parcialidade das verdades culturais e históricas*, o modo como estas são sistemáticas e exclusivas:

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento. (GEERTZ, 1989, p. 25-26)

Numa visão mais nietzscheana do que hermenêutica, todas as verdades construídas tornam-se possíveis por “mentiras” poderosas de exclusão e retórica. Até os melhores textos etnográficos – sérios, “verdadeiras ficções” – são sistemas, ou economias, de verdade. O poder e a História trabalham através deles, sob formas que seus autores não podem controlar plenamente. Verdades etnográficas são portanto inerentemente *parciais* – comprometidas e incompletas. Isso não deve servir porém de desalento aos que procuram alguma

objetividade ou cientificidade em trabalhos de cultura. Não se há de cair num reducionismo que jogaria a terra todas as Ciências humanas; há de se saber contar com esta parcialidade.

Para Geertz, não impressiona o argumento de que, como é impossível uma objetividade absoluta na análise cultural, é melhor permitir que os sentimentos levem a melhor: “conforme observou Robert Solow, isso é o mesmo que dizer que, como é impossível um ambiente perfeitamente asséptico, é válido fazer uma cirurgia num esgoto” (GEERTZ, 1989, p. 40).

James Clifford observa que a escrita etnográfica é determinada de pelo menos seis maneiras: (1) *contextualmente* (ela constrói e é tirada de meios sociais significantes); (2) *retoricamente* (ela usa e é usada por convenções expressivas); (3) *institucionalmente* (alguém escreve dentro, e contra, tradições, disciplinas e audiências específicas); (4) *genericamente* (uma etnografia é distinta formalmente de um romance ou um folheto de viagens); (5) *politicamente* (a autoridade para representar realidades culturais é desigualmente dividida e às vezes contestada); (6) *historicamente* (todas as convenções e coações acima estão em processo de mudança). Essas determinações governam a inscrição de *ficções etnográficas coerentes* (CLIFFORD, 1986, p. 8-11).

Apesar deste ponto ser agora amplamente afirmado, ainda resistem a ele, em determinados pressupostos, aqueles que temem o colapso dos padrões claros de verificação. Uma vez aceito e construído com a *arte etnográfica*, porém, um senso rigoroso de parcialidade pode ser fonte de um juízo interpretativo. A análise das entrevistas, portanto, passará pela aceitação das mesmas como construções verbais conscientes por parte do depoente; assim também a pesquisa deve ser criticamente tratada em toda a sua extensão, devendo ser reconhecidas as contingências às quais se submeteu o autor.

---

# Fazendo História Oral

---

## Igualdade e diferença: a entrevista em História Oral

---

UM DOS ASPECTOS MAIS CATIVANTES do trabalho em História Oral é a natureza interativa do documento, criado conjuntamente pelo pesquisador e pelo colaborador, participante dos eventos passados, numa experiência que se baseia tanto na igualdade como na diferença. A condição necessária da pesquisa de campo é ser um *diálogo*, no qual estamos falando com pessoas, não estudando “fontes”; ser uma situação de aprendizado para os dois lados. E é considerando-se a entrevista como um *diálogo*, e não como uma *inquirição*, que se pode obter os melhores resultados do trabalho de campo. Algum tipo de mutualidade deve ser estabelecida, quebrando os papéis tradicionais de “observador” e “observado” e fazendo com que os dois sujeitos interagentes atuem conjuntamente. O pesquisador, assim, deve ter interesse na igualdade, como condição para uma narrativa mais honesta e espontânea.

Vários autores consideram que a igualdade depende de condições sociais e não da vontade do pesquisador, sendo difícil de ser alcançada. Uma pretensa superioridade social e intelectual deste poderia ser um entrave para uma boa comunicação com o depoente. O que se faz necessário, portanto, é que o primeiro reconheça que em sua pesquisa procura *aprender* com os narradores, não estando de fato em posição superior nem inferior a estes – apenas é *diferente*.

Constatada a inevitável diferença, resta-nos construir sobre ela o equilíbrio desejado. Como afirma Alessandro Portelli, apenas a igualdade prepara-nos para aceitar a diferença em termos outros que

não hierarquia e subordinação; por outro lado, sem diferença não há igualdade (*equality*), apenas “mesmice” (*sameness*), que é um ideal muito menos valioso. Somente a igualdade dá credibilidade à entrevista, mas apenas a diferença torna-a relevante, pois é justamente em função da desigualdade de conhecimentos entre o historiador e o depoente que ela se concretiza (PORTELLI, 1991, p. 43).

Outra decorrência do reconhecimento do outro, que marca o estabelecimento da antropologia, é que este implica também um questionamento e redefinição da identidade do próprio antropólogo, ou historiador. Na experiência de campo, não somente o “observador” mas também o “observado” devem ser motivados a pensar novas ideias sobre si mesmos, o que ilumina um novo problema: a interferência do observador na realidade observada. Como já se discutiu acima, o fetiche positivista da não-interferência deve ser abandonado; consideramos que as mudanças que a presença do historiador pode causar face aos depoentes são um dos mais importantes resultados do trabalho de campo.

AS ENTREVISTAS DESTA PESQUISA FORAM realizadas segundo os critérios da História Oral de Vida, abolindo-se o uso de questionário ou perguntas indutivas. Aos depoentes, que conheciam de antemão meu interesse pela imigração e pela luta antifranquista, eu solicitava apenas que relatasse sua vida desde a infância até os dias de hoje, fazendo referência ao momento da imigração e à participação no Centro Democrático Espanhol, elemento comum definidor da colônia. Muni-me, no entanto, de uma lista mental com certos temas que não deveriam faltar na narrativa, portanto ao final desta, ou durante, havendo oportunidade, eu entrevistaria e pediria maiores explicações se algum dos tópicos não tivesse sido abordado. Neste caso, não realizei nenhuma pergunta diretamente indutiva (p.ex.: “Você imigrou por motivos políticos?”), somente estimulando a conversa sobre tal ou tal assunto e fazendo perguntas genéricas (p.ex.: “Fale-me do momento da imigração”). Esta lista temática constava dos seguintes itens:

INFÂNCIA: Família (trabalho e crenças políticas e religiosas do pai e da mãe); lembranças da Guerra; educação; religião; trabalho.

IMIGRAÇÃO: os motivos e o momento da imigração; a chegada e a adaptação ao Brasil.

O CENTRO DEMOCRÁTICO: como entrou em contato; que participação teve no Centro.

O MOMENTO ATUAL DE VIDA: a família, o trabalho, a política, perspectivas.

Não obstante a mentalização deste “roteiro”, coube plenamente ao colaborador conduzir sua narrativa, sendo este historiador um elemento auxiliar para essa tarefa, árdua e delicada ao envolver sentimentos e emoções do pesquisador e do depoente, esvanecendo a linha divisória sujeito-objeto.

Com respeito ao critério para definição do número de entrevistas a ser realizado, adotei a metodologia proposta por Philippe Joutard (1986, p. 347) que prevê, como em economia, a “lei dos rendimentos decrescentes”. Para a seleção dos entrevistados, segui o critério de *rede*, ou seja, os próprios depoentes indicaram outros para serem entrevistados, criando uma *comunidade de argumentos*. A rede dá continuidade social à experiência humana, permitindo a captação da experiência histórica. Procurei, entre as indicações da rede, dar representatividade às diversas filiações políticas e regiões de origem dos participantes do Centro, sem, no entanto, cair no rigorismo estatístico sugerido por Paul Thompson (1984, p. 145-149) com o “método de cotas”; ademais, foram entrevistadas pessoas de idades distintas e homens e mulheres em proporção equivalente à da imigração, onde predominou o elemento masculino. As entrevistas tiveram a duração média de 60 minutos, sendo 25 min. e 2:20 horas os extremos.

## Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral\*

---

### *Pressupostos metodológicos*

ASSIM COMO A HISTÓRIA ORAL pode servir a vários objetivos, sendo praticada não apenas por historiadores de ofício, também a transcrição pode ter as mais diversas finalidades e podemos afirmar, com Verena Alberti, que “o tratamento das entrevistas gravadas em uma entrevista de história oral depende do que foi definido no projeto inicial com relação ao destino do material produzido” (ALBERTI, 2008, p. 180). Para Joutard: “Não existem soluções milagrosas; tudo depende em realidade do tipo de pesquisa. [...] As soluções podem ser múltiplas; o importante é precisar os princípios utilizados na transcrição, os tipos de reajustes realizados, os cortes feitos com (por que não?) exemplos” (JOUTARD, p. 334-335; grifo meu). Uma entrevista transcrita para a composição de um arquivo, por exemplo, deve ser tratada diferentemente daquela que é transcrita para a publicação em livro; entrevistas de história de vida requerem transcrições diferentes daquelas de entrevistas temáticas, assim como são distintas as transcrições de projetos de pesquisa em linguística ou história.

---

\* Este capítulo é uma atualização do texto publicado na primeira versão do livro, de mesmo título. O presente texto foi apresentado no XVII Congresso Internacional de Historia Oral em Buenos Aires, em 2012, com o título *Los retos de la transcripción en historia oral* (GATTAZ, 2012).

As opções são muitas, suscitando os mais vivos embates pela defesa de uma ou outra forma. Deve-se portanto registrar que se trata de assunto ainda não “normalizado” pela academia – se é que em algum momento chegará a sê-lo – e o que se propõe aqui é apenas uma das possibilidades de se tratar o documento oral. A característica principal da transcrição aqui proposta é voltar-se para a produção de um texto que guarde o ritmo e o tom da comunicação oral, mas simultaneamente seja de fácil e agradável leitura, tendo como principal guia as ideias emitidas pelo depoente, e não as palavras exatamente como foram ditas.

Adota-se aqui, portanto, uma vertente da história oral que se concretiza somente quando chega ao texto final, elaborado pelo pesquisador a partir da colaboração com o depoente, superando a etapa da entrevista e da formação de arquivos. Isso implica que deve haver um processo de transcrição das entrevistas que assegure a formação de um corpo documental a ser trabalhado pelo historiador. Para o linguista Leland McLeary, que publicou recentemente um artigo sobre as questões de língua na história oral (MCLEARY, 2011), e com quem dialogarei frequentemente neste artigo, a história oral exige um documento escrito:

[...] o falar espontâneo, em si, pode ser objeto de estudo da linguística, da sociologia ou da psicologia, mas não da história. Para ser objeto de reflexão histórica, a fala tem que assumir um caráter permanente, tem que se transformar em documento. A questão é: que documento será esse? Ou melhor: que documentos serão esses? [...] A forma em que é publicado depende da natureza do documento, que pode passar por vários processos de seleção, edição, compilação, interpretação e síntese. (MCLEARY, 2011, p. 104)

Colocada a necessidade da transcrição, deve-se reconhecer em seguida a distância existente entre a língua falada e a escrita. Ainda para McLeary:

A fala é ação. A escrita é matéria. A fala é dinâmica. A escrita é fixa. A fala é sensível ao contexto. A escrita anula o espaço, suspende o tempo, exila os seres vivos, e reduz o *contexto* da fala ao *texto* da escrita. (MCLEARY, 2011, 97)

Este autor nota (seguindo Poyatos e Clark) que a comunicação falada compõe-se de três elementos inseparáveis: palavras, voz e movimentos do corpo – ou dos corpos, uma vez que tal comunicação se dá como ação conjunta, entre emissor e receptor da mensagem. A linguística, assim como a história, enfrentam com dificuldades tal complexidade da fala, pois tiveram origem com a análise de textos escritos e a isso se acostumaram por quase toda sua existência – de milênios no caso da história. Esse todo comunicativo, composto por palavras, voz e movimentos, perde-se parcialmente na transcrição da entrevista, que se conduz, de maneira geral, pautada apenas pelas palavras – e mesmo a inclusão de anotações descritivas como “risos” ou “choro” não é capaz de suprir as perdas decorrentes da transcrição. Já o oralista Pilippe Joutard cita a respeito Maurice Pons, para quem “entre a fala e a escrita [...] há uma diferença pela qual escapam sutilmente a verdade e a vida [...]”. Analisando uma entrevista que realizou com a escritora Simone Signoret, Pons nota que em suas frases:

[...] existe o calor, a emoção, o riso, o ofício, o talento. Ao serem lidas, as mesmas frases aparecem sumárias e secas, quase embrulhadas em suas vestes escritas. [...] Signoret não consegue escutar-se ao ler-se. Não se reconhece em si mesma. (JOUTARD, 1986, p. 333)

É necessário então que criemos formas de fazer com que o narrador reconheça-se no texto da entrevista. Nesse sentido, o maior sucesso do pesquisador é quando, ao ler a entrevista transcrita, o entrevistado afirma: “foi isso mesmo que eu falei” – embora, efetivamente, não tenha sido *exatamente* daquela forma que ele tenha falado.

É preciso, assim, que a transcrição supere a passagem rigorosa das palavras da fita para o papel, aqui denominada *transcrição literal*. Esta, apesar de extremamente necessária, será apenas uma etapa na elaboração mais cuidadosa do texto final adaptado.

Apesar de ainda haver quem critique a adoção desse procedimento, o fato é que a grande maioria dos pesquisadores que se remetem a fontes orais acaba por realizar algum tipo de adaptação no texto transcrito, ainda que o processo não seja explicitamente detalhado ou assumido. Além disso, são diversas as propostas conceituais, e o mesmo procedimento pode ser denominado “transcrição livre”, “adaptação”, “transcrição” (MEIHY e HOLANDA, 2007) e mesmo “copidesque” (ALBERTI, 2008, p. 181), conceito surgido na prática jornalista e que não dá conta do elaborado processo de “tradução” do texto oral ao escrito.

Denominei tal procedimento por “textualização” (GATTAZ, 1996), uma vez que seu objetivo é reproduzir a narrativa do depoente em um *texto escrito*. Na prática, é muito semelhante ao que fazem muitos historiadores e demais pesquisadores de história oral, embora nem sempre de maneira explícita. Já em 1983, por exemplo, os franceses Poirier, Clapier-Valadon, e Raybaut discriminavam os passos desse processo, em trabalho infelizmente pouco conhecido entre nós (POIRIER *et al.*, 1995).

Sabendo que a equivalência entre as duas formas comunicativas é impossível, o desafio é fazer com que esse texto escrito consiga manter o máximo possível do ritmo narrativo próprio da comunicação oral. Correndo o risco de abusar do já muito citado texto de Walter Benjamin, há de se considerar que a narrativa é uma forma artesanal de comunicação e portanto “se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p. 205). Tal particularidade na elaboração artesanal da narrativa não pode ser perdida ao serem transcritas as palavras para o papel – o leitor deve reconhecer a “mão” do narrador na elaboração da trama narrativa (ao mesmo tempo em que reconhece que tal narrativa é proveniente de um encontro entre dois sujeitos).

No processo de textualização, todo o cuidado será tomado para não descaracterizar a narrativa oral. Justamente para se obter isso que é necessária toda uma série de modificações e adaptações – uma vez que a transcrição literal, ao contrário do que se pode imaginar, é uma forma que efetivamente *descaracteriza a comunicação oral*. Basta pensarmos, por exemplo, no interessante fato de que por meio da transcrição literal, todos os depoentes parecem falar pior do que efetivamente falam, dando a impressão de pertencer a estratos inferiores da sociedade do que efetivamente pertencem. Na transcrição literal, o intelectual parece gaguejar e desconhecer o tema; a pessoa de nível médio parece ter graves dificuldades de comunicação; e a fala dos desprivilegiados e interioranos, transcrita erro a erro, apresenta-se de leitura incompreensível, perto do ridículo. Ao se ouvir as mesmas pessoas, tais apreciações não são feitas, e de um modo geral conseguimos encontrar a equivalência entre o discurso e a origem social e escolaridade do sujeito emissor.

De certa maneira pode-se considerar que a adoção da transcrição literal prende-se ao fetichismo do fato e ao mito do pesquisador neutro que alimentaram durante tanto tempo a pesquisa em ciências sociais e humanas (TONKIN, 1990). Hoje muitos reconhecem, porém, que o maior valor da história oral reside não na obtenção dos fatos históricos do passado, mas na análise das experiências de vida e das representações desses fatos nas narrativas individuais e coletivas. Além disso, sendo construída de maneira dialógica, não há como haver “neutralidade” em uma entrevista de história oral, e a influência do pesquisador não deve ser negada, porém reconhecida, conforme nos alerta Alessandro Portelli:

A história oral, hoje, está plenamente consciente dos problemas colocados na transposição de uma performance oral para um texto escrito. Cada historiador tem suas próprias soluções, mas todos deparam os mesmos problemas: a poética e a política da história oral se assentam no reconhecimento da constituição dialógica da fonte e do texto. A *historiografia* baseada

em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer suas origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance. [...] O caráter oral, dialógico, imaginativo dessas narrativas não é uma impureza da qual devemos nos livrar para irmos à busca dos fatos puros: é, em si, um fato histórico, simplesmente de outro tipo. (PORTELLI, 2011. p. 216)

A textualização deve ser uma narrativa clara, onde foram suprimidas as perguntas do entrevistador; o texto deve ser “limpo”, “enxuto” e “coerente” (o que não quer dizer que as *ideias* apresentadas pelo entrevistado sejam coerentes); sua leitura deve ser fácil, ou compreensível, o que não ocorre com a transcrição literal, apresentada por alguns historiadores como “fiel” ao depoimento, porém difícil de ser analisada como documento histórico.

A textualização final deve conter em si a atmosfera da entrevista, seu ritmo e principalmente a *comunicação não-verbal* nela incluída: emoções do depoente como risos ou choro, entonação e inflexão vocal, gestos faciais, de mãos, ou mesmo do corpo. O texto, ainda, não pode abandonar a característica de originalmente falado, devendo ser identificado como tal pelo leitor. O processo de textualização, assim, revela-se um trabalho árduo, verdadeira lapidação da fala bruta, que não poupa a consciência do historiador de dilemas éticos perante cada alteração, adição ou corte.

### *Procedimentos metodológicos*

DESCREVO AGORA EM TERMOS PRÁTICOS o processo da textualização, baseado em minha experiência nas pesquisas de Mestrado e de Doutorado. É importante destacar que é especialmente para a história de vida que melhor se presta o tipo de transcrição aqui proposto, em que as perguntas do entrevistador desaparecerão do texto final – o que não é conveniente na transcrição de entrevistas temáticas ou com questionário.

Em minha pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado, entrevistei onze imigrantes espanhóis, tendo como elemento comum a participação no Centro Democrático Espanhol, entidade recreativa, cultural e política que congregou em São Paulo os imigrantes que se opunham ao governo do general Franco na Espanha. No doutorado, entrevistei trinta imigrantes libaneses, representantes dos diversos grupos religiosos, regionais e etários que compuseram tal imigração no Brasil. As entrevistas foram conduzidas segundo os critérios da História Oral de Vida, sem questionário ou perguntas diretamente indutivas, e tiveram a duração média de 90 minutos. Para a condução da entrevista, e posteriormente da textualização e da análise, considero como premissas fundamentais que “o informante não fornece dados, ele nos oferece um discurso” (AUGRAS, 1997, p. 32), e que “a história de vida traz evidência fundamentalmente qualitativa sobre a percepção do informante acerca de certo evento ou problema”, e não uma informação factual precisa sobre os mesmos eventos (LOZANO, 1996, p. 23).

A primeira etapa da textualização é a *transcrição literal*, que deve ser realizada logo após a entrevista, quando as palavras do depoente ainda estão frescas na lembrança. Nesse sentido é fundamental que esta transcrição, assim como todo o processo de textualização, sejam realizados pelo próprio pesquisador que realizou a entrevista, desaconselhando-se a contratação de “profissionais de transcrição”, não envolvidos emocional e fisicamente no processo intersubjetivo da entrevista. A transcrição literal deve ser completa e o mais rigorosa possível, registrando através de sinais gráficos a interrupção de palavras, frases ou parágrafos e outras características da entrevista.

Embora na aparência o principal objetivo da transcrição literal seja criar um documento inicial que servirá de base para a condução das demais etapas da textualização, há uma outra vantagem em se fazer a minuciosa transcrição das palavras faladas ao papel: trata-se de um exercício de escuta fundamental para o pesquisador, conforme nota McLeary em sua revisão dos “gêneros” de transcrição em história oral:

A necessidade de se fazer uma transcrição o mais fiel possível obriga o entrevistador a escutar a gravação muitas vezes, sempre com atenção redobrada, o que pode revelar aspectos da narração que tenham passado despercebidos na hora da entrevista ou nas primeiras audições da fita. (MCLEARY, 2011, p. 106)

O mesmo autor nota, entretanto, que a “transcrição bruta” é geralmente considerada inadequada para veicular uma história de vida: “É difícil lê-la com fluência e, pior, muito do que aparece na transcrição simplesmente não faz sentido sem a presença das vozes e da imagem.” (*Idem*, p. 106). Para Poirier, Clapier-Valadon, e Raybaut:

O exame do documento assim constituído revela-se, do ponto de vista de uma leitura cursiva, perfeitamente ilegível. Os que se interessam pela análise dos fatos revelando da fonologia, da dialetologia, da linguística e da literatura oral ficarão satisfeitos com ele. É a eles que se dirige o exemplar princeps da transcrição. (POIRIER *et al.*, 1995, p. 54)

Na transcrição literal há inúmeras frases repetidas, enquanto outras são cortadas pelo entrevistando ou pela qualidade da gravação; há muitas palavras e expressões utilizadas incorretamente, devido à própria dinâmica da fala, da conversa informal – que é o que tentamos fazer das entrevistas. Há estrangeirismos, gírias, palavras chulas, ou seja: termos que são bastante distintos quando falados ou escritos. Para aqueles que defendem tal tipo de transcrição como a única “fiel” ao depoimento, pode-se contra-argumentar, com Poirier *et al.* (1995, p. 160), que

A opção purista, que consiste em transcrever tal qual a narrativa na sua integralidade, nem por isso deixa de lhe infringir uma certa transformação, já que não podem ser diretamente transcritos as entonações, o ritmo, os cambiantes, os gestos, as mímicas. Há sempre, pois, adaptação da oralidade à escrita.

Uma vez concluída a transcrição literal, salva-se esta num arquivo que a identifique como a primeira de uma série – pessoalmente uso a notação “nome\_entrevistado\_0”, onde “0” indica tratar-se da transcrição literal. A partir deste arquivo salva-se uma cópia denominada “nome\_entrevistado\_1”, em que se realizam as alterações da *primeira textualização*. Nesta, as perguntas são incorporadas à fala do depoente e cada parágrafo é editado para ficar mais compreensível – este trabalho também deve ser realizado junto com a escuta da fita.

O melhor termo para exprimir o processo que envolve essa “tradução” do oral para o escrito que se opera no processo de textualização é o de “transcrição”, proposto por Haroldo de Campos para a prática de traduções, e adequado à prática da História Oral por José Carlos Sebe Bom Meihy (1991, p. 29-33). A premissa fundamental de tal conceito é que os códigos oral e escrito têm valores diferentes, portanto deve-se corrigir esta desigualdade. Processa-se então uma intensa atividade sobre o texto, com a alteração, inclusão ou supressão de palavras e frases, permitindo que o não literalmente dito seja dito.

Na primeira textualização realizam-se as edições ao nível dos parágrafos – que são redefinidos em relação à transcrição literal de maneira a representar as unidades semânticas. Ficam em suspenso as passagens mais obscuras, incompletas ou incompreendidas, que serão esclarecidas nos processos posteriores. O principal objetivo nesse momento é excluir as repetições excessivas, os termos parasitas (ou “muletas linguísticas”), e realizar certas correções gramaticais sobre erros típicos do discurso falado. A leitura desta primeira textualização dá ares novos e desconhecidos à entrevista. Sobre este texto, elabora-se um índice, classificando-se cada parágrafo com uma combinação de letras e números, de acordo com uma lista pré-estabelecida representando os temas tratados nas entrevistas.

Um novo arquivo é salvo (“nome\_entrevistado\_2”) e realiza-se então uma nova textualização, onde os agrupamentos temáticos vão se definindo melhor. Nessa etapa, é importante atentar para não descaracterizar a dinâmica temporal da entrevista, pois conforme nos alertam Gerardo Necochea e Mario Camarena: em geral “o

entrevistador maneja uma concepção linear do tempo”: a mudança perde sua importância como forma de análise e tudo se reduz a um princípio que avança sem desvios para um final, não se concebendo um tempo cíclico ou multilinear. (CAMARENA e NECOECHEA, 1996, p. 152). Na textualização proposta realizam-se algumas alterações na estrutura da narrativa sem que esta seja descaracterizada, respeitando-se a representação do tempo proposta pelo narrador.

A partir da segunda textualização realizam-se novas releituras do texto, em que progressivamente cada detalhe vai sendo pensado de maneira a melhor traduzir a narrativa oral para o texto. Em meu caso particular, cheguei a rever 20 ou 30 vezes as entrevistas textualizadas, e após a extensiva reescuta da fita e releitura da entrevista pude seguramente fazer as adaptações necessárias para se transmitir algo implícito no depoimento mas não explícito nas palavras gravadas.

Um problema surgido especialmente na textualização das entrevistas de imigrantes espanhóis diz respeito à eliminação ou não dos espanholismos. Por um lado, não pretendia manter no texto final todas as palavras ditas em espanhol pelos depoentes, que em certas entrevistas são bastante frequentes. Por outro lado, também não era intenção minha eliminá-las por completo, pois são um indicador do grau de integração obtido pelos imigrantes. Adotei assim o critério de eliminar grande parte dessas palavras, deixando somente aquelas recorrentes ou especialmente significativas. Aqueles que usam poucas palavras em espanhol, tiveram-nas praticamente suprimidas na textualização; aqueles que se utilizam de inúmeros espanholismos, tiveram número maior deles conservado no texto final. Esta solução agradou os colaboradores, que reconheceram a importância da alteração do texto.

O mesmo procedimento deve ser utilizado para as chamadas “muletas linguísticas”, ou termos parasitas: palavras desprovidas de função semântica, usadas geralmente para ganhar tempo de raciocínio antes de iniciar as frases, ou como uma espécie de “ponto” ao final das mesmas – tais como “né”, “bah”, “então”, “tá”, “sabes?”, “entendeu?”, “digo”, “olhe”, etc. Não se deve despojar completamente a

textualização de tais vícios, porém mantê-los integralmente torna a leitura aborrecida e não agrega nada para a compreensão da experiência de vida do colaborador.

Outra questão importante diz respeito aos silêncios, que no dizer de Beatriz Cano Sánchez (1996, p. 175), são “mensagens escondidas, sobre o qual o historiador terá que enfocar sua atenção quando analise o texto”. Assim, é necessário saber identificar o “tipo de silêncio” e tratá-lo adequadamente – com as “indicações de palco”, com a pontuação ou com a forma gráfica de apresentação.

Depois deste trabalho é imperioso submeter a textualização obtida à apreciação do entrevistado, não só como meio de checar se está fiel às suas ideias e informações, mas também para dirimir problemas de caráter ético e mesmo jurídico. Chamamos esta última etapa de *conferência e legitimação*, quando o colaborador comenta a entrevista, fazendo as correções ou alterações que quiser, adicionando fatos ou vetando frases, de acordo com o que pensar ser conveniente; ele tem todo o poder e o direito de fazer isso e deve-se respeitar sua palavra final (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 58-62; THOMPSON, 1994, p. 260; AMADO, 1997). Estando a textualização bem realizada, o esperado é que o entrevistado identifique-se no texto, reconhecendo-se nos seus temas de preferência ou no próprio ritmo da narrativa. Nas conferências que realizei, foram feitas apenas pequenas correções de datas, nomes de pessoas ou locais e melhoramentos na própria textualização, sendo que o resultado final desta foi considerado bom por todos os depoentes.

Após a conferência e legitimação, a textualização é indexada segundo uma lista temática, estando finalmente disponível para a utilização como um documento histórico.

Uma vez concluída a primeira parte de seu trabalho, a criação do documento, o oralista assume a função propriamente do historiador, isto é, a narrativa histórica com base nas fontes coletadas e a interpretação deste *corpus* documental – o que apresentei na primeira parte deste livro. Uma documentação, como vimos, rica em informações e análises, carregada de vida e opinião.

## Bibliografia

---

- AGULHON, M. et.al. *Ensaio de Ego-História*. Lisboa, Ed.70, 1989.
- ALBÁN, M.R.S. *A imigração galega na Bahia*. Salvador, UFBA, 1983.
- ALONSO, M.S. e BARANDA, M. *Palabras del exilio III - Seis antropólogos mexicanos*. Mexico, INAH, 1984.
- ALONSO, M.S. et al. *Palabras del exilio IV - de los que volvieron*. Mexico, INAH, 1988
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História 15*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Brasil, 1981.
- ATAÍDE, Y.D.B. *Decifra-me ou te devoro: História Oral dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo, Ed.Loyola, 1993.
- AUGRAS, M. História oral e subjetividade. in VON SIMSOM, Olga de Moraes. *Os desafios contemporâneos da história oral 1996*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997, p.27-38.
- BACELAR, J. *Negros e espanhóis: identidade e ideologia étnica em salvador*. Salvador, UFBA, 1983.
- BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BARTHES, R. et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1973
- BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo, DIFEL, 1982.
- BASBAUM, L. *História Sincera da República - De 1930 a 1960*. São Paulo, Ed.Alfa-Ômega, 1975.

- BAUMAM, R. *Story, performance and event - Contextual studies of oral narratives*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- BELGUELMAN, P. *A Crise do Escravismo e a Grande Imigração*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- BENEVIDES, M.V.M. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BENJAMIN, W. "O Narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" in *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1990.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSCHI, R.R. *Bibliografia internacional comentada sobre imigrantes e retorno de pessoal*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1971.
- BOSI, E. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- BRENNAN, G. *El laberinto español*. Barcelona, Ibérica de Ediciones Y Publicaciones, 1977.
- BROUÉ, P. e TÉMINE, E. *La revolución y la guerra de España*. México, FCE, 1972.
- BRUGAT, D.P. *Los niños de Morelia*. Mexico, INAH, 1985.
- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo, Ed. Moraes, d.i.
- BUHLE, P. *History and the New Left*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.
- BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Mexico, Siglo Veinteuno Ed., 1985.
- CAMARENA, Mario; NECOECHEA, Gerardo. Continuidad, ruptura y ciclo en historia oral. In: VELASCO ÁVILA, Cuauhtémoc. *Historia y testimonios orales*. México: INAH, 1996, p.141-155.
- CANO Sánchez, Beatriz. In: VELASCO ÁVILA, Cuauhtémoc. *Historia y testimonios orales*. México: INAH, 1996, p. 171-179.
- CARDOSO, F.H. e FALETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975.

- CARNEIRO, M.L.T. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- CLIFFORD, J. e MARCUS, G. *Writting Culture*. Los Angeles, University of California Press, 1986.
- CRAPANZANO, V. "Life-Histories" in *Americal Anthopologist*. Americal Anthropological Association, 1984.
- CUNHA, J.G. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1986.
- DAHMS, H.G. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro, Ed. Bruguera, 1968.
- DAL'MAS, I. *Da colonização à Imigração no Brasil*. São Paulo, Ed. Hamburgo, d.i.
- DAVIS, C. et.al. *Oral History: from tape to type*. Chicago, American Library Association, 1977.
- DOLLOT, L. *Les migration humaines*. Paris, PUF, 1946.
- DUNAWAY, D. e BAUM, K.W. *Oral History: an interdisciplinary anthology*. Nashville, American Association for State and Local History, 1984.
- DURHAM, E. *Assimilando a Mobilidade: Imigrantes Italianos em São Paulo*. São Paulo, IEB-USP, 1966.
- DUTRA, E.R.F. *O Ardil Totalitário - ou A dupla face na construção do Estado Novo*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP. 1990.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1993
- ECO, U. *Obra Aberta*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991
- ENZENSBERGER, H. M. *El corto verano de la anarquia*. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- EPSTEIN, E. *Record and remember: tracing your roots through oral history*, New York, Monarch, 1978.
- FAGEN, P. *Transterrados y ciudadanos*. México, FCE, 1973.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. São Paulo, Ed.Globo, 1989.

- FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo, IDESP/Ed.Sumaré, 1991.
- FRASER, R. *Blood of Spain: an oral history of the Spanish Civil War*. New York, Pantheon Books, 1978.
- FUNES, C. e TUÑÓN, E. *Palabras del Exílio - Final y comienzo: el Sinaia*. México, INAH, 1982.
- FURTADO, C. *A Economia Latino-Americana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978.
- GALLEGO, A.M. *Espanhóis em São Paulo: Presença e invisibilidade*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Mimeo, 1993.
- GALLIÁN, D.M.C. *Pedaços da Guerra - História Oral de vida de tobarrenhos*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP. Mimeo, 1992
- GATTAZ, André C. Lapidando a fala bruta. In: MEIHY, José Carlos Sebe B. (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GEERTZ, C. *El antropólogo como autor*. Barcelona, Ed. Paidós, 1989.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1989.
- GRELE, R.J. *Envelopes of Sound*. Chicago, Precedent Publishing, 1978.
- GRINBERG, L., GRINBERG, R. *Psicoanálisis de la Migración y del exilio*. Madri, Alianza Editorial, 1984.
- GUSDORF, G. "Condiciones y Límites de la Autobiografía". *Suplementos Anthropos*, 29. Madri, dez/91. pp.9-18.
- HAJJAR, C.F. *Imigração árabe - 100 anos de reflexão*. São Paulo, Ed. Ícone, 1985.
- HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris, PUF, 1968.
- HEIFETZ, J. *Oral history and the Holocaust*. Oxford, Pergamon Press, 1984.
- HENIGE, D. *Oral Historiography*. Londres, Longman, 1982.
- HERÓDOTO, *História*. Brasília, Ed. UnB, 1985.
- HOFFMAN, A. "Reliability and Validity in Oral History" in DUNAWAY, D. e BAUN, W., Op. cit. p. 72

- HOLLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, José Olympio, 1992.
- HUTTER, L.M. *Imigrantes italianos em São Paulo de 1904 a 1914 - O processo migratório*. São Paulo, IEB/USP, 1986.
- JOUTARD, P. *Esas voces que nos llegan del pasado*. México, FCE, 1986.
- KLEIN, H.S. "A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Espanhóis no Brasil" in *Estudos Econômicos* V. N.3. São Paulo, 1989.
- LANGLOIS, C. e SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo, Ed. Renascença, 1946.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- LEWIS, O. *Ensayos Antropológicos*. México, Grijalbo, 1986.
- LIMA, V.R. *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986.
- LORCA, F.G. "Libro de Poemas" in *Obras Completas*. Madri, Aguilar, 1977.
- LOZANO, J. A. *Historia oral e historias de vida: teoria, métodos e técnicas*. Una bibliografía comentada. México: CIESAS, 1986.
- LUMMIS, T. *Listening to history*. New Jersey, Barnes & Noble Books, 1987.
- MALRAUX, A. *A Esperança*. Curitiba, Ed. Guaíra, 1940.
- MARAM, S.L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARQUES, G.G. *Os Escritores: As históricas entrevistas do Paris Review*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- MARQUES, G.G. *Relato de um Naufrago*. Rio de Janeiro, Record, 1975.
- MARTINS, J.S. *A Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARTINS, J.S. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História* 121. São Paulo, ago/dez 1989.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A revolução espanhola - Artigos e crônicas*. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1966.

- MATTHEWS, H. *Metade da Espanha morreu*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1975.
- MCLEARY, Leland. História oral: questões de língua e tecnologia. In: SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V.B. *Memória e diálogo: escutas da Zona Leste; visões sobre a história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 93-124.
- MEIHY, J.C.S.B. *A Colônia Brazilianista*. São Paulo, Nova Stella, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Canto de morte Kaiowá - História Oral de Vida*. São Paulo, Ed. Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Definindo História Oral e Memória*. Cadernos CERU n.5, série 2. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Palavra de exilado; As revistas dos exilados espanhóis na América Latina (1936-1975)*. São Paulo, Mimeo, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- MEYER, E. *Palabras del Exilio I - Una contribución a la historia de los refugiados españoles en México*. México, INAH/Madero, 1980.
- MICHELET, J. *El Pueblo*. México, FCE, 1991.
- MONTENEGRO, A.T. *História oral; e memória - A cultura popular revisitada*. São Paulo, Ed. Contexto, 1992.
- MOUSNIER, R. "Os séculos XVI e XVII", in *História Geral das Civilizações*. Tomo 9. São Paulo, Dif. Européia do Livro, 1960.
- NERUDA, P. *Confesso que vivi*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
- ORWELL, G. *Lutando na Espanha e Recordando a Guerra Civil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- PASSERINI, L. *Fascism in popular memory: the Cultural Experience of the Turin Working Class*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- PATAI, D. *Brazilian Women Speak*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1989.
- PIÑON, N. *A república dos sonhos*. São Paulo, Francisco Alves, 1984.
- PLATTNER, S, e BRUNNER, E.M. *Text, Play and Story: the Construction and Reconstruction of Self and Society*. Washington, The American Ethnological Society, 1984.

- POIRIER, J. CLAPIER-VALADON, S., e RAYBAUT, P. *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Ed., 1995 (1ª ed. em francês: 1983).
- PORTELLI, A. *The Death of Luigi Trastulli and other stories*. New York, S.U.N.Y. Press, 1991.
- PRADO Jr, C. *A formação econômica do Brasil colonial*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.
- QUEIROZ, M.I.P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva*. São Paulo, CERU-USP 1983.
- RAMOS, G. *Memórias do Cárcere*. São Paulo, Martins Ed., 1969.
- RIBEIRO, D. *Os Brasileiros - Teoria do Brasil*. Petrópolis, E.Vozes, 1980.
- ROSA, G. *Grande Sertão: Veredas*. R.Janeiro, Nova Fronteira, 1985. 19a. edição.
- ROSENTHAL, P. *Words and Values - some leading words and where they lead us*. - New York/Oxford, Oxford University Press, 1984.
- RUBIO, J. *La emigración de la Guerra Civil de 1936-1939*. Madri, Libreria Editorial San Martin, 1977, 3 vols.
- RUNYAN, W.M. "Life Histories in Anthropology: Another view" in *American Anthropology*. American Anthropological Association, 1986.
- SAMUEL, R. e THOMPSON, P. (ed.) *The Myths we Live by*. Londres, Routledge, 1990.
- SILVA, H. *A Novembrada - 1955*. São Paulo, Ed. Três, 1975.
- SIMÕES JR., G. "A hermenêutica cultural de Clifford Geertz" in *Margem*, n.1. Faculdade de Ciências Sociais - PUC-SP, 1992.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.
- SOARES, G.A.D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1973.
- SORIANO, A. *Éxodos*. Barcelona, Ed. Crítica, 1989.
- TAMAMES, R. *La República. La era de Franco*. Madri, Alianza Ed., 1988.

- THOMAS, H. *La guerra civil española*. Barcelona, Ed. Grijalbo, 1976.
- THOMPSON, P. *La voz del pasado*. Valência, Ed. Alfons el Magnànim, 1984.
- TONKIN, E. "History and the Myth of Realism" in SAMUEL, R. e THOMPSON, P. Op. cit., p. 25.
- VANSINA, J. *Oral tradition as history*. Madison, University of Wisconsin Press, 1985.
- Vários autores: *El exílio español en Mexico*. México, FCE/Salvat, 1982
- VERÍSSIMO, E. *Saga*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.
- VIEZZER, M. *Si me permiten hablar - Testimonio de Domitila*. México, Siglo XXI, 1991.
- VILAR, P. *Historia de España*. Barcelona, Ed. Crítica, 1991.
- VON SIMON, O.M. (org.) *Experiências com histórias de Vida*. São Paulo, Ed.Vértice, 1988.
- WEFFORT, F. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WINN, P. Oral History and the Factory Study: new Approaches. *Latin American Research Review*. 1979.

---

**FIM**

---

[www.editorapontocom.com.br](http://www.editorapontocom.com.br)

